

ORGANIZADORES

Amanda Gomes Pereira
Ana Caroline Amorim Oliveira
Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo
Carlos Wellington Soares Martins
Daisy Damasceno Araújo
Maria Emília Miranda Alvares



gênero para além das fronteiras

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS
NA AMÉRICA LATINA E NO SUL GLOBAL

CADERNO DE RESUMOS



EDUFMA

CADERNO DE RESUMOS
GÊNERO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS:
Tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global





UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

Vice-reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDUFMA

EDITORA DA UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial Prof. Dr. Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dr. Luis Henrique Serra
Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra Raimunda Ramos Marinho
Profa. Dra Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Prof. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro
Profa. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa
Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.



ORGANIZADORES

Amanda Gomes Pereira
Ana Caroline Amorim Oliveira
Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo
Carlos Wellington Soares Martins
Daisy Damasceno Araújo
Maria Emília Miranda Alvares

CADERNO DE RESUMOS

GÊNERO PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS:

Tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global

São Luís



EDUFMA

2024



Revisão Ana Caroline Amorim Oliveira

Projeto Gráfico e Diagramação Sansão Hortegal

Capa e Ilustração Dante Saldanha Rego

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122

Caderno de resumos [recurso eletrônico]: gênero para além das fronteiras: tendências contemporâneas na América Latina e no sul global / Organizadores: Amanda Gomes Pereira... [et al.]. – São Luís: EDUFMA, 2024.
226 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web

<<https://www.edufma.ufma.br/>>

ISBN 978-65-5363-435-0

1. Gênero. 2. Feminismo. 3. População LGBTQIA+. 4. Diversidade. I. Pereira, Amanda Gomes. II. Oliveira, Ana Caroline Amorim. III. Rêgo, Ângela Bárbara Lima Saldanha. IV. Martins, Carlos Wellington Soares. V. Araújo, Dayse Damasceno. VI. Alvares, Maria Emília Miranda. VII. Título.

CDU 305

Elaborada pela Bibliotecária Rosana Rodrigues dos Santos CRB-13/969

Produzido no Brasil [2024]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste e-book pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão dos autores.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br



COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Cláudia Letícia Gonçalves Moraes
UFMA

Prof. Dr. Francisco Gleidson Vieira dos Santos
UVA

Profa. Dra. Karina Almeida de Sousa
UFMA

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda
UFPE

Profa. Dra. Mariane da Silva Pisani
UFPI

Profa. Dra. Nilvanete Gomes de Lima
IFMA

Profa. Dra. Paola María Marugán Ricart
Universidad Autónoma Metropolitana UAM-Xochimilco (México)

Profa. Dra. Rarielle Rodrigues Lima
UEMA/UFMA



APRESENTAÇÃO

O evento intitulado **Gênero para além das fronteiras: tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global** é fruto de uma demanda de pesquisadores que estudam gênero e suas dissidências no âmbito do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política-GAEP/CNPq, coordenado pela professora Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira, com o intuito de reunir representantes de diversas vertentes acadêmicas e que pensam, discutem e tensionam o gênero e suas interseccionalidades a partir do Sul global, de modo a fortalecer as trocas acadêmicas e a diversidade de experiências de vida que refletem as leituras e a atuação de pesquisadores do Grupo.

O GAEP se estrutura em duas linhas de pesquisa: a primeira, Gênero e Estudos Feministas, atualmente, com vinte membros entre pesquisadores e estudantes e a segunda, Etnologia, com 18 membros. A linha de Gênero foi implementada em 2018, a partir de demanda do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade – PGCult, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, ao qual a líder do grupo está vinculada como professora permanente. Desde então, mais e mais pesquisadores, mestrandos e doutorandos, tanto da UFMA quanto de outras instituições de ensino vêm se interessando pelos estudos de gênero, suas dissidências e interseccionalidades, a partir de um olhar interdisciplinar, decolonial e transfeminista, com atuação direta nos movimentos sociais e na política pública educacional. As reflexões sobre essas produções e atuações têm sido apresentadas em eventos internacionais, nacionais, regionais e locais com vasta produção acadêmica.

Dessa maneira, compreendendo a importância de se descentrar não só o pensamento, mas, igualmente, a produção formal do conhecimento, historicamente vinculada a um sujeito cis-branco-sul-sudestino, o evento, realizado no período de 16 a 18 de outubro de 2024, projetou-se para além dos muros da universidade com a finalidade de fortalecer e ampliar as trocas acadêmicas, conectando-se com a comunidade e promovendo a troca de conhecimento e de atuações sociais de pesquisadores não só do GAEP, mas do norte e nordeste do País com demais estudiosos do Sul global.

O evento teve 314 inscritos participando de 14 minicursos e 02 oficinas com apresentação de 116 trabalhos na modalidade presencial e remoto. O evento realizado de forma híbrida, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), teve por justificativa fortalecer e reocupar os espaços da universidade pública, e, ao mesmo tempo, democratizar a produção de conhecimentos além-muros do espaço acadêmico.



Dessa maneira, o evento propôs fortalecer a produção científica e acadêmica com as apresentações de pesquisa dos palestrantes e conferencistas, com a tecnologia e inovação através dos usos midiáticos para a realização do encontro, dos minicursos e das oficinas e dos grupos de trabalho, e da inovação ao ampliar a atuação da universidade com a democratização da produção acadêmica através da transmissão das conferências e dos trabalhos de forma remota, o que resultou na produção deste caderno que contém os resumos dos trabalhos de todos os autores que submeteram suas pesquisas, unindo as três modalidades: Comunicação oral, Minicurso e Oficina.

No mais, desejamos a você boa leitura das pesquisas aqui escritas, cuja responsabilidade é inteiramente dos autores, e que cada página lida traga bons conhecimentos e ampliação dos conhecimentos acadêmicos.

Boa leitura!

Comissão Organizadora



SUMÁRIO

COMUNICAÇÃO ORAL	26
-------------------------------	-----------

EIXO 1 – FEMINISMOS, MULHERIDADES E INTERSECIONALIDADES	27
--	-----------

“A MENINA DOS OVOS DE OURO” (2004) NA INTERDISCURSIVIDADE DE GÊNERO E MEMÓRIA DO EFUNDULA	28
--	-----------

Ariane Ferreira de Lima

Anastácia Arruda Cardoso

Isabel Delice Gomes Macedo

“É UM SANGUE NOJENTO”: DISCUTINDO NORMAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A MENSTRUÇÃO EM UMA COMUNIDADE ESCOLAR.....	30
--	-----------

Larissa Silva Abreu

A GORDOFOBIA PRESENTE NOS PADRÕES ESTÉTICOS DAS REDES SOCIAIS COMO FATOR CONSTITUINTE DA SUBJETIVIDADE DE MULHERES GORDAS	32
--	-----------

Amanda de Araújo Bastos

Carlos Antonio Cardoso Filho

A IDEIA DE MÁSCARA SILENCIADORA EM GRADA KILOMBA COMO LENTE INTERPRETATIVA PARA O RACISMO ALGORÍTMICO COM MULHERES NEGRAS NO INSTAGRAM	34
---	-----------

Camila S. Lima

José Ferreira Junior

A NORMATIZAÇÃO DO CORPO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE: UM “BELO” PROBLEMA	35
--	-----------

Thaís Pinto Fontinele

A VIVÊNCIA ACADÊMICA DE MULHERES DO CURSO DE PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	36
--	-----------

Ana Quêzia Araújo Gomes

Glenda Aline Monteiro Santos

Mariana Saldanha Frias

Cláudia Aline Soares Monteiro

Ana Paula Silva Oliveira

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E GÊNERO	39
---	-----------

Nyedja Rejane Tavares Lima

Suelen Cipriano Milhomem Dantas



**CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DAS HISTÓRIAS DE MULHERES
PESCADORAS41**

*Francisca Geysa Lopes Araujo
Alinny Layane Valentim da Silva
Ana Caroline Amorim Oliveira*

**DESIGUALDADE DE GÊNERO E NEOLIBERALISMO: TRANSFORMAÇÕES NO
MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DA ARGENTINA.....42**

Laryssa Costa Silva

**DISSECANDO VERSOS: PRIMEIRAS NOTAS SOBRE A INVESTIGAÇÃO DO
DISCURSO DE RESISTÊNCIA NAS LETRAS DA MC LUANNA E DA
DUQUESA.....44**

*Crislany Carolina Pales Sousa
Flávia de Almeida Moura*

**DUPLA-DIREÇÃO EM LOU ANDREAS-SALOMÉ: DIÁLOGOS ONTO-
EPISTEMOLÓGICOS COM O REALISMO AGENCIAL DE KAREN BARAD.....46**

Luciana Soares Santos

**ECONOMIA DO CUIDADO: UM OLHAR SOBRE TRABALHO DE CUIDADO NÃO
PAGO E O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DO COLETIVO MÃES DA UFMA EM
PROL DE POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA.....48**

*Sylmara Durans Diniz
Flávia de Almeida Moura
Ramon Bezerra Costa*

**ENTRE A CLÍNICA E A POLÍTICA: A RELEVÂNCIA DAS PROPOSTAS DE PAUL
PRECIADO PARA A PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA50**

*Evilenne Wilet Borges Monteiro
Ana Gabrielle Sousa Costa
Rarielle Rodrigues Lima*

**GÊNERO E RELIGIÃO: REPERCUSSÕES NA VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE
FEMININA51**

*Emilly Rayanne Garreto Sousa
Letícia Oliveira da Silva
Melina Serra Pereira*

**HISTÓRIA DAS MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE
INTERSECCIONAL53**

*Giovanna Barbosa Soares
Neuzeli Maria de Almeida Pinto*

**MATERNIDADE NAS MÍDIAS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO MATERNAR
MEDIADO POR MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS.....54**

*Aglaiia Leslie Martins dos Santos Montenegro
Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim*



MIGRAÇÃO, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES: ALGUMAS REFLEXIONES 55

*Corina Evelin Demarchi Villalón
Catalina Revollo Pardo*

NEURODIVERSIDADE: UMA INSPIRAÇÃO FEMINISTA57

*Wlisses Figueiredo Matos
Marília Samália Ferreira Martins*

NOS OLHOS D'ÁGUA DE PONCIÁ VICÊNCIO: DISCUTINDO RAÇA, GÊNERO E SAÚDE MENTAL DE MUELHERES NEGRAS.....58

Larissa Silva Abreu

OLHAR INTERSECCIONAL NA REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES: PERSPECTIVAS DE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA DO TJMA59

*Ana Clara Nunes Moraes
Camila Vitória Carvalho Pereira
Rodrigo Lopes Rodrigues
Edla Maria Batista Ferreira
Raimundo Ferreira Pereira Filho*

PATRIARCADO E RACISMO EM ROSAS AMARELAS DE GISA NUNES61

*Larissa Leitão Costa
Cristiane Navarrete Tolomei*

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E REPERCUSSÕES PSÍQUICAS.....62

*Juliana Ferreira Martins
Carlos Wellington Soares Martins*

ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS: “EXISTÊNCIAS NA AUSÊNCIA”.....63

*Aldenora Resende dos Santos Neta
Fernanda Lopes Rodrigues
Leoneide Maria Brito Martins
Maria do Carmo Alves da Cruz*

EIXO 2 – TRANSFEMINISMOS 65

SAÚDE E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO TRANS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO CUIDADO INTEGRAL.....66

*Iago Araujo de Sousa
Rayane Sobrinho de Sousa
Carla Michelle Rodrigues Abreu
Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Sara Fiterman Lima*



EIXO 3 - GÊNERO E DESCOLONIZAÇÃO INDÍGENA..... 68

AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA POR APRENDIZES FALANTES DE ZE'EGETE: À LUZ DA ANÁLISE CONTRASTIVA E AS INTERFERÊNCIAS DA LÍNGUA MATERNA NOS VERBOS SER/ESTAR.....69

Maria Tavares Machado

João da Silva Araújo Júnior

Francisco Edviges Albuquerque

DESCOLONIZANDO SEXUALIDADES INDÍGENAS NO ABC PAULISTA: APONTAMENTOS INTERSECCIONAIS SOBRE A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA ÆGOHÓ ÆKIRÊ PATAXÓ.....71

Kigéw Puri (André da Silva Muniz)

EXPRESSÕES VISUAIS E COLETIVAS: A ARTE GUAJAJARA E O PAPEL DE ZAHY TENTEHAR NA REAFIRMAÇÃO CULTURAL72

Thayane Rodrigues Reis

Larissa Lacerda Menendez

FEMINICÍDIOS DE MULHERES INDÍGENAS NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DE CASOS RECENTES E DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO73

Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen

NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS DO MARANHÃO.....74

Cliciane Costa França

EIXO 4 - FEMINISMOS NEGROS 75

AMOR PRETO: UMA ESCAVAÇÃO DE SI NO OUTRO76

Sunshine Cristina de Castro Reis

Matheus Diniz Campelo

ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS.....77

Elisangela Aparecida Rodrigues

Kigéw Puri (André da Silva Muniz)

AUTODEFINIÇÃO NAS REDES SOCIAIS: EMPODERAMENTO E NOVOS PADRÕES DE AUTOESTIMA PARA MULHERES NEGRAS79

Bruna Eduarda Fiorentin

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

CORPOS PRECÁRIOS: O PERECIMENTO DE MULHERES NEGRAS.....80

Rayanne Caroline Viana Mendes

Ana Caroline Amorim Oliveira

Rarielle Rodrigues Lima



E EU NÃO SOU UMA PESQUISADORA? REAFIRMAÇÃO DE SI ENQUANTO MULHER NEGRA QUE PESQUISA.....81

Ana Gabrielle Sousa Costa

Sunshine Cristina de Castro Reis

Rarielle Rodrigues Lima

EFEITOS DA (IN) VISIBILIDADE DOS CABELOS AFRO NAS MÍDIAS SOCIAIS NA AUTOESTIMA DE MULHERES PRETAS E PARDAS.....82

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

EXU E A PSICOLOGIA: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA CLÍNICA A PARTIR DA OBRA “PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS”, DE LUIZ RUFINO83

Jaime Sousa da Silva Junior

MASCULINIDADES NEGRAS NA ESCOLA: PERCEPÇÕES, REFLEXÕES E DIALÓGOS84

Hélder Douglas Ferreira Freitas

MULHERES NO CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO85

Flávia de Almeida Moura

André Sousa Silva Moreno

Sabrina Oliveira Teixeira

EIXO 5 – GÊNERO, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E POPULAÇÃO LGBTQIAPN+87

“BEIJO NA FACE”: A REPRESENTATIVIDADE SÁFICA EM *OLHOS D’ÁGUA* DE CONCEIÇÃO EVARISTO88

Mariana Eulália Teles da Silva

Cláudia Aline Soares Monteiro

A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2002-202290

Warley Corrêa Lira

Vilma Nonato de Brício

Lana Thais Rodrigues Freitas Monteiro

A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA) ATRELADA ÀS SUAS QUESTÕES AFETIVO-SEXUAIS.....91

Pedro Lucas Negreiros Soares Cruz

Lucas Guimarães Cardoso de Sá



ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA BAIXADA MARANHENSE: DESAFIOS RELACIONADOS À IDENTIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL92

*Carla Michelle Rodrigues Abreu
Higor Sajnovisch Gouveia de Andrade
Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Rayane Sobrinho de Sousa
Sara Fiterman Lima*

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBTQIAP+ NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO94

*Lizandra dos Santos Cantanhede
Helena Ataíde Silva
Leticia Oliveira da Silva
Ana Rebeca Lopes Fonseca
Melina Serra Pereira*

AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ESTUDANTES LGBTQIAP+: IMPACTOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR96

*Ana Rebeca Lopes Fonseca
Helena Ataíde Silva
Leticia Oliveira da Silva
Lizandra dos Santos Cantanhede
Melina Serra Pereira*

ANÁLISE DA VIOLÊNCIA E LETALIDADE CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO A PARTIR DA LEITURA DE “TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO...”: A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA TRAVESTIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO98

*Brenda Vitória Portela Araújo Soares
Rarielle Rodrigues Lima*

ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES COM DELINEAMENTO GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO99

*Victoria Amorim Silva
Dayse Marinho Martins
Hayanne Galvão Pereira Alves
Juliana Ferreira Martins
Lorena Coutinho Lima*

ASPECTOS QUE INFLUENCIAM O ACESSO DE ESTUDANTES LGBTQIAP+ AO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS 101

*Lizandra dos Santos Cantanhede
Helena Ataíde Silva
Leticia Oliveira da Silva
Ana Rebeca Lopes Fonseca
Melina Serra Pereira*



COMUNICAÇÃO DIGITAL E IDENTIDADES DE GÊNERO: ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE PESSOAS TRANSVESTIGÊNERE NO PERFIL DA AMATRA, NA REDE SOCIAL INSTAGRAM..... 103

*Thiago Arliton Santos e Santos
Romulo Fernando Lemos Gomes*

CORPOS VISÍVEIS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES QUEER DESFEMINILIZADA..... 104

*Amanda Silva Araujo
Vanda Maria Leite Pantoja*

CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA NO AMBULATÓRIO SABRINA DRUMOND 105

*Lorena Coutinho Lima
Carlos Wellington Soares Martins*

DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBTQIAP+ NO ENSINO SUPERIOR 107

*Leticia Oliveira da Silva
Helena Ataíde Silva
Ana Rebeca Lopes Fonseca
Lizandra dos Santos Cantanhede
Melina Serra Pereira*

DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ACADÊMICO: UM ESTUDO SOBRE VIVÊNCIAS LGBTQIAP+ 109

*Helena Ataíde Silva
Leticia Oliveira da Silva
Ana Rebeca Lopes Fonseca
Lizandra dos Santos Cantanhede
Melina Serra Pereira*

ESTRESSE PERCEBIDO NA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DO MARANHÃO: DESAFIOS E IMPACTOS 111

*Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Rayane Sobrinho de Sousa
Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Carla Michelle Rodrigues Abreu
Sara Fiterman Lima*

FAKE NEWS DO KIT GAY: NARRATIVAS DE ÓDIO E CONTROLE DA SEXUALIDADE NAS REDES SOCIAIS..... 113

*Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza
Ana Caroline Amorim Oliveira*



GENDRAMENTOS: IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA NA CANÇÃO BALADA DE GIBBERTA 114

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Luana Kerly Alves Coelho

Cristiane Navarrete Tolomei

IMPACTO DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO ESTIGMA NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO..... 115

Iago Araujo de Sousa

Rayane Sobrinho de Sousa

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Sara Fiterman Lima

JUDITH BUTLER: SEXO, GÊNERO E A CRÍTICA À METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA 117

Charlie Benjamin Ribeiro da Costa

Daniel Schiochett

LESBIANIDADE E INFÂNCIAS NEGRAS: ENCONTRO ENTRE AUDRE LORDE E BELL HOOKS 118

Luana Kerly Alves Coelho

Cristiane Navarrete Tolomei

Thales da Cunha Coêlho

Flávio Luiz de Castro Freitas

MALDITA CURA: A NORMALIZAÇÃO DA PERFORMATIVIDADE ABJETA NA HQ DE MÁRIO CÉSAR..... 120

Ariane Ferreira de Lima

Gilberto Freire de Santana

NECROQUEERPARENTALIDADE: MUTUAÇÕES SOCIAIS, ABANDONO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MANIFESTO DO CORPO (2019), DE FLÁVIO NANTES..... 122

Marcelo de Jesus de Oliveira

PERCEPÇÕES SOBRE AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA BAIXADA MARANHENSE 123

Rayane Sobrinho de Sousa

Higor Sajnovisch Gouveia de Andrade

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Sara Fiterman Lima



PRÁTICAS EM SAÚDE LGBTQIA+ NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA..... 125

*Carla Michelle Rodrigues Abreu
Higor Sajnovisch Gouveia de Andrade
Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Sara Fiterman Lima*

REPRESENTATIVIDADE DA COMUNIDADE LGBT EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DE SÃO LUÍS - MA..... 127

*Emilly Rayanne Garreto Sousa
Letícia Oliveira da Silva
Melina Serra Pereira*

SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: AVALIAÇÃO DA DEPRESSÃO NA COMUNIDADE DO MARANHÃO 129

*Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Rayane Sobrinho de Sousa
Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Iago Araujo de Sousa
Sara Fiterman Lima*

SONHANDO UMA REALIDADE DIFERENTE: RELATOS DE MULHERES TRANSGÊNERO MIGRANTES VENEZUELANAS EM DESLOCAMENTO PROLONGADO NO BRASIL..... 131

*Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Rayane Sobrinho de Sousa
Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Carlla Cristinny Miranda Coelho
Sara Fiterman Lima*

TODES EM DESTAQUE: O GÊNERO NEUTRO EM DEBATE 133

Leandro Carneiro Oliveira

TRANSFOBIA COMO BARREIRA DE ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA..... 134

*Amanda Gabrielle Carvalho e Souza
Thaianne Paixão Cantanhede
Vitória Maria da Silva Santos
Claudia Aline Soares Monteiro*

UM BILHETE PARA O TERRITÓRIO DO DESEJO: REFLEXÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO MASCULINA E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS..... 135

*Wlisses Figueiredo Matos
Marília Samália Ferreira Martins*



VIVÊNCIA QUEER NAS MÍDIAS: ABJEÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO.	136
---	------------

*Andressa Lima da Cruz
Larissa Vieira dos Santos Nunes
Luana Viana Coelho
Maria Emília Miranda Alvares*

EIXO 6 – ESTADO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO..... 137

A DEVASSA DA MARIQUINHAS: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO FEMININO NO CRIME DO DESEMBARGADOR PONTES VISGUEIRO.....	138
--	------------

Nila Michele Bastos Santos

A DOMINAÇÃO MASCULINA A PARTIR DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU	140
--	------------

*Isabela Pinto Dutra
Abel Perinazzo Cassol*

A ESTRUTURA MONOGAMICA NA VIOLÊNCIA E CONTROLE DOS CORPOS DE MULHERES NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS	142
---	------------

Ana Karolyny Diniz Pinheiro

A MULHER AFRO-BRASILEIRA NO PÓS-COLONIALISMO: DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E A OPRESSÃO INTERSECCIONAL	143
---	------------

*Richelle Kauanny Carvalho de Araújo
Amanda Gomes Pereira*

A PARIDADE DE GÊNERO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, O QUE ESCANCARA A RESOLUÇÃO CNJ N ° 525/2023?	144
--	------------

Fernanda Franklin da Costa Ramos

ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DAS CRÍTICAS DE JUDITH BUTLER SOBRE A FUNÇÃO PATERNA NA PSICANÁLISE DE ORIENTAÇÃO LACANIANA.....	145
--	------------

*Joselle Maria Couto e Lima
Luciano da Silva Façanha*

AS DIMENSÕES DE GÊNERO E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MARANHÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS	146
--	------------

Táisa Guimarães Serra Fernandes

AS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO PARA SE PENSAR AS PERFORMATIVIDADES POLÍTICAS E DE GÊNERO	147
--	------------

Flaviano Menezes da Costa

BETTY MEGGERS E O “PIONEIRISMO” FEMININO NA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA.....	148
---	------------

Sonayra dos Santos Carneiro



CIDADES INTELIGENTES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: COMO O URBANISMO E A TECNOLOGIA PODEM COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS ESPAÇOS URBANOS DA AMÉRICA LATINA..... 149

Claudiceia Silva Mendes

COMO MODOS DE PENSAR IMPLICAM EM MODOS DE VIVER A PARTIR DA OBRA MONOCULTURAS DA MENTE DE VANDANA SHIVA 150

Isnara Maria Frazão dos Santos

Flavio Luiz de Castro Freitas

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

DEPENDÊNCIA EMOCIONAL E DISPOSITIVOS DE GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE MULHERES CISGÊNERO HETEROSSEXUAIS NA CULTURA CONTEMPORÂNEA..... 151

Karine de Sousa Silva Nogueira

Melina Serra Pereira

DESIGUALDADE DE GÊNERO E AUMENTO DO ÍNDICE DE “DESOCUPADAS” EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE NO DESEMPREGO FEMININO..... 153

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza

Ester Avelar dos Santos Rios Mariz

Ana Caroline Amorim Oliveira

Márcia Manir Miguel Feitosa

DO TIRO DE CANHÃO À SUBNOTIFICAÇÃO: NOMEANDO OS CRIMES LETAIS POR HOMOTRANSFOBIA NO MARANHÃO ENTRE 2020 E 2022 154

Ana Beatriz Carvalho de Sousa

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Cristiane Navarrete Tolomei

EXPLORAÇÃO INTERSECCIONAL NA ECONOMIA DO CUIDADO 155

Anna Beatriz Ferreira Lima

Gabriel Rafi Soares Leão Santos

Rarielle Rodrigues Lima

EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS NO VALE DO PINDARÉ NOS DOCUMENTOS DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO MARANHÃO (DOPS)..... 157

Valeria dos Anjos Reis

Hugo Henrique da Conceição Costa

GÊNERO E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A VISÃO DOS PERPETRADORES, INTERNOS NO SISTEMA PRISIONAL MARANHENSE, ACERCA DAS VIOLÊNCIAS QUE PRATICAM..... 159

Loyane Ellen Silva Gomes

Juliana Guimarães e Silva

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro



GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO COMO FERRAMENTA DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA PATRIARCAL..... 160

Ana Catarina Brito Aires

Gabriel Elyfran Oliveira Bonfim

Polyana Gabriele Rodrigues Leal

Raimundo Ferreira Pereira Filho

Romulo Saerlle Oliveira Lima

MAS, ISSO PODE!? BREVES REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA FEMINISTA E DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA..... 162

Cidinalva Silva Câmara

Rakell Rays dos Anjos Alves

MATERNIDADE E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS PARA A MULHER-MÃE NO AMBIENTE PROFISSIONAL..... 163

Gizelle Costa Azevedo

Katiana Souza Santos

MOBILIDADE URBANA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: REFLEXÕES ACERCA DA LEI Nº 7.122/2023 DO PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS – MA 165

Julianne Tavares da Silva de Carvalho

Ana Caroline Amorim Oliveira

Rarielle Rodrigues Lima

NA ROTA DO “CUIDADO DE SI”: MENINOS E SOCIABILIDADES NO SUBÚRBIO LUDOVICENSE NO COMEÇO DO SÉCULO XXI..... 166

Sérgio César Corrêa Soares Muniz

OS DILEMAS ÉTICOS DO (A/E) PSICÓLOGO (A/E) FRENTE A MULHER ALVO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 167

Jaine Rafiza Nunes Costa

Lanna Thereza Costa Silva

Thaís Drielle Louzeiro Privado

PATRIARCADO, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A INVISIBILIZAÇÃO DAS MULHERES NO PODER POLÍTICO 169

Natalia Cristina Da Silva Almeida

Filipe Santos Muniz

Paulina Santos Machado

Rarielle Rodrigues Lima



PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS E GESTORES SOBRE O ATENDIMENTO ÀS MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA REGIÃO NORTE 171

Rayane Sobrinho de Sousa
Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Carla Michelle Rodrigues Abreu
Iago Araujo de Sousa
Sara Fiterman Lima

POLÍTICA, EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS 173

Katiana Souza Santos
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ELABORAÇÃO DAS BASES CURRICULARES DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO MARANHÃO 175

Hayanne Galvão Pereira Alves
Fábio Azevedo Palácio

PRODUZINDO VIDAS: A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS PRETAS EM UM ESTADO NECROPOLÍTICO E DE EXCEÇÃO 176

Matheus Diniz Campelo

RELAÇÕES DE GÊNERO E UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO E GARANTIA DE DIREITOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO 177

Neuzeli Maria de Almeida Pinto
Giovanna Barbosa Soares

SER MULHER, MÃE E ESPOSA: OS DISCURSOS SOBRE O SER FEMININO NO TRIBUNAL EPISCOPAL DO MARANHÃO COLONIAL TÍTULO DO TRABALHO 178

Yanka Karinna Viana de Souza

SUBJETIVIDADES NEGRAS NO BRASIL: UM OLHAR INTERSECCIONAL 179

Thales da Cunha Coêlho
Flávio Luiz de Castro Freitas

UMA DIALÉTICA HISTÓRICA ENTRE ECONOMIA E VIOLÊNCIA 180

Anna Beatriz Ferreira Lima
Gabriel Rafi Soares Leão Santos
Rarielle Rodrigues Lima

VIOLÊNCIA LABORAL NAS UNIVERSIDADES: REFLEXÕES SOBRE BRASIL E ARGENTINA DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO 182

Karoline Parrião Rodrigues



EIXO 7 – GÊNERO, CORPORALIDADES E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS 184

“ESSA VIDA DE CAIXEIRA, É UMA VIDA CANSADA. SO SE DEITA MEIA NOITE. LEVANTA DE MADRUGADA”. AS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA QUINTA DA BOA VISTA (PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO)..... 185

Maryna Eduarda Ferrais Lobato
Claudeilson Pinheiro Pessoa
Lucilene de Jesus Nogueira Lopes

A ATUAÇÃO DE MULHERES COMO LIDERANÇA NAS TURMAS DE SAMBA DO MARANHÃO..... 186

Rafaela Moreira Alves da Cunha
Marilande Martins Abreu

CICLANDO O GÊNERO: A MOSTRUIOSIDADE QUEER NO FILME O AMOR SANGRA 187

Maria Emília Miranda Alvares
Angela Bárbara Lima Saldanha Rego
Dante Saldanha

DINÂMICAS DE GÊNERO E NARRATIVAS FICCIONAIS: UMA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA IMAGINAÇÃO..... 188

Tháisa Drielle Louzeiro Privado
Tons de Maria Viana Cardoso

IDENTIDADE DE GÊNERO E TERRITORIALIZAÇÃO TRANS NO REVIVER..... 189

Yukie Julianna Carvalho da Silva
Kelly Kethley Cardoso Diniz
Lorenzo Meireles dos Santos
Rarielle Rodrigues Lima

INSTAGRAM COMO DISPOSITIVO DE ADULTIZAÇÃO E REGULAÇÃO DE CORPOS INFANTIS 190

Lana Thais Rodrigues Freitas Monteiro
Vilma Nonato de Brício

MARIQUINHAS: UMA GRAFIC NOVEL SOBRE VIOLENCIA DE GÊNERO NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX 192

Nila Michele Bastos Santos

O AMBIENTE TEATRAL E OS IMPACTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA EXPRESSÃO DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO..... 193

Gustavo Vitor Mendes Baldez Lindoso
Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro
Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim



PEDAGOGIAS CULTURAIS E A PRODUÇÃO DE GÊNERO NAS MÍDIAS DIGITAIS 194

Carolina Vasconcelos Pitanga

REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NAS PÁGINAS DO JORNAL PACOTILHA E O PÓS-ABOLIÇÃO MARANHENSE (1888 – 1890)..... 195

Carlos André Colins dos Santos

O RAP FEMININO E EPISTEMOLOGIAS DO FEMINISMO NEGRO 196

Renan Augusto Fernandes Silva

Valéria Matos Cutrim

Raul Brunno Pereira Sousa

Márcia Manir Miguel Feitosa

MINICURSO 198

EIXO 1 – FEMINISMOS, MULHERIDADES E INTERSECCIONALIDADES 199

ARTE E RESISTÊNCIAS AFRO-DIASPÓRICAS NA CAPOEIRA 200

Nando Marley Lima Pacheco

Rakell Rays dos Anjos Alves

FEMINISMOS E A INFLEXÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: EM PAUTA, O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL 201

Elisângela Santos de Amorim

Maria do Socorro Gonçalves da Costa

Suly Rose Pereira Pinheiro

GÊNERO, MOBILIDADE HUMANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A MULHERES MIGRANTES DE MANEIRA INTERSECCIONAL. 203

Catalina Revollo Pardo

Amanda de Lima Souza

INTERSECCIONALIDADE: TEORIA SOCIAL CRÍTICA E MÉTODO 205

Thiago Pereira Lima

Fernanda de Cássia Rodrigues Gomes

Silvane Magali Vale Nascimento

INTRODUÇÃO AO JORNALISMO FEMINISTA..... 206

Maria Gislene Carvalho Fonseca

EIXO 4 – FEMINISMOS NEGROS 207

A FILOSOFIA DE EXU E A PSICOLOGIA CLÍNICA: CAMINHOS E REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS DE LUIZ RUFINO 208

Jaime Sousa da Silva Junior



DO FEMINISMO AS MASCULINIDADES NEGRAS: COMO CONSTRUIR PRÁTICAS EDUCATIVAS..... 209

Hélder Douglas Ferreira Freitas

MULHERISMO AFRIKANA: A IMPORTÂNCIA DE RECONFIGURAR OS DISCURSOS OCIDENTAIS SOBRE GÊNERO..... 210

Loyane Ellen Silva Gomes

Juliana Guimarães e Silva

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro

EIXO 6 – ESTADO, PATRIARCADO E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO..... 211

COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO SOB A LENTE DE QUEM A PERPETRA: PARTILHAS DE UMA PESQUISA PARTICIPANTE NO SISTEMA PRISIONAL MARANHENSE..... 212

Loyane Ellen Silva Gomes

Juliana Guimarães e Silva

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro

DOIS ASPECTOS DO FEMININO NA GRÉCIA ANTIGA 213

Dr. José Assunção Fernandes Leite

Tailson Sousa Marques

GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES..... 214

Raimundo Ferreira Pereira Filho

Edla Maria Batista Ferreira

MUSEUS COMO ESPAÇOS DE PODER: DESCONSTRUINDO A HEGEMONIA MASCULINA E A INVISIBILIDADE DE OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS..... 216

Lucas Mateus da Silva Nogueira

Ramisson Corrêa Ramos

Ana Alice Torres Sampaio

Ana Raquel Farias

UMA IDENTIDADE FORJADA NA AUSÊNCIA: HOMENS PRETOS E O PACTO DO SILÊNCIO..... 218

Cláudia Leticia Goncalves Moraes

Sunshine Cristina de Castro Reis

Rayanne Caroline Viana Mendes

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA A MULHER PELO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO..... 219

Werdeson Mário Cavalcante Olimpio



EIXO 1 – FEMINISMOS, MULHERIDADES E INTERSECCIONALIDADES 221

APRESENTANDO FIGURAS DE RESISTÊNCIA EM SALA DE AULA 222

Leandro Carneiro Oliveira

EIXO 7 – GÊNERO, CORPORALIDADES E EXPRESSÕES ARTÍSTICAS 223

OFICINA DE EBO: A ESCRITA TERAPÊUTICA COMO RITUAL DE REENCANTAMENTO 224

Cláudia Leticia Goncalves Moraes

Thales da Cunha Coêlho

Ana Gabrielle Sousa Costa





COMUNICAÇÃO ORAL





EIXO 1 – Feminismos, mulheridades e interseccionalidades





“A MENINA DOS OVOS DE OURO” (2004) NA INTERDISCURSIVIDADE DE GÊNERO E MEMÓRIA DO EFUNDULA

Ariane Ferreira de Lima

Graduanda — Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)
ariane.lima@uemasul.edu.br

Anastácia Arruda Cardoso

Graduanda — Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)
anastacia.cardoso@uemasul.edu.br

Isabel Delice Gomes Macedo

Doutoranda — Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)
isabel.macedo@uemasul.edu.br
UEMASUL

RESUMO: *Não se nasce mulher: faz-se a mulher.* Inspiradas em Butler (2018), parafraseamos o célebre postulado de Beauvoir para sugerir que “mulher” é um fazer mais do que um ser. Substantivo feito verbo, *mulherar* é um ato reiterativo e citacional pelo qual se produz discursivamente os efeitos que nomeia. Assim, todo o *mulherar* se faz na confluência identitária entre memória e linguagem. Este estudo objetivou refletir sobre essas confluências discursivas na crônica “*A menina dos ovos de ouro*”, da escritora angolana Ana Paula Tavares (2004). Para tanto, consideramos as relações entre memória, identidade de gênero e linguagem na análise do discurso da crônica supracitada. Dessa forma, foi possível relacionar o rito iniciatório *efundula* à construção da identidade feminina na tradição Kwanyama, da Angola pós-colonial, representada na crônica. Por conseguinte, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica, que dialogou com os autores como Butler (2018), Candau (2016), Marques (2012), Becker (2004) e Gregolin (2001). O método empregado na análise da crônica de Ana Paula Tavares (2004), foi a Análise do Discurso (AD), conforme descrita por Gregolin (2001). Em “*A menina dos ovos de ouro*” (2004), o rito de iniciação *efundula* dos Kwanyama e Owambo é representado como um marco de transição da menina para a mulher, legitimando sua sexualidade e capacidade reprodutiva (Becker, 2004). Embora o rito varie ao longo do tempo e do espaço, ele mantém a essência de preparar socialmente a mulher (Becker, 2004). A crônica, narrada em primeira pessoa, revela uma perspectiva feminina subjetiva, na qual a menina-narradora se vê manipulada pela tradição a participar do rito. Esse processo é dividido em quatro fases: *manipulação*, *competência*, *performance* e *sanção* (Gregolin, 2001). Durante a *manipulação*, a menina é convencida a se submeter ao rito; na *competência*, ela adquire os símbolos tradicionais do *ser* mulher, como o colar de pevides e o toucado de missangas; na *performance*, ela completa o rito, e na *sanção*, ela é reconhecida como núbil (Gregolin, 2001; Tavares, 2004). Esse reconhecimento, embora positivo na tradição, representa a perda da identidade de *menina*. O conceito de *performatividade de gênero*, conforme Butler (2018), é central na análise. O rito de *efundula* transforma a menina em mulher por via do discurso, que materializa normas históricas e culturais. O *mulherar* é uma reiteração dessas normas, ocultando suas origens e, assim, naturalizando a identidade prescrita pela tradição. A crônica utiliza símbolos tradicionais para estilizar o gênero feminino, incluindo o toucado de missangas, o colar de pevides e a gordura de boi (Tavares, 2004). Esses símbolos inscrevem a menina no interdiscurso sociocultural, investindo-a de uma identidade. A análise também aborda a espacialização e temporalização na narrativa. O espaço é humanizado e feminizado, refletindo o estado interior da menina. A flora e a fauna são extensões do corpo da personagem, simbolizando os ciclos de *vida-morte-renascimento*. No âmbito do discurso, o





emprego de verbos no presente e no pretérito sugere uma narrativa de rememoração, destacando a relação entre memória e identidade no fazer narrativo. Em última análise, a crônica crítica o papel limitado das mulheres na tradição, representando-as como objetos de observação, não como agentes de expressão e participação social. A narrativa sugere que a identidade feminina é construída por meio da memória, que perpetua estereótipos de gênero colonialistas-cristãos, limitando a expressão das vozes femininas na tradição Kwanyama pós-colonial. Desse modo, os resultados indicam que “*A menina dos ovos de ouro*” (2004) configura-se como uma “meta-memória” (Candau, 2016), isto é, representa uma memória reivindicada pelo indivíduo (*a menina*) que revela a construção explícita de sua identidade de gênero intermediada pelo *efundula*, rito que se constrói na intersecção entre os discursos de gênero da tradição Kwanyama e a pós-colonialidade cristã em Angola.

Palavras-chave: Efundula; Identidade de gênero; Metamemória; Análise do Discurso.





“É UM SANGUE NOJENTO”: DISCUTINDO NORMAS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A MENSTRUÇÃO EM UMA COMUNIDADE ESCOLAR

Larissa Silva Abreu

Mestra em Psicologia- UFMA

tempora.psi@gmail.com

Secretaria de Estado da Educação do Maranhão – SEDUC/MA

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as percepções de estudantes da segunda série do Ensino Médio-Técnico de uma escola pública de São Luís / MA, acerca do tema menstruação. O tema foi apresentado à duas turmas a partir de aulas do componente curricular de Projeto de Vida, em que foi possível trabalhar de maneira transversal, o tema “saúde e dignidade menstrual”. Num primeiro momento foi possível perceber certo desconforto na turma ao serem perguntados (as) “O que te ensinaram sobre menstruação?”. Sobretudo aos estudantes que se identificavam como sendo meninos cisgênero e heterossexuais, que rapidamente fizeram expressões de nojo e falas em tom de repulsa. As crenças e normas ensinadas sobre a menstruação foram expressas por meio de frases e termos escritos anonimamente por cada estudante em pequenos pedaços de papel, os quais foram posteriormente lidos e comentados de maneira dialogada em sala de aula. As falas das e dos estudantes revelaram uma complexa rede de crenças, que variaram desde associações do sangue menstrual a adoecimento, impureza, fraqueza, perigo e pecado, até práticas discriminatórias que limitam ou dificultam a plena participação na vida social para pessoas que menstruam. A partir do diálogo sobre esses registros escritos, foi possível delinear alguns dos interditos relacionados à menstruação que influenciaram as trajetórias dessas (es) estudantes. Para alguns, esses interditos ainda se apresentam como verdades sobre o tema, nunca antes refletidas; para outros, representam normas a serem questionadas e transformadas, visando o avanço em direção a um contexto de maior liberdade, equidade e saúde. Para mobilizar as discussões foram apresentados vídeos curtos, posts de redes sociais problematizando o tema, e trechos de notícias ou entrevistas. Foi possível durante as discussões fortalecer a percepção de que os interditos sobre a menstruação não apenas visam limitar a liberdade dos corpos que menstruam, como principalmente visam produzir subjetividades em torno dessa e de outras diferenças, perpetuando dicotomias que são usadas para classificar, hierarquizar e dominar pessoas. A negação de direitos menstruais à pessoas que menstruam, associa-se a autorização do banimento e aniquilação de corpos indesejáveis, que são sequencialmente explorados e submetidos a violação de direitos como se fossem “territórios de conquista”, não obstante, os corpos e subjetividades que mais sofrem com a pobreza menstrual, são pessoas negras, periféricas, LGBTQIAPN+, e/ou pessoas em situação de privação de liberdade, desvelando as facetas interseccionais da violência que atua sobre esses corpos e subjetividades. As reflexões apresentadas ao longo do artigo terão como suporte teórico conceitos de Michel Foucault (1976), Kimberlé Crenshaw (2002), Mary Douglas (1966), Maria Lugones (2008), Rita Segato (2007), Glória Anzaldúa (2010), dentre outras/outros. Em conclusão, este artigo evidenciou a complexidade das percepções sobre a menstruação, destacando o impacto profundo das crenças culturais e normativas sobre o tema. Ao abordar as questões relacionadas à saúde e dignidade menstrual de forma transversal, as discussões em sala de aula e neste artigo proporcionaram uma visão crítica das narrativas e práticas que perpetuam a estigmatização e discriminação dos corpos menstruantes. As discussões promovidas foram fundamentais para desvelar e desafiar os interditos históricos que cercam a menstruação, abrindo espaço para uma compreensão mais inclusiva e equitativa. Por fim, vale destacar que diante de um contexto que almeja cada vez mais a interdição da Educação Sexual nas escolas, o diálogo, a escuta e a repercussão





de conhecimento crítico e seguro nos espaços que ainda temos em sala de aula e no currículo escolar seguem sendo ferramentas essenciais para a transformação de percepções e práticas sociais obsoletas e discriminatórias.

Palavras-chave: Menstruação; Gênero e Sexualidade; Interseccionalidade; Educação





A GORDOFOBIA PRESENTE NOS PADRÕES ESTÉTICOS DAS REDES SOCIAIS COMO FATOR CONSTITUINTE DA SUBJETIVIDADE DE MULHERES GORDAS

Amanda de Araújo Bastos
Bacharel em Psicologia – UNDB
amanda.bastos2910@gmail.com

Carlos Antonio Cardoso Filho
Doutor em Psicologia Social e Institucional – UFRGS
carloscardosof@gmail.com
UNDB

RESUMO: A gordofobia é conceituada como ódio ou aversão a corpos gordos, e faz parte da realidade da maioria das pessoas que se encontram acima do peso, podendo chegar a afetá-las em todas as áreas de sua vida: no ambiente familiar, no trabalho, nas redes sociais. Não se trata apenas de bullying, xingamentos e apelidos; a gordofobia é um problema estrutural, e seus efeitos negam acessibilidade e inclusão de pessoas gordas. Essa estrutura é derivada de um conjunto de saberes biológicos e de senso comum que contribuíram para a desumanização do corpo gordo. Sendo assim, tem-se como objetivo compreender como os padrões estéticos perpetuados pelas redes sociais afetam a subjetividade de mulheres gordas. Além disso, visa-se entender o que é o ideal de beleza disseminado pela mídia, como é construída a subjetividade de uma mulher gorda e analisar, através da revisão de literatura, como o padrão de beleza vigente impactam a autoestima e identidade de mulheres gordas. O objetivo da grande mídia é gerar uma busca incessante por satisfazer necessidades que, em sua grande parte, são criadas por ela mesma. Tais soluções são vendidas em anúncios, cartazes, revistas e nas redes sociais. O espaço virtual pode ser interpretado como uma espécie de vitrine, que vendo um estilo de vida que nem sempre corresponde à realidade vivida. Cria-se, então, uma cultura de consumo baseada na irrealidade (BRUNELLI *et. al*, 2019). Nas redes sociais, as pessoas são constantemente expostas a imagens e conteúdo relacionados à beleza e ao corpo ideal. As novas mídias digitais podem ser compreendidas como um vasto território onde diferentes estratos sociais são envolvidos no sistema capitalista. A ânsia por ser notado ou ouvido resulta em uma exposição em busca de visualizações e curtidas, criando assim uma rede de ansiedade que, frequentemente, leva à dependência da avaliação e julgamento alheios. Em grande medida, o indivíduo passa a depender da validação do outro para sua aceitação (LELES, 2019). Tentando alcançar um padrão utópico, as pessoas se veem em um *looping* de insatisfação, que atinge principalmente pessoas que estão à margem do padrão, como exemplo, as mulheres gordas. A mulher gorda é incessantemente pressionada para atingir um corpo esteticamente perfeito. Ela é considerada uma monstruosidade e tem sua feminilidade questionada e resumida ao seu Índice de Massa Corporal. O tamanho e o formato de seu corpo são considerados anormais e inaceitáveis. A desumanização é tão evidente que chegam a compará-la com baleias e porcas. O estigma as exclui, não as proporcionando acessibilidade em assentos, catracas em transportes públicos e nem mesmo ao comprar uma roupa. Segundo Joana Novaes (2005 apud NERY, 2017), quando as mulheres se encontram desesperadas e lutam para atingirem o padrão de beleza idealizado, “essas mulheres lutam na verdade contra si, perdendo-se no espelho, à procura de si mesmas”. Verifica-se então que o uso das redes sociais afeta negativamente a imagem corporal e a autoestima principalmente de mulheres que, ao se depararem com imagens representativas de corpos considerados ideais, são impactadas e realizam comparações, almejando atingir o padrão





de beleza estabelecido socialmente. O peso está fortemente relacionado à ideia de beleza na atualidade, sendo assim, estar inserida nesse padrão envolveria principalmente possuir um corpo magro. Apesar de todas as mulheres sofrerem com a pressão estética de atingir uma aparência “perfeita”, as mulheres gordas são as que mais sofrem. A cultura contemporânea valoriza muito o corpo magro, validada principalmente pelo discurso médico, que transforma a gordura em um símbolo de decadência moral, com sérias consequências para a subjetividade dos que não se adaptam a esse ideal de corpo. Para as mulheres gordas, a norma que os atira ao grupo marginalizado de uma repulsa geral torna-se um peso, na alma, um refluxo sobre si mesmo de um corpo recusado (VASCONCELOS, 2004). Como o grupo que mais sofre com a desumanização e patologização de seus corpos são mulheres subalternas, a gordofobia – enquanto estrutura social – é, portanto, violência de gênero. (JIMENEZ, 2020)

Palavras-chave: Gordofobia. Padrões Estéticos. Ideal de Beleza. Redes Sociais.





A IDEIA DE MÁSCARA SILENCIADORA EM GRADA KILOMBA COMO LENTE INTERPRETATIVA PARA O RACISMO ALGORÍTMICO COM MULHERES NEGRAS NO INSTAGRAM

Camila S. Lima

Comunicação Social - Jornalismo - Universidade Federal do Maranhão

MBA em Marketing Digital - UNIFATECIE

Customer Experience - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Mestranda em Cultura e Sociedade - PGCULT -UFMA

camila.sl@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

José Ferreira Junior

Professor da graduação de Jornalismo e do Programa de pós-graduação em Cultura e Sociedade (PGCult)

jose.rfj@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Se escrever é um ato político (Kilomba, 2019), poder mostrar o rosto ao mundo é de igual modo, um meio através do qual uma identidade é reafirmada. Fomos conformados à recorrência da imagem negra estampando noticiários policiais - ora como vítimas, ora como autores de espetacularizados casos criminais; no entanto, esse não é o modo como negros e negras querem (e devem) ser vistos e representados, uma vez que a construção de identidades é também permeada pela comunicação (Loures, 2021) e o processo de identificação tornou-se politizado na sociedade moderna (Hall, 2006). O avançar dos anos desnuda o caráter atemporal do racismo e como suas garras estruturalizadoras persistem em cercear, por diferentes meios, a liberdade de romper os grilhões da estigmatização racial que estereotipa, oprime e delimita onde, como e quando a imagem negra deve aparecer. Nesse sentido, inferimos as noções de sujeito e objeto propostas por Bell Hooks (1989) para incrementar a reflexão sobre como a atuação dos sistemas de Inteligência Artificial responsáveis por ordenar e recomendar conteúdos publicados no Instagram perpetuam desigualdades para com mulheres negras, às quais é negado um acesso igualitário à possibilidade de difundir sua própria imagem e ideias através de publicações na rede social supracitada. Para tecer essa discussão, propomos um percurso teórico-metodológico marcado pela interdisciplinaridade entre Comunicação, Tecnologias Digitais e Racismo e Racismo Algorítmico, estabelecendo uma conexão entre a ideia de máscara proposta por Grada Kilomba (2019), enquanto instrumento colonial silenciador na escravização e a operacionalização do Racismo Algorítmico (Silva, 2022) com mulheres negras, o qual resulta em um novo instrumento a partir do qual o poder de fala dessas mulheres está sob ameaça. Os resultados parciais obtidos a partir do manuseio dessa lente interpretativa, metodologicamente pauta em pesquisas bibliográficas e análise qualitativa de casos envolvendo possível racismo algorítmico, ao fenômeno aqui observado, indicam que i) o Racismo Algorítmico é uma reconfiguração do Racismo Estrutural (Almeida, 2019) e ii) mulheres negras são afetadas pela atuação não-ética das IAs que operam a moderação e recomendação de conteúdo no Instagram. Dessa feita, conclui-se que as contribuições de Kilomba na obra "*Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*" se configuram como uma expoente fonte para rebuscadas interpretações acerca das constantes atualizações do racismo ao longo dos anos.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Instagram; Racismo Algorítmico; Interdisciplinaridade.





A NORMATIZAÇÃO DO CORPO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE: UM “BELO” PROBLEMA

Thaís Pinto Fontinele

Psicóloga e Mestra em Psicologia – UFMA

thaisfontinele@hotmail.com

Professora Substituta no DEPSI - UFMA

RESUMO: O corpo é marcado pelos discursos validados através da rede de poder-saber que vigoram em cada sociedade, como nos ensina DaMatta (1987, p. 76) ao dizer que: “tudo indica que existem tantos corpos quanto há sociedades”. Nesse sentido, o corpo funciona como um marcador de diferenciação social, já que ele é socialmente construído e revela mais o social do que o individual (Rodrigues, 1983). Portanto, podemos conceber o corpo humano, acima de qualquer outra coisa, como a expressão simbólica da própria organização da sociedade, que o objetiva e lhe determina normas e padrões aos quais ele deve se submeter. Compreendendo que a sociedade contemporânea ocidental está intrinsecamente relacionada com o consumo, devido ao modo de produção capitalista, temos a concepção do corpo contemporâneo também se estruturando em torno da ideia do individualismo, forte característica identitária desse contexto. Assim, nesse trabalho, pretendo discutir o corpo feminino enquanto um “alvo do poder”, investigando como a cultura contemporânea tem nele investido a fim de modelá-lo e corrigi-lo, em direção à busca de um ideal de beleza normatizado. A normatização do corpo feminino é produzida a partir do investimento de uma rede articulada de discursos e normas, pelos padrões de saúde e beleza, além de critérios estéticos, de produtividade, *status* e visibilidade social. Contemporaneamente a aparência dos corpos praticamente determina a maneira pela qual as vidas podem ser vividas. Sabemos que a beleza real envolve uma gramática variada e extensa; no entanto, a convenção social acerca da atratividade feminina é construída pelo discurso do mercado, que se altera de acordo com o que objetiva a supremacia do patriarcado branco e heteronormativo. O problema da beleza é criado por homens brancos; ou seja, as regras e ideais de aparência são determinados por eles em padrões cada vez mais específicos. Assim como a colonialidade do poder tentou assoplar identidades particulares, forjando papéis sociais marcados por uma noção hierárquica, opondo conquistadores e conquistados, dominantes e dominados, com base em um discurso socialmente produzido e justificado pela criação da ideia de raça; a distribuição social continua acontecendo de modo a fixar lugares para as pessoas a partir dos seus traços corporais. Respeitadas as proporções da comparação empreendida, cabe demarcar que assim como o padrão hegemônico da branquitude pretendeu solapsar a enorme variedade de identidades possíveis, a cultura do culto ao corpo também tem pretendido estetizar a diversidade corporal feminina em torno de uma estética estreita. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é demonstrar que o padrão de beleza implica muito mais do que o controle das aparências, mas visa também o controle dos gestos, comportamentos e atitudes. Assim como o ideal de maternidade e domesticidade que se sobrepunham à identidade feminina na modernidade compeliavam às mulheres a um controle social gerador de sofrimento, o ideal de corpo e de beleza da contemporaneidade também é coercitivo e visa controlar a produção de subjetividades. Portanto, o antigo padrão de feminilidade sintetizado na mulher dona de casa e boa esposa foi sobreposto pelo padrão de corpo, indicado pela imagem de uma mulher magra, sempre jovem e bonita. As questões corporais hoje são a expressão de um novo fenômeno social e político, que se orienta pelo signo do consumo e indica uma nova moral. Assim, o lugar da mulher na sociedade contemporânea continua se mantendo um imperativo tirânico, solapsando as singularidades e incidindo na produção de identidades homogeneizadas.

Palavras-chave: Corpo; Contemporaneidade; Normatização; Consumo.





A VIVÊNCIA ACADÊMICA DE MULHERES DO CURSO DE PSICOLOGIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Ana Quézia Araújo Gomes

Graduanda em Psicologia – Universidade Federal do Maranhão

ana.quezia@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Glenda Aline Monteiro Santos

Graduanda em Psicologia – Universidade Federal do Maranhão

glenda.monteiro@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Mariana Saldanha Frias

Graduanda em Psicologia – Universidade Federal do Maranhão

mariana.frias@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Cláudia Aline Soares Monteiro

Doutorado – Universidade de Brasília

cas.monteiro@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O gênero pode ser considerado um construtor sociocultural que normaliza comportamentos esperados por parte de homens e mulheres, assim o ingresso das mulheres nas universidades mostra-se historicamente marcado por um processo excludente e desigual, ocorrendo de forma lenta e tardia. Este estudo apresenta os resultados de uma práxis comunitária que investigou a vivência acadêmica de mulheres do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com o objetivo de compreender como as questões de gênero impactam suas vivências acadêmicas. Utilizando a arteterapia como ferramenta de expressão subjetiva, o trabalho explorou temas como a inserção feminina no ensino superior e os desafios enfrentados por essas estudantes, guiando-se através de uma abordagem qualitativa. A metodologia envolveu a participação de seis alunas, selecionadas por amostragem não probabilística por bola de neve, e a práxis foi dividida em três momentos: ambientação, produção artística e discussão coletiva. Durante o processo, as participantes fizeram desenhos e poemas que representavam momentos significativos de suas trajetórias no curso. Os relatos revelaram importantes temas como a construção de redes de apoio entre as mulheres, evidenciando o conceito de sororidade, entendido como a solidariedade e o suporte mútuo entre as participantes, que fortalecem seus vínculos e as ajudam a enfrentar os desafios acadêmicos e pessoais. Além disso, emergiu o conceito de “dororidade”, que advém do feminismo negro e refere-se à experiência compartilhada das dores das mulheres negras, revelando as camadas adicionais de opressão e desafios enfrentados por essas estudantes. As conclusões mostram que, apesar das dificuldades, as mulheres constroem relações de suporte mútuo que permitem a superação de barreiras, destacando a importância de espaços acadêmicos mais inclusivos e seguros. A práxis também evidenciou o valor da arteterapia como um recurso poderoso para a expressão e ressignificação das vivências individuais e coletivas.

Palavras-chave: sororidade, gênero, arteterapia, psicologia.





AS REDES E RIXAS NO TERRITÓRIO: O PAPEL FEMININO DESDE O FESTEJO DE SANTO ANTÔNIO AO ACIONAMENTO POLÍTICO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

Ana Paula Silva Oliveira

Doutoranda em Antropologia Social

E-mail: apso@yahoo.com

Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

RESUMO: Este artigo é fruto de uma pesquisa de caráter qualitativo, que foi realizada para a elaboração do meu trabalho monográfico de conclusão do curso de Ciências Sociais, bacharelado e licenciatura (2016). Hoje quase uma década depois da aprovação do trabalho, considereei transformar um dos capítulos em artigo para publicação de alguns dos resultados obtidos naquele período que ainda se fazem pertinentes e contemporâneos, como a questões territorial, interseccional e identitária. Em meados do mês de novembro do ano de 2013, tive a oportunidade de conhecer a comunidade remanescente de quilombo, Rio Grande, localizada em Bequimão – MA, visita proporcionada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Lutas Sociais Igualdade e Diversidade – LIDA, na ocasião eu era recém chegada ao referido grupo. Durante toda a visita que tinha como objetivo assessorar a comunidade para articular uma reunião de encerramento das atividades da associação do ano de 2013 observei as lideranças, ouvi algumas histórias contadas pelas mulheres do território e soube do festejo. Já naquela oportunidade fui convidada a participar, e nos anos seguintes, 2014, 2015 e 2016, participei do referido festejo. Objetivo analisar as relações entre mulheres e os homens, dando um enfoque especial para as relações entre as mulheres que conseguem durante os treze dias de festejo conciliar as atividades do lar com as tarefas da festa. As mulheres quilombolas contam sempre com o auxílio umas das outras para cuidar de seus filhos que por não ter com quem deixá-los, são levados por suas mães para o barracão onde são produzidas as comidas, lugar onde elas estão concentradas. Os instrumentos de investigação que foram utilizados foram a observação participante e entrevista semi-estruturadas entre uma atividade e outra. Foram as entrevistas e conversas informais com as mulheres do Rio Grande, e participar das conversas quando possível, com as mais velhas pude coletar dados sobre a primeira mãe do Rio Grande. Na atualidade, a vinculação da identidade quilombola do Rio Grande está pautada, dentre outras práticas, na organização desse festejo, fenômeno este que se constitui num grande fato de coesão social, a ponto de não ser preterido, mesmo diante de fatos tão graves quanto um fratricídio que ocorreu no primeiro dia do festejo do ano de 2009 (FURTADO, 2012). A comunidade quilombola Rio Grande, situada no município de Bequimão -MA localizada no Litoral Ocidental Maranhense é formada por aproximadamente 80 famílias residentes em seu território, incluindo os filhos/filhas da comunidade que mesmo não residindo no território, são filhos da comunidade, segundo Barth *“as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam”* (BARTH, 2000). A configuração das relações sociais na comunidade do Rio Grande especialmente no “domínio” do preparo do festejo de Santo Antônio sempre foram alvo das minhas observações desde de 13 de junho de 2014, ano em que participei pela primeira vez do festejo. Não pude observar todo o processo de produção do festejo, mas pude conhecer sua culminância, a *festa grande* e soube por moradores como seriam os procedimentos iniciais para produção do festejo. Desde então, busquei conhecer e entender as configurações sociais do Rio Grande para a organização do festejo de Santo Antônio, apresentarei neste artigo, como estão estruturadas as divisões sociais de gênero nas atividades, no envolvimento coletivo entre as mulheres e como





a comunidade assume as obrigações com Santo Antônio agradecidos pelas honras à comunidade.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Mulheres quilombolas. Resistência. Território.





CONSIDERAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS A PARTIR DOS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E GÊNERO

Nyedja Rejane Tavares Lima¹

Mestra em Cultura e Sociedade

nyedja.lima@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Suelen Cipriano Milhomem Dantas²

Mestra em Cultura e Sociedade

suelen_dantas@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O tempo passou e junto dele é possível observar que ocorreram significativas mudanças no que diz respeito à organização social brasileira. Porém, quando observamos as questões raciais, infelizmente ainda é possível enxergar a população parda e negra, em sua maioria, estacionada à marginal da sociedade. A negritude ainda vive em condições análogas ao período de escravização, facilmente se observa isso por meio de dados estatísticos - a exemplo do percentual da população carcerária, do nível de escolaridade, de trabalhadores com remuneração mais elevada e/ou cargos de chefia, dentre outros números, na comparação entre negros e não negros, que podemos concluir que, efetivamente, essa libertação não se concretizou de fato. Até hoje, a população negra segue às margens da sociedade, sendo a mais prejudicada tanto econômica quanto socialmente (SOARES & CASTRO, 2023). Da mesma forma, é urgente a necessidade de se pensar o papel das mulheres pardas e negras na sociedade e o tratamento que elas recebem, para a partir então ser possível analisar possibilidades de inversão desse quadro que coloca a mulher negra na base da pirâmide social, como objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão (GONZALEZ, 2018). O presente trabalho visa estudar a trajetória de vida das mulheres quilombolas e a construção de suas identidades, a partir dos marcadores sociais de raça e gênero, cujos dados são provenientes de artigos relevantes publicados na *Plataforma Google Scholar*, ao longo dos anos de 2020 a 2023, tendo como termos de busca: “mulheres quilombolas”, “racismo”, “mulheres quilombolas maranhenses”. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica ampla e detalhada, do tipo pesquisa quantitativa através de levantamento de dados, bem como pesquisa qualitativa para complementar as abordagens com a análise de documentos históricos, registros oficiais e outras fontes escritas relevantes é fundamental. A presente pesquisa tem como objetivos: analisar os significados, as lutas e desafios para a superação das opressões sociais e investigar o pertencimento étnico-racial e de gênero das mulheres quilombolas. Ademais, abordaremos gênero e raça como ferramentas de poder que estruturam as práticas discursivas, as relações sociais, instituições, comportamento, o cotidiano laboral, inclusive fixando normas, conceitos e teorias que mantém ao longo do tempo (FOUCAULT, 1997), logo, preferimos buscar referencial teórico a partir de autoras como Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lelia González, uma vez que as citadas pesquisadoras, além de proporcionar uma reflexão à sociedade brasileira, retratam o racismo e o sexismo como fatores estruturantes nas relações

¹ Mestra em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: nyedja.lima@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7780-5152>.

² Mestra em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: suelen_dantas@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6317-4372>.





sociais, políticas e de gênero no Brasil. Nessa senda, observaremos como a rede de relações construída pelas mulheres quilombolas nas comunidades, as articulações de suas identidades como mulheres negras se revelam na defesa da ancestralidade e da negritude como um ato político (FERREIRA, 2016). Além disso, trazemos como reflexão, a luta pela superação da opressão, desafio de vencer a subalternidade e o racismo cotidiano. As contribuições desta pesquisa circundam as discussões que podem emergir acerca da interseccionalidade em espaços pouco conhecidos, com ênfase em gênero, raça e etnia no contexto de mulheres quilombolas. No mais, almeja-se externar os desafios que enfrentam diante das desigualdades sociais (DA COSTA LEAL et al, 2023). Por fim, observa-se que ser mulher negra e quilombola significa enfrentar diariamente as mazelas coletivas e individuais causadas pelos marcadores sociais atrelados a seus corpos, principalmente pelo racismo e o machismo. Fica também evidente que as mulheres quilombolas, ao tomarem ciência da sua condição de mulher negra e quilombola, se aproximam e fortalecem a luta antirracista (SOARES & CASTRO, 2023).

Palavras-chave: gênero; mulheres quilombolas; mulheres negras; relações de poder.





CONSTRUÇÃO DE SABERES POR MEIO DAS HISTÓRIAS DE MULHERES PESCADORAS

Francisca Geysa Lopes Araujo

Ciências Humanas/Sociologia – Universidade Federal do Maranhão -UFMA

Francisca.geysa@discente.ufma.br

UFMA

Alinny Layane Valentim da Silva

Ciências Humanas/Sociologia – Universidade Federal do Maranhão

Alinny.valentim@discente.ufma.br

UFMA

Ana Caroline Amorim Oliveira

Professora do Curso de Ciências Humanas/Sociologia do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade(PGCult)

oliveira.ana@ufma.br

UFMA

RESUMO: Este trabalho visa apresentar a relevância do papel da mulher na construção de saberes na comunidade do povoado Araçá em Santa Quitéria no Maranhão. Compreendemos que seu papel na comunidade está para além de “somente” educar filhos, ou até mesmo estar na cozinha. Sua trajetória na comunidade também é associada a força e luta. Essas mulheres do Araçá que pouco são notadas, buscam transmitir seus conhecimentos por meio do ensinar a fazer, e também pelas histórias por elas contadas (ARAUJO, 2021). Será proposto neste trabalho uma pesquisa de campo, para que melhor se aplique o entendemos por local de fala (MONTENEGRO, 1998). A partir dessa perspectiva analisaremos os seus saberes enquanto peça fundamental para a construção da identidade coletiva desse povoado (CANDAU 2018). Assim, tencionaremos os saberes por elas apresentados para que a partir desse ponto possamos compreender como se dá o processo de ensino cultural na comunidade elencando alguns aspectos do cotidiano de suas jornadas de trabalho enquanto profissionais da pesca. Fica perceptível, portanto, a importância de direcionarmos nosso olhar enquanto pesquisadoras para esses saberes que na maioria das vezes ficam subtendido, porém, não explicito. Logo, por meio deste trabalho poderemos perceber quão necessária é a inclusão desses saberes para a compreensão do todo.

Palavras-chave: mulheres; identidade; (re)existência; pesca artesanal.





DESIGUALDADE DE GÊNERO E NEOLIBERALISMO: TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DO BRASIL E DA ARGENTINA

Laryssa Costa Silva

Graduada em Economia - UFPI e mestra em Desenvolvimento Socioeconômico - UFMA
laryssa1costa@gmail.com

RESUMO: O trabalho busca apresentar a influência e as transformações que o neoliberalismo provocou na desigualdade de gênero no mercado do trabalho, na trajetória do Brasil e da Argentina, os quais possuem em comum a adoção de estratégias neoliberais na década de 90. Através da análise das condições históricas e econômicas de desenvolvimento das relações de gênero e trabalho no Brasil e Argentina, o caráter antineoliberal é destacado como ponto fundamental do feminismo latino-americano, pois este trouxe para o cerne do debate político e econômico: o trabalho do cuidado como trabalho invisível; o papel das infraestruturas públicas e as privatizações dos serviços sociais, que são substituídos por trabalho não remunerado das mulheres; e a interseccionalidade entre raça, gênero e classe como importante ferramenta teórica e política. Pensando nas condições históricas e econômicas de desenvolvimento das relações de gênero e trabalho na América Latina a partir dos anos de 1990, o caráter antineoliberal é destacado como ponto fundamental dos feminismos, que trouxeram para o cerne do debate político o problema da cultura extrativista sobre corpos e territórios, passando pelo extrativismo de uma mineradora multinacional que desabriga toda uma comunidade em prol do desenvolvimento, até o extrativismo do capital financeiro sobre a dívida, que extrai valor da precariedade. Buscaram também a questão do resultado dos restos da infraestrutura pública e das privatizações dos serviços sociais, que são substituídos por trabalho não remunerado das mulheres. Os feminismos articularam, portanto, a dimensão do ajuste estrutural do modelo neoliberal. Assim, não é possível compreender um fenômeno social sem entender as suas relações com o Estado e com o mercado. Diante disso, os trabalhos de Brown (2019), em “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”, o de Fraser (2020), em “O velho está morrendo e o novo não pode nascer” e “A razão neoliberal” de Gago (2014), destacam-se porque abrangem, ao mesmo tempo, manifestações filosóficas, políticas, econômicas e epistêmicas que levam a uma definição de neoliberalismo e se vinculam às questões da divisão sexual do trabalho. As reformas trabalhistas promovidas pela agenda neoliberal apresentam o argumento de que com as privatizações e a redução dos custos laborais, a economia se torna mais competitiva e, como consequência, há geração de novos postos de trabalho. Nesse sentido, Wigdor (2016) destaca que durante os governos neoliberais os mecanismos de redistribuição de produtividade para os setores mais vulneráveis da sociedade, como os programas de transferências de renda, via políticas públicas, como pensões, benefícios de auxílio doença e maternidade, etc., são os primeiros a sofrerem restrições econômicas. De acordo com o Panorama Social da América Latina e Caribe de 2022, as mulheres apresentam uma taxa de ocupação significativamente menor do que a taxa de ocupação dos homens nos dois países. Além disso, a autonomia econômica das mulheres se deteriorou entre o ano de 2019 e 2021, aumentando de 16,8% para 17,2% de mulheres argentinas sem renda própria, e de 24,1% para 26,2% mulheres brasileiras sem renda própria (CEPAL, 2023). As consequências das reformas políticas neoliberais trouxe uma crise do desemprego, aumento do endividamento e a precarização das condições de trabalho, que afetam principalmente os trabalhadores mais vulneráveis, que trabalham por conta própria e estão frequentemente em situação de incerteza e alto endividamento. A divisão sexual do trabalho é fator persistente na realidade brasileira e argentina. Além da diferença de participação laboral, a discriminação também é reforçada pelo papel da raça. Diante disso, é importante





destacar que a abordagem interseccional é instrumento fundamental na formulação de políticas públicas para mulheres, pois, em vez de priorizar apenas uma identidade social, investe, de forma estratégica, em grupos ou segmentos sociais que são mais vulneráveis à estrutura do regime neoliberal.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Desigualdade; Gênero; Mercado de trabalho.





DISSECANDO VERSOS: PRIMEIRAS NOTAS SOBRE A INVESTIGAÇÃO DO DISCURSO DE RESISTÊNCIA NAS LETRAS DA MC LUANNA E DA DUQUESA

Crislany Carolina Pales Sousa

Graduanda em Comunicação Social/Audiovisual

crislany.carolina@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Flávia de Almeida Moura

Doutora em Comunicação

flavia.moura@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este resumo é um recorte de um projeto de pesquisa que investiga o papel das mulheres no RAP brasileiro, com foco específico na análise do contradiscurso de resistência ao machismo e ao racismo no Brasil. O objetivo deste resumo analisar a música “99 problemas”, de autoria de Mc Luanna e da Duquesa, com o conceito de feminismo negro de Sueli Carneiro (2003). Vamos começar com um breve histórico do gênero musical: O RAP, que emergiu nos Estados Unidos na década de 1970 como uma expressão cultural da juventude negra urbana, foi introduzido no Brasil nos anos 1980 e rapidamente se tornou uma ferramenta significativa para a expressão de jovens das periferias. De acordo com Herschmann (2000), o RAP brasileiro se destaca pela forte carga de denúncia social e política, abordando questões como violência policial, desigualdade social e racismo. Adotamos a perspectiva dos estudos culturais latino-americano, de Martín Barbero (1997), que vê a comunicação como um processo cultural e histórico complexo, no qual a recepção é uma parte ativa e interpretativa. Esta abordagem nos permite analisar como as letras do RAP são recebidas e reinterpretadas, especialmente no que se refere à contestação dos discursos masculinos dominantes. O estudo também considera as observações de Matsunga (2006) sobre o sexismo na sociedade brasileira e como isso se reflete no RAP. Embora o movimento hip-hop tenha tentado se integrar aos discursos contemporâneos, muitas vezes reproduz formas de discriminação sexual. Neste cenário, as mulheres no RAP, como MC Luanna e Duquesa, enfrentam uma dupla opressão de gênero e raça e utilizam suas músicas para desafiar o machismo e reivindicar espaço em um ambiente predominantemente masculino. A pesquisa se propõe a explorar como essas artistas criam contradiscursos que subvertem as narrativas masculinas dominantes e promovem resistência e empoderamento. A música "99 Problemas" de MC Luanna e Duquesa é aqui analisada à luz do conceito de feminismo negro formulado por Sueli Carneiro (2003). No artigo *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*, Carneiro destaca a necessidade de um feminismo que reconheça as especificidades da opressão enfrentada por mulheres negras que vivem na interseção de desigualdades de gênero, raça e classe. Essa perspectiva enfatiza que o feminismo tradicional, centrado em experiências de mulheres brancas, muitas vezes negligencia as demandas e vivências das mulheres negras. Na letra da música, as artistas criticam a ideia de que os maiores problemas das mulheres se concentram em questões de sexualidade ou relacionamentos amorosos. A frase “pica não tá na lista” reflete a rejeição dessas preocupações como centrais na vida das mulheres negras, sinalizando que seus desafios reais estão relacionados ao racismo, ao sexismo e à luta pela autonomia econômica e social. Isso se conecta diretamente ao argumento de Carneiro (2003) de que o feminismo precisa ser ampliado para incluir as questões de raça e classe. Para Carneiro, o feminismo negro reconhece a luta das mulheres negras pela sobrevivência econômica, pela dignidade e pela justiça racial, aspectos que estão presentes na mensagem da música. Além disso, Sueli Carneiro aponta que a





desvalorização das mulheres negras ocorre tanto na esfera pública quanto na privada, resultando em um processo de desumanização e marginalização (2003). Essa ideia é reforçada na música quando as artistas destacam a importância de focar no "dinheiro no bolso" e não se deixarem distrair por pressões externas, muitas vezes vindas de um sistema que as desvaloriza. Esse foco na autonomia financeira reflete a necessidade de resistir a essas opressões, alinhando-se com o que Carneiro define como uma resistência contra o racismo e o sexismo estrutural. Portanto, a música "99 Problemas" ecoa os princípios do feminismo negro de Sueli Carneiro, ao colocar as experiências e desafios das mulheres negras no centro de sua narrativa. Ela afirma a importância de independência e força diante de um sistema que perpetua a opressão múltipla.

Palavras-chave: Feminismo Negro; RAP; Música; Comunicação





DUPLA-DIREÇÃO EM LOU ANDREAS-SALOMÉ: DIÁLOGOS ONTO-EPISTEMOLÓGICOS COM O REALISMO AGENCIAL DE KAREN BARAD

Luciana Soares Santos

Mestra em Biodiversidade e Conservação – Universidade Federal do Maranhão

luciana.ss@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho propõe-se a apresentar alguns conceitos chave da perspectiva filosófica do realismo agencial, elaborada pelo físiqe e teóricue feministe estadunidense Karen Barad., em diálogo com as críticas dos estudos feministas, queer, culturais e da teoria crítica social sobre o reconhecimento das alteridades, e com as críticas dos *science studies* sobre o conhecimento científico. Com base nesta abordagem, busca-se realizar uma leitura difrativa sobre um outro momento histórico, ligado à vida, ao pensamento e à obra da escritora, filósofa e psicanalista Lou Andreas-Salomé (1861, São Petersburgo, Rússia - 1937, Göttingen, Alemanha), com o objetivo de mapear as reverberações entre os métodos onto-epistemológicos das autoras. Para Karen Barad, o reconhecimento das alteridades demanda a superação do paradigma representacional cartesiano por modos alternativos de conceitualização da materialidade, e de sua relação com a discursividade. O representacionismo pressupõe a existência de dois tipos de entidades, independentes entre si: os objetos materiais; e as representações que os espelham por meio da linguagem, constituindo uma lógica reflexiva de atribuição de significados. Barad aponta que, sob esta tendência, foi-se acentuando um poder substancializante da representação, que restringe a materialidade a um dado rebatimento epistemológico. Endossando a proposição, pelos estudos críticos do representacionismo, de uma abordagem performativa - focada em práticas/fazeres/ações discursivas, Barad elabora sua perspectiva de realismo agencial. Nesta abordagem, sua noção de performatividade é materialista, naturalista e pós-humanista, retrabalhada por uma ótica difrativa. Ao contrário da ótica reflexiva - que mapeia a diferença como um deslocamento do mesmo - o método difrativo ilumina as indefinições entre as fronteiras do material/discursivo, do social/científico, do natural/cultural, do sujeito/objeto, do conhecedor/conhecido, do humano/não humano, mapeando, antes que as antinomias, as interferências e efeitos de tais diferenças. Sob este método, inspirado no modelo físico/filosófico quântico de Niels Bohr, as unidades ontológicas primordiais são fenômenos, determinados por relações agenciais intra-ativas, ao invés de interativas. É esta intra-ação agencial que corporifica e determina as fronteiras e propriedades dos fenômenos, operando cortes agenciais e constituindo a realidade em sua matériação diferencial, em seu dinâmico devir, na performatividade do mundo. Neste sentido, as práticas discursivas e os fenômenos materiais deixam de ser independentes, mutuamente intra-agindo, como práticas material-discursivas. E deixa de ser necessária a separação entre ontologia e epistemologia, ao que Karen Barad contrapõe uma Onto-epistemologia: o estudo das práticas de conhecer no ser. A escolha por revisitar Lou Andreas-Salomé pelo referencial de Karen Barad se dá pela intensidade e abrangência das práticas material-discursivas da autora russa nos círculos e movimentos culturais e políticos da efervescente Europa do fim de siècle, tensionando tanto as práticas masculinas, acerca das várias correntes filosóficas e científicas da época, quanto as femininas, concentradas em torno das demandas da *Woman Question* e do feminismo de primeira onda. Nesta pesquisa, foram analisados: i. ensaios produzidos entre 1898 e 1910 (fase pré-psicanalítica) e entre 1914 e 1917 (confluências com a psicanálise), em que ela critica e subverte os conceitos e representações naturalistas/evolucionistas sobre diferença sexual, sexualidade e gênero, bem como suas interpretações sócio-políticas vigentes, reelaborando e expandindo o conceito de erotismo a partir do mapeamento da





alteridade feminina; e 2. seu ensaio “Narcisismo como dupla direção”, de 1921, em que dialoga com o conceito de narcisismo elaborado por Freud e elabora o conceito de narcisismo primário. Ao longo de sua produção ensaística, é possível observar o amadurecimento do método filosófico de Lou Andreas-Salomé: a dupla direção (*Doppelrichtung*). Em seu método, as aparentes dualidades em conflito da natureza/cultura/historicidade humana são indissociáveis em sua raiz biológico/psíquica/social, manifestando um terceiro instinto afetivo: o desejo irrefreável de retorno ao estado de indiferenciação primordial, de fusão na totalidade da vida. A dupla direção da busca da totalidade é onto-epistemológica, integrando os desejos de conhecer e de ser, seja no erotismo, em que é mediada pela atração sexual pela alteridade; seja no narcisismo, em que impulsiona e resguarda o desenvolvimento de si. A relação difrativa aqui apresentada entre as perspectivas de Lou Andreas-Salomé e Karen Barad propõe a superação do representacionismo e sua limitação dos processos de subjetivação e reconhecimento de alteridades, valorizando como contraponto o desejo da totalidade enquanto devir, agência afetiva performativa, material-discursiva, de intra-ação pós-humanista no mundo.

Palavras-chave: Pós-estruturalismo; Fin de siècle; Estudos feministas e *queer*; *Science studies*.





ECONOMIA DO CUIDADO: UM OLHAR SOBRE TRABALHO DE CUIDADO NÃO PAGO E O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DO COLETIVO MÃES DA UFMA EM PROL DE POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA

Sylmara Durans Diniz

Graduanda em Comunicação Social - Radio e Televisão
sylmaraduransdiniz@gmail.com
UFMA

Flávia de Almeida Moura

Mestra em Ciências Sociais – UFMA
Doutora em Comunicação – PUC-RS
Pós-doutora em Sociologia e Antropologia – UFRJ
Professora do departamento de Comunicação – UFMA
Professora do Mestrado Profissional em Comunicação – UFMA
flavia.moura@ufma.br
UFMA

Ramon Bezerra Costa

Doutor em Comunicação – UERJ
Professor do departamento de Comunicação Social – UFMA
Professor do Mestrado Profissional em Comunicação – UFMA
ramon.bezerra@ufma.br
UFMA

RESUMO: A Economia do Cuidado se refere a um conjunto de atividades econômicas que visam a reprodução e preservação da vida e da sociedade por meio do trabalho de cuidado. Em definição “O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ela abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às necessidades dos outros” (Hirata, 2022, p.30). O objetivo deste artigo é relatar a experiência de mulheres mães estudantes universitárias da UFMA que integram o Coletivo Mães da UFMA, tomando como base seus relatos públicos em diferentes mídias e entrevistas. O estudo baseia-se em análise e revisão bibliográfica de autoras/es vinculadas principalmente à teoria feminista interseccional e à teoria social materialista. Situamos as vivências e resistências dessas estudantes por meio do processo de organização no Coletivo, compreendido aqui como um processo comunicacional de mobilização social em torno de demandas assistenciais e de permanência. Traçamos paralelos entre as mobilizações locais e as mobilizações maternas nacionais por meio de três marcos: O movimento Ocupa UFMA, a criação de um Grupo de Trabalho para subsidiar a elaboração de uma Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras e a realização do 1º Fórum Regional sobre a realidade Materno Estudantil nas IES, abrangendo as cinco regiões do Brasil. Utilizamos dados quantitativos para subsidiar nossa análise oriundos de pesquisa quantitativa secundária a partir de banco de dados pré existentes, como é o caso Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dentre outros. Conclui-se, entre outras coisas, que pensar estratégias de reconhecer, visibilizar e remunerar o trabalho de cuidado não pago pode evitar problemas tanto no presente quanto no futuro, tais como minimizar a desigualdade de gênero fruto do atual modelo de divisão sexual do trabalho, promover autonomia das mulheres, mitigar o impacto da violência sobre seus corpos e também sobre crianças, idosos e pessoas vulneráveis. No âmbito universitário, pode minimizar as





chances de abandono e evasão universitária, tornar a universidade um espaço mais acolhedor, inclusivo e plural e por meio de ações efetivas torná-la um lugar de referência para outras organizações no tocante à redistribuição do trabalho de cuidado por meio da elaboração de políticas de permanência materna. Faz-se necessário continuar as investigações em torno do perfil das estudantes da Universidade Federal do Maranhão para compreender com profundidade suas necessidades e a partir delas poder desenhar ações institucionais. A construção de políticas públicas demonstra-se essencial para a valorização do trabalho de cuidado e a construção de novos regimes morais em que o cuidado seja considerado um valor universal e por isso compreendido como um direito básico e essencial. Bem como ampliação dos entendimentos em torno do paradigma do trabalho, reconhecendo o trabalho de cuidado não remunerado como subsídio essencial à economia global.

Palavras-chave: Economia do Cuidado; Trabalho Reprodutivo; Gênero; Mobilização.





ENTRE A CLÍNICA E A POLÍTICA: A RELEVÂNCIA DAS PROPOSTAS DE PAUL PRECIADO PARA A PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Evilenne Wilet Borges Monteiro

Psicóloga/especialista em sexualidade humana -
Universidade Ceuma/FARESE
mevilenne@gmail.com
UFMA

Ana Gabrielle Sousa Costa

Psicóloga- Universidade Federal do Maranhão
anagabriellepsi23@gmail.com
UFMA

Rarielle Rodrigues Lima

Doutora em Ciências Sociais - UFMA
rarielle.rodrigues@ufma.br
UFMA

RESUMO: O presente trabalho, intitulado *"Entre a Clínica e a Política: A Relevância das Propostas de Paul Preciado para a Psicanálise Contemporânea"*, mobiliza a interseção entre as propostas de Paul Preciado no livro "Eu Sou o Monstro que Vos Fala" e a teoria psicanalítica de Jacques Lacan. Assim, a proposta deste estudo é examinar como essas reflexões podem dialogar com a psicanálise lacaniana e quais implicações suas na prática clínica e na teoria psicanalítica. A metodologia adotada para este estudo é a análise comparativa entre os conceitos apresentados por Paul Preciado e os postulados de Jacques Lacan, realizando uma abordagem de revisão crítica da obra "Eu Sou o Monstro que Vos Fala", destacando as principais questões levantadas por Preciado sobre identidade e corpo. Investigando a relevância das críticas de Preciado em relação às normatividades de gênero e como essas críticas podem abrir novas perspectivas para a psicanálise, especialmente no contexto das identidades não normativas, em seguida refletir sobre as implicações clínicas dessas teorias para a prática psicanalítica lacaniana contemporânea. Posteriormente, uma análise desses conceitos à luz da teoria lacaniana, com ênfase nas noções de sujeito dividido e inconsciente. Este trabalho conclui que as propostas de Paul Preciado oferecem uma crítica substancial às concepções tradicionais de identidade e corpo na psicanálise, desafiando a visão normativa e hegemônica sobre gênero e sexualidade. A reflexão sobre o "monstro" e a desconstrução das normas de gênero promovida por Preciado revela importantes lacunas na teoria lacaniana, especialmente em relação ao conceito de sujeito dividido. Com este trabalho, almeja-se verificar como as propostas de Paul Preciado, enquanto uma crítica substancial às concepções tradicionais de identidade e corpo na psicanálise, desafiam a visão normativa e hegemônica sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave: Psicanálise; Gênero; Lacan; Preciado.





GÊNERO E RELIGIÃO: REPERCUSSÕES NA VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE FEMININA

Emilly Rayanne Garreto Sousa
Graduanda em Psicologia – Uniceuma
rayannegarreto@gmail.com
Uniceuma

Leticia Oliveira da Silva
Graduanda em Psicologia – Uniceuma
odsleticia@gmail.com
Uniceuma

Melina Serra Pereira
Mestre em Psicologia – PUC - SP
melina.serra@ceuma.br
Uniceuma

RESUMO: Introdução: As instituições religiosas exercem grande influência sobre os corpos femininos e na construção da feminilidade, inclusive no que diz respeito à sexualidade de suas adeptas. O presente estudo apresenta uma compreensão referente às vivências da sexualidade feminina no contexto do catolicismo, pentecostalismo e umbanda, considerando também como os ensinamentos religiosos impactam na estruturação de um modelo a ser seguido para suas adeptas. **Objetivos:** Este estudo objetivou analisar como a narrativa religiosa influencia nas questões de gênero e na vivência da sexualidade dessas mulheres, além de discutir as nuances da sexualidade entre as diferentes religiões e fomentar as discussões sobre religião e feminilidade. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa de campo, qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Participaram 8 mulheres cisgênero, maiores de 18 anos, residentes de São Luís – MA, praticantes do catolicismo, pentecostalismo ou umbanda há pelo menos 1 ano. As entrevistas envolveram a aplicação de um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. A coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Ceuma, pelo parecer nº 6.159.641. Para a análise de dados foi utilizada a análise de conteúdo. **Conclusão:** Todas as participantes relataram distinções entre os ideais associados ao feminino e ao masculino, incluindo aquelas que consideram sua religião mais igualitária, como no caso das praticantes de umbanda. A mulher foi descrita como auxiliadora, acolhedora, cuidadora, caridosa e associada ao lar. As participantes cristãs mencionaram o 'instinto materno', tratando-o como um dom, e discutiram a submissão feminina ao homem, interpretada como uma missão, sem ser vista como inferior. Por outro lado, as praticantes de Umbanda destacaram que a presença de lideranças femininas à frente dos terreiros e os simbolismos das Orixás contribuíram para que se sentissem empoderadas. No entanto, também expressaram o receio de manifestar abertamente sua fé, em razão do preconceito ainda prevalente contra as religiões afro-brasileiras. No contexto da sexualidade, os espaços cristãos ainda adotam uma abordagem moralista. Quando o tema é discutido, geralmente ocorre por meio de imposições sobre os relacionamentos amorosos e sexuais. Tanto as participantes católicas quanto as pentecostais se referiram ao celibato como algo sagrado. Essas imposições podem levar jovens a antecipar o casamento para obterem liberdade sexual. Descumprir as orientações religiosas frequentemente gera sentimentos de culpa, sendo interpretado como pecado, conforme relataram algumas participantes. As praticantes de umbanda, por outro lado, não mencionaram imposições sobre sexo e casamento. As questões de gênero e sexualidade variam consideravelmente de acordo com o terreiro, uma vez que a umbanda é uma religião de forte tradição oral, e seus preceitos





dependem em grande parte da tradição e autoridade locais. A umbanda aparenta oferecer um ambiente religioso mais acolhedor e inclusivo em relação à homossexualidade, o que atrai membros da comunidade LGBTQIAP+ para essa e outras religiões de matriz africana, onde encontram maior facilidade para vivenciar suas identidades e orientações afetivo-sexuais. Destaca-se a representação de orixás como Oxumaré, Xangô e Iansã, frequentemente associados a características híbridas de gênero, o que pode contribuir para a liberdade de expressão da sexualidade. Embora não seja um espaço totalmente isento de intolerância, a umbanda proporciona maior acolhimento e representatividade. Entre as participantes católicas, houve maior reconhecimento e valorização das escolhas pessoais relacionadas à sexualidade, independentemente das orientações religiosas. Já entre as pentecostais, a doutrina religiosa foi vista como um obstáculo nas decisões sobre a vivência da sexualidade. Embora católicas e pentecostais tenham apresentado discursos semelhantes ao enfatizarem a influência da religião em suas experiências sexuais, destacando a castidade, a pureza do corpo e a heteronormatividade como normas a serem seguidas, as participantes umbandistas relataram vivências mais diversas, o que pode estar relacionado a variação doutrinária entre os diferentes terreiros de umbanda.

Palavras-chave: Gênero; Religião; Sexualidade; Feminilidade.





HISTÓRIA DAS MULHERES E MOVIMENTOS FEMINISTAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL

Giovanna Barbosa Soares

Graduanda em História- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Giovannasoares1620@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Neuzelipinto2609@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

RESUMO: A presente pesquisa propõe reflexões acerca das opressões de gênero com base nos estudos sobre a história das mulheres e a pluralidade dos movimentos feministas, abordando também a interseccionalidade como ferramenta de análise, ao interpretar as mulheres em suas especificidades. Assim, a metodologia do referido trabalho consistiu em uma pesquisa bibliográfica qualitativa a partir da análise de livros, teses e artigos que privilegiam a perspectiva de gênero a partir das intersecções de raça e classe. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a história das mulheres é imprescindível para a emancipação feminina, visto que ao incorporá-las como sujeitos políticos e históricos toda a cultura de uma sociedade machista passa a ser questionada, abrindo espaço para novas interpretações da história. Nesse viés, destaca-se o paradoxo referente à participação das mulheres ao longo da história, pois ao mesmo tempo em que elas participaram ativamente do processo histórico e contribuíram em diversas esferas da sociedade, sejam elas políticas, econômicas, educativas, religiosas, culturais ou literárias, também foram oprimidas e silenciadas nesse processo. Além disso, elucida-se acerca dos movimentos feministas na conquista dos direitos das mulheres e na luta contra a violência e desigualdade de gênero, pois entende-se que estudar o feminismo significa desnudar a trajetória das mulheres por reconhecimento pelo seu lugar na história, expondo uma realidade de violência e invisibilidade. Outrossim, privilegia-se uma análise interseccional ao reconhecer a pluralidade feminina e a diversidade dos sistemas de opressões, evidenciando vulnerabilidades sociais e raciais de determinados grupos de mulheres. Por fim, o presente artigo discute as causas, consequências e permanências das opressões que permeiam o cotidiano feminino, o gênero como categoria de análise histórica, as intersecções de raça e classe e a heterogeneidade dos movimentos feministas, constatando que o debate de gênero, a criação de uma consciência feminista e a mobilização política são primordiais para a autonomia das mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Feminismo; Interseccionalidade; Pluralidade.





MATERNIDADE NAS MÍDIAS: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NO MATERNAR MEDIADO POR MÍDIAS TRADICIONAIS E DIGITAIS

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Bacharel em Psicologia pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), com especialização em Neuropsicologia Clínica Centro Universitário União das Américas Descomplica (Uniamérica Descomplica)
montenegro.aglaia@gmail.com

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)
eliasimeia@yahoo.com.br

RESUMO: Esta pesquisa busca analisar como diferentes formas de mídias, em diferentes momentos históricos, representam e afetam a maternidade e a maternagem de sujeitos-mães em diferentes gerações. Para tanto, faz-se a diferenciação dos conceitos de maternidade e de maternagem, enquanto correlaciona os mesmos à influência das mídias. Assim, foi realizada a comparação entre as mídias tradicionais e as digitais e como seus conteúdos afetaram, moldaram e modelaram os comportamentos dos sujeitos-mães consumidores dos conteúdos presentes em ambas as mídias. Traçou-se por objetivo geral de pesquisa, a análise nas mídias tradicionais e nas digitais, das representações de maternidade e maternagem e seus impactos nos sujeitos-mães que se tornaram mães nas décadas de 1960-1980 e as que se tornaram mães nas décadas de 2000-2020. Enquanto objetivos específicos, buscou-se: perceber as influências e determinações das mídias na maternidade e maternagem numa leitura baseada no Behaviorismo Radical; discutir tais influências na maternidade e maternagem, na construção da subjetividade e identidade dos sujeito-mães e em seus comportamentos; verificar na literatura as diferenças e semelhanças entre os sujeitos-mães dos anos 1960-1980 e dos anos 2000-2020 e as mídias as quais tiveram acesso. A presente pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, pretendendo debater e discorrer sobre o tema proposto, tendo por metodologias a pesquisa teórico-bibliográfica e a revisão bibliográfica. Constatou-se que há uma forte influência midiática sobre os comportamentos dos sujeitos-mães, enquanto locais de reprodução e construção de pensamentos, cultura, identidade e subjetividade, evidenciado pela existência de manuais (nas mídias tradicionais) e influenciadoras (nas mídias digitais) específicas para mães. Nestas é possível observar discursos tanto similares quanto divergentes, que demonstram tanto a reprodução de princípios quanto quebras de paradigmas.

Palavras-chave: Maternidade; Mídias Tradicionais; Mídias Digitais; Maternagem; Behaviorismo Radical.





MIGRAÇÃO, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES: ALGUMAS REFLEXIONES

Corina Evelin Demarchi Villalón

Doutoranda do Programa de Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
coridemarchi@gmail.com
UFRJ

Catalina Revollo Pardo

Professora Visitante do Programa de Pós graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
carevollo@gmail.com
UFRJ

RESUMO: Na crescente complexificação dos movimentos migratórios é cada vez mais expressiva a visibilidade das mulheres que atravessam as fronteiras nacionais. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2020, das 281 milhões de pessoas migrantes, 135 milhões eram mulheres, o que representa 48% do total (OIM, 2022). O termo ‘feminização das migrações’ vem sendo utilizado para se referir tanto ao aumento da quantidade de mulheres migrantes internacionais, quanto ao aumento da visibilidade de seus deslocamentos e à modificação dos seus perfis (Marinucci, 2018). Esse fenômeno pode ser relacionado com outros processos como, por exemplo, a feminização da pobreza, a feminização da mão de obra e a feminização da sobrevivência. No entanto, como explicam algumas autoras, a perspectiva da feminização das migrações pode invisibilizar determinadas realidades ao tratar as “mulheres migrantes” como uma categoria homogênea (Herrera, 2013). Por isso, se faz necessário adotar uma perspectiva interseccional na análise das experiências das mulheres migrantes. Neste trabalho pontuaremos algumas considerações teóricas ao respeito que subsidiam a nossa pesquisa de doutorado. Gil (2011) propõe pensar a maior visibilidade das mulheres migrantes não apenas como ‘feminização das migrações’ no sentido numérico, mas como *generização (gender)* das migrações, ao entendê-las como processos enraizados na produção de desigualdades históricas e geopolíticas encarnadas em diferenciações socioculturais de gênero, assim como de raça, cultura e nação. A partir dos anos 80, as mulheres negras, os feminismos pós e decoloniais ressaltaram a necessidade de articular não só orientação sexual, raça, gênero e classe, mas também religião e nacionalidade, propondo a noção de diferentes categorias e formas de opressão conectadas (Vigoya, 2016, p.13). No entanto, é Kimberlé Crenshaw (1991) quem utiliza pela primeira vez a palavra interseccionalidade para indicar a inseparabilidade estrutural do racismo, o capitalismo, o sexismo e outros sistemas de opressão que criam desigualdades e posições relativas dos sujeitos: “Na verdade, tais sistemas frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” (Crenshaw, 2002, p.177). Para Brah (2011) a interseccionalidade, ou articulação de categorias, é uma prática que estabelece relação entre elementos, de forma que as identidades se modificam como resultado da prática articulatória, ou seja, as próprias classificações sociais são produzidas interseccionalmente. Várias autoras afirmam que as categorias identitárias e seus sentidos mudam de acordo com: o contexto nacional (Brah, 2011); a relação entre os países de origem e de residência (Sayad, 1998; Piscitelli, 2008); a forma em que se articulam categorias como raça, etnia, gênero, classe, orientação sexual e nacionalidade, entre outras; e, ainda, com o contexto local (Gil, 2011). Ou seja, as intersecções ou articulações de diversas categorias são configuradas nacional ou regionalmente e de distintas formas segundo a localização nas relações globais de poder que, por sua vez, são atravessadas por uma multiplicidade de processos econômicos, políticos e ideológicos (Brah, 2011). Ao mesmo tempo, conforme o enfoque das migrações





transnacionais, as pessoas migrantes têm presença e agência em duas ou mais sociedades simultaneamente (Glick-Schiller *et al.*, 2005). Desse modo, os transmigrantes constroem campos sociais que transpõem as fronteiras nacionais, negociando diferentes conceitos identitários (Feldman-Bianco, 2015, p.14). Sendo assim, consideramos que as perspectivas transnacionais e das interseccionalidades podem ser combinadas para analisar as articulações de diversas categorias em contextos diferentes, porém simultâneos e as estratégias identitárias das mulheres migrantes na sua diversidade.

Palavras-chave: Migrações Transnacionais; Gênero; Interseccionalidades; Mulheres Migrantes.





NEURODIVERSIDADE: UMA INSPIRAÇÃO FEMINISTA

Wlisses Figueiredo Matos

Mestre em Cultura e Sociedade- UFMA

wlissesfmatos@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Marília Samália Ferreira Martins

Mestranda em Políticas Públicas - UFMA

Marilia.samalia@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO: A neurodiversidade é um termo cunhado em 1999 pela socióloga australiana Judy Singer, que se identifica como uma pessoa no Espectro Autista (TEA). O conceito refere-se às variações naturais no funcionamento neurológico dos indivíduos, destacando a importância do respeito e da inclusão de pessoas autistas, frequentemente chamadas de neurodivergentes, neuroatípicas e/ou neurodiversas. Este estudo adota uma perspectiva das ciências sociais e dos estudos feministas para explorar o surgimento do termo, contextualizando-o como uma pauta central de um movimento social liderado por pessoas neurodivergentes. Para isso, serão analisadas as contribuições de autores e pesquisadores dentro desse espectro, como Judy Singer(1999), Tiago Abreu (2021), Jim Sinclair (1993), além de estudiosos da temática da Neurodiversidade como Francisco Ortega (2008) e Débora Diniz(2007). A pesquisa é de caráter descritivo, com uma abordagem qualitativa, baseada em um levantamento bibliográfico contextualizado historicamente. A investigação se motiva pelas referências históricas que fundamentam o Movimento Social da Neurodiversidade, destacando as influências dos estudos feministas, com destaque para Joan Scott (1998), Judith Butler (2003, 2004), Carla Akotirene (2019) e Simone Beauvoir (1980). Ambos os movimentos compartilham experiências de opressão e exclusão, seja em relação ao corpo da mulher ou da pessoa com deficiência. Os estudos sobre deficiência, sustentados pelo arcabouço teórico das Ciências Sociais, ganharam força no Reino Unido na década de 1970, quando pesquisadores propuseram o modelo social da deficiência. Este modelo critica as estruturas excludentes e os mecanismos de segregação de corpos presentes nos discursos tradicionais. A incorporação deste modelo foi influenciada pelas teorias feministas, que, assim como a deficiência, consideram o gênero um construto cultural, moldando instituições, subjetividades, práticas culturais, comunidades históricas e posicionamentos políticos (Garland-Thomson, 2002). Com base nessas abordagens, em que os estudos feministas se entrelaçam com os estudos da deficiência à luz do modelo social, surgem novas problematizações. Essas incluem a culpabilização das mães pela condição de filhos com TEA, a necessidade do cuidado, a distinção entre justiça social e igualdade de direitos, e a compreensão da deficiência como uma experiência interseccional, envolvendo marcadores sociais como geração, gênero, etnia e classe social. Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional sobre a intersecção entre gênero, deficiência e neurodiversidade.

Palavras-chave: Feminismo; Neurodiversidade; Movimento Social.





NOS OLHOS D'ÁGUA DE PONCIÁ VICÊNCIO: DISCUTINDO RAÇA, GÊNERO E SAÚDE MENTAL DE MUELHERES NEGRAS.

Larissa Silva Abreu

Psicóloga, Mestra em Psicologia – Universidade Federal do Maranhão
tempora.psi@gmail.com
Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/MA)

RESUMO: Este artigo discute aspectos psicossociais que tecem as tramas comuns às vivências de saúde mental entre mulheres negras periféricas. Como fio-condutor para esta análise, nos debruçaremos sobre a história de vida de *Ponciá Vicêncio* personagem protagonista do romance homônimo, escrito por Conceição Evaristo (2003). Ponciá é uma mulher negra cuja existência é marcada por estigmas, exploração e sofrimentos diversos desde a infância até a idade adulta. A personagem, nascida na Vila Vicêncio, uma fazenda fruto da herança do escravismo, vive um ciclo intenso de pobreza e desumanização. Através do trabalho árduo na terra e das difíceis condições familiares, Ponciá aprende desde cedo a lutar por uma vida digna, ao mesmo tempo em que lida com sofrimentos psíquicos intensos e por vezes paralisantes. Quando adulta, Ponciá deixa sua comunidade rural em busca de uma outra vida no contexto urbano. Trabalha como empregada doméstica, sofre violências em um casamento violento, enfrenta a perda de filhos, e lida constantemente com uma profunda sensação de vazio, alheamento, embotamento afetivo e solidão. A imersão pelo mundo subjetivo e relacional de Ponciá, exemplifica como a opressão sistêmica, agudizada pelo racismo cotidiano produz diversas camadas de sofrimento psíquico, nos desafiando a pensar além das compreensões simplistas de patologia e transtorno mental. A partir do diálogo com pensadoras como bell hooks (2012), Sueli Carneiro (2023), Audre Lorde (2019), Grada Kilomba (2019) e Gayatri Spivak (1988), dentre outras, é possível ampliar a análise do sofrimento psíquico a partir de uma perspectiva crítica, feminista, interseccional, transgeracional e coletiva, que vá além dos pressupostos universalistas e brancocêntricos que embasam os saberes e fazeres das abordagens psicológicas tradicionais. Ao integrar uma perspectiva feminista interseccional e decolonial ao campo da Psicologia, é possível que se ofereça um suporte mais contextualizado, acolhedor, fincado no território em que habita, indo além da perspectiva individualista neoliberal e de binômios tais como: saúde-doença, razão-sensação, sanidade-loucura, dentre tantos outros que estruturam leituras de mundo a partir do pensamento dualista ocidental. Espera-se que, as reflexões propostas neste artigo, somem-se aos esforços no sentido da construção de outros pressupostos para uma clínica psicológica racializada e gen-drificada, que reconheça e valorize as especificidades das vivências de mulheres negras, promovendo práticas terapêuticas que desafiem as normas hegemônicas de cuidado em saúde mental. Vale destacar que a discussão desse tema através da poética sensível e aguerrida de Conceição Evaristo nos coloca diante não apenas da profundidade das feridas históricas e estruturais abertas nos corpos e subjetividades de mulheres negras, mas sobretudo nos confirma a potencialidade da narrativa e da escrevivência como ferramenta de escuta, promoção de saúde coletiva, afirmação de nossas histórias, memórias, modos de vida, e construção de outras pontes de solidariedade e cuidado *entre e para* mulheres negras.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Saúde Mental; Mulheres Negras





OLHAR INTERSECCIONAL NA REDE DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES: PERSPECTIVAS DE ESTAGIÁRIOS DE PSICOLOGIA DO TJMA

Ana Clara Nunes Moraes

Graduanda de Psicologia - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
ana.cnm@discente.ufma.br

Camila Vitória Carvalho Pereira

Graduanda de Psicologia - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
camila.vitoria@discente.ufma.br

Rodrigo Lopes Rodrigues

Graduando de Psicologia - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
rodrigo.lr@discente.ufma.br

Edla Maria Batista Ferreira

Mestra em Ciências Sociais- PUC Minas
embferreira@tjma.jus.br
Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

Raimundo Ferreira Pereira Filho

Mestre em Ciências da Educação - Universidade Americana
rffilho@tjma.jus.br
Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

RESUMO: Introdução: A violência doméstica e familiar contra as mulheres é um fenômeno que se manifesta de forma indiscriminada na sociedade. Diante disso, a lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) estabelece uma rede de proteção a todas as mulheres, independente da condição socioeconômica, raça, etnia, religião, idade, condição física e mental, orientação sexual e identidade de gênero (mulheres cis e transsexuais). Contudo, para além do que a referida lei estabelece em sua redação, é importante que os(as) profissionais que atuam no seu âmbito e a colocam em prática, como advogados(as), promotores (as), juízes(as) e profissionais que integram equipes multidisciplinares, como assistentes sociais e psicólogos(as), tenham uma leitura interseccional, que considere as peculiaridades das diferentes mulheridades que acessam seus serviços, visando ofertá-los de forma mais contextual e acolhedora. Nesse sentido, este trabalho versa sobre a importância do olhar interseccional para atuar no enfrentamento às violências contra as mulheres, a partir das perspectivas e experiências de três estagiários(as) de Psicologia do Tribunal de Justiça do Maranhão, dos(as) quais: duas estagiárias são lotadas na 1ª Vara da Mulher de São Luís, e um estagiário lotado na Coordenadoria Estadual da Mulher (CEMULHER). **Objetivo:** Evidenciar como os(as) estagiários(as) percebem tal importância, a partir das vivências no seu campo de estágio. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Os três estagiários ingressaram no TJMA por meio de seletivo; as estagiárias da 1ª Vara da Mulher estão no estágio há cerca de 3 meses e desenvolvem atividades como a condução de entrevistas, suporte no acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica, elaboração de documentos psicológicos e observação do Grupo Reflexivo de Gênero. Tal trabalho é feito mediante o aporte de diversas linhas teóricas que atravessam o estudo de gênero, considerando como as diversas experiências e identidades interagem, bem como as formas de discriminação e opressão se interconectam e se sobrepõem. O estagiário da CEMULHER está no estágio há cerca de 1 ano, faz parte da equipe multidisciplinar da unidade, e atua na elaboração de material informativo acerca dos programas e projetos que a Coordenadoria desenvolve, como os programas "Homem Consciente" e "Maria da Penha no Cotidiano", além de realizar





atividades como palestras e rodas de diálogo no âmbito desses programas. **Conclusão:** Em virtude do exposto, a experiência de estágio no TJMA promove uma inserção excepcional no âmbito da Psicologia Jurídica, contribuindo à formação profissional e cidadã ao permitir a aquisição prática de saberes complementares aos teóricos adquiridos. Através das experiências na 1ª Vara da Mulher aqui elencadas, destacamos a importância de se levantar questionamentos acerca da imprescindibilidade de uma atuação especializada e inclusiva no enfrentamento às violências de gênero, destacando que a proteção efetiva das mulheres depende de uma compreensão profunda e abrangente de suas necessidades e vivências. À vista disso, refletimos sobre os avanços que ainda precisam ser feitos para que a rede de proteção envolva todas as mulheridades com um olhar interseccional que leve em consideração a formação complexa das suas subjetividades, como ainda não acontece com mulheres indígenas, por exemplo, visto que a redação da lei Maria da Penha contempla uma realidade mais urbana. Isto posto, o estágio junto ao TJMA favorece a compreensão para a necessidade de uma leitura interseccional dos profissionais que lidam com essas questões, a fim de garantir um atendimento mais humano e contextualizado, qualificando-os para o avanço de uma sociedade que luta pelo empoderamento feminino. Na CEMULHER, como o trabalho da equipe multidisciplinar se dá por meio de palestras e rodas de diálogo, em diferentes contextos, desde empresas a comunidades, denota-se que ter um olhar interseccional é imprescindível, uma vez que o público de mulheres participantes é bastante diverso. Assim, no planejamento de tais atividades, sempre se busca adaptar a linguagem, o conteúdo e a metodologia de acordo com o público, visando contemplar as diferentes mulheres, nos seus diferentes contextos.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mulheridades; Multidisciplinaridade; Estágio.





PATRIARCADO E RACISMO EM *ROSAS AMARELAS* DE GISA NUNES

Larissa Leitão Costa
UFMA/FAPEMA/IC

Cristiane Navarrete Tolomei
PBLG/PGCULT/UFMA/CNPq

RESUMO: Esta pesquisa analisa os dois princípios constitutivos que organiza as relações de dominação no sistema-mundo moderno, o racismo e o sexismo, no romance *Rosas Amarelas* (2021), da escritora maranhense Gisa Nunes. O estudo é desenvolvido à luz dos estudos decoloniais diante do cenário da lógica colonial da desumanização retratado pela escritora. De maneira geral, esta investigação realiza estudo crítico/analítico do romance contemporâneo maranhense de autoria feminina, verificando como essa narrativa revela as barreiras impostas pela Matriz Colonial de Poder, que vem dos resquícios do colonialismo, construindo hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidades, dentre outras; e, de maneira específica, analisa como o romance denuncia a (re)produção das práticas patriarcais que envolvem a família e o trabalho, dentro de um contexto imperialista/capitalista brasileiro, e a regulação do gênero na narrativa; e analisa as vivências da mulher negra no espaço de opressão. Logo, para a realização desta pesquisa de classificação básica, seguiu-se as seguintes etapas: (i) pesquisa bibliográfica acerca dos estudos decoloniais, literatura maranhense contemporânea e fortuna crítica sobre o objeto de estudo por meio de levantamento bibliográfico e revisão de literatura; (ii) quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois não se preocupa com representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão do objeto, ou seja, a análise do *corpus*. A fundamentação teórica baseou-se em estudiosos como Aníbal Quijano (2005), Walter D. Mignolo (2017), Lélia Gonzalez (1984, 2020), María Lugones (2014, 2020), Heleieth Saffioti (1987, 2002), Susana de Castro (2020), bell hooks (2019), entre outros. Diante disso, verificou-se como Gisa Nunes denuncia o sistema patriarcal e racista da sociedade brasileira.

Palavras-chave: *Rosas Amarelas*; Gisa Nunes; Patriarcado/Racismo.





TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE DESIGUALDADES ESTRUTURAIS E REPERCUSSÕES PSÍQUICAS

Juliana Ferreira Martins

Graduada em Psicologia – CEUMA
Mestranda em Psicologia - UFMA
juliana.fm@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins

Doutor em Políticas Públicas - UFMA
carlos.wellington@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: As desigualdades no trabalho, especialmente quando consideradas sob as lentes de gênero, raça e classe, permanecem como desafios fundamentais para a justiça social no Brasil, como o avanço do neoliberalismo, caracterizado pelo discurso da meritocracia e pela crescente precarização das condições de trabalho, tem intensificado as disparidades e mantido a hierarquização entre os trabalhadores. Nesse contexto, os grupos historicamente marginalizados, como as mulheres, enfrentam barreiras agravadas pela interseção de preconceitos, que amplificam a desigualdade nas oportunidades de trabalho e na ascensão econômica. O presente trabalho tem como objetivo geral: analisar pesquisas que abordam as experiências interseccionais de raça e gênero no trabalho doméstico remunerado e, objetivos específicos: discutir os principais resultados alcançados nas produções científicas; compreender como o debate sobre o trabalho doméstico remunerado perpassa aspectos de saúde mental; e mapear possíveis lacunas identificadas na literatura sobre o tema. Para isso, o método utilizado foi a revisão bibliográfica integrativa, através do levantamento nas bases de dados *SciELO* e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), representados em um fluxograma, no qual obteve um total de 9 publicações selecionadas, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão; ademais, os materiais foram analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Os resultados demonstram que há estudos atuais e significativos com relação ao tema, abordando discussões sobre as repercussões psíquicas e sociais, destacando a relevância de considerar o impacto das condições laborais sobre a saúde mental das trabalhadoras, a pressão por produtividade, aliada à necessidade de lidar com a dupla jornada de trabalho. Conclui-se que é urgente que políticas públicas sejam implementadas para enfrentar essas desigualdades de maneira integrada, considerando as interseccionalidades que delineiam a realidade de mulheres, negras e pobres. A promoção de uma cidadania inclusiva depende do reconhecimento de que as questões de gênero, raça e classe não podem ser abordadas isoladamente, mas devem ser compreendidas como partes de um sistema complexo de opressões interligadas. Por fim, a luta por igualdade no mercado de trabalho não deve ser restrita a um grupo específico, mas sim vista como uma luta coletiva que envolve a sociedade como um todo. A valorização do trabalho reprodutivo, assim como a garantia de condições dignas de trabalho para todos os segmentos, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Mulheres; Divisão sexual do trabalho; Gênero.





ÚRSULA, DE MARIA FIRMINA DOS REIS: “EXISTÊNCIAS NA AUSÊNCIA”

Aldenora Resende dos Santos Neta

Mestre - Universidade Federal do Maranhão

aldenora.neta@ufma.br

COLUN/UFMA

Fernanda Lopes Rodrigues

Mestre - Universidade Federal do Maranhão

fernanda.lr@ufma.br

COLUN/UFMA

Leoneide Maria Brito Martins

Doutora - Universidade Federal do Maranhão

leoneide.brito@ufma.br

UFMA/DEBIB

Maria do Carmo Alves da Cruz

Doutora - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática - REAMEC

maria.cac@ufma.br

UFMA

RESUMO: O objetivo deste trabalho é refletir as “existências na ausência” do livro *Úrsula* nas bibliotecas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Colégio de Aplicação da UFMA (COLUN). A obra, de autoria negra e feminina no Brasil, é considerada o primeiro romance da literatura brasileira. *Úrsula* foi publicado no Maranhão, em 1859, texto de cunho antiescravista, no qual a autora destaca personagens negros, humaniza o escravizado e aponta a desumanidade do branco no Brasil oitocentista. Confirmando, assim, a partir da narrativa da obra *Úrsula* e da biografia da Maria Firmina dos Reis, o seu feminismo negro e protagonismo na cultura maranhense e na historiografia literária brasileira. Desse modo, reconhecendo sua importância e representatividade, realizamos um levantamento bibliográfico no catálogo *on-line* das bibliotecas da UFMA e do COLUN, a fim de verificar quantos exemplares estão disponíveis nos acervos para a comunidade universitária maranhense e estudantes do COLUN. Constatamos que, de 18 (dezoito) unidades que integram o Sistema de Bibliotecas da UFMA (SIBi), distribuídas no Campus São Luís e Campi do Continente, além da biblioteca do COLUN, a obra foi identificada somente nos acervos das bibliotecas da UFMA, Campus Bacabal, contendo (01) um exemplar, e UFMA, Campus São Bernardo, com (08) oito exemplares. Nesse sentido, para refletir sobre a “ausência”, como também suas “existências”, utilizamos os apontamentos da escritora Grada Kilomba (2020) e as reflexões sobre o racismo e sexismo na cultura brasileira, a partir da autora Lélia Gonzalez (2020). Constatamos com este estudo que há evidências de *epistemicídio* com a produção intelectual da escritora negra Maria Firmina dos Reis. A compreensão de *epistemicídio* se refere a um conjunto de práticas e discursos de poder que desqualificam a produção estética, ética, intelectual e espiritual de todos os povos não europeus. Ou seja, é o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. As bibliotecas universitárias devem ser espaços democráticos de socialização da produção de conhecimento, portanto, a ausência da obra *Úrsula* demonstra a desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições da literatura afro-brasileira ao Patrimônio Cultural da Humanidade. As marcas de ausência da produção de escritoras negras contribuem, significativamente, para a pobreza no debate na Academia e na produção de saberes, assim como limita o acesso à literatura negra. Contudo, apesar desse “apagamento”, Maria Firmina tem sido objeto de leituras, debates e imersão literária no Clube de Leitura “Maria Firmina dos Reis”, do COLUN,





intitulado em homenagem à escritora, como também no Clube de Leitura do Grupo de Pesquisa e Extensão em Mediação e Práticas de Leitura (GEPPLEM/UFMA). Concluímos que essas ações são formas de resistência e de “existências” ao legado e à memória da primeira romancista negra brasileira, que, à época, usou o pseudônimo “Uma Maranhense”.

Palavras-chave: Úrsula; Maria Firmina dos Reis; mulher negra; biblioteca.





EIXO 2 – Transfeminismos





SAÚDE E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO TRANS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO CUIDADO INTEGRAL

Iago Araujo de Sousa

Graduando em Enfermagem - UFMA
iago.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA
rayane_sobrinho@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA
cmichellera@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Acadêmico de psicologia - Universidade Federal do Maranhão
rodrigo.nna@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima

Professora Dra. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – UFMA
sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: A população trans tem historicamente resistido à imposição da binaridade de gênero, enfrentando diversas formas de violência social, institucional e biomédica. Além disso, a busca por reconhecimento social e pertencimento frequentemente leva a intervenções estéticas e hormonais sem a devida orientação especializada, expondo essa população a maiores riscos à saúde. O entendimento das necessidades específicas da população trans e a sensibilização dos profissionais de saúde são fundamentais para a promoção de um cuidado adequado e inclusivo, independentemente da identidade de gênero ou orientação sexual. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é investigar as evidências sobre a saúde e o bem-estar da população trans disponíveis na literatura recente. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica que abrange artigos publicados entre 2020 e 2022, extraídos das bases de dados MEDLINE, SCIELO e BVS. As palavras-chaves utilizadas foram "pessoas transgênero", "saúde de minorias", "equidade em saúde" e "políticas públicas de saúde", combinados pelo operador booleano AND. Foram inicialmente identificados diversos estudos, sendo excluídos aqueles que não atendiam aos critérios temáticos, que não estavam disponíveis na íntegra ou que foram publicados fora do período estipulado. Ao final, três estudos foram selecionados para análise detalhada. **Resultados:** Os estudos analisados destacam a urgência de promover práticas de saúde que garantam igualdade, segurança e respeito às identidades de gênero da população trans. A capacitação dos profissionais de saúde e a criação de ambientes que combatam o estigma e o preconceito nos serviços de saúde são essenciais. Essas ações podem reduzir as barreiras no atendimento e melhorar o bem-estar dessa população. **Conclusão:** Promover a saúde e o bem-estar da população trans requer uma abordagem humanizada, que envolva a sensibilização dos profissionais de saúde e a redução dos estigmas. Políticas inclusivas e práticas respeitosas são fundamentais para garantir cuidados adequados e a melhoria da qualidade de vida dessa





comunidade. A adoção de práticas que respeitem as identidades de gênero e atendam às necessidades específicas dos indivíduos trans é indispensável para construir serviços de saúde mais equitativos e inclusivos.

Palavras-chave: Pessoas Transgênero; Saúde de Minorias; Equidade em Saúde; Políticas Públicas de Saúde.





EIXO 3 - Gênero e descolonização indígena





AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA POR APRENDIZES FALANTES DE ZE'EGETE: À LUZ DA ANÁLISE CONTRASTIVA E AS INTERFERÊNCIAS DA LÍNGUA MATERNA NOS VERBOS SER/ESTAR

Maria Tavares Machado

Universidade Federal do Maranhão

maria.tm@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

João da Silva Araújo Júnior

Prof. Doutor do curso de Pós-Graduação em Letras.

joao.junior@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Francisco Edviges Albuquerque

Prof. Doutor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura.

fedviges@uol.com.br

Universidade Federal do Norte de Tocantins - UFNT

RESUMO: Este trabalho é sobre a aquisição do português como L2 por falantes Guajajara, da língua ze'egete e as interferências da L1 nos verbos ser/estar à luz da análise contrastiva. Os objetivos desta pesquisa são analisar os erros gramaticais decorrentes das diferenças estruturais entre a Língua Portuguesa, que têm as conjugações dos verbos ser/estar irregulares, e a língua materna Ze'egete, do povo Guajajara, iko (está); elucidar que o radical não sofre flexão e não recebe desinência, como no Português, e “iko” (romo), para o qual não existe um verbo correspondente ao “ser” do Português, embora tenha um termo regido pela posposição átona – (R)AMO (como, na condição de), o qual compatibiliza, parcialmente, com o sentido do verbo “ser” e as interferências da língua materna ze'egete na aquisição do Português como segunda língua. Os métodos utilizados foram, explicativo, descritivo e qualitativo. Por fim, a pesquisa constatou que o maior número de interferência de conjugação foi da língua materna, por utilizar a sua estrutura, seguido das regras desconhecidas da língua alvo e outros fatores sociolinguísticos. Portanto, a interferência da língua ze'egete nos mostrou que as dificuldades quanto aos usos desses verbos, “ser” e “estar”, são complexos, porque, eles são diferentes na conjugação da L1, logo, é fundamental que contenha exercícios contextualizados, para que o desenvolvimento dos aprendizes tenha maior visão de uso na língua Portuguesa. Desse modo, o critério mais importante do nosso estudo refere-se à postura perante os “erros” de interferência da LM, que foram tratados como positivos e significativos, uma vez que a metodologia moderna não considera mais o recurso à língua materna como um aspecto negativo. Assim, os “erros”, por sua vez, devem ser vistos como a expressão concreta de que a Interlíngua evolui, tornando-se cada vez mais difícil, fazendo com que os aprendizes expressem suas intuições. Verificamos que os “erros” analisados dos aprendizes falantes de ze'egete, são “erros” de interferência, gerados pela transferência negativa da LM para a L2. Desse modo, os “erros” nestas análises, reforçam a ideia de que a LM influenciou o aprendizado da L2 (Paiva, 2014), provando que o aprendiz da língua ze'egete tem como partida a sua LM. Desse modo, a elaboração de fichas e cartilhas que mostram como devem ser realizadas as conjugações verbais *Ser* e *Estar* para ajudar no processo de aprendizagem do português pelos falantes do ze'egete, demonstra que o uso dos modelos de análise contrastiva e análise de Erros conjugados pode ser uma boa maneira de tratar as questões complexas para os aprendizes Guajajara. Por fim, além disso, tem-se os fatores sociolinguísticos e socioculturais, que devido o contato intenso com as cidades próximas,





possibilita um contato direto com os falantes de Português, o que faz com que sejam aprendizes bilíngues.

Palavras-chave: Aquisição; Português; interferência; ze'egete.





**DESCOLONIZANDO SEXUALIDADES INDÍGENAS NO ABC PAULISTA:
APONTAMENTOS INTERSECCIONAIS SOBRE A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA
ÃGOHÓ ÃKIRÊ PATAXÓ**

Kigéw Puri (André da Silva Muniz)

Doutoranda em Economia Política Mundial - UFABC

andre.muniz@ufabc.edu.br

UFABC

RESUMO: Tania Magali, cujo nome étnico é ãGohó ãKirê Pataxó, foi sagrada no dia 13 de maio de 2024 a mais nova liderança indígena dos Pataxó Hã Hã Hãe na cidade de Santo André, localizada no ABC Paulista. Sua consagração é apenas o capítulo mais recente de uma longa trajetória: nascida e criada em contexto urbano, sem que sua família se autodeclarasse indígena, viveu o apagamento de suas raízes originárias e a posterior retomada de sua ancestralidade, já na fase adulta; se formou historiadora e atua ainda hoje como professora da educação básica, casou-se com outra mulher e, juntas, adotaram uma criança com síndrome de Down, e atualmente concilia profissão, família e militância. Indígena, sapatão, mãe atípica, professora e agora liderança, sua história marca um momento de profundas transformações no capitalismo tardio, na qual a contínua violência contra os povos originários convive com um aumento na autodeclaração de pessoas como indígenas, muitas destas sendo pessoas que nasceram fora de aldeias e sem se reconhecerem como tal até anos recentes, bem como uma crescente ocupação dos povos originários no espaço público. Esse cenário, embora contraditório, parece apontar para um novo momento do neoliberalismo no Brasil em particular e no mundo em geral, onde pautas de origem progressista e/ou anti-opressão são incorporadas pelo Estado, por instituições e até por grandes empresas sem que as violências e formas de opressão e subalternidade das quais tais pautas se originam sejam mitigadas. Assim, por meio de uma entrevista com ãGohó, buscamos neste trabalho apresentar a luta e a trajetória desta liderança e trazer breves apontamentos sobre como sua vivência se relaciona com o cenário sociopolítico nacional mais amplo.

Palavras-chave: Pataxó Hã Hã Hãe; Sexualidades indígenas; Povos indígenas e neoliberalismo; Movimento indígena no ABC Paulista.





EXPRESSÕES VISUAIS E COLETIVAS: A ARTE GUAJAJARA E O PAPEL DE ZAHY TENETEHAR NA REAFIRMAÇÃO CULTURAL

Thayane Rodrigues Reis

Graduada em Artes Visuais
Mestranda em Cultura e Sociedade
Universidade Federal do Maranhão
thyanerreis@gmail.com

Larissa Lacerda Menendez

Doutora em Ciências Sociais
larissa.lacerda@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este artigo examina a arte indígena em diálogo com a contemporaneidade, com ênfase na construção e reafirmação da identidade cultural. O estudo se concentra nas interseções entre arte e cultura, especialmente na etnia Tenetehara, explorando as produções artísticas dos Guajajara, com destaque para Zahy Tentehar. As obras são analisadas em termos de estética, qualidade técnica e simbolismo, refletindo as complexas dinâmicas de coletividade e a relação dos Guajajara com sua cultura material. A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, combinando revisão bibliográfica, análise documental de acervos históricos e contemporâneos, além de uma análise formal das obras e mapeamento de artistas em acervos físicos e digitais. Para sustentar a análise, são utilizados os trabalhos teóricos de Samain (2012), Ribeiro (1980), Hall (2006) e Zanoni (1999), que fornecem uma base crítica para entender como a arte indígena funciona como uma forma de resistência e reafirmação identitária no cenário contemporâneo. Além disso, o artigo busca explorar como esses artistas, como Zahy, utilizam sua arte para interagir com questões políticas e ambientais, ampliando o debate sobre a representatividade indígena no campo das artes visuais.

Palavras-chave: arte indígena; interdisciplinaridade; Guajajara; Tenetehara; identidade cultural.





FEMINICÍDIOS DE MULHERES INDÍGENAS NO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DE CASOS RECENTES E DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO

Maria Alice Pires Oliveira Van Deursen

Mestra em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão-PGCULT/UFMA
alicejevi@yahoo.com.br

Fundadora e coordenadora do Jornal Vias de Fato- Jornalismo a Serviço da Causa Popular. Desenvolveu em parceria com a UNESCO cartilhas bilíngues sobre educação em saúde para professores e agentes de saúde indígenas. Estudante de Psicanálise, Coordenadora da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ/MA), Coordenadora de Comunicação do Núcleo de Extensão e Pesquisa com Populações e Comunidades Rurais, Negras, Quilombolas e Indígenas (NuRuNI) /UFMA e Integrante do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etнологia e Política (GAEP/CNPQ).

RESUMO: Ao longo da história, as mulheres indígenas têm sido frequentemente invisibilizadas. Mesmo nos dias atuais, elas enfrentam desafios específicos em suas interações sociais e na luta contra a violência de gênero. Entre 2003 e 2022, os casos de feminicídio de mulheres indígenas aumentaram em 500%, revelando um problema crescente e alarmante. As vítimas são predominantemente jovens, e com baixa escolaridade, segundo o Relatório Técnico sobre Homicídios contra Mulheres e Adolescentes Indígenas no Brasil, elaborado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em parceria com o Ministério dos Povos Indígenas. O objetivo do presente estudo é investigar os crescentes casos de feminicídios de mulheres indígenas no estado do Maranhão. A pesquisa, de natureza qualitativa, adota uma perspectiva interseccional para analisar os dados, buscando compreender como as múltiplas formas de opressão – racismo, sexismo, classismo – se articulam para produzir e reproduzir a violência contra essas mulheres. Incorporando as perspectivas teóricas de Fonseca (2015), Harding (1993), Quijano (2009), Silveira (2016) e os estudos de gênero de Scott (1985), os aportes teóricos utilizados oferecem um arcabouço analítico para examinar as relações de poder que moldam a história. A metodologia adotada no estudo envolve a análise de casos de feminicídios de mulheres indígenas ocorridos em 2024, no estado do Maranhão, destacando a brutalidade e a recorrência dessas tragédias. Um dos casos estudados foi o de Joanilde Rodrigues Paulino Guajajara, de 33 anos, assassinada a facadas pelo marido no último mês de agosto, na cidade de Amarante do Maranhão. Outro caso trágico foi o de Yolete Krikati, cujo corpo foi encontrado no dia 30 de agosto. Além disso, dois feminicídios ocorreram no mesmo dia, no último 4 de setembro: Mikaelene Guajajara, de 23 anos, moradora da Aldeia Januária, Terra Indígena Rio Pindaré, e Lícia Guajajara, da aldeia Nova Viana, da Terra Indígena Araribóia, ressaltando o ciclo de violência extrema enfrentado por essas mulheres. Os resultados da pesquisa evidenciam a urgência de políticas públicas que combatam a violência de gênero e promovam a justiça para as mulheres indígenas. É fundamental adotar uma abordagem interseccional que leve em consideração as especificidades da violência contra essas mulheres, garantindo o acesso à justiça, à saúde e à educação, e promovendo a participação das mulheres indígenas na construção de políticas públicas.

Palavras-chave: Feminicídio; Indígenas; Maranhão; Violência de Gênero.





NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE AÇÃO POLÍTICA DE MULHERES INDÍGENAS DO MARANHÃO

Cliciane Costa França

Mestra em Cartografia Social e Política da Amazônia-UEMA
cliciane.c.franca@hotmail.com
SEDUC-MA

RESUMO: O protagonismo de mulheres indígenas, no âmbito das diversas organizações indígenas do Brasil, tem demonstrado a consolidação de novos espaços de poder, onde estas buscam, constantemente, além da garantia de seus direitos, a autonomia na construção das suas próprias demandas. Este trabalho apresenta uma discussão prévia sobre práticas políticas encetadas por mulheres da etnia Tenetehara / Guajajara, no Maranhão, pertencentes a diferentes localidades, a saber, Terra Indígena Rio Pindaré, Terra Indígena Arariboia e Terra Indígena Caru. A luta dessas mulheres possui uma dimensão comunitária, por ser uma ação política que não tem por objetivo principal a construção de trajetórias individualizadas, ou conquistas restritamente pessoais, como observamos na cultura ocidental. Existe entre elas uma forte noção de coletividade que visa o alcance de melhorias em suas comunidades. A partir das narrativas de professoras e lideranças indígenas, buscamos destacar a potencialidade da formação de redes de apoio entre as mulheres para consolidação de suas carreiras políticas e profissionais. A análise toma como referencial as contribuições de Paredes (2017), Segato (2012) e Overing (1999) no que tange às especificidades dos mecanismos políticos criados por mulheres indígenas. Além disso, selecionamos autores que estão situados no debate da modernidade/colonialidade/ descolonialidade (Mignolo 2008; 2017), como fenômenos inseparáveis e escolha metodológica, para tratar sobre epistemologias indígenas, identificadas por meio de entrevistas e trabalhos de campo, onde notamos os desafios e estratégias de resistência no percurso das diferenciadas trajetórias femininas indígenas.

Palavras-chave: Ação política; Mulheres indígenas; Epistemologias; Descolonialidade.





EIXO 4 - Feminismos negros





AMOR PRETO: UMA ESCAVAÇÃO DE SI NO OUTRO

Sunshine Cristina de Castro Reis

Bacharel em turismo – UFMA

Mestranda em Cultura e Sociedade

sunshine.santos@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Matheus Diniz Campelo

Bacharelado em Psicologia - UFMA

matheus.campelo@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Segundo bell hooks (2022), a maior estratégia do patriarcado supremacista branco é impedir a solidariedade entre mulheres e homens negros, ou seja, a manutenção da disputa de quem é mais oprimido, impossibilitando o trabalho coletivo de autodeterminação negra. As marcas provocadas pelas violências raciais, assim com o perecimento dos corpos negros não devem ser hierarquizados, mas precisam ser compreendidos com distinções necessárias para articularmos uma agenda política que promova táticas de enfrentamentos que neutralizem a reprodução das violências sistêmicas entre os nossos. Desenvolver o amor preto é um ato político que não está assentado nas relações afetivas sexuais, mas uma ética essencial na luta política, portando um ato de residência às teias de auto-ódio tecidas pela colonização, requerendo um processo de descolonização dos afetos, um processo de retorno aos saberes ancestrais que invocam a incorporação do espírito da intimidade. Nesta perspectiva, o presente trabalho visa refletir sobre o impacto do amor afrocentrado na construção identitária de homens e mulheres, assim como seus desdobramentos psicossociais. Para tanto, recorreu-se a um levantamento bibliográfico com cruzamento do pensamento de bell hooks, Geni Nunes, Sobonfu Somé entre outras. Utilizamos uma abordagem qualitativa, visando analisar as várias camadas que atravessam a problemática apresentada. Nesse sentido, em nota conclusiva, podemos reafirmar a importância do estabelecimento de uma política de autorrecuperação e autoajuda que promova esquemas de transgressões que gere um agenciamento coletivo de resistência em uma sociedade racista.

Palavras-chave: Amor preto; Amor interior; Autorecuperação; Descolonizando afetos.





ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES NEGRAS

Elisangela Aparecida Rodrigues

Mestranda - Universidade Federal do ABC
lielisrodrigues@yahoo.com.br
UFABC

Kigéw Puri (André da Silva Muniz)

DoutorandO - Universidade Federal do ABC
Andre.muniz@ufabc.edu.br
UFABC

RESUMO: O projeto propõe analisar os determinantes sociais em saúde mental, com ênfase na problemática do atravessamento do racismo como promotor de desigualdades sociais, que impactam a vida objetiva e subjetiva da população negra e, principalmente, das mulheres negras. Opressão, agressão e violência são práticas que afetam a saúde mental e o impacto do racismo como crença na superioridade da população branca, que justifica a desigualdade entre os grupos, se constitui historicamente como fenômeno ideológico e complexo, com dimensões políticas, sociais e econômicas; além de ser uma demanda psicossocial que atinge direta ou indiretamente grande porcentagem da população brasileira, gerando um ciclo social de sofrimento psicológico. A partir de estudos teóricos e outras pesquisas que se debruçam a entender as relações raciais no Brasil, pretendemos identificar o nível de vulnerabilidade social e mental em que esses sujeitos estão submetidos, a exemplo do processo de interação que envolve a vivência do racismo que causa o adoecimento mental. O racismo é o fio condutor para o entendimento da desigualdade no Brasil. Para contextualizar o racismo, é indispensável mencionar o processo histórico da escravização. É inútil discutir acerca do ódio racial sem nos remeter aos custos e benefícios que ele implica para todos os segmentos e atores sociais que compõem as sociedades e nações historicamente racializadas (MOORE, 2007). O racismo produz adoecimento psíquico, homens e mulheres negras vivem experiências interpessoais e sociais que irão se diferenciar por meio da violência racista. A manifestação de preconceitos, estereótipos e discriminações gera “situações de violência física e simbólica, que produzem marcas psíquicas, ocasionam dificuldades e distorcem sentimentos e percepções de si” (SILVA, 2005, p. 130). Quando a percepção de si é internalizada de forma negativa, ocorre a pressão emocional, que pode ser percebida ou lida como perturbação do pensamento e do comportamento, pois “instala-se o sentimento de inferioridade, causando constrangimento na relação com seus pares, e favorecendo o aparecimento de comportamentos de isolamento, entendidos, frequentemente, como timidez ou agressividade” (SILVA, 2005, p. 131). Historicamente, a psicologia clínica deu pouca atenção às vítimas de discriminação e preconceito racial. Homens e mulheres negras, ao narrarem suas experiências com a violência racista, ainda são desacreditadas, invisibilizadas e silenciadas, tendo recusada a escuta de suas vivências por profissionais de psicologia. A psicologia clínica, portanto, como refere Munanga (2017, p. 38), vivencia a inércia do mito da democracia racial brasileira, corroborando a afirmativa: “Não somos racistas, os racistas são os outros!”. No entanto, para trabalhar no campo das relações raciais, é preciso reconhecer que vivemos em uma sociedade racista – que pessoas têm práticas racistas – e, assim, enfrentar e reparar processos de exclusão e desigualdade, pois não falar sobre o racismo pode aumentar a sensação de que ele é um problema do outro. O racismo está arraigado, segmentado e naturalizado na sociedade, tanto na esfera econômica como na política, na cultura e na segurança pública. Quem ganha e quem perde com esse fenômeno do racismo? O exercício de dominação





por parte das classes dominantes possui uma dimensão educativa fundamental. As classes opressoras não exercem domínio apenas pelo uso da coerção, utilizando-se, para tanto, do consentimento necessário por parte das classes oprimidas. O racismo é um forte produtor do sofrimento psíquico, pois se estrutura na ideia de inferioridade racial como componente daquilo que Mbembe (2017) chama de produção do inimigo. O racismo provoca efeitos psicossociais que implicam no bem-estar físico, mental e social, adicionando às camadas de interseccionalidades: raça, classe social e gênero sofrimentos extremos. Esses agravamentos são exponencializados pela ausência de letramento racial no processo formativo dos profissionais de saúde no Brasil. Os autores e autoras negras como Carneiro (2023), Bento (2022), Mbembe (2018), Faustino (2022), hooks (2023), Lorde (2021) explicam que, mesmo após o fim do período colonial, há uma continuidade simbólica das relações coloniais nas instituições sociais. Com base nessa premissa, apresentam críticas ao eurocentrismo, à narrativa colonial da história e ressaltam a importância da emergência de pesquisas feitas por pesquisadores do sul global. O pensamento colonial está estruturado no estabelecimento e manutenção de hierarquias de gênero e raça (BENTO, 2022, p. 37).

Palavras-chave: Mulheres Negras; Políticas de Assistência; Saúde Mental; Ações Afirmativas; Racismo





AUTODEFINIÇÃO NAS REDES SOCIAIS: EMPODERAMENTO E NOVOS PADRÕES DE AUTOESTIMA PARA MULHERES NEGRAS

Bruna Eduarda Fiorentin

Mestranda em Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
brunaeflorentin@gmail.com
UNICENTRO

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Docente do Departamento de História – Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
lucianarfk@gmail.com
UNICENTRO

RESUMO: A autodefinição tem se mostrado um instrumento poderoso na luta das mulheres negras contra os padrões estéticos hegemônicos e eurocêntricos. Historicamente, a representação da mulher negra foi moldada por estereótipos negativos que serviam à agenda de dominação, especialmente durante o período escravocrata. Esses estereótipos persistiram mesmo após o fim da escravidão, perpetuando a marginalização e a inferiorização estética das mulheres negras. Este estudo é parte de um projeto de dissertação de mestrado que está em construção e busca analisar como o poder de autodefinição nas redes sociais está criando novos padrões de autoestima e empoderamento para as mulheres negras, desafiando as normas estéticas tradicionais. O objetivo deste estudo será investigar como a autodefinição nas redes sociais contribui para a construção de uma autoestima positiva e autovalorização das mulheres negras. A pesquisa visa compreender os mecanismos pelos quais essas plataformas permitem a reconfiguração das identidades e a resistência contra os padrões estéticos hegemônicos. A metodologia utilizada neste estudo é qualitativa, empregando análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas. Serão analisados perfis de mulheres negras na rede social *instagram*. A análise de conteúdo focou em postagens, comentários e interações que destacam aspectos de autodefinição, autoestima e empoderamento. As entrevistas semiestruturadas serão conduzidas para obter *insights* profundos sobre as experiências pessoais das participantes, permitindo uma compreensão abrangente dos impactos das redes sociais em suas vidas. A jornada em direção à autodefinição tem implicações políticas, desafiando narrativas externas e questionando não apenas o que é dito sobre as mulheres negras, mas também a legitimidade daqueles que detêm o poder de definição. A insistência na autodefinição valida o poder das mulheres negras como sujeitos humanos, transcende limitações impostas por interpretações externas de sua realidade (Collins, 2009). No entanto, a construção da imagem é um desafio, pois as representações sociais muitas vezes negam a existência plena do sujeito. Patricia Hill Collins argumenta que é essencial assumir o controle da imagem para possibilitar uma autodefinição positiva e uma reconstrução do sujeito enquanto agente em sua própria narrativa (Figueiredo, 2020). O tema da autovalorização transcende as auto definições, desafiando imagens distorcidas que ameaçam os arranjos de poder existentes. Valorizando características frequentemente estereotipadas, as mulheres negras desafiam ideias fundamentais de uma ideologia da dominação, aconselhando umas às outras a cultivar autorrespeito e a exigir respeito dos outros (Collins, 2009). As práticas de autovalorização, permeadas pela independência, resistem conscientemente às normas culturais e sociais, tornam-se uma poderosa estratégia de resistência que capacita as mulheres negras a afirmarem suas identidades (Collins, 2009). A autodefinição emerge, assim, como uma manifestação de resistência ativa, capaz de subverter narrativas impostas e reivindicar a singularidade e a dignidade das experiências das mulheres negras.

Palavras-chave: Feminismo negro, Identidades, Autodefinição, Autoestima, Redes Sociais.





CORPOS PRECÁRIOS: O PERECIMENTO DE MULHERES NEGRAS

Rayanne Caroline Viana Mendes

Mestranda em Cultura e Sociedade

rcv.mendes@discente.ufma.br

PGCULT-UFMA

Ana Caroline Amorim Oliveira

Profa. Dra. em Antropologia Social - USP

E-mail: oliveira.ana@ufma.br

PGCULT-UFMA

Rarielle Rodrigues Lima

Profa. Dra. em Ciências Sociais - UFMA

E-mail: rarielle.rodrigues@ufma.br

PGCULT-UFMA

RESUMO: Todo corpo é potencialmente precário, diz Butler (2018). Por precário entende-se os corpos que perecem com o passar dos anos. Logo, reconhecemos que há o perecimento orgânico pelo processo de envelhecimento, mas há também o perecimento forçado, que sujeita corpos a um processo prematuro de perecer pela dominação, ameaça e dor. Mas quais corpos são levados ao perecimento? Até que ponto e por quanto tempo esses corpos podem ser explorados como passíveis de perecimento? Baseado nestas questões, o objetivo geral da pesquisa se volta a analisar como este perecimento afeta os corpos de mulheres negras e as relações sociais por elas estabelecidas que as levam a um perecimento involuntário pelo adoecimento mental, físico e que podem em último movimento ceifar suas vidas não só pelo feminicídio, mas também pelo suicídio. A metodologia utilizada para construção deste estudo é exploratório a partir do levantamento bibliográficos de estudiosas de questões étnico-raciais e de gênero como Patrícia Hill Collins (2019; 2021; 2022), Audre Lorde (2019), bell hooks (2019), encruzilhando à perspectiva de Butler (2018) sobre corpos precários e perecimento na obra “Corpos em Aliança e a Política das Ruas”. Assim, é possível considerar por fim que corpos femininos são marcados com o estereótipo que os tornam passíveis de um sofrimento resiliente, com uma dose extra quando consideramos os atravessamentos interseccionais de raça e classe, que evidenciam os corpos de mulheres negras de periferia e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Corpo Precário. Perecimento. Mulheres Negras. Adoecimento.





E EU NÃO SOU UMA PESQUISADORA? REAFIRMAÇÃO DE SI ENQUANTO MULHER NEGRA QUE PESQUISA

Ana Gabrielle Sousa Costa

Bacharel em Psicologia – Universidade Federal do Maranhão
anagabriellepsi23@gmail.com
UFMA

Sunshine Cristina de Castro Reis

Bacharel em turismo – Universidade Federal do Maranhão
Mestranda em Cultura e Sociedade
sunshine.santos@discente.ufma.br
UFMA

Rarielle Rodrigues Lima

Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Federal do Maranhão
rarielle.rodrigues@ufma.br
UFMA

RESUMO: Pesquisar na universidade pública muitas vezes pode se resumir à reprodução de conceitos e teorias de culturas que pouco ou nada se assemelham à cultura de quem produz. O modelo a ser copiado é o de produção intelectual eurocêntrica que se sustenta em uma concepção patriarcal, branca, machista, racista etc. Percepção essa que não é suficiente para derrubar toda uma estrutura universitária que tende a usar modelos do norte global sem levar em consideração as múltiplas realidades brasileiras. Poder pesquisar a partir de referências que estejam pensando e discutindo contextos inseridos na produção de quem escreve é uma forma de poder reafirmar o seu lugar enquanto pesquisadora/o/e que tensiona o que está dado, abrindo espaço para novos debates e teorias. Descobrir-se uma mulher negra neste espaço é tentar romper com o formato de pesquisa acadêmica tradicional, o qual submete muitos corpos a falarem de si a partir de outro, sem levar em consideração o próprio saber. “Não é que nós não temos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido” (KILOMBA, 2019, p. 51). Dessa forma, é parafraseando a famosa pergunta “E eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth, que o presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos do apagamento de referências que fujam ao modelo embranquecido e tradicional imposto na escrita de pesquisadoras negras. A partir do levantamento bibliográfico de pesquisas de autoras negras, sobre discussões que retratam o processo de escrita, buscamos trabalhar com base no conceito de amefricanidade, da Lélia Gonzalez, uma vez que este promove refletir a partir da realidade e vivência de quem escreve, alinhado à bell hooks, que nos convoca com a seguinte provocação “Não há cura no silêncio. A cura negra coletiva só pode acontecer quando encaramos a realidade.” O dispositivo da Escrivivência, de Conceição Evaristo, o qual possibilita dar corpo à voz das mulheres negras, não só as que escrevem, mas também aquelas que são escritas, também será utilizado para fins de investigação e produção de conhecimento. Interessa-nos que esta pesquisa possa contribuir para se repensar o modelo tradicional de pesquisa que impede que pensamentos gestados no próprio território sejam usufruídos enquanto possibilidades de referências e, como bem disse Lélia “O lixo vai falar, e numa boa!”, dizemos “O lixo vai pesquisar, e numa boa!”

Palavras-chave: Escrita decolonial; Autorrecuperação; Produção Acadêmica; Escrivivência.





EFEITOS DA (IN) VISIBILIDADE DOS CABELOS AFRO NAS MÍDIAS SOCIAIS NA AUTOESTIMA DE MULHERES PRETAS E PARDAS

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Bacharel em Psicologia pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), com especialização em Neuropsicologia Clínica Centro Universitário União das Américas Descomplica (UniAmérica Descomplica)
montenegro.aglaia@gmail.com
UniAmérica Descomplica

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)
eliasimeia@yahoo.com.br

RESUMO: Entendendo-se a importância da representação midiática e social sobre a autoestima, a presente pesquisa procura investigar como a visibilidade e a invisibilidade dos cabelos afro atuam sobre a autoestima de mulheres pretas e pardas, enquanto aspectos que afetem tanto positiva quanto negativamente. Percebe-se autoestima sob a perspectiva analítico-comportamental, ou seja, enquanto comportamento instalado e modelado socialmente. Neste sentido, por objetivo geral busca-se esclarecer sobre as questões relacionadas ao cabelo afro, como é retratado midiaticamente e a repercussão deste retrato nas mulheres pretas e pardas que consomem conteúdo em mídias sociais. Com os objetivos específicos busca-se: estabelecer o que é autoestima, por meio do referencial teórico da Análise do Comportamento; fazer ligação entre as mídias sociais, autoestima e visibilidade capilar e como estas se afetam; discutir os aspectos históricos e culturais relacionados à (in) visibilidade dos cabelos afro. Em sua natureza, a pesquisa é de caráter descritivo e exploratório. Como metodologia usou-se a pesquisa teórico-bibliográfica e a revisão bibliográfica, para discutir o tema e explorar suas nuances, interligando os conceitos de: autoestima, mídias sociais, beleza e negritude. Conclui-se que a presença e ausência de representação de cabelos afro atuam sobre a autoestima de mulheres pretas e pardas. A autoestima enquanto comportamento social é modelado e moldado pelas mídias sociais, que são um ambiente de controle social significativo na atualidade. Numa sociedade historicamente voltada à beleza europeia e branca, os cabelos afros tornam-se, deste modo, uma forma de revolucionar, remodelar e repensar ideais acerca da beleza e estima de mulheres pretas e pardas.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Cabelo Afro; Autoestima; Análise do Comportamento; Negritude; Beleza.





EXU E A PSICOLOGIA: REFLEXÕES PARA A PRÁTICA CLÍNICA A PARTIR DA OBRA “PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS”, DE LUIZ RUFINO

Jaime Sousa da Silva Junior

Psicólogo, mestre em Cultura e Sociedade pela UFMA
jaimesilvajunior@hotmail.com
Psicólogo clínico em consultório particular.

RESUMO: A obra de Luiz Rufino já inicia falando do conhecimento em uma descrição que versa entre o espiritual e o intelectual. Vivemos em um mundo inegavelmente desigual, no qual a tônica civilizatória é racial e racista. Como diz Foucault, a argamassa de todo estado moderno é o racismo. Temos então problema: uma psicologia que é fundamentada em uma visão universalista de homem. Audre Lorde vai chamar isso de homem mítico, que está inconsciente a todos nós. É uma noção nuclear de homem heterossexual, branco, católico, cis gênero, sem deficiência e neurotípico. Sendo assim temos um desafio diante de nós: como essa psicologia colonial pode dar vez e voz a uma prática plural? Como podemos trabalhar para que a clínica seja não a clínica do ser humano, mas a clínica das pessoas humanas em suas diversidades e particularidades? Se não mantermos esse questionamento vivo estaremos contrariando o nosso código de ética quando este diz que o psicólogo é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracteriza negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. A prática clínica deve então visar libertação e descolonização. Essa transformação visada pelo processo de descolonização tem sido objetivo também da psicologia clínica? Esse ato de responsabilidade com a vida tem sido parte da prática clínica de nós psicólogos? Acredito que aqui possamos discutir a prática clínica enquanto um processo revolucionário e sobretudo enquanto o processo de descolonização. A clínica pode se encontrar nesses lugares, pois na condução do tratamento de cada paciente é preciso empreender a sua libertação das opressões causadas pelo capitalismo, pelo racismo, pelo machismo, pela LGBTfobia, pelo capacitismo e suas consequências em nível singular. Então a clínica deve ser uma prática que auxilia na criação desses novos seres através da abertura de horizontes e de novos modos de vida para além da neurose descoberta na clínica de cada um. O autor propõe a encruzilhada como forma de combater o colonialismo a partir de um novo ponto de vista e isso é o que propomos fazer sobre a psicologia a partir da leitura da obra. Em síntese, a obra de Luiz Rufino nos desafia a repensar a psicologia como uma prática profundamente enraizada na realidade das diversidades humanas. Ao confrontar a visão colonial e universalista que permeia a psicologia tradicional, emergimos com a responsabilidade de criar uma clínica que não apenas trate, mas também liberte. A descolonização da prática clínica não é apenas um objetivo ético, mas um imperativo revolucionário que visa romper com as opressões sistêmicas. Ao abraçar a pluralidade das experiências e identidades, podemos, assim, contribuir para a construção de um futuro onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, promovendo a verdadeira emancipação e transformação social. Que este diálogo continue a inspirar práticas psicológicas mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Exu; Psicologia; clínica; encruzilhada





MASCULINIDADES NEGRAS NA ESCOLA: PERCEPÇÕES, REFLEXÕES E DIALÓGOS

Hélder Douglas Ferreira Freitas

Mestre em Educação - UFRPE

Helder.1689.doug@gmail.com

RESUMO: Esta apresentação corresponde a parte da dissertação de mestrado sobre masculinidades negras na escola, tendo como recorte o Centro Educa Mais Salustiano Trindade, localizado em São José de Ribamar. A pesquisa teve por objetivos analisar as formas como os estudantes do gênero masculino construíam e significavam a sua identidade masculina dentro do contexto sociocultural intraescolar a partir da perspectiva da interseccionalidade de gênero, raça, classe social e orientação sexual. Com a intenção de ampliar e problematizar os diálogos sobre masculinidades negras em contexto escolar, a pesquisa teve suporte teórico nas autoras feministas negras, bell hooks (2020, 2021), Patricia Hills Collins (2019), Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (2020), e feministas e estudiosas de Gênero do pós-estruturalistas como Guacira Lopes Louro (2004, 2006) e Judith Butler (1992). Os Diálogos ainda foram entrelaçados com autoras e autores do campo dos estudos de homens e masculinidades, tais como R.W Connell (1994, 2012, 2018), Michael Kimmell (2015), Elisabeth Bartinder (1991), Osmundo Pinho (2013), Henrique Restier (2023). A pesquisa teve sua base de caráter qualitativo e de investigação, análise de conteúdo como forma metodológica. Para compreender os sentidos e significados de “Ser Homem” e “Ser Homem Negro” foram desenvolvidas dinâmicas individuais com 06 estudantes do ensino médio organizadas da seguinte forma: (I) Dinâmica das Máscaras, quais sentimentos e/ou emoções os adolescentes querem e preferem esconder?; (II) Caixa dos Homens, foco nos estereótipos no imaginário social; (III) Raízes do Machismo; (IV) Masculinidades negras e Profissões. Ao final, foram construídos alguns diálogos com estudantes sobre outras possibilidades de ser e vivenciar tais masculinidades no intuito de desenvolver outras práticas educativas.

Palavras-chave: Escola Pública, Masculinidades, Práticas Educativas.





MULHERES NO CONTEXTO DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

Flávia de Almeida Moura

Doutora em Comunicação – PUC-RS

flavia.moura@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

André Sousa Silva Moreno

Graduando em Jornalismo - UFMA

andre.moreno@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Sabrina Oliveira Teixeira

Graduanda em Jornalismo - UFMA

sabrina.oliveira@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A presente comunicação faz parte de uma pesquisa em andamento relacionada ao projeto intitulado “Trajetórias de mulheres no contexto do trabalho escravo no Maranhão: das trabalhadoras das trabalhadoras escravizadas à rede de enfrentamento no Maranhão”, coordenado pela autora, com vigência entre 2022 e 2024, junto ao GETECOM (Grupo de Estudos Trabalho Escravo e Comunicação), ligado ao Departamento de Comunicação Sociais da UFMA (Universidade Federal do Maranhão). O objetivo é construir trajetórias de mulheres no enfrentamento ao trabalho escravo no estado. Nesta comunicação, apresentamos resultados preliminares das discussões bem como da realização de trabalho de campo junto ao Sindoméstico (Sindicato das Trabalhadoras Domésticas) do Maranhão, realizado entre abril de 2023 a junho de 2024. Na ocasião, foram entrevistadas sete trabalhadoras e também três diretoras do sindicato acerca das condições de vida e de trabalho da categoria. Utilizamos uma perspectiva metodológica das narrativas de vida de Daniel Bertaux (2010), que nos possibilitou estudar “um objeto *social*; de compreender como ele funciona e como se transforma, destacando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos, as lógicas de ação que o caracterizam” (Bertaux, 2010, p. 16). Essa metodologia consiste na realização de entrevistas narrativas em que o pesquisador “pede a uma pessoa, então denominada ‘sujeito’, que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida” (Bertaux, 2010, p.15). Nesta pesquisa, solicitamos que as entrevistadas relatassem experiências de sua infância, trabalho e família com o objetivo de observar e discutir sobre os motivos que levam essas mulheres a se sujeitarem a condições degradantes de trabalho, além de outras violações de direitos identificadas a partir de suas condições de raça, classe e gênero. Dentre as narrativas de vida analisadas, foi possível perceber que os fatores socioeconômicos são praticamente determinantes para o processo de sujeição, mas também percebemos uma naturalização das próprias mulheres com relação ao racismo e às questões de gênero (Carneiro, 2019). Uma das questões recorrentes nas narrativas das trabalhadoras domésticas entrevistadas é o processo de migração do interior do estado para a capital maranhense ainda criança em busca de trabalho e sustento. Os fluxos migratórios se dão, muitas vezes, com consentimento dos pais, num processo de entrega das filhas para pessoas conhecidas, “quase da família”, ou mesmo de relações de compadrio. Esse fato oportuniza muitas mulheres saírem cedo de casa e iniciarem uma vida adulta ainda criança. O principal objetivo narrado é a tentativa de iniciar nos estudos formais na capital. Mas muitas vezes esse sonho é deixado em segundo plano devido ao acúmulo de tarefas em que as “meninas do interior” precisam cumprir nas novas moradas. Vale destacar que o mesmo não acontece com frequência com os meninos,





que são vistos como força de trabalho junto aos pais, principalmente na lida com a roça de subsistência ou mesmo com a pesca e demais atividades econômicas ligadas à economia familiar. Os meninos passam mais tempo junto à família nuclear e costumam migrar após completarem a maioridade, em empreitadas de desmatamento e demais atividades ligadas ao agronegócio ou à construção civil para outros estados brasileiros. Este fato é compreendido em estudos de Gonzáles (1983), quanto trata do racismo e sexismo na cultura brasileira. Além do processo de migração praticamente forçado para fins de trabalho ainda criança, as mulheres também narram outras violências vivenciadas nas residências na capital, que vão desde assédio moral, irregularidades trabalhistas (não ter carteira assinada e não receber o salário acordado, não ter férias, nem descanso), violência sexual, física e até mesmo condições análogas à de trabalho escravo, com retenção de carteira de trabalho e muitas vezes até mesmo cerceamento de liberdade, sem poder retornar para suas casas no interior do estado nem mesmo para visitas em datas comemorativas. Concluimos, com a pesquisa, que ainda não houve um processo de ruptura com o passado colonial e violento que se faz presente todo dia na vida de milhões e milhões de trabalhadores, especialmente mulheres negras, presentes no trabalho doméstico. Esse trabalho doméstico, precarizado, profundamente atacado em seus direitos elementares nos últimos anos e formado majoritariamente por mulheres negras, é invisibilizado no âmbito dos resgates de trabalho análogo à escravidão. À guisa de refletir acerca desse problema em desenvolvimento, buscamos atestar como a precarização do trabalho doméstico faz parte do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil, que se alimenta dos restos da mais cruel escravidão, do ponto de vista sociocultural, e como esta precarização é parte intrínseca dessa reprodutibilidade do capital.

Palavras-chave: Mulheres; Trabalho doméstico; Trabalho escravo contemporâneo; Feminismos negros.





EIXO 5 – Gênero, dissidências sexuais e população LGBTQIAPN+





“BEIJO NA FACE”: A REPRESENTATIVIDADE SÁFICA EM *OLHOS D'ÁGUA* DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Mariana Eulália Teles da Silva

Graduanda em Psicologia - Universidade Federal do Maranhão
mariana.eulalia@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Cláudia Aline Soares Monteiro

Doutora em Psicologia - Universidade de Brasília
cas.monteiro.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: “Beijo na face”, um conto de Olhos d’água, obra de Conceição Evaristo, narra a trajetória de Salinda, uma mulher negra que, após doze anos de um casamento opressivo, descobre seu amor por outra mulher, também negra. A jornada de Salinda é marcada por uma luta constante entre a rigidez de sua vida familiar e a leveza de um amor secreto. Conceição Evaristo nos provoca a refletir sobre como um corpo negro feminino pode romper com o sistema social brancocêntrico e cisheteronormativo, desafiando tanto as normas étnicoraciais quanto as da afetividade e sexualidade. A escolha pelo termo *sáficas*, em vez de *lésbicas*, é fundamentada na história de Salinda. Embora presa a um casamento heterossexual insatisfatório, ela também teve um relacionamento heterossexual consensual no passado, tornando a rotulação de lésbica insuficiente. O foco recai sobre as experiências homoafetivas de mulheres negras, que são frequentemente desconsideradas e transgressoras, representando uma nova forma de existir que desafia os paradigmas hegemônicos. A narrativa evidencia um forte contraste entre a violência que Salinda enfrenta no casamento e a suavidade de sua relação amorosa secreta. Desde o início do conto, esse amor subversivo é descrito com uma sensibilidade notável. Evaristo aborda a afetividade entre mulheres com grande poeticidade e sutileza. Contada em terceira pessoa, a narrativa é construída a partir das lembranças de Salinda enquanto aguarda a chegada do marido. Após deixar os filhos em Chã de Alegria, ela volta para casa e descobre que o marido não a buscará, proporcionando-lhe, pela primeira vez, um tempo sozinha. Considerando a escassez de estudos sobre literatura sáfica, especialmente com foco em personagens negras, este artigo tem por objetivo analisar o conto “Beijo na face”, destacando as experiências lesboafetivas e sexuais como formas de resistência à dominação brancocêntrica e heteronormativa, refletindo sobre a heterossexualidade compulsória relacionada ao gênero. Trata-se de um trabalho de leitura e análise de material bibliográfico, isto é, estudo das fontes com o suporte de textos teóricos e críticos. Para que esta análise se tornasse viável, foram necessárias leituras sistemáticas, tendo como ponto de partida o texto literário – neste caso, o conto –, a fim de que a análise das publicações e das obras fosse realizado de modo seletivo, buscando atender aos objetivos do estudo. A situação de Salinda se agrava quando seu marido desconfia dela, levando-a a um cárcere doméstico. Para proteger a si mesma e aos filhos das ameaças constantes, Salinda se vê obrigada a buscar estratégias de sobrevivência, refletindo um quadro de violência psicológica onde é constantemente vigiada e ameaçada. Essa punição ocorre porque Salinda não se conforma aos padrões esperados de uma “mulher”. Em “Beijo na face”, ao compartilhar amor e afetividade com outra mulher, Salinda reafirma seu valor e dignidade. O amor que ela oferece à companheira é devolvido, simbolizando um ato de autoamor. Assim, amar a outra é, simultaneamente, um ato de amor próprio. Através do afeto e do desejo entre duas mulheres negras, a dignidade do corpo negro feminino é elevada, especialmente aquele que desafia normas de gênero. A protagonista de Evaristo nos leva a refletir sobre a desnaturalização da heterossexualidade como





um destino inevitável, enfatizando as diversas maneiras de expressar sexualidades e afetividades. A invisibilidade das mulheres negras sáficas no mundo branco e heterossexual se estende à literatura. Analisar essa invisibilidade envolve considerar o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado como sistemas de opressão que moldam a sociedade e as identidades. Isso também implica desafiar a concepção de feminilidade branca heterossexual como norma. Assim, esse conto desestabiliza essas noções, trazendo uma narrativa contra hegemônica onde uma identidade marginalizada assume o protagonismo, validando sua história e amor. Portanto, “Beijo na face” quebra o cânone, subvertendo a norma do falocentrismo e ampliando os limites de gênero, sexualidade, raça e etnia. Ao mover uma identidade triplamente oprimida da invisibilidade para o protagonismo, Evaristo não apenas apresenta novas formas de amar, mas também legitima um amor historicamente desautorizado entre mulheres negras, que se configura como um ato político de resistência e promove mudanças profundas no sistema social racista e heteronormativo. O amor de Salinda e sua parceira é, assim, um gesto de insubmissão, não apenas como uma expressão de amor-próprio, mas também como uma rejeição à dominação brancocêntrica e heteronormativa, desafiando discursos hegemônicos e promovendo um ato revolucionário.

Palavras-chave: Sáficas; Conceição Evaristo; Olhos d’água; Mulheres negras.





A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2002-2022

Warley Corrêa Lira

Mestrando - Universidade Federal do Pará
warley.correa19@gmail.com
Universidade Federal do Pará

Vilma Nonato de Brício

Doutora em Educação- Universidade Federal do Pará
briciovn@gmail.com
Universidade Federal do Pará

Lana Thais Rodrigues Freitas Monteiro

Mestranda - Universidade Federal do Pará
lanathaisrf@gmail.com
Universidade Federal do Pará

RESUMO: Este trabalho versa sobre a invisibilidade da população LGBTQIAPN+ nas políticas educacionais brasileiras no período de 2002-2022, na qual essas políticas educacionais apresentam um paralelo entre a ascensão de um governo progressista representado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva e pela ex-presidenta Dilma Rousseff e um governo conservador e autoritário representado pelos ex-presidentes Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. O objetivo geral da pesquisa é: Analisar a invisibilidade da população LGBTQIAPN+ nas principais políticas educacionais brasileiras no período de 2002-2022. Como procedimento metodológico elegemos a revisão bibliográfica a partir de referenciais como: Gomes, Zenaide (2020), Perez, Santos (2023) e Pereira, Santos (2023) para nos subsidiarmos a respeito da análise crítica dos documentos do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) de 2011, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) de 2003 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018. Nos projetos participativos dos governos petistas, aumentou significativamente a inclusão da população LGBTQIAPN+ por intermédio de políticas como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2002, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQIA+ (CNCD-LGBTQIA+) de 2010 e o Programa Escola sem Homofobia de 2011. Entretanto, esse último foi suspenso após a presidenta Dilma Rousseff ceder ao assédio dos setores conservadores baseado no discurso falacioso de que esse Kit Escola sem Homofobia ao tratar de temáticas ligadas a gênero e sexualidade na sala de aula incentivaria a homossexualidade, a promiscuidade e a “ideologia de gênero”. Nesse viés, no mandato de Dilma Rousseff, foi aprovado, no ano de 2014, o Plano Nacional de Educação na qual não aparecem os termos gênero e orientação sexual nas 20 metas do PNE. Em relação aos projetos autoritários de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro, os recursos foram reduzidos a zero para ações ligadas à população LGBTQIAPN+ e departamentos e conselhos foram extintos como o Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Além disso, no ano de 2018, foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular na qual os termos gênero e orientação sexual foram retirados. Para finalizar, concluímos que o avanço do conservadorismo e suas influências na educação possibilitaram o silenciamento de pessoas LGBTQIAPN+ a partir do apagamento de políticas sociais, bem como das discussões de gênero e sexualidade nos documentos normativos educacionais na qual esses tinham o intuito de combater às violências e de promover a inclusão e o respeito pelos Direitos Humanos.

Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Invisibilidade; Políticas Educacionais; Brasil.





A SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA) ATRELADA ÀS SUAS QUESTÕES AFETIVO-SEXUAIS

Pedro Lucas Negreiros Soares Cruz

Graduando de Psicologia – Universidade Federal do Maranhão
pedro.negreiros@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Lucas Guimarães Cardoso de Sá

Doutor – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
lucas.gcs@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Diante do histórico de violência direcionada à comunidade LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Pansexuais, etc.) ao longo dos anos, tanto pela comunidade científica, quanto pela sociedade geral, e dos alarmantes dados de homicídios a essa população no Brasil, indaga-se a respeito das possíveis afetações de ser LGBTQ+ na sociedade brasileira atual. Portanto, o presente estudo se trata de uma pesquisa quantitativa que objetiva comparar índices de saúde mental entre estudantes universitários heterossexuais cisgênero (pessoas que se atraem afetivo e sexualmente por pessoas do sexo oposto e se identificam com o sexo de nascimento) e da comunidade LGBTQ+. Para isso, foram coletados, via *Google Forms*, dados de estudantes de graduação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que responderam a um Questionário de Caracterização Simples e ao Teste DASS-21, objetivando a mensuração de Depressão, Ansiedade e Estresse. Na amostra, 51.2% dos participantes são da membros da comunidade LGBTQ+ e 48.8% são heterossexuais cisgênero. Os dados foram analisados quantitativamente através do *Teste t de Student*, utilizado para comparar médias entre grupos, e foram interpretados mediante contextualização com literatura especializada, em especial a Teoria do Estresse de Minorias, de Meyer. Os resultados dos dados coletados indicaram menores índices de saúde mental para os estudantes universitários que fazem parte da comunidade LGBTQ+. Assim, a pesquisa corrobora com estudos anteriores e discute o *status* de minoria sexual enquanto um causador de doença mental, fruto da violência social sofrida e dos processos de invisibilização e estigmatização.

Palavras-chave: Saúde Mental; Sexualidade; Grupos Minoritários.





ACESSO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA BAIXADA MARANHENSE: DESAFIOS RELACIONADOS À IDENTIDADE E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Carla Michelle Rodrigues Abreu
Mestranda em Saúde Coletiva – UFMA
cmichellera@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Higor Sajnovisch Gouveia de Andrade
Graduando em Medicina – UFMA
higorsajga@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Graduanda em Medicina – UFMA
ana.celidonio@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rayane Sobrinho de Sousa
Mestranda em Saúde Coletiva – UFMA
rayane_sobrinho@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima
Doutora em Saúde Coletiva – UFMA
sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: O acesso da população LGBTQIA+ aos serviços de saúde no Brasil enfrenta barreiras não apenas devido à precariedade do sistema público, mas também por fatores relacionados à identidade de gênero e orientação sexual. O preconceito, a falta de preparo dos profissionais e a invisibilização das necessidades dessa população dentro do sistema de saúde geram dificuldades adicionais. **Objetivo:** Investigar as barreiras enfrentadas pela população LGBTQIA+ no acesso aos serviços de saúde na Baixada Maranhense, com foco nas dificuldades relacionadas à sua orientação sexual e identidade de gênero. **Metodologia:** A pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas semiestruturadas com nove pessoas LGBTQIA+ da Baixada Maranhense, incluindo gays, lésbicas, bissexuais e travestis. As entrevistas ocorreram entre fevereiro e junho de 2021, e a amostra foi definida por saturação teórica. Os dados foram analisados utilizando a técnica de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e temas relacionados ao acesso aos serviços de saúde. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o protocolo CAAE 28376520.1.0000.5087. **Resultados:** A análise de conteúdo das entrevistas identificou três categorias principais: “Preconceito e Discriminação nos Serviços de Saúde”, “Invisibilidade nas Políticas de Saúde Pública” e “Acolhimento nos Serviços de Saúde”. Na categoria “Preconceito e Discriminação nos Serviços de Saúde”, foram identificadas as dificuldades da população LGBTQIA+ no acesso aos serviços de saúde. Muitos participantes relataram receio em discutir questões relacionadas à orientação sexual ou identidade de gênero devido ao medo de julgamentos e discriminação. Esse medo faz com que muitos busquem assistência apenas em situações de emergência, limitando o acesso a cuidados adequados. A falta de capacitação dos profissionais de saúde foi uma questão fundamental levantada pelos entrevistados. Mesmo na ausência de discriminação explícita, os





profissionais frequentemente demonstram desconhecimento sobre questões LGBTQIA+, gerando desconforto, especialmente em relação à saúde sexual e reprodutiva e ao manejo de tratamentos hormonais para indivíduos trans. Essa falta de conhecimento contribui para a exclusão e invisibilidade da população LGBTQIA+ nos serviços de saúde. Na categoria "Invisibilidade nas Políticas de Saúde Pública", foi identificado o desafio da invisibilização das demandas da população LGBTQIA+. Muitos entrevistados relataram que, enquanto a saúde de mulheres cisgênero, crianças e idosos é frequentemente abordada em campanhas e programas preventivos, as questões específicas da saúde LGBTQIA+ são negligenciadas. Os participantes mencionaram a falta de iniciativas voltadas para a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) direcionadas à comunidade LGBTQIA+ e a ausência de espaços seguros para discutir temas relacionados à identidade de gênero. Na categoria "Acolhimento nos Serviços de Saúde", a falta de um ambiente acolhedor foi destacada como um fator determinante para o afastamento da população LGBTQIA+ dos serviços de saúde, especialmente em contextos menores e mais conservadores, como na Baixada Maranhense, onde a vigilância social e o preconceito se manifestam de forma mais intensa. Apesar dessas dificuldades, alguns entrevistados relataram experiências pontuais de acolhimento positivo. No entanto, essas interações foram mais exceções do que a regra, ocorrendo geralmente em centros de saúde maiores, onde os profissionais tendem a ser mais capacitados ou onde há maior anonimato. Contudo, mesmo nesses contextos, o medo de exposição e julgamento ainda persiste, limitando o envolvimento ativo da população LGBTQIA+ em cuidados preventivos de saúde. **Conclusão:** O acesso aos serviços de saúde para a população LGBTQIA+ da Baixada Maranhense é profundamente impactado por fatores relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. O preconceito, o despreparo dos profissionais de saúde e a falta de políticas públicas inclusivas agravam as dificuldades enfrentadas por essa população. Essas barreiras não apenas restringem o acesso aos cuidados de saúde, mas também contribuem para a invisibilidade e marginalização da população LGBTQIA+ dentro do sistema de saúde. Para melhorar esse cenário, é fundamental que haja capacitação adequada dos profissionais, desenvolvimento de políticas específicas e criação de ambientes acolhedores que incentivem essa população a buscar atendimento de forma regular e preventiva. Somente por meio de um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo será possível garantir o acesso equitativo e respeitoso para todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Palavras-chave: Acesso aos Serviços de Saúde; Minorias Sexuais e de Gênero; Acolhimento.





ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBTQIAP+ NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PESQUISA EM DESENVOLVIMENTO

Lizandra dos Santos Cantanhede

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
lizandracantanhede@hotmail.com
Universidade CEUMA

Helena Ataíde Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
helenataide@hotmail.com
CEUMA

Leticia Oliveira da Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
odsleticia@gmail.com
Universidade CEUMA

Ana Rebeca Lopes Fonseca

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
lopesanarebeca@gmail.com
Universidade CEUMA

Melina Serra Pereira

Universidade CEUMA
melina.serra@ceuma.br

RESUMO: O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem proporcionado uma valiosa oportunidade para a realização de pesquisas que visam compreender e abordar questões sociais relevantes. No âmbito deste projeto, estamos investigando os desafios enfrentados por estudantes LGBTQIAP+ no ensino superior, com ênfase nas barreiras que dificultam seu acesso e permanência na universidade. Esta pesquisa em desenvolvimento busca entender como fatores sociais, econômicos e institucionais impactam a trajetória acadêmica desses estudantes. A metodologia compreende um estudo de campo, qualitativo, a partir do método indutivo, de caráter exploratório e descritivo. Até o momento, participaram sete (7) estudantes universitários acima de 18 anos, autodeclarados pertencentes a comunidade LGBTQIAP+, regularmente matriculados em cursos de graduação de uma universidade privada de São Luís - Maranhão e que já haviam concluído a primeira metade (50%) do curso. Para a seleção dos estudantes, foi utilizada a técnica metodológica Snowball (Bola de Neve). O presente estudo segue as normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O Comitê de Ética em Pesquisa da instituição autorizou a coleta de dados a partir do parecer nº 6.493.184. Foram apresentados aos entrevistados um (1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para serem assinados por cada participante autorizando o uso de sua entrevista, um (1) questionário sociodemográfico visando coletar informações gerais sobre cada estudante, e uma (1) entrevista semiestruturada com perguntas abertas com o intuito de gerar discussões sobre os tópicos e eixos escolhidos. Ao longo das entrevistas percebeu-se que a maioria dos entrevistados relacionam o conceito de violência a agressões físicas, desconsiderando assim terem passado por situações como preconceito, exclusões, piadas e comentários relacionadas a seu gênero e/ou orientação afetivo-sexual. Os dados parciais apontam que há uma falta de entendimento sobre a violência, seja explícita ou velada, contra minorias sexuais





e de gênero, variando desde comentários até agressões físicas. Os estudantes LGBTQIAP+ entrevistados não se sentem representados no ambiente acadêmico, devido à ausência de identificação com seus membros. Para reduzir as desigualdades vividas por essa comunidade, eles acreditam que é essencial implementar ações afirmativas que garantam sua presença em espaços fundamentais na universidade.

Palavras-chave: Ensino superior; LGBTQIAP+; Discriminação; Violência.





AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ESTUDANTES LGBTQIAP+: IMPACTOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Ana Rebeca Lopes Fonseca

Graduanda em Psicologia- Universidade CEUMA
lopesanarebeca@gmail.com
Universidade CEUMA

Helena Ataíde Silva

Graduanda em Psicologia- Universidade CEUMA
helenataide@hotmail.com
Universidade CEUMA

Leticia Oliveira da Silva

Graduanda em Psicologia- Universidade CEUMA
odsleticia@gmail.com
Universidade CEUMA

Lizandra dos Santos Cantanhede

Titulação ou Formação – Universidade CEUMA
lizandracantanhede@hotmail.com
Universidade CEUMA

Melina Serra Pereira

Mestre em Psicologia Clínica- PUC- SP
melina.serra@ceuma.br
Universidade CEUMA

RESUMO: Ao analisar o processo de acesso e permanência de estudantes LGBTQIAP+ no ensino superior é possível constatar que, apesar de o acesso à educação ser um direito universal, indivíduos dessa comunidade enfrentam diariamente violência física e psicológica resultante do preconceito, prática conhecida como LGBTfobia. Essa realidade frequentemente culmina na evasão acadêmica, comprometendo a efetivação desse direito. Conforme apontado na literatura, o Brasil e suas instituições de ensino não estão isentos dessa problemática, apresentando índices significativos de evasão nesse contexto. Portanto, é evidente a relevância das ações afirmativas nesses ambientes, uma vez que tais iniciativas se configuram como políticas e práticas públicas e privadas, de caráter compulsório ou facultativo, destinadas a corrigir desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais, sendo, por isso, caracterizadas como medidas compensatórias. (Mayorga, Cláudia, & Souza, Luciana Maria de. 2012). Portanto, esse estudo tem como objetivo mapear as percepções dos estudantes LGBTQIAP+ sobre ações afirmativas realizadas pela Universidade que contribuem para o acesso e permanência no ensino superior, além de identificar as sugestões desses alunos para essas ações de modo que contribuam positivamente na sua realidade acadêmica. Este trabalho apresenta dados parciais de uma pesquisa de campo, qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Os resultados apresentados foram obtidos através de um questionário envolvendo aspectos sociodemográficos e uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas no intuito de gerar discussões sobre tópicos pertinentes ao tema, aplicados em sete estudantes universitários regularmente matriculados em uma instituição privada na cidade de São Luís-Maranhão, autodeclarados LGBTQIAP+, maiores de 18 anos, que já haviam concluído metade da carga curricular obrigatória do seu curso (50%), selecionados através da técnica metodológica snowball (Bola de Neve). O estudo seguiu as normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foi submetido e avaliado





pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da referida universidade e obteve a coleta de dados autorizada pelo parecer nº 6.493.184. Os participantes, logo no início da entrevista, foram apresentados ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que cada um pudesse assinar, concordando com o prosseguimento desta pesquisa. A análise de dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo que, do ponto de vista operacional, parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material (Minayo, 2014). Os resultados obtidos após a transcrição e análise dos conteúdos obtidos, expuseram que os estudantes entrevistados não se sentem representados no espaço acadêmico por conta da ausência de identificação com os membros que compõem essa estrutura. Logo, acreditam que para tornar essa realidade estudantil menos desigual para a comunidade LGBTQIAP+, é necessário realizar práticas que contribuam para que as pessoas pertencentes à comunidade passem a ocupar espaços tidos como essenciais neste ambiente, cargos como: professor, coordenador, entre outros. Assim, com base nos dados concluiu-se que as ações afirmativas acontecem em iniciativas isoladas no contexto universitário, mas não cumprem o seu papel social, visto que a maioria dos estudantes entrevistados não têm conhecimento da sua existência, logo, seu público-alvo não é alcançado por completo.

Palavras-chave: Ações afirmativas; Universidade; LGBTQIAP; Permanência.





ANÁLISE DA VIOLÊNCIA E LETALIDADE CONTRA PESSOAS LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO A PARTIR DA LEITURA DE “TÁ LÁ O CORPO ESTENDIDO NO CHÃO...”: A VIOLÊNCIA LETAL CONTRA TRAVESTIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Brenda Vitória Portela Araújo Soares

Graduanda em Ciências Sociais - UEMA
portelabrenda3@mail.com
UEMA

Rarielle Rodrigues Lima

Doutora em Ciências Sociais - UFMA
rariellerodrigues@gmail.com
UEMA

RESUMO: Em uma análise primária para a escrita desse trabalho, tomo como referência bibliográfica o artigo “Tá lá o corpo estendido no chão...” a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro, em que Carrara e Vianna (2006) aprofundam-se na análise da violência e letalidade direcionada a gays e travestis, destacando nuances essenciais. Carrara e Vianna (2006) examinam minuciosamente o perfil social das vítimas, as características distintivas dos crimes e, de maneira crucial, exploram como esses casos são tratados tanto pela polícia quanto nas instâncias judiciais, demonstrando a importância de investigar os matizes da violência homofóbica, evidenciando que as relações entre cor, classe e gênero desempenham um papel central na forma como essa violência é perpetrada, socialmente codificada e, por fim, sancionada judicialmente. Assim, objetivo com este trabalho construir a análise dos casos de assassinato de pessoas LGBTQIAPN+ utilizando o caminho metodológico de Carrara e Vianna (2006), para isso tomarei como contexto, o assassinato brutal de quatro travestis no estado do Maranhão de 2020 a 2022, e mais recentemente, o lesbocídio de uma jovem desfem no interior do estado no final de 2023. Todos os casos foram poucos divulgados pela mídia, assim como a maioria permanece sem divulgação de conclusão na justiça, o que revela o descaso de investigação criminal a violências homofóbicas no Maranhão. Esses casos destacam a vulnerabilidade das pessoas transexuais e gays a violência e crimes hediondos, que apesar de mais de uma década após os estudos de Carrara e Vianna (2006), ainda é constante não só no Rio de Janeiro e Maranhão, mas em todo Brasil.

Palavras-chave: Violência; Letalidade; Homofobia; Maranhão.





ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES COM DELINEAMENTO GÊNERO E SEXUALIDADE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Victoria Amorim Silva

Mestranda - UFMA
victoria.amorim@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Dayse Marinho Martins

Dra em Políticas Públicas/ Dra em História
dayse.mm@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Hayanne Galvão Pereira Alves

Mestranda - UFMA
hayanne.galvao@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Juliana Ferreira Martins

Mestranda - UFMA
juliana.fm@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Lorena Coutinho Lima

Mestranda - UFMA
lorena.coutinho@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O Programa de Pós Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) foi criado com base no parecer favorável da CAPES em 17 de novembro de 2011, com o objetivo de formar pesquisadores que trabalham em prol da ampliação e do fomento de pesquisas, tendo como Área de Concentração o campo temático da Psicologia. O programa desenvolve atividades de ensino em três Linhas de Pesquisa: Avaliação e Clínica Psicológica, Trabalho, Saúde e Subjetividade e História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos. Desde a sua criação, o programa tem em seu histórico diversos temas em investigação por parte de seus pesquisadores, mas é importante frisar que algumas categorias de pesquisa ainda merecem maior ampliação, para que possam refletir as demandas sociais e acadêmicas contemporâneas. As perspectivas de gênero e sexualidade, em particular, fazem parte dessa categoria que carecem de mais estudos. O objetivo deste estudo é analisar as dissertações defendidas no programa que possuem como descritores: “gênero” e “sexualidade”, buscando identificar tendências, lacunas e contribuições significativas para o campo da psicologia. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, que será realizada no Repositório de Teses e Dissertações da UFMA, tendo como filtro os trabalhos publicados no PPGPSI, que possuam como palavras-chave: “gênero” e “sexualidade”. Serão analisadas dissertações defendidas entre os anos de 2012 e 2024, totalizando 11 trabalhos com o descritor “gênero” e 6 trabalhos com o descritor “sexualidade”. Os resultados preliminares indicam que as dissertações abordam uma variedade de temas que se relacionam com as categorias, a análise revela uma evolução nas abordagens teóricas e metodológicas ao longo dos anos, com um aumento na utilização de perspectivas interseccionais e metodologias qualitativas no que se refere aos estudos de gênero. Conclui-se que o programa tem contribuído para o avanço dos estudos de gênero na psicologia, oferecendo insights valiosos





para a academia e para a sociedade em geral. No entanto, ainda é necessário ampliar o enfoque nos estudos que possuam como perspectiva os estudos de gênero e de sexualidade, não só como categoria de classificação, mas como referencial teórico e epistemológico que requerem maior investigação, especialmente no que diz respeito à aplicação prática das pesquisas e à inclusão de vozes marginalizadas.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Psicologia; Dissertações.





ASPECTOS QUE INFLUENCIAM O ACESSO DE ESTUDANTES LGBTQIAP+ AO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Lizandra dos Santos Cantanhede

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
lizandracantanhede67@gmail.com
Universidade CEUMA

Helena Ataíde Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
helenataide@hotmail.com
CEUMA

Leticia Oliveira da Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
odsleticia@gmail.com
Universidade CEUMA

Ana Rebeca Lopes Fonseca

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
lopesanarebeca@gmail.com
Universidade CEUMA

Melina Serra Pereira

Mestre em Psicologia Clínica – PUC - SP
melina.serra@ceuma.br
Universidade CEUMA

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo investigar os desafios enfrentados por estudantes LGBTQIAP+ no ambiente universitário, com foco especial nas barreiras que dificultam seu acesso ao ensino superior. Um dos principais aspectos analisados são os fatores que influenciam o acesso desses estudantes à universidade, levando em consideração dimensões sociais, econômicas e institucionais. Entre os fatores mais significativos estão as condições socioeconômicas desfavoráveis, a discriminação vivenciada ao longo da educação básica, e a ausência de políticas inclusivas eficazes que assegurem equidade no processo de ingresso e permanência desses alunos no ensino superior. A metodologia adotada neste estudo consiste em uma pesquisa de campo qualitativa, baseada no método indutivo, de caráter exploratório e descritivo. Este trabalho apresenta dos dados parciais da coleta realizada com sete (7) estudantes universitários, com mais de 18 anos, que se autodeclararam membros da comunidade LGBTQIAP+, matriculados em cursos de graduação de uma universidade privada em São Luís, Maranhão, e que já haviam concluído pelo menos 50% de sua formação. O desenvolvimento da pesquisa se deu por meio de questionário sociodemográfico para coletar informações gerais sobre os estudantes, além de uma entrevista semiestruturada com perguntas abertas para promover uma discussão sobre os temas relevantes, a análise dos dados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo. Inicialmente, uma leitura preliminar dos depoimentos foi conduzida, permitindo uma compreensão geral, para, em seguida, aprofundar-se em interpretações mais detalhadas. A seleção dos participantes foi realizada por meio da técnica metodológica Snowball (Bola de Neve). O estudo seguiu as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e a coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, conforme parecer nº 6.493.184. De acordo com as entrevistas realizadas, é possível inferir que um dos fatores que influenciaram o acesso de alunos LGBTQIAP+ ao ensino





superior foi a oferta de bolsas e/ou financiamentos. Dos sete estudantes de ensino superior entrevistados, apenas dois afirmaram que sua orientação afetivo-sexual ou expressão de gênero influenciaram na escolha do curso de graduação e no ingresso na faculdade. Embora a literatura destaque fatores que impactam negativamente o acesso de pessoas LGBTQIAP+ ao ensino superior, os dados preliminares desta amostra não evidenciaram uma correlação significativa.

Palavras-chave: Ensino superior; LGBTQIAP+; Discriminação; Violência.





COMUNICAÇÃO DIGITAL E IDENTIDADES DE GÊNERO: ANÁLISE DAS NARRATIVAS SOBRE PESSOAS TRANSVESTIGÊNERE NO PERFIL DA AMATRA, NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*

Thiago Arliton Santos e Santos

Graduando em Comunicação Social com
habilitação em Publicidade e Propaganda
thy.lancaster12@gmail.com
Universidade CEUMA

Romulo Fernando Lemos Gomes

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP
romulo005295@ceuma.com.br
Universidade CEUMA

RESUMO: Esta pesquisa analisa as narrativas que estão sendo construídas sobre pessoas transvestigêneres no perfil da Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (Amatra) na rede social Instagram. Foram selecionadas postagens que abordam dois momentos relevantes para a comunidade. O período que abrange as postagens analisadas é de 6 de janeiro a 26 de fevereiro de 2024. Os principais autores utilizados foram: Benevides (2024), Butler (2018), Jesus (2012), Kotler (2017), Landowski (2017), Morais (2024), Preciado (2014), San'tanna (2018), Trevisan (2018), Vergueiro (2016). A pesquisa apontou que novas narrativas têm emergido sobre pessoas transvestigêneres e que, embora o preconceito e a transfobia estrutural ainda persistam, o protagonismo trans tem possibilitado realidades mais prósperas e dignas.

Palavras-chave: Comunicação. Identidade de Gênero. Transvestigêneres. Amatra.





CORPOS VISÍVEIS: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES *QUEER* DESFEMINILIZADA

Amanda Silva Araujo³

Mestranda em Sociologia-UFMA (PPGS)
amanda.sa@discente.ufma.br
UFMA-Campus Imperatriz

Vanda Maria Leite Pantoja

Doutora em Ciências Sociais –
Vanda.pantoja@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Este trabalho constitui parte de uma pesquisa maior de uma dissertação de mestrado em Sociologia. Temos como objetivo compreender como mulheres *queer* desfeminilizadas compreendem seus corpos e como estes são socialmente atravessados pelos ideais heteronormativos que impõem padrões de performance de sexo e gênero. Inicialmente parto de minhas experiências enquanto mulher lésbica desfeminilizada para em seguida acrescentar à pesquisa a experiência de outras mulheres queer e desfeminilizadas, A metodologia empregada será a “Escrevivência” de Conceição Evaristo (2020) além de entrevistas com as interlocutoras selecionadas.. A partir deste trabalho busco tensionar o debate acerca de gênero e heteronormatividade ao explorar as corporalidades e mostrar como estas desafiam os padrões impostos socialmente, questionando os lugares sociais ocupados por esses corpos. Além disso, examino como a visibilidade desses corpos não só expõe as marcas de sua exclusão, mas também potencializa suas existências, afirmando suas identidades em um contexto que busca constantemente apagá-las.

Palavras-chave: Desfeminilizadas; Queer; Performance; Escrevivência.

³ Graduada em Licenciatura em Ciências Humanas – Universidade Federal do Maranhão; Egressa do Mestrado em Sociologia – PPGS, bolsista FAPEMA 2024-2026.





CUIDADO EM SAÚDE MENTAL PARA A POPULAÇÃO TRANS E TRAVESTI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA NO AMBULATÓRIO SABRINA DRUMOND

Lorena Coutinho Lima

Graduada em Psicologia; Mestranda em Psicologia
lorena.coutinho@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins

Doutor em Políticas Públicas
carlos.wellington@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A sociedade contemporânea é marcada fortemente por uma perspectiva generificada, racializada e sexualizada com fortes implicações nas esferas pública e privada. Em países colonizados com um histórico escravocrata, com ditaduras militares e presença de um fundamentalismo religioso incidindo nas relações sociais que tendem a ser opressoras para as minorias raciais, sexuais e de gênero. O Brasil segue, pela décima quarta vez, sendo o país com a maior estatística de casos de violência letal sofrida pela população LGBTQIAPN+, com prevalência da população trans e travesti conforme dados da Associação Nacional Trans e Travesti (ANTRA) (BENEVIDES, 2024), e o Maranhão ocupa o sexto lugar com o maior número de casos em 2022, conforme dados do Observatório de Políticas Públicas LGBTQIAPN+. Essa LGBTfobia estrutural é alicerçada por várias tipologias de violências (física, verbal, econômica, moral, etc.) que se manifestam de formas diferentes, às vezes de forma sutil e velada e, em alguns casos, de forma agressiva e explícita, sendo a população trans e travesti como o recorte mais atingido, com uma expectativa de vida ainda estimada até os trinta anos, vítimas de transfeminicídio, além de serem evadidas do sistema educacional e mercado de trabalho formal. Diante desse cenário opressor convém destacar a importância do debate do cuidado com a saúde mental e o combate, entre outros fatores, do estresse minoritário acometidos massivamente por esta população e compreender tanto as estratégias de garantias de políticas públicas direcionadas a saúde integral da população LGBTQIAPN+ quanto a atuação de profissionais da Psicologia no cuidado com a saúde mental, nesse caso específico, a atuação em um ambulatório trans. Nesse sentido, este relato de experiência objetiva descrever os serviços disponibilizados pela equipe multiprofissional do Ambulatório Sabrina Drumond, na Policlínica do Cohatrac, em São Luís do Maranhão, com foco na atuação da pessoa profissional de Psicologia. É importante denotar que a conquista do serviço pelo ambulatório era uma reivindicação histórica dos movimentos sociais organizados que contribuiu para a formulação e implementação do Plano de Saúde Integral da População LGBTI+ do Maranhão (2023). Sabrina Drummond, travesti e profissional do sexo, foi uma militante histórica do movimento social no Maranhão fundando uma das primeiras organizações de reivindicação dos direitos da população trans no estado: a Associação de Travestis e Transexuais do Maranhão (ATRAMA). Sabrina foi brutalmente assassinada quando distribuía preservativos em campanha de prevenção e combate ao HIV, e teve seu nome reivindicado pelo movimento para nomear o ambulatório em uma homenagem e reconhecimento póstumo de sua militância. O referido ambulatório funciona como um espaço de acolhimento e cuidado em saúde de pessoas trans e travestis, de acordo com o proposto pelo Processo Transexualizador, Portaria nº 2.803 de 2013 do Ministério da Saúde a partir do Sistema Único de Saúde. O serviço é formado por uma equipe multiprofissional composta por: 2





profissionais da recepção, 1 profissional do serviço social, 1 profissional da enfermagem, 1 profissional da clínica médica, 1 profissional da psicologia, 1 profissional da psiquiatria, 1 profissional da fonoaudiologia e 2 endocrinologistas. Como este relato de experiência é direcionado ao serviço de Psicologia, ressalta-se que faz parte do papel da psicologia o acolhimento, cuidado e promoção da saúde mental, do bem-estar e prezar pela qualidade de vida. Nessa vivência, esses são alguns exemplos de motivações para buscar o atendimento psicológico: estar em processo de descoberta da identidade de gênero e/ou questionamento sobre si; consequências da transfobia na saúde mental; iniciar ou dar prosseguimento à hormonização; desenvolver autoconhecimento e autoestima; vivência de conflitos familiares; desenvolver habilidades sociais; fortalecer a autonomia, assim como, desenvolver estratégias para construir ou ampliar a rede de apoio. Outra forma de cuidado da saúde mental é combater as barreiras de acesso, bem como, a transfobia estrutural para que seja possível cuidar da saúde das pessoas trans e travestis de forma integral, humanizada e digna.

Palavras-chave: Saúde mental; População trans; Travesti; Atendimento psicossocial.





DESAFIOS PARA A PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES LGBTQIAP+ NO ENSINO SUPERIOR

Leticia Oliveira da Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade Ceuma
odsleticia@gmail.com
Universidade Ceuma

Helena Ataíde Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade Ceuma
helenataide@hotmail.com
Universidade Ceuma

Ana Rebeca Lopes Fonseca

Graduanda em Psicologia – Universidade Ceuma
lopesanarebeca@gmail.com
Universidade Ceuma

Lizandra dos Santos Cantanhede

Graduanda em Psicologia – Universidade Ceuma
lizandracantanhede@hotmail.com
Universidade Ceuma

Melina Serra Pereira

Mestre em Psicologia Clínica – PUC - SP
melina.serra@ceuma.br
Universidade CEUMA

RESUMO: A comunidade LGBTQIAP+ se trata de uma população historicamente afligida por vulnerabilidades, discriminação e marginalização. Além de enfrentarem adversidades por serem quem são, seja por identidade de gênero ou orientação afetivo-sexual, uma parcela significativa da comunidade ainda enfrenta desafios relacionados a dificuldades financeiras e preconceitos. Por isso, é comum que esse grupo tenha um histórico de dificuldades durante o ensino básico, o que afeta diretamente o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, sua permanência nos espaços acadêmicos. Este estudo discorre sobre os resultados parciais de uma pesquisa de campo, qualitativa, de método indutivo e com caráter exploratório, que tem por objetivo principal investigar o processo de permanência dos estudantes LGBTQIAP+ no ensino superior, buscando compreender os fatores que influenciam sua permanência. Os resultados obtidos são provenientes de entrevistas conduzidas com sete estudantes de graduação de uma instituição privada de ensino superior do estado do Maranhão, que se autodeclararam pessoas da comunidade LGBTQ+ e que já concluíram metade da carga horária obrigatória do curso. A seleção dos entrevistados se deu a partir da técnica metodológica *snowball* (bolsa de neve). A pesquisa foi realizada através de questionário sociodemográfico e aplicação de entrevista semiestruturada. Seguindo as normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Comitê de Ética em Pesquisa da instituição autorizou a coleta de dados a partir do parecer nº 6.493.184. Ao início da pesquisa, a entrevistadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ao participante que foi assinado após o aceite. A análise de dados foi feita a partir da Análise de Conteúdo que, do ponto de vista operacional, parte de uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, para atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material (Minayo, 2014). Com base nos dados parciais coletados nas entrevistas e na literatura que fundamenta o referencial teórico desta





pesquisa, foram discutidos os principais fatores que influenciam a permanência de pessoas LGBTQIAP+ na universidade. Os resultados indicam que essas pessoas veem a permanência na universidade como uma estratégia de ascensão social e econômica, visando melhores condições de vida e a superação de violências e discriminações. Além disso, o convívio com outros membros da comunidade LGBTQIAP+ desempenha um papel central na permanência no ensino superior, funcionando como um fator de segurança e acolhimento. Contudo, os estudantes entrevistados percebem que a universidade oferece pouca ou nenhuma assistência para lidar com os desafios específicos da LGBTfobia, revelando uma lacuna significativa no suporte institucional para esse grupo. A partir dos dados acima, pode-se inferir que a permanência das pessoas entrevistadas na universidade está fortemente vinculada à busca por inclusão social, financeira e à superação de desigualdades. A universidade, para esses indivíduos, não é apenas um espaço de formação acadêmica, mas também de resistência às violências e discriminações vivenciadas. A presença de uma rede de apoio dentro da comunidade LGBTQIAP+ no ambiente universitário também é um fator determinante para a permanência, oferecendo uma sensação de segurança e pertencimento. Entretanto, a falta de assistência institucional específica para enfrentar a LGBTfobia sugere que a universidade, assim como a maioria das instituições de ensino, não está adequadamente preparada para lidar com as demandas dessa população, o que pode comprometer a permanência e o bem-estar dos estudantes LGBTQIAP+. Isso evidencia a necessidade de políticas de ações afirmativas que priorizem estratégias mais inclusivas e de suporte voltadas para a diversidade sexual e de gênero no ensino superior.

Palavras-chave: Permanência; Ensino Superior; Sexualidade; Psicologia.





DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ACADÊMICO: UM ESTUDO SOBRE VIVÊNCIAS LGBTQIAP+

Helena Ataíde Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
helenataide@hotmail.com
CEUMA

Leticia Oliveira da Silva

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
odsleticia@gmail.com
Universidade CEUMA

Ana Rebeca Lopes Fonseca

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
lopesanarebeca@gmail.com
Universidade CEUMA

Lizandra dos Santos Cantanhede

Graduanda em Psicologia – Universidade CEUMA
lizandracantanhede@hotmail.com
Universidade CEUMA

Melina Serra Pereira

Mestre em Psicologia Clínica – PUC - SP
melina.serra@ceuma.br
Universidade CEUMA

RESUMO: Este trabalho apresenta os dados parciais de uma pesquisa que tem como principal objetivo identificar a ocorrência de situações de discriminação e/ou violência vivenciadas por minorias sexuais e de gênero no ensino superior. A metodologia compreende um estudo de campo, qualitativo, a partir do método indutivo, de caráter exploratório e descritivo no qual participaram sete (7) estudantes universitários acima de 18 anos, autodeclarados pertencentes a comunidade LGBTQIAP+, regularmente matriculados em cursos de graduação de uma universidade privada de São Luís - Maranhão e que já haviam concluído a primeira metade (50%) do curso. Para a seleção dos estudantes, foi utilizada a técnica metodológica Snowball (Bola de Neve). O presente estudo seguiu as normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição através do parecer nº 6.493.184. Foram apresentados aos entrevistados um (1) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para serem assinados por cada participante, um (1) questionário sociodemográfico visando coletar informações gerais sobre cada estudante, e uma (1) entrevista semiestruturada com perguntas abertas com o intuito de gerar discussões sobre os tópicos e eixos escolhidos. Após a transcrição dos resultados, a análise de dados envolveu a análise de conteúdo que, do ponto de vista operacional, parte de uma leitura de primeiro plano das falas e depoimentos, para assim atingir um nível mais profundo. Os resultados indicam que a maioria dos entrevistados já vivenciou situações de violência, preconceito e discriminação no ambiente acadêmico, relatando que essas ocorrências podem se manifestar de forma velada ou explícita. Durante as entrevistas, foi possível observar que muitos entrevistados associam o conceito de violência apenas a agressões físicas, desconsiderando experiências como preconceito, exclusão, piadas e comentários relacionados ao gênero e/ou à orientação afetivo-sexual. A literatura científica, no entanto, destaca que a violência não se restringe à agressão física, pois pode se





manifestar por meio de agressões psicológicas, morais e outras formas de abuso, geralmente direcionadas a grupos específicos, como minorias sexuais e de gênero. Com base nos dados parciais, pode-se inferir que a violência no ambiente acadêmico é uma realidade vivida por uma parcela significativa dos entrevistados, embora muitas dessas situações sejam subvalorizadas ou não reconhecidas como tal, especialmente quando não envolvem agressão física. Além disso, a tendência de associar violência apenas à agressão física revela uma compreensão limitada sobre a amplitude desse fenômeno, ignorando outras formas de violência, como a psicológica e a moral. Os dados parciais também refletem a invisibilidade de agressões mais sutis, como preconceito, exclusão e comentários depreciativos, que afetam desproporcionalmente a comunidade LGBTQIAP+. Esses achados reforçam a necessidade de uma maior conscientização sobre a definição abrangente de violência e de implementação de ações afirmativas para combater tanto as formas explícitas quanto as formas veladas de discriminação e abuso no meio acadêmico.

Palavras-chave: Gênero; LGBTQIAP+; Discriminação; Violência.





ESTRESSE PERCEBIDO NA POPULAÇÃO LGBTQIA+ DO MARANHÃO: DESAFIOS E IMPACTOS

Ana Carolina Celidonio Almeida Campos

Graduanda em Medicina em Universidade Federal do Maranhão
ana.celidonio@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Maranhão
rayane_sobrinho@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Graduando em Psicologia - Universidade Federal do Maranhão
rodrigo.nna@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Mestranda em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Maranhão
cmichellera@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima

Doutora em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Maranhão
sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: O estresse percebido refere-se à forma como os indivíduos avaliam suas próprias situações de vida como estressantes, sendo influenciado por eventos adversos e a capacidade de enfrentá-los. Para a população LGBTQIA+, o estresse é frequentemente agravado por fatores como discriminação, marginalização e a exclusão social, o que impacta negativamente o seu bem-estar. Entender os níveis de estresse percebido por essa população é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções que promovam um ambiente mais inclusivo e protetor. **Objetivo:** Avaliar os níveis de estresse percebido na população LGBTQIA+ do estado do Maranhão, com base nas experiências relatadas pelos participantes, e identificar os principais fatores que contribuem para esses altos níveis de estresse. **Metodologia:** Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa descritiva, com uma amostra de 111 participantes LGBTQIA+, recrutados através de redes sociais e plataformas digitais. Os dados foram coletados online, utilizando a Escala de Estresse Percebido (PSS), composta por 14 itens que medem a frequência com que os participantes percebem situações como estressantes no último mês. As respostas variaram entre “nunca” e “sempre”, e os escores foram analisados para descrever a prevalência do estresse na amostra. **Resultados:** Os resultados indicaram um nível médio de estresse percebido de 31,9, com os escores variando entre 14 e 51, sugerindo que grande parte da população LGBTQIA+ do Maranhão enfrenta altos níveis de estresse. Entre os principais fatores mencionados pelos participantes, destacam-se: Sobrecarga emocional diante das situações cotidianas; Falta de suporte adequado no ambiente de trabalho e familiar; Preocupação constante com o futuro e a insegurança em relação ao contexto social; Dificuldade em lidar com múltiplas tarefas e responsabilidades, que frequentemente parecem incontroláveis. Além disso, os participantes relataram sentir-se impotentes para mudar a situação e frequentemente perceberam suas demandas como





esmagadoras. **Conclusão:** O elevado nível de estresse percebido entre a população LGBTQIA+ do Maranhão reflete a complexidade dos desafios sociais e emocionais que essa comunidade enfrenta. A sobrecarga emocional e a falta de suporte adequado são fatores críticos que contribuem para esses níveis de estresse. Esses achados reforçam a necessidade de programas de apoio psicológico, redes de acolhimento e políticas inclusivas que possam aliviar os impactos do estresse e promover um ambiente mais seguro e acolhedor para essa população.

Palavras-chave: População LGBTQIA+; Saúde Mental; Estresse Percebido.





FAKE NEWS DO KIT GAY: NARRATIVAS DE ÓDIO E CONTROLE DA SEXUALIDADE NAS REDES SOCIAIS

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza

Cientista Social – Universidade Federal do Maranhão- UFMA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA
valeria.cristina@discente.ufma.br
UFMA

Ana Caroline Amorim Oliveira

Professora do Curso de Ciências Humanas/Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
(PGCult) – UFMA
oliveira.ana@ufma.br
UFMA

RESUMO: Este artigo de pesquisa documental e exploratória analisa como as Fake News associadas ao “kit gay” produzem narrativas fictícias e pânico sexuais e/ou morais sobre a diversidade sexual e gênero na sociedade brasileira. A metodologia usada envolve o levantamento de artigos, dissertações, teses e as principais notícias sobre o tema. Com isso, tensionamos o campo dos estudos de gênero, para entender os significados produzidos pela retórica dos discursos de ódio nas redes sociais. A partir teoria de Judith Butler (2018) (2021) especialmente a partir de suas reflexões sobre linguagem, performatividade e violência simbólica, investigamos como essas narrativas geram discriminação contra vidas dissidentes e reforçam gramáticas de ódio e LGBTfobia. A pesquisa também explora de que maneira os discursos sobre corpos dissidentes e prazeres são instrumentalizados para promover a desinformação e legitimar práticas de controle social e moral, particularmente na sociedade brasileira contemporânea. Como os regimes de verdades, poder e enunciados são validados nos contextos da rede social? Para compreender estes discursos disciplinares de controle da sexualidade, nos apoiaremos na teoria de Michael Foucault (2015) que permite reconhecer como as sociedades lidam com a sexualidade moldadas por instituições de poder, moralidade e conhecimento. Como as redes sociais monitoram, catalogam e regulamentam a sexualidade? Como resultados iniciais, observamos que os discursos de ódio são responsáveis pela construção do “inimigo” transformando grupos em “outros” ameaçadores. O “kit gay” foi instrumentalizado para criar a ideia de um “inimigo interno”, com os educadores, lideranças de movimentos sociais e defensores dos direitos LGBT-QIAPN+ sendo falsamente acusados de promover uma agenda sexual para crianças. A linguagem tem papel fundamental na construção de subjetividades, e essa expressão mobiliza um tipo de discurso de ódio que reforça preconceitos e institucionaliza uma única forma de sexualidade - a heteronormativa -, regulando e disciplinando os corpos por meio das verdades difundidas nas redes sociais.

Palavras chaves: Fake News, Kit Gay, Discursos de Ódio, LGBTfobia.





GENDRAMENTOS: IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA NA CANÇÃO BALADA DE GISBERTA

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Mestrando em Cultura e Sociedade - UFMA

igor.farias@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Luana Kerly Alves Coelho

Mestranda em Cultura e Sociedade- UFMA

luana.kerly@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Cristiane Navarrete Tolomei

Professora Doutora - UNIFESP

cristianetolomei@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo

Docente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade- PGCULT/UFMA

RESUMO: Este artigo propõe uma análise discursiva sobre memória, espaço e identidade a partir da canção *Balada de Gisberta*, escrita por Pedro Abrunhosa e interpretada por Maria Bethânia. Sob engendramentos conceituais de memória, espaço e identidade, a figura representativa de Gisberta, travesti brasileira, imigrante, que fazia trabalho sexual, vivia com HIV/AIDS e estava em situação de sem-abrigo na cidade do Porto- Portugal denuncia um corpo dissidente atravessado por desigualdades sociais e percebido, embora num cenário de invisibilidade no espaço urbano, como tal. É possível perceber que há um jogo entre a construção identitária da personagem, a cidade, lugar-lugaridade, bem como uma mudança no uso dos sistemas temporais de espaço Brasil/Portugal. Mesmo após a mudança do Brasil para Portugal, a personagem ainda recebeu e sentiu o direito à cidade se esvaindo, as sanções sociais que lhe foram negadas em vida. Em geral, “Balada de Gisberta” demonstra que o papel temático-figurativo de uma travesti prostituta se investe de uma configuração axiológica negativa em função do tempo e dos interesses sociais em jogo. O resultado causal disso foi a sua morte. Para uma análise que contemple a performance deste corpo dissidente pela sua ocupação socioespacial, a criação de sua subjetividade pela identidade e a propagação de sua vida pela memória, foi utilizado autores como Dardel (2011), Tuan (1983), Holzer (2013); Balman (2005), Hall (2005), Butler (2023); Pollak (1988), Halbwachs (2004), entre outros, em uma proposta de tensionar tais categorias de forma política e social e de desvelar o que está oculto nos versos da canção.

Palavras-chave: Memória, Espaço, Identidade, Transexualidade.





IMPACTO DA EXCLUSÃO SOCIAL E DO ESTIGMA NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBT: UMA ANÁLISE DAS QUESTÕES DE GÊNERO

Iago Araujo de Sousa

Graduando em Enfermagem - UFMA
iago.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA
rayane_sobrinho@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA
cmichellera@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Acadêmico de psicologia - Universidade Federal do Maranhão
rodrigo.nna@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima

Professora Dra. Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva – UFMA
sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: A população LGBTQIAPN+ é frequentemente considerada um grupo social vulnerável, enfrentando exclusão e estigma não apenas em ambientes sociais, mas também em suas próprias residências e em instituições que deveriam promover a inclusão e proteção, mas que muitas vezes se tornam espaços de violação de direitos. Essas experiências de marginalização têm consequências diretas para a saúde mental, aumentando o risco de transtornos como ansiedade e depressão, ao intensificar o sentimento de isolamento e desvalorização pessoal. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é investigar como a questão de gênero influencia a saúde mental da população LGBT, examinando os efeitos da exclusão social e do estigma sobre o bem-estar psicológico e a qualidade de vida desses indivíduos disponíveis na literatura recente. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada nas bases de dados MEDLINE, SCIELO e BVS, com artigos publicados entre 2021 e 2024. Os descritores utilizados foram "Saúde Mental", "Minorias Sexuais e de Gênero" e "Sexismo", combinados pelo operador booleano AND. Foram inicialmente identificados 53 estudos. Para a seleção final, foram excluídos os artigos que não atendiam aos critérios temáticos, que não estavam disponíveis na íntegra, que foram publicados fora do período estipulado ou que não estavam em língua portuguesa. Ao final, três estudos foram selecionados para análise detalhada. **Resultado:** Os estudos analisados buscam compreender os efeitos da exclusão social e do estigma na saúde mental da comunidade LGBTQIAPN+, com foco nas questões de gênero. As evidências mostram que a discriminação baseada na identidade de gênero e orientação sexual é um importante determinante social, contribuindo para o sofrimento psicológico, especialmente entre jovens e homens gays. A marginalização e a intolerância à diversidade resultam em transtornos mentais, como depressão, ansiedade, baixa autoestima e até comportamentos suicidas. Por outro lado, a aceitação social atua como um fator protetor, promovendo uma melhor qualidade de vida e





bem-estar. Os estudos ressaltam a importância de políticas inclusivas e serviços intersetoriais que respondam às necessidades específicas dessa população, visando reduzir as desigualdades em saúde e promover o respeito à diversidade. **Conclusão:** A saúde mental da população LGB-TQIAPN+ deve ser abordada de maneira abrangente, reconhecendo a influência significativa da exclusão social e do estigma na deterioração do bem-estar psicológico. A marginalização não apenas agrava transtornos como depressão e ansiedade, mas também perpetua um ciclo de sofrimento. Em contrapartida, ambientes que promovem a aceitação social são fundamentais para estimular a resiliência e a qualidade de vida. Para transformar essa realidade, é imprescindível que as políticas públicas sejam inclusivas e que os serviços de saúde sejam adaptados às particularidades dessa comunidade, garantindo um atendimento respeitoso e equitativo que valorize a diversidade e diminua as disparidades em saúde.

Palavras-chave: Saúde Mental; Minorias Sexuais e de Gênero e Sexismo.





JUDITH BUTLER: SEXO, GÊNERO E A CRÍTICA À METAFÍSICA DA SUBSTÂNCIA

Charlie Benjamin Ribeiro da Costa

Graduando em Filosofia pela UFMA

costa.charlie@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Daniel Schiochett

Doutor em Filosofia

daniel.schiochett@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho visa analisar como o conceito de identidade de gênero desenvolvido por Judith Butler critica a metafísica da substância, desafiando a naturalização do sexo e do gênero. Por meio de uma análise da obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990), pretende-se mostrar de que modo a filósofa desenvolve seus argumentos para pensar a possibilidade da construção de identidades contingentes e subversivas. Os conceitos a serem abordados, de maneira explicativa, são: sexo, gênero, sujeito e identidade, todos sob a ótica pós-estruturalista, entrelaçando-se assim com Michael Foucault e Gilles Deleuze. Preocupada em levantar questões sobre a formação da identidade e os processos pelos quais nos tornamos sujeitos dentro das estruturas de poder (na família, escola, trabalho, etc), Butler aponta a necessidade de uma revisão crítica das teorias feministas que estão embasadas em uma metafísica substancial ao desestabilizar a concepção de sujeito como algo fixo. Quando dizemos que o gênero é cultural, mas ainda assumimos que o sexo é natural, estamos disfarçando um esquema biopolítico que fere identidades humanas. Como o sujeito de Butler não existe antes do ato (isto é, não há aquele que faz algo, mas aquele que é feito enquanto faz algo) e o gênero é montado na medida em que é performado, sujeitos marcados pela sociedade como subversivos no contexto da coesão entre sexo-gênero-desejo encontram validação. Uma vez que o sexo é uma produção discursiva e o gênero é performativo, seu argumento desagua numa formulação de identidade que contesta a metafísica da substância presente na dicotomia corpo e gênero comum ao pensamento ocidental.

Palavras-chave: Sexo; Gênero; Metafísica da substância; Identidade.





LESBIANIDADE E INFÂNCIAS NEGRAS: ENCONTRO ENTRE AUDRE LORDE E BELL HOOKS

Luana Kerly Alves Coelho

Mestranda em Cultura e Sociedade - UFMA

luana.kerly@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Cristiane Navarrete Tolomei

Professora Doutora - UNIFESP

cristianetolomei@unifesp.br

Universidade Federal de São Paulo

Docente do Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade- PGCULT/UFMA

Thales da Cunha Coêlho

Mestrando em Cultura e Sociedade - UFMA

thales.coelho@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Flávio Luiz de Castro Freitas

Professor Doutor - UFMA

flavio.luis@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Esta pesquisa tem o objetivo de discutir o cruzamento de dissidências que se dá pelo encontro de um corpo negro, lésbico e de uma mulher com outro corpo negro e masculino, envoltos, ambos, pela relação afetiva mãe e filho. Para tanto, partimos de uma compreensão de dissidência como aquilo que validado na margem, articula-se de maneira desobediente, atravessando assim as camadas sociais de raça, gênero e orientação sexual. Pensa-se em uma exploração de um *continuum lésbico*, que se opõe à heterossexualidade compulsória já pontuada por Rich (2010) que se estende à maternidade e da valorização das diferenças que se dão entre um corpo lésbico que materna, e um filho negro que desenvolve sua afetividade e masculinidade. Realiza-se, para isso, a análise do ensaio O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista (1979), publicado por Audre Lorde, em seu livro *Irmã Outsider* (2021), com o intuito de discutir a constituição de um corpo e de uma subjetividade lésbica que acessa novos territórios, ao mesmo tempo que se protege de uma lógica CISTêmica excludente. Neste lugar, utiliza-se teóricas como Rich (2010), Nascimento (2021) e Fatumma (2023). Parte-se também da percepção de Bell Hooks, a partir de sua obra *A gente é da hora – Homens negros e masculinidade* (2022) para pensarmos os modos pelos quais homens e meninos negros se formam em uma sociedade perpassada pela lógica patriarcal e racista, buscando meios de sobrevivência, dentre elas o amor, aqui como categoria, destacado por Hooks (2022) enquanto potência política e de resistência. Sendo assim, ao falarmos de infâncias negras, torna-se necessário também fazer tensionamentos com as categorias de infâncias advindas da psicologia, destacando inicialmente que a infância, entre os teóricos do desenvolvimento infantil, sempre foi vista pela perspectiva da neutralidade, destacando-se estudos de Jean Piaget, Vigotsky e Henry Wallon. Torna-se necessário ainda, fazer um recorte da realidade latino-americana, nesse aspecto, autoras como Lélia González nos dão subsídio para pensar uma realidade *Ameíricana* que perpassa uma culturalidade diaspórica. Temos também em Frantz Fanon uma contribuição significativa, quando o filósofo aborda o conceito de *colonialismo epistemológico*, e os modos como a construção das masculinidades negras é impregnada a níveis epidérmicos por uma lógica racista, sendo assim, pensar um amor revolucionário que questione essas bases, envolve subverter projetos





científicos e filosóficos, tornando-se uma chave de leitura fundamental para a compreensão da problemática em questão. Essa pesquisa não se obriga a nenhuma resposta concreta, mas à provocação da discussão de dissidências que existem entre o gênero, a raça e a orientação sexual. Interessa pensar qual é esse corpo negro que se comunica de um lugar não concedido e como se pensa a existência de um outro, que pela binaridade é seu oposto, mas pela construção social e também afetiva é um igual, a relação da maternidade lésbica com a construção de uma subjetividade masculina e as suas necessárias implicações.

Palavras-chave: dissidências, lesbianidade, gênero, masculinidades.





MALDITA CURA: A NORMALIZAÇÃO DA PERFORMATIVIDADE ABJETA NA HQ DE MÁRIO CÉSAR

Ariane Ferreira de Lima

Graduanda em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas na UEMASUL
ariane.lima@uemasul.edu.br

Gilberto Freire de Santana

Doutorado em Letras pela UFRJ
gilbertosantana@uemasul.edu.br
UEMASUL

RESUMO: A HQ *Bendita Cura* (2017–2020), de Mário César, retrata a vida de Acácio do Nascimento, submetido desde a infância às intervenções de “reorientação sexual”, popularmente conhecidas pela alcunha de “cura gay”. Considerando que *Bendita Cura* assume um caráter de intervenção na realidade social, este estudo objetivou analisar a normalização da performatividade abjeta na obra de Mário César (2017–2020) sob o prisma *queer*. O problema de pesquisa concentrou-se em como a performatividade de Acácio é reconfigurada e reprimida ao longo da narrativa gráfica. Em diálogo com autores como Butler (2018), Miskolci (2015), Preciado (2022) e Rosa (2020), entre outros, foi possível compreender a cisheteronorma como instituição total que normaliza corpos e identidades, (re-)produzindo a abjeção de corpos que desviam dos padrões hegemônicos de gênero e sexualidade no lugar da subalternidade. A Teoria *Queer* ofereceu, assim, ferramentas para desconstruir essas categorias fixas e analisar formas de resistência. O *corpus* de análise consistiu nos três volumes do quadrinho, disponível gratuitamente na plataforma *Tapas*, que cobrem diferentes momentos da vida do protagonista. A metodologia de análise do *corpus* de pesquisa foi tanto estrutural quanto temático. A obra, que se propõe a dialogar com os discursos sociais contemporâneos, foi analisada por meio da sua gramática visual, assim como de sua narrativa, que representa criticamente os processos de “cura gay” e demais intervenções normativas. No tocante à gramática visual, a análise destacou o contraste recorrente entre azul e rosa como metáfora da normatividade binária de gênero, reforçando visualmente as tensões entre a cisheteronorma e as subjetividades dissidentes. O azul, representante da masculinidade normativa, predomina na obra, enquanto o rosa, associado à feminilidade e à dissidência, é usado em momentos chave de oposição às normas. Essa dualidade cromática é um recurso importante para a crítica social presente na narrativa. Por conseguinte, a investigação sobre a normalização de Acácio evidenciou como as interferências socioculturais, familiares, religiosas e psiquiátricas produziram a abjeção e a repressão de sua performatividade de gênero e sexualidade. Na obra, as intervenções de “cura gay” dramatizam a experiência da abjeção e as barbáries engendradas pela cisheteronorma. Os principais resultados indicam que *Bendita Cura* (2017–2020) não apenas reflete as práticas de normalização sexual e de gênero, mas também critica ativamente as imposições cisheteronormativas, destacando as desumanidades perpetradas por essas normas. A análise revela que as intervenções sociais sobre Acácio, particularmente as tentativas de “cura gay”, funcionam como mecanismos de mortificação da subjetividade *queer*, reforçando a abjeção do protagonista. A obra, contudo, também se torna um espaço de resistência, expondo a falácia dessas práticas normativas e abrindo espaço para questionamentos sobre a legitimidade da cisheteronormatividade. Concluiu-se que *Bendita Cura* oferece uma reflexão profunda sobre a normalização da abjeção e a produção de corpos *queer* como subalternos, ao mesmo tempo, proporciona uma crítica às práticas de controle social sobre a sexualidade e o gênero. A obra não nega diretamente a cisheteronormatividade, mas, ao recrudesce-la de forma irônica, aponta para a necessidade de





resistência e subversão dessas normas, reforçando a importância de se debater a violência institucionalizada contra identidades dissidentes. Com essa abordagem, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do PIBIC, na UEMASUL, com fomento da CNPq, espera contribuir para os estudos de gênero e sexualidade, destacando a linguagem dos quadrinhos como uma forma de ativismo e crítica social, que permite a visibilidade das subjetividades *queer* na esfera pública.

Palavras-chave: Teoria *Queer*; Cisheteronorma; Performatividade abjeta; Cura gay.





NECROQUEERPARENTALIDADE: MUTUAÇÕES SOCIAS, ABANDONO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM MANIFESTO DO CORPO (2019), DE FLÁVIO NANTES

Marcelo de Jesus de Oliveira

Doutorando em Linguagens e Representações - UESC

pfmarcelopt@gmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz

RESUMO: Neste texto, ensejo a leitura do conto *Manifesto do Corpo* (2019), do escritor e pesquisador Flávio Nantes, a partir do conceito de *necroqueerparentalidade*, de minha investidura teórica. Advogo *necroqueerparentalidade* como sendo o ímpeto em que as engrenagens [políticas, sociais e religiosas] que provê a constituição e a manutenção das famílias tipicamente tradicionais, inscritas a partir do mito fundador, são autorizadas a atroçar corpos desconformes de gênero e sexualidade, considerando as fissuras das/nas relações parentais produzidas pela impossibilidade da homogeneização das identidades de gênero e das formas de subjetivações de corpos que fogem às normas. O conto *Manifesto do Corpo*, que integra a coletânea *Desejo Sitiado*, apresenta uma narrativa que clarifica a vilania da colonização do gênero, do sexo e da sexualidade nas relações familiares que envolvem indivíduos não inscritos na agenda hétero-cis-normativa. Para o que proponho, portanto, verso sobre as categorias teórico-epistemológicas de Necropolítica, de Achille Mbembe (2019); Biopolítica, de Michel Foucault (1988); Vidas Precárias, de Butler (2019) e Epistemologia do Armário, de Eve Sedgwick (2007). A partir disso, a noção de *necroqueerparentalidade* é acionada para denunciar a existência de um sistema de produção de morte física e psicológica, de abando parental, de negação ao pertencimento familiar, de afetos positivos e acolhimento à subjetividade humana que se perpetra ao menor desvio de performance de gênero – masculino ou feminino – que não corresponda ao sexo dado ao nascimento e, sobretudo, após a enunciação da condição de sujeito gênero-sexo dissidente.

Palavras-chave: *Necroqueerparentalidade*; Violência de Gênero; Relações familiares; colonialidade do gênero.





PERCEPÇÕES SOBRE AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAP+ NA BAIXADA MARANHENSE

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA
rayane_sobrinho@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Higor Sajnovisch Gouveia de Andrade

Graduando em Medicina – UFMA
higorsajga@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Mestranda em Saúde Coletiva – UFMA
cmichellera@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Graduando em Psicologia - UFMA
rodrigo.nna@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima

Doutora em Saúde Coletiva - UFMA
sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: A população LGBTQIAP+ possui demandas de saúde que podem diferir daquelas do restante da população, seja por questões biológicas, psicológicas ou sociais. A invisibilidade dessas necessidades dentro do sistema de saúde pode agravar os impactos da discriminação e exclusão social, tornando o acesso a cuidados adequados um desafio. **Objetivo:** Investigar as percepções dessa população sobre suas necessidades de saúde específicas e a forma como essas demandas são (ou não) atendidas nos serviços de saúde da Baixada Maranhense. **Metodologia:** Estudo de abordagem qualitativa, realizado com nove pessoas LGBTQIAP+ residentes na Baixada Maranhense. Para aquisição dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas entre fevereiro e junho de 2021, a amostra foi definida por saturação teórica. Para análise dos dados foi utilizado a análise de conteúdo. **Resultados:** A partir da análise de dados emergiram as seguintes categorias: (1) Reconhecimento de necessidades específicas de saúde. A maioria dos entrevistados afirmou não perceber necessidades de saúde específicas relacionadas à sua orientação sexual ou identidade de gênero. Muitos relataram que os cuidados de saúde que necessitam são semelhantes aos de qualquer outra pessoa, não identificando uma demanda particular para sua condição de pessoa LGBTQIAP+. No entanto, ao aprofundar as questões, surgiram nuances importantes. Foi recorrente entre os participantes a percepção de que o sistema de saúde, não considera as demandas específicas dessa população, como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), questões hormonais para pessoas trans, ou o acesso a procedimentos de transição de gênero. Embora poucos entrevistados tenham relatado uma necessidade direta por esses serviços, houve reconhecimento de que a ausência de informações e suporte pode ser um problema, principalmente para quem está em fases de descoberta e aceitação de sua identidade de gênero ou orientação sexual. (2) Acessibilidade e inclusão de pessoas LGBTQIAP+ no Sistema de Saúde. Foi identificado a necessidade de mais





campanhas educativas voltadas para a saúde sexual dessa população, sugerindo que os serviços de saúde pública são fortemente orientados à saúde de mulheres cisgênero e heterossexuais. Ainda que alguns entrevistados não tenham sentido essas lacunas diretamente em suas experiências pessoais, reconheceram que outros membros da comunidade podem ser afetados por essa ausência de direcionamento. Outro ponto destacado foi a falta de capacitação dos profissionais de saúde para lidar com questões de saúde específicas de pessoas LGBTQIAP+, que resulta, muitas vezes, em falta de informações adequadas ou de acolhimento para pessoas que buscam cuidados relacionados à saúde sexual, ao uso de hormônios ou à transição de gênero. Apesar de não terem vivenciado preconceitos explícitos, alguns entrevistados expressaram receios em discutir abertamente suas questões de saúde sexual com os profissionais, refletindo uma sensação de insegurança e desconforto, que afeta o acesso a cuidados adequados. Também foi mencionado a necessidade de tratamentos específicos, como as terapias hormonais, houve o reconhecimento de que os serviços de saúde locais não estão preparados para oferecer ou encaminhar adequadamente esses tipos de tratamento. Para as pessoas trans, por exemplo, o acesso a acompanhamento especializado ainda é visto como um processo longo e burocrático, dependente de grandes centros urbanos e, muitas vezes, inacessível para quem vive em regiões como a Baixada Maranhense. **Conclusão:** Embora a maioria dos entrevistados não tenha relatado necessidades de saúde específicas relacionadas diretamente à sua orientação sexual ou identidade de gênero, pôde-se concluir que o sistema de saúde ainda não está devidamente preparado para atender as demandas particulares da população LGBTQIAP+. A falta de campanhas educativas voltadas para a saúde sexual, a escassez de profissionais capacitados e a invisibilidade de questões relacionadas à transição de gênero e ao uso de hormônios refletem a inadequação dos serviços de saúde. Esses resultados evidenciam a necessidade de uma maior atenção às especificidades de saúde da população LGBTQIAP+.

Palavras-chave: Pessoas LGBTQIA+; Acesso aos Serviços de Saúde; Sistema Único de Saúde.





PRÁTICAS EM SAÚDE LGBTQIA+ NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA

Carla Michelle Rodrigues Abreu
Mestranda em Saúde Coletiva – UFMA
E-mail: cmichellera@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Higor Sajnovisch Gouveia de Andrade
Graduando em Medicina – UFMA
E-mail: higosajga@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida
Graduando em Psicologia – UFMA
E-mail: rodrigo.nna@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ana Carolina Celidonio Almeida Campos
Graduanda em Medicina – UFMA
E-mail: ana.celidonio@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima
Doutora em Saúde Coletiva - UFMA
E-mail: sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: A Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT) no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse marco histórico na conquista de direitos reforça a legitimidade das necessidades dessa população, oferecendo aos profissionais de saúde diretrizes legais, conceitos específicos e responsabilidades dos serviços. **Objetivo:** Compreender as percepções de profissionais da saúde sobre as práticas voltadas à saúde da população LGBTQIA+ em um município do interior do Maranhão. **Metodologia:** Pesquisa exploratório, de abordagem qualitativa realizado em um município do interior do Maranhão, no período de fevereiro de 2021 a junho de 2023. Foram incluídos profissionais de saúde atuantes na ESF do município, exceto os afastados. Utilizou-se a técnica de saturação teórica, com coleta de dados sociodemográficos e entrevistas semiestruturadas, realizadas via *Google Meet*, considerando o contexto da pandemia de COVID-19. As entrevistas abordaram questões norteadoras: a) Conhecimento da Política LGBT; b) Cuidado à população LGBTQIA+; c) Acesso aos serviços de saúde. Para tratamento dos dados utilizou-se o software IRAMUTEQ que aplicou análises lexicais para identificação e reformulação das unidades de texto. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA sob o CAAE 28376520.1.0000.5087. **Resultados e discussão:** Participaram do estudo sete profissionais de saúde, com idades entre 26 e 61 anos. A maioria era solteira (n=4), do gênero feminino (n=5), autodeclarados pardos (n=5) e católicos (n=5). Os participantes incluíram enfermeiros, médicos e um nutricionista, com formações variando entre graduados, especialistas e doutores. O tempo de atuação na saúde foi de 2 a 37 anos, sendo 2 a 35 anos no SUS e 2,5 a 15 anos nos serviços de saúde do município investigado. A análise no software IRAMUTEQ identificou 585 Unidades de Contexto Elementares (UCE), das quais 490 (83,76%) foram classificadas pela





Classificação Hierárquica Descendente (CHD) em seis classes. A classe com maior representatividade, com 23,27% das UCE analisadas, destacou a percepção dos entrevistados sobre o acesso e acolhimento de pessoas LGBTQIA+ nos serviços de saúde do município. Os profissionais apontaram que a busca desta população pelos serviços de saúde não inclui demandas específicas, e que a maioria das vezes é motivado por queixas pontuais, principalmente relacionadas a saúde sexual, como a busca de preservativos e/ou testagem rápidas, ou em casos avançados de doenças, como sífilis. A categoria “Atenção Integral à Saúde LGBTQIA+” apresentou expressividade de 19,18% das unidades de contexto analisadas. Constatou-se o desconhecimento, por parte dos profissionais, das especificidades que caracterizam essa população, sendo relatado que frequentemente utilizam estereótipos como base para identificar diversidade de sexo, gênero ou orientação sexual. A categoria “Conhecimento dos profissionais acerca da população LGBTQIA+” empatou em expressividade percentual com a classe 2, representando 19,18% das unidades de contexto analisadas. Embora os profissionais consigam diferenciar identidade de gênero e orientação sexual, essa distinção é feita de maneira confusa e sem o uso de termos específicos. Além disso, nem todos tiveram contato com o tema da saúde LGBTQIA+ ou com a Política LGBT durante a formação. A classe 4, intitulada “Prática Clínica no atendimento à população LGBTQIA+”, representou 16,94% das unidades de contexto analisadas. Os profissionais indicaram que as barreiras para aplicar seus conhecimentos no acolhimento incluem a necessidade de maior aproximação com o contexto sociocultural dos pacientes. Essa aproximação, foi considerada insuficiente, gerando desconforto e insegurança, resultando em uma assistência inadequada. A classe 3, “Entraves e Dificuldades dos Profissionais de Saúde”, representou 11,84% das unidades de contexto analisadas. Entre os principais entraves ao atendimento integral, mencionaram a dificuldade em obter conhecimento e atualizações técnicas, devido à rotina e às demandas assistenciais. Por fim, a categoria 5, “Perspectivas em Determinantes Sociais da Saúde”, representou 9,59% das unidades de contexto analisadas. Os profissionais apresentaram uma visão restrita das condições de saúde da população LGBTQIA+, limitada às unidades de saúde em que atuam e ao território de suas equipes. Destacaram também a autonomia dos pacientes sobre sua saúde, quando o atendimento não atende suas necessidades, membros da comunidade LGBTQIA+ podem romper o vínculo com o serviço e ignorar as orientações dos profissionais. **Conclusão:** Os profissionais da APS do município apresentam uma compreensão limitada sobre as especificidades da saúde da população LGBTQIA+ e da Política LGBT. No entanto, mostraram consciência das barreiras existentes e apontaram caminhos para melhorar o cuidado oferecido.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero; Atenção Primária; Determinantes Sociais da Saúde.





REPRESENTATIVIDADE DA COMUNIDADE LGBT EM UMA CLÍNICA ESCOLA DE PSICOLOGIA DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DE SÃO LUÍS - MA

Emilly Rayanne Garreto Sousa
Graduanda em Psicologia – Uniceuma
rayannegarreto@gmail.com
Uniceuma

Leticia Oliveira da Silva
Graduanda em Psicologia - Uniceuma
odsleticia@gmail.com
Uniceuma

Melina Serra Pereira
Mestre em Psicologia Clínica – PUC - SP
melina.serra@ceuma.br
Uniceuma

RESUMO: Introdução: A sexualidade pode ser compreendida como uma esfera da vivência humana que engloba comportamentos, atitudes, desejos e experiências, sendo complexa, dinâmica e viva. Não se refere apenas ao ato sexual em si, mas também está relacionada à identidade, expressão de gênero, orientação afetivo-sexual, autoestima, autoimagem e relação romântica. O presente estudo tem por objetivo identificar os fatores associados a representatividade da população LGBTQIAP+ na busca pelos serviços de uma clínica escola de Psicologia de uma universidade privada de São Luís - MA. **Objetivos:** Mapear dados relativos à orientação afetivo-sexual, sexo, identidade de gênero e expressão de gênero; discutir a representatividade da população LGBTQIAP+ no acesso aos serviços de psicologia e de saúde. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi de caráter quantitativo com estrutura descritiva e investigação analítico transversal. Foram analisados os prontuários de pacientes maiores de 18 anos atendidos na Clínica Escola de Psicologia entre os anos de 2018 a 2022, totalizando 706 prontuários cujos documentos envolviam fichas com os dados de triagem, dados sociodemográficos, anamnese, relatos dos atendimentos e intervenções feitas. A coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Ceuma, pelo parecer nº 5.330.893 e teve duração de dois anos. A análise de dados foi realizada pelo Software STATA 15.0 (Stata Corp. College Station, Texas, EUA). **Conclusão:** Nos cinco anos contemplados por esta pesquisa, 12,62% dos pacientes se autodeclararam com uma orientação afetivo-sexual dentro da sigla LGBT+; 61,99% identificaram-se como heterossexuais, e 25,39% não informaram sua orientação sexual. Quanto à identidade de gênero, 0,99% se declararam trans, 91,20% cisgêneros, e 7,80% não informaram sua identidade de gênero. Esses dados revelam um desconhecimento, por parte dos estagiários, sobre a diversidade sexual e de gênero, bem como sobre as terminologias relacionadas à orientação afetivo-sexual, identidade e expressão de gênero. Em decorrência disso, observou-se uma quantidade significativa de prontuários com informações incompletas ou que não abordavam essas questões de forma adequada. Os dados indicam uma baixa representatividade de minorias sexuais e de gênero entre os pacientes atendidos pela Clínica Escola. Esse fato pode estar relacionado a diversos fatores, como a dificuldade de alguns indivíduos em se autodeclarar pertencentes a minorias sexuais e de gênero, processo que muitas vezes só ocorre após um período de acompanhamento terapêutico. A formação de vínculo entre terapeuta e cliente desempenha um papel fundamental na facilitação da expressão da subjetividade do indivíduo, influenciando diretamente sua capacidade de revelar aspectos relacionados à orientação afetivo-sexual e identidade de gênero. Infere-se que o ambiente da clínica é pouco receptivo, evidenciado pela





ausência de símbolos de acolhimento e inclusão. Além disso, os relatos sobre sexualidade entre o público atendido pela clínica-escola de psicologia frequentemente envolvem aspectos negativos, com queixas sexuais representando 14,82% da amostra, sendo, na maioria dos casos, relacionadas a violência sexual ou insatisfação no relacionamento. Para reverter esse cenário, é fundamental investir em estratégias que tornem os serviços da clínica mais atrativos e acessíveis para a população LGBTQIAP+, bem como promover a capacitação dos alunos para abordar e trabalhar questões relacionadas à sexualidade de maneira sensível e informada. Isso inclui compreender como esse determinante social de saúde afeta as vivências dos pacientes, promovendo um atendimento mais inclusivo e acolhedor.

Palavras-chave: LGBT; Clínica-escola; Sexualidade; Psicologia.





SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: AVALIAÇÃO DA DEPRESSÃO NA COMUNIDADE DO MARANHÃO

Ana Carolina Celidonio Almeida Campos

Graduanda em Medicina em Universidade Federal do Maranhão
ana.celidonio@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Maranhão
rayane_sobrinho@hotmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Graduando em Psicologia - Universidade Federal do Maranhão
rodrigo.nna@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Iago Araujo de Sousa

Graduando em Enfermagem - Universidade Federal do Maranhão
iago.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima

Doutora em Saúde Coletiva - Universidade Federal do Maranhão
sara.fiterman@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: A população LGBTQIA+ enfrenta uma série de desafios relacionados à sua saúde mental devido à discriminação, estigmatização e violência. Esses fatores aumentam os níveis de vulnerabilidade, especialmente em relação à depressão. Estudos indicam que indivíduos LGBTQIA+ estão mais propensos a transtornos depressivos devido a experiências de exclusão social e preconceito. Compreender esses fatores é fundamental para promover intervenções adequadas e garantir um cuidado de saúde mental inclusivo e humanizado. **Objetivo:** O presente estudo tem como objetivo avaliar os níveis de depressão na população LGBTQIA+ do estado do Maranhão, utilizando o Índice de Depressão de Beck (BDI), a fim de identificar a prevalência desse transtorno e os fatores que podem estar relacionados ao seu agravamento. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa, realizado com 111 participantes LGBTQIA+ residentes no Maranhão. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários online, aplicados entre 2023 e 2024, que incluíram o Índice de Depressão de Beck (BDI), composto por 21 perguntas. O BDI avalia a gravidade dos sintomas depressivos com base nas respostas dos participantes, classificando a depressão em leve, moderada ou grave. A análise foi feita de forma descritiva, utilizando o software Excel para calcular a média e a distribuição percentual dos escores. **Resultados:** Os resultados revelaram que 66% dos participantes apresentaram algum nível de depressão, sendo que 32% foram classificados como leves, 29% como moderados e 5% como graves. Entre os principais sintomas relatados, destacam-se a falta de prazer em atividades diárias, sentimentos de tristeza, cansaço excessivo, autocrítica, e preocupações constantes com a saúde. 66% dos participantes relataram não sentir prazer nas atividades cotidianas, enquanto 58% afirmaram sentir-se tristes com frequência. Esses achados sugerem uma alta prevalência de sintomas depressivos, possivelmente exacerbados pela discriminação e exclusão social vivenciadas pelos





participantes. **Conclusão:** O estudo evidencia a prevalência significativa de depressão entre a população LGBTQIA+ no Maranhão, com mais da metade dos participantes apresentando sintomas depressivos. Esses dados reforçam a necessidade de políticas públicas e intervenções voltadas para a promoção da saúde mental dessa população, considerando as particularidades das experiências de estigmatização e violência. A sensibilização dos profissionais de saúde e a implementação de práticas inclusivas são essenciais para oferecer um cuidado mais adequado e reduzir as barreiras enfrentadas por indivíduos LGBTQIA+ na busca por serviços de saúde mental.

Palavras-chave: População LGBTQIA+; Saúde Mental; Depressão.





SONHANDO UMA REALIDADE DIFERENTE: RELATOS DE MULHERES TRANSGÊNERO MIGRANTES VENEZUELANAS EM DESLOCAMENTO PROLONGADO NO BRASIL

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Graduando em Psicologia- UFMA

rodrigo.nna@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA

rayane_sobrinho@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Ana Carolina Celidonio Almeida Campos

Graduanda em Medicina- UFMA

ana.celidonio@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Carlla Cristinny Miranda Coelho

Bacharel em Psicologia- UFMA

carllamiranda.cm@gmail.com

Instituto de Pós-Graduação e Graduação

Sara Fiterman Lima

Doutora em Saúde Coletiva- UFMA

sara.fiterman@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: O Brasil se torna destino para mulheres trans venezuelanas devido a fatores como leis de proteção às pessoas trans, busca por melhores condições de vida e acesso gratuito a serviços de saúde para transição de gênero. No entanto, apesar desses atrativos, as mulheres trans enfrentam discriminação e violência homofóbica no espaço público. A compreensão das suas vivências migratórias é essencial para oferecer uma assistência adequada, especialmente considerando a escassez de análises científicas que abordam questões de gênero e sexualidade em contextos migratórios.. **Objetivo:** Analisar as expectativas e a realidade vivida por mulheres transgênero migrantes venezuelanas em deslocamento prolongado para o Brasil. **Metodologia:** Estudo descritivo, de abordagem qualitativa realizado em Boa Vista - RO, com uma amostra por conveniência de 34 mulheres transgênero migrantes venezuelanas. Foram critérios de inclusão ser venezuelana, em idade reprodutiva, e mulher transgênero como critério de exclusão, ser menor de idade sem acompanhante. A coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas individuais e semiestruturadas de forma online com 9 participantes (devido a pandemia de covid-19), e 3 grupos focais presenciais com 24 participantes da amostra total. Os dados foram trabalhados por meio de Análise de Conteúdo, e com base na fala dos entrevistados os dados foram organizados em categorias de análise. **Resultados:** No que tange aos aspectos socioeconômicos, as participantes da amostra identificaram-se como mulheres transgênero ou travesti, com idade entre 19 anos a 39 anos, nas quais chegaram no Brasil entre 2018 e 2021, diversificando-se entre mulheres pretas, brancas e pardas. Em relação à situação conjugal, houveram participantes casadas, em relação consensual, viúvas, mas a maioria eram solteiras. Na análise foram geradas duas categorias: (1) Os sonhos e a delícia de poder ser quem é, onde foi possível enxergar um grande desejo destas mulheres em poderem performar suas identidades





de gênero sem o risco de sofrer preconceito ou transfobia, uma vez que na Venezuela tais questões são forte e frequentes. Vir para o Brasil na esperança de ser acolhida e não sofrer tantas agressões, além da possibilidade de viver um relacionamento sem julgamentos e iniciar o processo transexualizador. As falas revelam que para todas as entrevistadas havia a motivação de poder ser livre para ser quem é e conquistar a felicidade nessa perspectiva; (2) A dor e as agressões por ser quem é, na qual mostrou que as expectativas foram frustradas, pois ao chegarem no Brasil, perceberam que também existe preconceito e o perigo da morte, ainda que se tenha recursos legais que as amparem. Partindo dos relatos das entrevistadas, brasileiros e venezuelanos praticavam diversas formas de violência, e em diversos contextos, por exemplo, ameaças, roubos, sequestros, estupros, espancamentos e humilhações. Uma agressão recorrente perpetrada por venezuelanos era o corte de seus cabelos. O acesso aos ambulatórios transsexualizadores, também conhecidos como ambulatórios de saúde trans ou serviços de saúde para pessoas trans, não são acessíveis. Além do mais, por serem também migrantes, um novo aspecto intensificou a vulnerabilidade de seus corpos, assim sofrendo novas formas de violência, como a xenofobia, e apresentando poucos recursos para enfrentar tais situações, visto que também foi possível perceber uma omissão e/ou uma violência propriamente dita de agentes do Estado, nos quais deveriam agir em prol do acolhimento dessas mulheres. Contudo, a totalidade das entrevistadas afirmaram que estão satisfeitas com a pouca liberdade que passaram a possuir ao chegar no Brasil e que não possuem interesse de regressar à Venezuela. **Conclusão:** Os resultados transitam entre os sonhos e as frustrações vivenciados por mulheres trans no processo migratório Venezuela- Brasil. Apesar de manifestarem o desejo de permanecer no país de destino, observa-se um contexto de sobreposição de sofrimentos, incluindo a crise em seu país de origem com a não aceitação de sua identidade de gênero, além disso, a frustração dos sonhos ao encontrarem um país de destino que, embora com melhores condições, também está despreparado para acolher tais mulheres. É necessário um trabalho contínuo para combater a transfobia, a xenofobia e a violência em todas as suas formas, buscando garantir um ambiente seguro e inclusivo para essas mulheres. Sugere-se investimentos para investigar e acolher a saúde mental destas mulheres, bem como de mulheres trans brasileiras, pois a sobrecarga de agressões certamente afeta seu equilíbrio emocional, sendo que não investigamos essa variável.

Palavras-chave: Mulher Transgênero; Migração; Violência.





TODES EM DESTAQUE: O GÊNERO NEUTRO EM DEBATE

Leandro Carneiro Oliveira

Mestrando -UNEMAT

Leandro.carneiro@unemat.br

UNEMAT

RESUMO: Em 2021, a cantora Karol Conka tornou-se trend nas redes sociais ao realizar a fala “maquiagem é para todes” em rede nacional no reality show Big Brother Brasil (BBB). Demonstrando em como a televisão ainda é uma das principais formas de apresentar pautas relevantes a sociedade, pois no ano anterior o termo “sororidade” virou uma *trend* quando a atriz Manu Gavassi o apresentou em uma fala no BBB. No discurso de Conka ela apresenta a Fiuk (seu colega de confinamento) que a maquiagem no meio artístico vai além do conceito de apenas mulheres e homossexuais a usarem, mas sim permeia a todos os participantes de seu ciclo social. A cantora usa o termo “todes” em referência a forma neutra do pronome de generalização “todos” utilizando o sistema Ile (FRENTE TRANS, 2022). O presente resumo tem como objetivo apresentar os principais pontos do debate acerca da introdução do gênero neutro no Português Brasileiro como objeto de estudo do campo da sociolinguístico. Utilizando como metodologia de pesquisa a busca de referências teóricas para: apresenta-se o conceito de gênero neutro e de Linguagem Inclusiva presentes no manual linguístico *Manual Para o Uso da Linguagem Neutra em Língua Portuguesa* (FRENTE TRANS, 2022), expor as diferenças entre o gênero gramatical das palavras e o gênero psicossocial (GP) do falante a luz das ideias de Possenti (2022), desenvolver a ideia que a dominação do gênero masculino na linguagem pautado em Freitag (2022) e a parti da análise de Barbosa Filho (2022) dos projetos de Lei que vetam o gênero neutro analisasse a PL 212/2021 qual tornou-se a Lei estadual nº 5.820 em vigor no Mato Grosso do Sul. Ao fim os pesquisadores concluem que o gênero neutro vai além da troca de vogais temática, pois a compreensão transpassa por viés além da gramática normativa adentrando no campo social dos interlocutores.

Palavras-chave: Gênero neutro; Linguagem inclusiva; Sociolinguística; Gênero psicossocial.





TRANSFOBIA COMO BARREIRA DE ACESSO AO SISTEMA DE SAÚDE: UMA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA

Amanda Gabrielle Carvalho e Souza

Graduanda de Psicologia - UFMA
amanda.gcs@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Thaianne Paixão Cantanhede

Graduanda de Psicologia - UFMA
thaiane.paixão@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Vitória Maria da Silva Santos

Graduanda de Psicologia - UFMA
vitória.mss@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Claudia Aline Soares Monteiro

Professora Doutora em Psicologia
cas.monteiro@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Desde a época da infância, somos ensinados que homens (cis) são de um modo e mulheres (cis) são de outro, e que devemos agir conforme o esperado a partir das expectativas alheias acerca de nosso sexo biológico atribuído, deixando mulheridades e masculinidades temas excluídos do cuidado de pessoas em seus processos identitários. As diferenças de gênero existentes, considerando uma binariedade, foram construídas social e culturalmente a partir do que é entendido como cisheteronormatividade, e o que escapa desses padrões é considerado anormal. Entretanto, há pessoas que não se identificam com os tipos de gênero que lhes são impostos pelo padrão cis heteronormativo. A população transgênero enfrenta diversas maneiras de discriminação em seu cotidiano, como violências físicas, psicológicas e simbólicas, e regularmente, esses preconceitos estão inseridos no sistema público de saúde no Brasil, sendo a principal barreira de acesso dessa população trans aos serviços. Mesmo com políticas públicas que assegurem a equidade e universalidade de atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde), a vivência de pessoas transgênero nesses serviços é repleta de obstáculos. O não reconhecimento do nome social, o despreparo de profissionais e a estigmatização e marginalização, assim como a patologização da transgeneridade ao longo dos anos pelo CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) e no DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), configuram-se como alguns dos fatores que afastam cada vez mais essa população de direitos básicos como a saúde. Por meio de um ensaio teórico, o presente artigo busca analisar criticamente, a partir da Psicologia, como a intolerância institucional se configura um entrave à entrada da comunidade trans ao sistema público de saúde, e os impactos que causam na saúde mental desses sujeitos. Para além disso, este estudo reflete sobre a garantia de direitos e da cidadania dessa população, assim como a legitimação de sua identidade de gênero, a qual deve ser vivida de forma plena, se apresentando como motivação para novos estudos e discussões sobre essa temática. É imprescindível que esse debate reverbere a fim de promover mais atenção ao tema e servir como ferramenta ao desenvolvimento do acolhimento humanizado, alinhado e comprometido com os princípios de equidade e universalidade do SUS.

Palavras-chave: População Trans; SUS; Psicologia; Transfobia.





UM BILHETE PARA O TERRITÓRIO DO DESEJO: REFLEXÕES SOBRE A PROSTITUIÇÃO MASCULINA E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS

Wlisses Figueiredo Matos

Mestre em Cultura e Sociedade- UFMA

wlissesfmatos@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Marília Samália Ferreira Martins

Mestranda em Políticas Públicas - UFMA

Marilia.samalia@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO: A prostituição masculina nas periferias brasileiras é um fenômeno multifacetado que revela conexões profundas com a vulnerabilidade social, a comunidade gay e aspectos contemporâneos de exploração semelhantes à escravidão moderna. Jovens de baixa renda, em sua maioria negros e moradores de áreas periféricas, são muitas vezes empurrados para a prostituição como uma saída econômica em meio à exclusão social, ao desemprego e à falta de oportunidades. No contexto da comunidade gay, muitos desses jovens enfrentam discriminação, tanto externa quanto interna, o que os coloca em uma posição de marginalização dupla: por sua sexualidade e por sua condição econômica. Na maioria das situações, estes jovens nem chegam a se considerarem homossexuais, bissexuais ou gays, dada a interpretação ofensiva e machista dos termos identitários. Por consequente, serão identificados como Homens que fazem sexo com outros homens (HSH), termo popularizado por **Thomas C. Quinn** e outros pesquisadores e profissionais da saúde pública, que estavam trabalhando para criar categorias mais precisas para descrever comportamentos de risco relacionados ao HIV nos anos 80 e 90. Além disso, casos de exploração sexual com características análogas à escravidão, pois esta prostituição se apresenta como meio de alimentar a si e a seus filhos reflete as condições de opressão sistêmica que limitam as escolhas e perpetuam um ciclo de pobreza e vulnerabilidade semelhante às condições vividas pelos escravizados no passado e pelas vítimas da escravidão moderna da atualidade. Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões resultantes de uma revisão sistemática da literatura nacional e internacional sobre as questões interseccionais que circundam as temáticas: prostituição masculina brasileira nas periferias, vulnerabilidade social, escravidão moderna e questões da comunidade LGBTQIA+, oferecendo uma análise crítica sobre as implicações sociais e as dinâmicas de poder envolvidas. Para tal serão utilizados autores como Joan Scott (1998), Judith Butler (2003, 2004), Carla Akotirene (2019) e Don Kulick (1998), entre outros.

Palavras-chave: Prostituição masculina; Vulnerabilidade, Poder.



**VIVÊNCIA *QUEER* NAS MÍDIAS: ABJEÇÃO E AUTOAFIRMAÇÃO.****Andressa Lima da Cruz**

Graduanda em Psicologia

002-023322@aluno.undb.edu.br

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

Larissa Vieira dos Santos Nunes

Graduanda em Psicologia

002-024095@aluno.undb.edu.br

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

Luana Viana Coelho

Graduanda em Psicologia

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

Maria Emília Miranda Alvares

Doutoranda do Programa de Pós-graduação

em Cultura e Sociedade – PGCULT/UFMA

emiliaalvares@gmail.com

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

RESUMO: Este trabalho busca investigar as principais contribuições da Teoria Queer para o entendimento de performances não normativas ou que fujam da chamada matriz de inteligibilidade de gênero e sexualidade reproduzidas nas diversas tecnologias de comunicação, a exemplo do cinema, da televisão e dos streamings, contribuindo tanto para a produção e manutenção de relações hierárquicas de opressão, quanto para a resistência às violências. Para tanto, decidiu-se adotar, como percurso metodológico, a pesquisa bibliográfica sobre os estudos queer, em cotejo com a análise de seriados e filmes, visando à compreensão das vivências dissidentes, do poder de influência das mídias e dos impactos sobre a saúde mental de sujeitos. A análise de categorias propostas por Foucault (2020), Lauretis (2019) e Butler (2003) trouxe reflexões sobre como a mídia, enquanto tecnologia de gênero, propõe controle e homogeneização de corpos e dissemina discursos normativos, relegando pessoas que não performam padrões socialmente aceitos à condição de abjetos e subalternos, traduzindo-se em locus de construção de significados compartilhados, ao apresentar representações estereotipadas, trágicas ou inautênticas, que reproduzem, através de discursos e vivências de discriminação, a vulnerabilização psicológica; ao tempo em que, noutro contexto, pode também assumir um papel subversivo, ao ousar propiciar às audiências o contato com a alteridade, a partir da representação fidedigna, seja de personagens de ficção ou de pessoas reais, de subjetividades plurais, híbridas e transgressivas, estabelecendo uma ponte para a compreensão e o diálogo e promovendo o reconhecimento de modelos identitários de autoafirmação e de enfrentamento.

Palavras-chave: Teoria queer; Tecnologia de Gênero; Mídia; Saúde mental.





EIXO 6 – Estado, patriarcado e violências de gênero





A DEVISSA DA MARIQUINHAS: VIOLÊNCIAS DE GÊNERO, RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO FEMININO NO CRIME DO DESEMBARGADOR PONTES VISGUEIRO

Nila Michele Bastos Santos

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIST-UEMA.

nila.santos@ifma.edu.br

Instituto Federal do Maranhão – IFMA campus Pedreiras

RESUMO: Este estudo investiga um dos crimes mais notórios da capital maranhense no século XIX: o assassinato de Maria da Conceição, conhecida como Mariquinhas, pelo desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro. Em 14 de agosto de 1873, o sexagenário Visgueiro premeditadamente esfaqueou, esquartejou e enterrou a jovem de aproximadamente 15 anos, tida como sua amante. Frequentemente, o crime é lembrado pelo caráter inédito de um desembargador ser processado pelo homicídio de uma mulher de "*status inferior*", mais do que pela brutalidade da violência cometida. Contudo, este trabalho propõe ampliar essa perspectiva, destacando, além da vítima, as várias mulheres que, invisibilizadas pela historiografia, foram as primeiras a investigar o desaparecimento, levantar suspeitas sobre um possível crime e exigir uma investigação formal. Nossa abordagem metodológica está ancorada na micro-história, utilizando o paradigma indiciário como ponto de partida. Acreditamos que, através da microanálise, é possível alcançar um panorama mais amplo das relações de poder e gênero do século XIX e, assim, contestar a passividade e subserviência frequentemente atribuídas às mulheres daquele período. Ao nos concentrarmos nos detalhes marginalizados e nas pistas fragmentadas, podemos revisar experiências femininas negligenciadas e demonstrar que, mesmo sem o nome que conhecemos hoje, as violências de gênero já eram uma prática recorrente. Embora não possamos acessar diretamente as vozes dessas mulheres, que não tiveram oportunidade de registrar suas perspectivas, podemos, de forma criteriosa, interpretar seus universos valorativos, problematizando-os para a compreensão de problemas de gênero que ainda persistem na contemporaneidade. Essa análise permite, ainda, identificar as formas de resistência feminina que emergiram ao longo do processo, desde o momento em que perceberam o desaparecimento de Mariquinhas até a prisão do desembargador. Foram as mulheres as primeiras a investigar e levantar suspeitas, articulando uma rede de informações que pressionou as autoridades a agir. Com isso, tanto Mariquinhas quanto as demais mulheres envolvidas no caso assumem o protagonismo, desafiando a narrativa de passividade historicamente atribuída a elas. Essa resistência, ainda que silenciosa, revela um desafio às estruturas de poder da época. Ao se organizar e denunciar, essas mulheres se tornaram os primeiros vetores de resistência contra a impunidade, expondo os silêncios institucionais e questionando o papel das autoridades. Assim, mesmo em um contexto de opressão severa, a resistência feminina se manifestava, tanto por meio de ações diretas quanto pelo confronto com as omissões das instituições. Para realizar essa análise, utilizamos como fontes primárias a compilação do processo original, publicada em 1874 pela "Tipografia Teatral e Comercial" sob o título "Processo e Julgamento do desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro por crime de homicídio cometido na capital do Maranhão contra a infeliz Maria da Conceição", além de diversos jornais e periódicos da época, que retrataram a repercussão nacional do crime, e produções literárias posteriores, como contos, novelas e romances inspirados no caso. Ao revisar esse crime sob a ótica da micro-história, visamos evidenciar as dinâmicas de poder e as desigualdades de gênero presentes no Maranhão oitocentista. Embora essas dinâmicas tenham contribuído para a perpetuação de um ciclo de exclusão e violência, elas também fomentaram





formas de resistência e sororidade entre as mulheres, revelando a complexidade das lutas femininas no contexto de um sistema patriarcal.

Palavras-chave: Violências de Gênero; Mariquinhas; Pontes Visgheiro, Maranhão Sec. XIX.





A DOMINAÇÃO MASCULINA A PARTIR DO PENSAMENTO DE PIERRE BOURDIEU

Isabela Pinto Dutra

Graduanda em Ciências Sociais pela UFMA
Isabela.dutra@discente.ufma.br
UFMA

Abel Perinazzo Cassol

Doutor em Sociologia pela UFRS
abel.cassol@ufma.br
UFMA

RESUMO: Introdução: Para Bourdieu, em seu livro “A dominação masculina”, existe uma reprodução de comportamentos irrefletidos que foram absorvidos histórica e socialmente ao longo do tempo nas sociedades ocidentais, tanto pelos homens quanto pelas mulheres, fazendo com que estas, obrigatoriamente e sem consciência, se coloquem sempre em lugar de inferioridade e submissão. De acordo com o autor, a dominação masculina é perpetuada pelos próprios indivíduos, isso ocorre porque as categorias de pensamento que utilizamos para explicar a dominação são, em si mesmas, produtos dessa dominação. As mulheres, segundo ele, acabam internalizando o habitus submisso e os preconceitos contra o feminino, o que leva à aceitação da dominação como uma forma de poder e à sua própria perpetuação. Está aí o cerne do problema na teoria *bourdiesiana*, e o ponto de ênfase vamos explorar ao longo do trabalho, pois expressa a opressão feminina como parte de uma ordem social estática, perene, na qual não há abertura para modificações históricas. Tal dominação, aos olhos do autor, parece inevitável, sendo resultado de um trabalho contínuo de reprodução para a cristalização da visão de mundo masculina e transposição desta para se concretizar na realidade dos indivíduos, afetando suas práticas sociais, costumes e linguagens. Além disto, Bourdieu ignora quase que completamente todos os trabalhos de intelectuais e feministas da época que escreviam contra a ideia de hegemonia do pensamento masculino. A dominância do habitus, para o autor, é social, mas ele parece se esquecer do próprio conceito quando o relaciona as estruturas de gênero. O autor realiza quase uma transferência de culpa as mulheres por sua própria dominação e as coloca como agentes ativas de suas mazelas, além de limitar sua análise a uma perspectiva heterocentrada e binária. **Objetivos:** Para o desenvolvimento deste estudo, buscamos alcançar os seguintes objetivos: *Objetivo Geral:* Entender a perspectiva *bourdiesiana* sobre o conceito de dominação masculina a partir de seus conceitos principais de habitus e violência simbólica. *Objetivos Específicos:* Tecer uma crítica a teoria do autor sobre a papel das mulheres na sociedade; Desconstruir a perspectiva de dominação masculina como resultado de um processo cognitivo feminino ativo. **Conclusão:** A obra de Bourdieu oferece reflexões importantes que merecem análise e discussão. O autor se defende, afirmando que embora as condições de vida das mulheres tenham mudado significativamente, essas mudanças ocorreram dentro do contexto de uma dominação masculina ainda persistente. Existe uma desigualdade estrutural entre homens e mulheres, com os homens mantendo posições sociais mais privilegiadas. Para compreender a continuidade dessa dominação e suas estruturas “invisíveis”, Bourdieu sugere que é necessário analisar a economia doméstica, incluindo a divisão do trabalho e do poder, bem como os diversos campos profissionais onde homens e mulheres atuam. Portanto, para o autor, mesmo com as mudanças visíveis nas condições de vida das mulheres, as desigualdades persistem. Essas desigualdades são reproduzidas e mantidas através das transformações sociais, refletindo uma continuidade nas posições relativas entre os sexos tanto no espaço doméstico quanto no





mercado de trabalho. No entanto, a obra ainda parece refletir certo aspecto estruturalista que não é comum ao autor, e também se mostra quase como um ponto fora da curva de sua extensa obra, levantando pontos de atenção para a utilização deste pensamento deliberadamente na conjuntura atual, principalmente com a presença de teorias feministas que visam apontar uma quebra na reprodução do habitus. É preciso ter cautela ao utilizar a este conceito do autor para explicar a opressão das mulheres da sociedade porque é muito fácil atribuir a culpa pela submissão destas a elas mesmas, por terem, pacificamente, atribuído o habitus do “mais forte”.

Palavras-chave: Violência de gênero, violência simbólica, dominação masculina, Pierre Bourdieu.





A ESTRUTURA MONOGAMICA NA VIOLÊNCIA E CONTROLE DOS CORPOS DE MULHERES NAS RELAÇÕES AFETIVO-SEXUAIS

Ana Karolyny Diniz Pinheiro

Bacharel em Psicologia - Centro Universitário Dom Bosco- UNDB

Pós-graduanda em Saúde mental e Desenvolvimento Humano - Pontifícia Universidade Católica do Paraná -

PUC PR

karoldiniz228@gmail.com

RESUMO: O processo colonizador impôs para os povos originários que tinham suas maneiras diversas de agir, pensar e se relacionar um modelo único, alegando que somente este modelo monogâmico seria aceito. Através do cristianismo no processo colonizador que foi estabelecido a monogamia como critério de tentativa de civilização dos povos originários que já viviam suas não monogamias. Para que esse processo acontecesse, era necessário que o casal se tornasse somente um, em uma única união, “até que a morte os separe”, ideologias que influenciaram as leis e os ideais românticos. Este estudo é uma revisão bibliográfica de natureza básica, sendo um trabalho descritivo com método hipotético dedutivo e de abordagem qualitativa. Tem como objetivo descrever as influências da estrutura monogâmica na violência e controle dos corpos de mulheres nas relações afetivo-sexuais. Com objetivos específicos de analisar as violências que mais acometem as mulheres dentro de relacionamentos; descrever os impactos sociais, psicológicos e culturais das violências ocasionadas pelas ideologias moralistas e monogâmicas; mostrar as consequências dos ideais cristãos e moralistas a respeito do corpo de mulheres; expor a monogamia enquanto uma contribuição ideológica das práticas machistas e sexistas e demonstrar as influências do cristianismo nos pensamentos moralistas. Possui como hipóteses a monogamia enquanto fortalecedora do moralismo e dos estigmas que envolvem os corpos de mulheres, tornando-as corpos invisibilizados, violados e vulnerabilizados; a violência cometida aos corpos de mulheres está diretamente influenciada pelos ideais monogâmicos inseridos na sociedade colonizada. Por se tratar de um estudo acadêmico, esta pesquisa se referirá a relações afetivo-sexuais de mulheres cisgêneros e hetero, a fim de estabelecer os limites do estudo. Contudo, é de grande relevância que esta investigação acrescente nos estudos sobre a temática para que se estenda a estudos das influências da monogamia em pessoas sexo-gênero dissidentes, pois durante a pesquisa foi identificado uma escassez de produções científicas a respeito da monogamia e de suas influências nas violências de gênero. Levando em consideração o atual contexto de estatísticas desanimadoras, é extremamente necessário estudos e discussões a respeito das influências de uma estrutura hegemônica que nutre ideologias machistas, sexistas e patriarcais e reforça um padrão de relacionamentos que são pautados no controle e na subordinação de mulheres, contribuindo para a desigualdade e violência de gênero.

Palavras-chave: Monogamia; Violência de gênero; Femicídio; Relações.





A MULHER AFRO-BRASILEIRA NO PÓS-COLONIALISMO: DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E A OPRESSÃO INTERSECCIONAL⁴

Richelle Kauanny Carvalho de Araújo

Mestranda em Sociologia pelo PPGS/UFMA

Bacharel em Direito (Facimp – Wyden)

richelle.araujo@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Amanda Gomes Pereira

Professora de Sociologia do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/ Sociologia (UFMA) e do Programa de

Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFMA)

Coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Educação Chita/Gitã/ CNPq

Doutora em Ciências Sociais PPCIS/UERJ

ag.pereira@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO: Esta pesquisa analisa a mulher afro-brasileira no período pós-colonial, enfatizando sua inserção no mercado de trabalho, destacando como a divisão social do trabalho – como fato social –, em suas variantes sexual e racial, agrava a dupla opressão que acomete a mulher negra em razão da intersecção de gênero e raça/etnia. Essa discriminação, originada no período colonial, continua a expor as mulheres negras à marginalização e à precarização no trabalho, perpetuando sua exclusão social. Desta forma, o objetivo principal desta comunicação é compreender a divisão sexual e racial do trabalho e seus impactos na vida das mulheres negras, apontando, ao final, possíveis avanços nesse cenário discriminatório. O percurso metodológico adotado inclui uma revisão bibliográfica, baseada em obras de teóricos clássicos e contemporâneos, complementada por uma análise sucinta de dados secundários obtidos através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, dentre outras instituições de pesquisa. Esta abordagem permite uma reflexão acerca da marginalização e das injustiças sociais enfrentadas pelas mulheres negras, fundamentadas em seu gênero e sua raça/etnia. A análise destaca a urgência de elaboração de políticas públicas inclusivas que garantam o acesso e permanência das mulheres afro-brasileiras no mercado de trabalho, como também possibilite condições equitativas de crescimento profissional e alcance a cargos de poder/liderança, com remunerações iguais. Para construir um ambiente mais justo e inclusivo, em que essas mulheres possam alcançar seus objetivos e contribuir para avanços democráticos e de acesso a direitos, é fundamental promover a conscientização sobre a existência da divisão sexual e racial do trabalho. Além disso, a educação deve ser o marco inicial, promovendo uma formação crítica que valorize a diversidade e combata as desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Divisão Social do Trabalho; Divisão Sexual e Racial do Trabalho; Mulheres Negras; Interseccionalidade.

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.





A PARIDADE DE GÊNERO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS, O QUE ESCANCARA A RESOLUÇÃO CNJ N° 525/2023?

Fernanda Franklin da Costa Ramos

Mestra em Direito e Instituições do Sistema de Justiça- UFMA

fernandafranklinn@hotmail.com

UFMA

RESUMO: A pesquisa intitulada “A paridade de gênero nos tribunais brasileiros, o que escancara a Resolução CNJ N° 525/2023?” tem como objetivo principal analisar a cultura de perpetuação do patriarcado na sociedade brasileira, incluindo os espaços de poder, como o Poder Judiciário. A sociedade brasileira consolidou-se com a cultura do patriarcado, garantindo aos indivíduos do sexo masculino, maiores chances de acesso à direitos, ao passo que impõe aos indivíduos do sexo feminino, uma estrutura de acúmulo de atividades, dentre às quais o trabalho doméstico, furtadas não só do reconhecimento igualitário, mas ainda do acesso equilibrado aos espaços de poder. O Judiciário, como instituição do Sistema de Justiça representativo da sociedade brasileira, não se tornou imune à consolidação do patriarcado gerando a necessidade de uma resolução com o fito de garantir às magistradas de carreira o acesso igualitário aos Tribunais, como forma de paridade e garantia da isonomia de direitos. Como objetivo de pesquisa discute-se em que medida a Resolução CNJ N° 525/2023, emana como instrumento de combate à perpetuação do patriarcado nos órgãos do Judiciário, como referencial dos espaços de poder. O referencial teórico consiste na conceituação da proteção da dignidade do mulher, sob a ótica de Mary del Priore, exigindo a implantação de importantes conquistas civilizatórias como isonomia no trabalho feminino e masculino, acesso das mulheres aos espaços de poder, garantia de eliminação dos subjetivismos velados que insistem na política da submissão da mulher ainda que em espaços onde o acesso se dá por aprovação em concurso público. Com os resultados alcançados, demonstra-se que a Resolução CNJ N° 525/2023 levanta-se como ferramenta legal indispensável à promoção da paridade no acesso aos Tribunais brasileiros, em afronta à cultura de submissão feminina, perpetuação do patriarcado e do ciclo de desvalorização da figura da mulher enquanto sujeito de poder na sociedade brasileira. As revisões bibliográfica e documental são adotadas como procedimentos metodológicos bem como pesquisa quali-quantitativa e método dedutivo. Serão adotados como referência os seguintes autores, dentre outros Chima-manda Ngozi Adichie, Djamila Ribeiro e Mary del Priore

Palavras-chave: Gênero; Paridade; Patriarcado; Espaços de Poder.





ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DAS CRÍTICAS DE JUDITH BUTLER SOBRE A FUNÇÃO PATERNA NA PSICANÁLISE DE ORIENTAÇÃO LACANIANA

Joselle Maria Couto e Lima

Doutoranda em Cultura e Sociedade-UFMA

Mestre em Cultura e Sociedade -UFMA

joselle.mcl@ufma.br

TAE-Universidade Federal do Maranhão

Luciano da Silva Façanha

Doutor em Filosofia

luciano.facanha@ufma.br

Professor do PPGCult e do Defil UFMA

RESUMO: A psicanálise de orientação lacaniana ao ter no princípio de seu ensino a teorização do complexo de Édipo freudiano, coloca a função do pai como instituidora da lei e do desejo a partir de uma interdição ao gozo. Isso tem como consequência uma série de rotulações por parte de algumas teorias de gênero a respeito da transmissão de Lacan que, não advertem para o fato de que a partir do seminário XVII “O avesso da psicanálise”, Lacan faz uma subversão dentro do seu ensino, quando inicia sua teorização a respeito do gozo feminino. Até então, só se havia pensado uma única modalidade de gozo a partir do mito do Édipo como interdição, como gozo fálico, enquanto que o gozo feminino é o gozo concebido fora do mito do Édipo, como um gozo reduzido ao acontecimento de corpo, um gozo fora do campo da significação. O objetivo desse trabalho é esclarecer que qualquer crítica sobre a psicanálise lacaniana deve considerar que o percurso do ensino de Lacan sofreu modificações, principalmente a partir do desenvolvimento da trilogia: real, simbólico e imaginário. O registro do real estaria no registro que Lacan situa o impossível de representar, ou seja, aquilo que é da ordem do indizível, o simbólico no domínio da linguagem, da significação e o imaginário se refere ao registro que envolve o estádio do espelho, situando tudo que diz respeito ao corpo. Inicialmente, a trilogia lacaniana foi desenvolvida a partir da primazia do registro do simbólico como atribuição da função paterna. Posteriormente, o conceito de gozo, como gozo do real, foi fundamental para a disjunção do Nome-do-Pai e o processo de significação fálica. Nesse sentido o pai perde sua função absolutizada, para assumir versões mais plurais, fora da função simbólica. A crítica de Judith Butler sobre a função paterna como função simbólica e a forma como a autora tece suas considerações para assim acusar a psicanálise de heteronormativa e patriarcal, não considera que Lacan avançou no aforismo sobre “O inconsciente é estruturado como linguagem”, pois, ainda se tratava, no ensino de Lacan, da primazia do registro do simbólico. O desenvolvimento do conceito de inconsciente real, seria a consideração de que havia um ponto de não saber como um resto que não se inscreve no simbólico, o que caracteriza o seu último ensino e sua teorização sobre o gozo feminino. Outro objetivo é esclarecer que a psicanálise e a teoria Queer demarcam campos de experiência distintos, por isso a necessidade de fazer a distinção entre sexualidade como dimensão performativa, pela teoria Queer e a sexuação, como modalidade do gozo inconsciente para a psicanálise. A metodologia utilizada será a hermenêutica por se tratar de análise e interpretação de textos. Os textos de Judith Butler que serão analisados são: *Regulações de Gênero* (2014) e *Proibição, psicanálise e a produção da matriz heterossexual* (2017).

Palavras-chave: Função paterna, gozo feminino, sexuação, performatividade.





AS DIMENSÕES DE GÊNERO E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MARANHÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Taísa Guimarães Serra Fernandes
Mestranda em Políticas Públicas-UFMA
taisa.serra@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho propõe apresentar a relação entre gênero e trabalho infantil no estado do Maranhão, por meio da análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PnadC) divulgados pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), referente ao período de 2016 a 2022. O objetivo é compreender como desigualdades sociais e de gênero, legado da herança colonial escravista e patriarcal, contribuem para a persistência do trabalho infantil. A metodologia utilizada no presente trabalho baseia-se em uma análise crítica e dialética dos dados, a fim de interpretar a realidade concreta e agregar discussões que abordam a questão social. A exploração do trabalho infantil no Maranhão revela-se um desafio persistente, uma vez que fatores como pobreza, infraestrutura precária e falta de oportunidades educacionais adequadas perpetuam o problema. Verificou-se a prevalência do trabalho infantil entre crianças e adolescentes negros, um reflexo do racismo estrutural que coloca famílias negras em maior vulnerabilidade socioeconômica. Além disso, a invisibilidade do trabalho infantil doméstico, especialmente entre meninas, resulta em subnotificação e reforça estereótipos de gênero que prejudicam o direito à educação e lazer. Conclui-se que o Estado tem um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas que enfrentem essas desigualdades e promovam o desenvolvimento integral dessas crianças, rompendo com o ciclo de exclusão social e pobreza.

Palavras-chave: Trabalho Infantil. Gênero. Desigualdade Social. Maranhão.





AS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO PARA SE PENSAR AS PERFORMATIVIDADES POLÍTICAS E DE GÊNERO

Flaviano Menezes da Costa

Doutorando em Cultura e Sociedade - UFMA

flavianomenezes@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Uma das questões centrais que estruturou o pensamento moderno ocidental foi a distinção entre as esferas privada e pública, resultante da ascensão da classe burguesia no contexto capitalista. Nesse processo, as obrigações ou cargos no ambiente privado foram, historicamente, conferidos às mulheres, enquanto, aos homens, o livre acesso e organização do espaço público. As atividades realizadas neste último, sobretudo aquelas relacionadas à política e às funções religiosas, tornaram-se altamente valorizadas, enquanto as efetivadas no ambiente da residência, por exemplo, foram desprovidas de reconhecimento econômico e, principalmente, social. Consequentemente, o trabalho doméstico foi invisibilizado nas denominadas “narrativas de progresso” da história oficial de muitas sociedades, o que reforçou as desigualdades de gênero e consolidou a divisão sexual do trabalho. A partir destas constatações históricas, significativas mudanças foram debatidas e postas em prática quando se percebe que o problema principal não era como as mulheres deveriam se posicionar quanto as oportunidades profissionais ou, quando já conquistadas (como as ocorridas na Revolução Industrial do século XIX), demonstrar que tanto as funções privadas quanto as públicas deveriam ser valorizadas; mas como este novo domínio social, sobreposto ao público e ao pública, tornou-se sobrecarregado para a gênero feminino. Propõe-se, portanto, realizar uma breve reflexão sobre as novas reuniões corporificadas presenciais que estão implicando uma ressignificação do espaço público político. Para tal proposta, trazemos os historiadores: Peter N. Stearns (*História das relações de gênero*, 2007) e Antônio Risério (*Mulher, casa e cidade*, 2015); e as filósofas: Hannah Arendt (*A condição humana*, 2007) e Judith Butler (*Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*, 2018), para tratar das relações nos espaços público e privado para se pensar as performatividades políticas e de gênero em um mundo de necessidades, na qual mulheres e homens parecem viver tão-somente para trabalhar e consumir, mas o acúmulo de “tarefas” exigidas às mulheres se mostram mais difícil e imprevisível.

Palavras-chave: Gênero; Política; Performatividades; Desigualdades.





BETTY MEGGERS E O “PIONEIRISMO” FEMININO NA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA

Sonayra dos Santos Carneiro

Doutoranda em Ciências Sociais do PPGCSOC/UFMA

sonayra.carneiro@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de mestrado, que buscou analisar os perfis e a produção escrita de quatro mulheres, reconhecidas por escreverem sobre a “Amazônia”. Elas foram localizadas em um universo composto por 10 agentes, igualmente professores universitários, identificados através de um mapeamento nos repositórios dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais dos estados que fazem parte da chamada “Amazônia Legal”. Aqui, buscamos analisar a trajetória de Betty Meggers, uma arqueóloga pioneira em estudos sobre a “Amazônia”. Ela veio à América do Sul por diversas vezes, especialmente ao Brasil, ao lado de seu marido, Clifford Evans, para realizar pesquisas na “região amazônica”. Em seu diário de campo, há diversas passagens sobre os constrangimentos vivenciados por ela durante suas expedições, nos quais é possível perceber demarcações de gênero que a agente vivenciou enquanto pesquisadora, numa época em que o mais comum era que as mulheres acompanhassem seus maridos prestando apoio, e não ocupando o papel de protagonistas. Em decorrência disso, diversos questionamentos foram feitos, tais como quem foi Betty Meggers? Quais seus investimentos sociais, culturais e políticos? Quais são seus posicionamentos e engajamentos militantes? Para a elaboração da pesquisa, foi feita a sistematização dos dados (local de nascimento, profissão dos pais, escola em que estudou, graduação, pós-graduação, inscrições culturais e políticas, etc.) e a construção de quadros sinóticos. Outros dados relacionados às suas origens sociais e ao início de carreira foram obtidos através do Currículo Lattes, depoimentos e entrevistas já realizadas (para revistas eletrônicas, encontradas em plataformas de mídia como o YouTube, além de livros, etc.). São levadas em conta as ligações entre suas inscrições familiares, religiosas, em espaços de militância, seus posicionamentos políticos e sua carreira de modo geral. Diante disso, identificou-se que, ao longo de sua trajetória, Meggers desenvolveu parcerias com seu marido e com agentes do Estado, empresários e políticos, formando uma rede de relações para a realização de pesquisas na América do Sul. Ela liderou diversos projetos arqueológicos nos países por onde passou, além de lecionar cursos sobre as técnicas de escavação e análise. Mesmo que os dados apontem que ela não tenha participado de nenhum movimento político, como o feminista, a agente não era alheia às questões relacionadas à violência de gênero. Desse modo, apreender os aspectos de seu perfil social, cultural e político permitirá refletir sobre as relações de gênero que permeiam o espaço do qual ela faz parte, além das práticas de diferenciação e hierarquização de gênero.

Palavras-chave: Mulheres; pioneirismo; gênero; Amazônia.





CIDADES INTELIGENTES E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: COMO O URBANISMO E A TECNOLOGIA PODEM COMBATER A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS ESPAÇOS URBANOS DA AMÉRICA LATINA

Claudiceia Silva Mendes

Arquiteta Urbanista (UEMA), Mestre em Energia e Ambiente (UFMA), Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG), Docente da Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Claudiceia.mendes@ufma.br
UFMA

RESUMO: A violência de gênero nos espaços urbanos é um problema estrutural que afeta especialmente mulheres e minorias de gênero. Assédio, agressões e outras formas de violência limitam o uso e a apropriação segura desses espaços por essas populações, impactando diretamente sua mobilidade e qualidade de vida. Com o avanço das cidades inteligentes, que integram tecnologias digitais para otimizar a gestão urbana, há uma oportunidade de desenvolver soluções para reduzir a violência de gênero nas cidades da América Latina. No entanto, é necessário questionar se os planos de cidades inteligentes estão devidamente alinhados com essa realidade e se suas soluções tecnológicas são eficazes para enfrentar o problema. Este estudo tem como objetivo investigar de que maneira o urbanismo e as tecnologias implementadas nas iniciativas de cidades inteligentes podem atuar na mitigação da violência de gênero em espaços urbanos da América Latina. A pesquisa foi conduzida por meio de uma análise documental da Minuta do Plano Municipal de Cidade Inteligente (MPMCI) de São Luís, focando em suas diretrizes de segurança urbana e inclusão social, com ênfase nas propostas de tecnologias para monitoramento de espaços públicos, iluminação inteligente e sistemas de segurança digital. Paralelamente, será realizada uma revisão de literatura sobre o impacto da violência de gênero nos espaços urbanos, destacando estudos de casos em cidades latino-americanas que implementaram tecnologias urbanas para enfrentar esse problema. Os resultados encontrados indicam que, embora o MPMCI de São Luís apresente inovações tecnológicas voltadas para a segurança urbana, ele carece de um foco específico na violência de gênero, o que limita sua eficácia em proteger mulheres e minorias de gênero em espaços públicos. No entanto, foi constatado que as tecnologias aplicadas nas cidades inteligentes têm grande potencial para combater a violência de gênero, especialmente quando integradas a políticas urbanas voltadas para a segurança, inclusão dessas populações e respeitando o direito a privacidade. Como contribuição ao campo de estudo se destaca a importância de integrar tecnologia e políticas públicas para enfrentar efetivamente essa questão.

Palavras-chave: Cidades inteligentes; Violência de gênero; Segurança urbana.





COMO MODOS DE PENSAR IMPLICAM EM MODOS DE VIVER A PARTIR DA OBRA *MONOCULTURAS DA MENTE* DE VANDANA SHIVA

Isnara Maria Frazão dos Santos⁵

Isnarafracao@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Flavio Luiz de Castro Freitas⁶

flavio.luiz@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho⁷

zilmara.jvc@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO: O objetivo do presente trabalho consiste em investigar como um modo de pensar implica em um modo de viver a partir da análise do capítulo I da obra *Monoculturas da Mente* de Vandana Shiva. Para o aprimoramento deste trabalho o método utilizado é a análise de texto, tendo como obra principal o texto supra citado, em que enfatizaremos o capítulo I, intitulado *Monoculturas da mente*. Nesta obra, Vandana Shiva investiga as causas do desaparecimento da diversidade e os desafios para sua preservação. Ela argumenta que as monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição, que é descrita como progresso e desenvolvimento por essa mentalidade. Portanto, a mentalidade monocultural consiste em uma forma única de pensar, viver e produzir, que elimina a diversidade e a resiliência. Essa perspectiva desvaloriza e exclui outros saberes, como os tradicionais e locais, enfraquecendo a capacidade das sociedades de enfrentar desafios globais e locais, como mudanças climáticas, desigualdade social e perda de biodiversidade. Contudo, trataremos primeiramente de examinar as bases epistemológicas que sustentam e promovem essa ideia de uniformidade no pensamento. Desse modo, buscaremos refletir acerca da relação entre a colonização intelectual e cultural, em que o conhecimento dominante marginaliza a pluralidade de perspectivas e conhecimentos que poderiam enriquecer e diversificar nossa compreensão do mundo e nossa capacidade de responder a seus problemas. Portanto, compreender a relação necessária entre modos de pensar e modos de viver é um passo significativo para possibilitar o vislumbre de novas alternativas de vida para além da colonização mental pelo uno/mono que deslegitima a possibilidade de outros modos de vida.

Palavras-chave: Vandana Shiva; Monocultura das Mentes; Diversidade; Uniformidade.

⁵ Graduada em Filosofia Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Integrante do grupo Teoria da Afetividade na Idade Moderna e Filosofia das PSIS. Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult - UFMA); Bolsista CAPES, desenvolvendo pesquisa acerca das implicações ético-políticas do desejo no Espinosa do Deleuze. E-mail: isnara.frazao@discente.ufma.br. ORCID: 0009-0002-0682-3502.

⁶ Prof. Dr. do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo Teoria da Afetividade e Filosofia das PSIS. E-mail: flavio.luiz@ufma.br. ORCID: 0000-0002-7648-0341.

⁷ Profa. Dra. do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão. Bolsista de estímulo à produtividade FAPEMA (03677/2023). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Interdisciplinar em Kant (GEPI Kant/UFMA) E-mail: zilmara.jvc@ufma.br. ORCID: 0000-0003-1991-0250.





DEPENDÊNCIA EMOCIONAL E DISPOSITIVOS DE GÊNERO: A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE MULHERES CISGÊNERO HETEROSSEXUAIS NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

Karine de Sousa Silva Nogueira

Graduanda em Psicologia- Universidade CEUMA

Karine.dessn@gmail.com

Universidade CEUMA

Melina Serra Pereira

Mestre em Psicologia Clínica- PUC- SP

melina.serra@ceuma.com

Universidade CEUMA

RESUMO: A dependência emocional de mulheres cisgênero heterossexuais é um fenômeno profundamente enraizado nas dinâmicas de gênero da cultura ocidental e amplamente discutido no contexto brasileiro. A psicóloga e pesquisadora Valeska Zanello tem abordado de forma crítica essa questão, conectando-a a processos históricos, culturais e simbólicos que estruturam as formas de subjetivação feminina e, consequentemente, repercutem na saúde mental destas mulheres. Seus estudos evidenciam como a socialização de gênero contribui para a internalização de padrões relacionais que subordinam as mulheres à dependência emocional, configurando uma das principais manifestações do patriarcado na contemporaneidade. O presente trabalho tem como objetivo compreender a influência dos dispositivos de gênero na dependência emocional de mulheres cisgênero heterossexuais. Outrossim, apresenta uma revisão integrativa de literatura focada na análise das publicações da psicóloga Valeska Zanello. Foram analisados os artigos científicos e capítulos de livros da referida autora, publicados na íntegra, em português, no período de 2015 a 2024. As palavras-chave aplicadas na busca foram: dispositivos de gênero, dependência emocional, cultura e mulher. Na cultura ocidental e, particularmente no Brasil, a identidade feminina tem sido construída em torno de uma idealização do amor romântico e do sacrifício emocional nas relações afetivas. Esse ideal, historicamente consolidado, atribui às mulheres o papel de cuidadoras emocionais, as quais devem priorizar o bem-estar emocional dos outros, principalmente de seus parceiros heterossexuais, em detrimento de suas próprias necessidades e desejos. Tal construção, como destaca Zanello (2018), é reforçada pelas tecnologias de gênero presentes na literatura, cinema, novelas e por diversos produtos culturais que disseminam a imagem da mulher “completa” apenas quando inserida em um relacionamento amoroso. Ademais, as mulheres são subjetivadas, desde muito cedo, a partir de um regime de exigências que as ensina a buscar validação e completude emocional por meio do outro, especialmente em suas relações amorosas heterossexuais. Essa socialização é marcada pela internalização do que Zanello chama de “dispositivo de amor”, que condiciona as mulheres a uma lógica de cuidado e investimento emocional prioritário nos homens (Zanello, 2022). A dependência emocional, nesse contexto, emerge como um subproduto dessa subjetivação, em que a mulher passa a viver uma relação de subordinação afetiva, na qual o valor pessoal e a autoestima são medidos pela capacidade de manter o afeto e o compromisso de seu parceiro. Em síntese, a dependência emocional feminina é um reflexo das assimetrias de poder que permeiam as relações de gênero e sua superação demanda uma transformação profunda dos modos como as mulheres são socializadas a pensar o amor, o cuidado e a si mesmas. A partir dessa perspectiva, a crítica de Zanello é uma ferramenta potente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este processo visa promover a emancipação feminina e a construção de novos





padrões sociais nos quais as mulheres possam exercer plenamente sua autonomia afetiva e emocional.

Palavras-chave: Dispositivos de gênero; Mulher; Dependência emocional; Cultura.





DESIGUALDADE DE GÊNERO E AUMENTO DO ÍNDICE DE “DESOCUPADAS” EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE NO DESEMPREGO FEMININO

Valéria Cristina Lopes dos Santos Souza

Cientista Social – Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA
valeria.cristina@discente.ufma.br
UFMA

Ester Avelar dos Santos Rios Mariz

Advogada – Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA
ester.mariz@discente.ufma.br
UFMA

Ana Caroline Amorim Oliveira

Professora do Curso de Ciências Humanas/Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA
oliveira.ana@ufma.br
UFMA

Márcia Manir Miguel Feitosa

Professora do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) – UFMA
márcia.manir@ufma.br
UFMA

RESUMO: O presente artigo tem como escopo principal investigar a relação entre colonialidade de gênero e desemprego feminino na contemporaneidade, com foco específico na cidade de São Luís do Maranhão. Para alcançar tal intento, articulamos as categorias gênero, desemprego e colonialidade de modo a argumentar que a colonialidade de gênero ainda influencia de forma significativa as dinâmicas do mercado de trabalho ao perpetuar desigualdades sociais estruturais. O objetivo é explorar a intersecção de gênero, desemprego e colonialidade, buscando respaldo nas teorias de Aníbal Quijano (2005) sobre a colonialidade do Poder e divisão racial do trabalho; María Lugones (2008) sobre a colonialidade de gênero; Judith Butler (2015) sobre precariedade e reconhecimento, e Heleieth Saffioti (1976) sobre o poder patriarcal e suas opressões contra o feminino. O termo “desocupada” se encontra amplamente utilizado na base dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), fonte de dados estatísticos utilizado na presente pesquisa. A revisão de literatura e pesquisa documental foi feita a partir do levantamento de documentos históricos, dados estatísticos, notícias e produções acadêmicas relevantes que tratem acerca do tema proposto. Tencionamos a terminologia “desocupada” para suscitar a reflexão acerca da invisibilidade do trabalho informal e do trabalho de cuidado não remunerado, frequentemente realizado por muitas das mulheres contempladas nas estatísticas. A pesquisa em andamento revela que o mercado de trabalho feminino é estruturado de forma patriarcal e hierárquica, o que afeta negativamente as mulheres e contribui para o desemprego, conforme indicam os dados de desocupação no Maranhão.

Palavras-chave: Colonialidade; Gênero; Desemprego Feminino.





DO TIRO DE CANHÃO À SUBNOTIFICAÇÃO: NOMEANDO OS CRIMES LETAIS POR HOMOTRANSFOBIA NO MARANHÃO ENTRE 2020 E 2022

Ana Beatriz Carvalho de Sousa

Mestrando em Cultura e Sociedade - UFMA
abc.sousa@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro Figueiredo

Mestrando em Cultura e Sociedade - UFMA
igor.farias@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão- UFMA

Cristiane Navarrete Tolomei

Doutora em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa
cristianetolomei@unifesp.br
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
Docente do Mestrado em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA)

RESUMO: Este artigo tem como finalidade apresentar, de forma sistemática e de roupagem estatística, a socioespacialização da violência letal por homotransfobia do Maranhão no período de 2020 a 2022. A partir do levantamento de dados articulados pelo Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, organização responsável em subsistematizar e subproduzir os indicadores desse fenômeno letal, pode-se compreender a produção colonial do gênero como ordem social na contemporaneidade, que a partir de um determinismo biológico dita que corpos cisheteronormativos gozam do privilégio da existência e corpos LGBTI+, quando não enquadrados/ajustados ao modelo dominante, são relegados a morte. Os resultados causais indicam, por meio do mapeamento, onde estão concentrados os casos de crimes letais, bem como a contextualização socioespacial dessas áreas, considerando aspectos como cidade/local do crime, perfil social da vítima, sua sexualidade e identidade, faixa etária/idade, declaração de cor de pele, além da principal motivação do crime e método utilizado. A pesquisa se caracteriza como exploratória-descritiva, bibliográfica e documental com abordagem quantitativa, sendo utilizado autores como Mignolo (2020), Segato (2014), Lugones (2014); González (2020), Berger (1986), Butler (2009); Mott (2017), Mbembe (2018), entre outros, para analisar o fenômeno da violência letal por homotransfobia.

Palavras-chave: Violência letal; Homotransfobia; Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão; Ordem social.





EXPLORAÇÃO INTERSECCIONAL NA ECONOMIA DO CUIDADO

Anna Beatriz Ferreira Lima

Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado – Universidade Estadual do Maranhão

annabflima@gmail.com

UEMA

Gabriel Rafi Soares Leão Santos

Graduando em Ciências Sociais Bacharelado - Universidade Estadual do Maranhão

gabrielrafi16@gmail.com

UEMA

Rarielle Rodrigues Lima

Doutora em ciências sociais - Universidade Federal do Maranhão

rariellerodrigues@gmail.com

UEMA

RESUMO: No contexto da teoria marxista, a mercadoria é um objeto externo que atende às necessidades humanas de qualquer tipo. A manutenção das forças produtivas é garantida, principalmente, por meio do bem-estar, isto é, a reprodução social. No que se refere a força produtiva como principal mercadoria no sistema capitalista, é importante salientar, para além da precarização dos proletários, como o trabalho de cuidado é historicamente invisibilizado e desvalorizado. Sob essa perspectiva, o Manifesto Contra o Trabalho do grupo Krisis apresenta uma crítica ao trabalho em si, não obstante podemos considerar que o trabalho de cuidado ao ser inviabilizado revela como o capitalismo reduz o valor humano ao valor do mercado, assim como estabelece uma ascensão do trabalho alienado, tendo em vista que os cuidados para a reprodução – a exemplo do cuidado com crianças e idosos – não garantem, diretamente, a produção de mais-valia. Portanto, o objetivo deste trabalho é explicitar que a condição da mulher é uma construção social, analisar a intersecção entre as opressões na economia do cuidado, assim como investigar legislações e políticas públicas que pretendem o reconhecimento do trabalho das mulheres. A partir do levantamento bibliográfico de cunho narrativo para apropriação da temática. O trabalho do cuidado como força motriz que engendra o modo de produção capitalista é realizado pelas mulheres, em grande parte sem remuneração, que assinala para diversos tipos de exploração, seja pelo recorte de gênero, seja como a sobrecarga de trabalhos a serem executados dentro e fora do ambiente laboral. Além disso, o conjunto de atividades que configuram esse trabalho, sobretudo as atividades domésticas, por não serem reconhecidas no mercado, aponta para uma “responsabilidade” de mulheres racializadas e marginalizadas. À luz das autoras como Nancy Fraser e Angela Davis, podemos entender o recorte referido ao trabalho do cuidado, antes de tudo, como uma prática colonialista potencializada no capitalismo para dar continuidade às relações patriarcais, dada a posição de subalternidade marcada não somente por mulheres, mas mulheres racializadas e marginalizadas. Ademais, a exploração interseccional mediada pelo sistema capitalista remete a convergência das opressões expressada na sociedade por meio da atuação de mulheres não brancas em posições ainda mais precárias, evidenciando o contexto de nações anteriormente colonizadas. Com a constituição do capitalismo industrial e a divisão sexual do trabalho, no século XIX, as mulheres foram direcionadas para o mundo doméstico, separadas do contexto de produção do capital. Entretanto, as mulheres, no interior do capitalismo, são percebidas como aquelas que devem ser controladas e disciplinadas para reproduzir as forças de trabalho necessárias para a geração de valor, contribuindo, assim, para a continuação do sistema. Por outro lado, com a luta histórica pela emancipação das mulheres, no século XX e XXI, a partir das pautas de reivindicação desse coletivo em movimentos





políticos organizados e da literatura feminista, vários direitos foram garantidos para esse coletivo. Contudo, o aparecimento desses direitos sob a forma constitucional e jurídica não desencadearam uma ruptura da condição da mulher como um objeto no interior das relações sociais. Isso é evidenciado pela estrutura hierárquica patriarcal e pela realidade colonialista, como apresentado anteriormente. Ainda que se tenha o acesso da totalidade desse coletivo e uma paridade de gênero no mercado de trabalho, essas questões não representam, necessariamente, uma emancipação das mulheres da sua condição de objeto sancionada pelo colonialismo. Em ampla medida, elas são colocadas para o espaço de realização do cuidado, que aparece como uma característica natural da mulher.

Palavras-chave: Cuidado; Exploração; Trabalho; Mulheres.





EXPROPRIAÇÃO DE TERRAS NO VALE DO PINDARÉ NOS DOCUMENTOS DA DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO MARANHÃO (DOPS)

Valeria dos Anjos Reis

Graduanda em Ciências Sociais - Universidade Estadual do Maranhão
valeriadosanjosreis7@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Hugo Henrique da Conceição Costa

Graduanda em Ciências Sociais - Universidade Estadual do Maranhão
hugohenriquecosta22@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Rarielle Rodrigues Lima

Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Maranhão
rariellerodrigues@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os impactos dos conflitos de terras na região do Vale do Pindaré, com foco específico no território do Quilombo Onça, na Fazenda Manguary e a empresa do Grupo Cacique, localizados nas regiões Oeste Maranhense nos territórios de Santa Rita, Santa Inês e Vale do Pindaré. Como metodologia é realizada a revisão de documentos históricos e acadêmicos relacionados ao tema. Isso inclui a análise de arquivos do DOPS-MA e do acervo da Biblioteca Benedito Leite para obter informações sobre os conflitos de terra, suas dinâmicas e o impacto do fim do governo Jango que deu início no aumento dos conflitos por terras no fim do ano de 1963 e início do ano de 1964 noticiado nacionalmente através da negativa da implementação das reformas de base que em uma de suas pautas levantava a questão da reforma agrária no país que, para os financiadores em massa da expropriação de terras no país era extremamente prejudicial para o seu desenvolvimento econômico. Para análise do contexto histórico, buscamos por documentos e arquivos que elucidam os conflitos que facilitaram a expropriação de terras no Estado do Maranhão no período da Ditadura Civil-Militar e nos governos após ela e como essas ações tiveram impactos extremamente violentos por meio da grilagem de terras em municípios do Estado e o financiamento por famílias influentes como a Família Sarney para manter a estrutura de subsistência por meio da exploração de pequenos produtores e apoio dos militares para a construção de espaços políticos favoráveis à exploração. Devido à dificuldade de acesso direto às lideranças que sofreram maior impacto da expropriação de terras, a pesquisa aborda os espaços do Quilombo Onça e do Vale do Pindaré, com o objetivo de obter mais informações diretamente com as lideranças da comunidade, este período de dificuldade de acesso as lideranças se dá no período de janeiro à agosto do ano de 2024 para a análise, porém foram encontrados os documentos que contam a história de luta e resistência do seu Manoel da Conceição uma das lideranças mais proeminentes na luta contra a expropriação que sofre inúmeros atentados a sua vida, chega a ser preso e é exilado do país por ser considerado uma ameaça nacional. Incluímos, ainda, referências bibliográficas, análises de notícias por meio de sites e perfis de redes sociais além da abordagem de grupos de estudos que discutem a origem dos conflitos de terra no Estado, as noções do saber e poder, a estruturação de dominação por meio do sistema capitalista e os meios de controle dos corpos para a manutenção de poder dentro dos impactos sociais e econômicos sobre as pessoas afetadas. A luta pela titulação de terras e o reconhecimento dos crimes de ódio perpetrados pelo Estado que se organizou por meio de ações que até hoje perpetuam como a bancada ruralista e os discursos





da lógica desenvolvimentista. Como objetivo neste campo de pesquisa, deve ser identificado nos documentos do DOPS-MA ações referentes conflitos de terras, expropriação de terras quilombolas e indígenas durante a ditadura civil-militar, ações consideradas de subversão por grupos marxistas-leninistas e o impacto empresarial através das batalhas do saber e poder através de sites e entrevistas dando assim campo para a produção de ações que levem em consideração as ações de interpretação da linguagem da época para a construção de campos e debates para a discussão e construção de práxis para combater o sistema de dominação imposto agressivamente para a população que organizava a sua subsistência por meio de suas terras que foram tomadas a força.

Palavras-chave: Violência; Expropriação; DOPS;





GÊNERO E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A VISÃO DOS PERPETRADORES, INTERNOS NO SISTEMA PRISIONAL MARANHENSE, ACERCA DAS VIOLÊNCIAS QUE PRATICAM

Loyane Ellen Silva Gomes

Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará, Ceará.

E-mail: psiloyanegomes@gmail.com

Defensoria Pública Estadual do Maranhão

Juliana Guimarães e Silva

Pós- Doutora em Saúde Pública pela Universidade do Porto, Portugal.

E-mail: julianaguimaraes@ufc.br

Escola de Saúde Pública do Ceará

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: marcotuliomfc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

RESUMO: O presente estudo oriunda-se da dissertação defendida e aprovada no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina, da Universidade Federal do Ceará. O objetivo da pesquisa foi analisar as repercussões da aplicação do Projeto “Eu&Ela:Repensando Gênero”, desenvolvido em unidades prisionais nas cidades São Luís/MA, Imperatriz/MA e Santa Inês/MA. Trata-se de um estudo de abordagem multimétodo, com ênfase na abordagem qualitativa, ancorado na pesquisa participante. O desenvolvimento do presente estudo ancora-se na necessidade de fortalecer espaços de debate acerca da importância de ações combinadas de prevenção da violência de gênero, defendendo, especialmente, a contribuição de ações preventivas voltadas a quem perpetra e perpetua a violência de gênero como violação de direitos, dano existencial e problema de saúde pública. Para a coleta de informações, utilizou-se um instrumental composto por Questionário Sociodemográfico, processos judiciais presentes no Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) e no Sistema de Inteligência, Informação e Segurança Prisional Penitenciária (SIISP) e, por fim, Relatórios semestrais e Oficinas do Projeto. A Análise das Informações do estudo é composta por dados sociodemográficos, organizados por meio de análise descritiva e provenientes da análise documental realizada com os instrumentais citados anteriormente, tais processos compõem a etapa com abordagem quantitativa do presente estudo. Os resultados encontrados indicam que o gênero masculino é quem majoritariamente perpetra violência de gênero, especificamente por meio de crimes contra a dignidade sexual das vítimas, como por exemplo, por meio do estupro, que totalizou 47 processos judiciais no Estado do Maranhão, seguido de 15 casos de feminicídio identificados no sistema prisional de São Luís - MA. Em contrapartida, o gênero feminino, em fase infantojuvenil, foi identificado como o mais violado por violência de gênero no estado do Maranhão e tinha vínculo parentesco com o perpetrador, havendo como principal vítima aquelas que eram filhas, seguido de enteadas e sobrinhas.

Palavras-chave: Violência Baseada em Gênero; Estupro; Gênero; Defensoria Pública do Estado do Maranhão.





GRUPOS REFLEXIVOS DE GÊNERO COMO FERRAMENTA DE COMBATE E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA PATRIARCAL

Ana Catarina Brito Aires

Graduanda em Psicologia - UFMA
ana.cba@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Gabriel Elyfran Oliveira Bonfim

Graduando em Psicologia - UFMA
gabriel.elyfran@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Polyana Gabriele Rodrigues Leal

Graduanda em Psicologia - UFMA
polyana.leal@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Raimundo Ferreira Pereira Filho

Mestre em Ciências da Educação - Universidade Americana
rffilho@tjma.jus.br
Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

Romulo Saerlle Oliveira Lima

Psicólogo - Uninassau
romulosaerlle@gmail.com
Centro Universitário Maurício de Nassau

RESUMO: Introdução: O patriarcado, uma estrutura social que existe há mais de 2500 anos, permanece muito presente na sociedade atual. Nesse sistema, os homens detêm o poder e o utilizam para dominar e explorar as mulheres. O machismo é a expressão cultural desse patriarcado, que discrimina e desvaloriza as mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Além de submeter as mulheres, o patriarcado impõe um modelo rígido de comportamento para os homens, exigindo que ajam de forma dominante, agressiva e exploradora. Qualquer desvio desse padrão é considerado inferior, sendo associado ao feminino. Esses fatores estão profundamente conectados a uma das maiores questões contemporâneas: a violência doméstica. A violência de gênero é resultado direto desse desequilíbrio de poder entre homens e mulheres, manifestando-se de diferentes formas, como agressões físicas, patrimoniais, psicológicas, sexuais e morais. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006) foi criada justamente para combater esse tipo de violência e proteger as mulheres. A lei impõe medidas como prisão preventiva e ordens de afastamento dos agressores, além de oferecer suporte psicológico e jurídico às vítimas. Além disso, ela também estabelece a criação de grupos reflexivos para os autores de violência, com o objetivo de reeducá-los e conscientizá-los sobre os impactos de suas ações, buscando a prevenção de novas agressões. Dessa forma, a Lei Maria da Penha é um marco essencial na luta contra a violência de gênero e no enfrentamento das estruturas patriarcais que perpetuam essa violência, promovendo não apenas a proteção das vítimas, mas também a mudança de comportamento dos agressores. Os grupos reflexivos, nesse contexto, surgem como espaços de diálogo e transformação. Neles, os homens são incentivados a refletirem sobre suas relações de gênero e vivências cotidianas, buscando reconstruir suas masculinidades de forma mais saudável e responsável. Esses grupos não se limitam a conscientizar os agressores, mas também ultrapassam a lógica de culpa e punição, promovendo a prevenção de novos





episódios de violência. Dessa forma, tanto a Lei Maria da Penha quanto os grupos reflexivos atuam de maneira complementar para transformar as dinâmicas que alimentam a violência de gênero, contribuindo para a construção de relações mais justas e igualitárias. Nessa direção, buscou-se abordar neste estudo a importância desses grupos reflexivos como parte fundamental da estratégia de enfrentamento à violência de gênero, destacando como a reeducação e a reflexão podem efetivamente contribuir para o combate da violência patriarcal. **Objetivo:** Relatar a experiência de acompanhamento dos grupos realizados no primeiro semestre de 2024 na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, Maranhão. Os grupos reflexivos têm como objetivo promover um processo de reflexão e responsabilização dos autores de violência, desconstruindo estereótipos e desigualdades de gênero. Além disso, buscam fomentar o entendimento sobre os impactos da violência, incentivando mudanças comportamentais e emocionais. Por meio de atividades e discussões em grupo, os participantes são incentivados a desenvolver habilidades de comunicação não violenta, autoconhecimento e respeito nas relações, contribuindo para a construção de uma cultura de paz e igualdade. **Metodologia:** Este é um estudo descritivo baseado na observação de dois grupos reflexivos da 1ª Vara da Mulher, realizada por três estagiários. Os encontros ocorrem semanalmente, com duração de cerca de duas horas, facilitados por uma dupla, um homem e uma mulher, em formato não hierárquico. Antes dos encontros, a equipe multidisciplinar faz uma triagem individual para garantir acolhimento e inclusão de participantes. As atividades incluem a observação dos encontros e a elaboração de relatórios sobre a dinâmica, conduta dos facilitadores e participação do grupo. Após os encontros, realizam-se reuniões de supervisão entre facilitadores e observadores para compartilhar percepções e planejar a próxima dinâmica. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, coletando dados das atividades realizadas. **Conclusão:** Ao final do processo, fica evidente a importância desse trabalho na promoção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Durante o percurso, observou-se que muitos homens, ao ingressarem no grupo, demonstravam resistência e reproduziam estereótipos de gênero. No entanto, após alguns encontros, os participantes já começaram a usar a ferramenta da reflexão. Isso ressalta o papel essencial dos grupos reflexivos na criação de novos sentidos e significados para as relações de gênero, na construção das masculinidades e no combate à violência contra as mulheres.

Palavras-chave: Grupo reflexivo; Violência; Gênero.





MAS, ISSO PODE!? BREVES REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA FEMINISTA E DECOLONIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Cidinalva Silva Câmara
Dr.^a em Sociologia - UFS
cidinalvacsnieris@gmail.com
LIESAFRO (NIESAFRO) - UFMA

Rakell Rays dos Anjos Alves
Professora de História (LIESAFRO) - UFMA
prof.rakellrays@gmail.com
Grupo de Estudos Aquilombamente (PGCULT) – UFMA

RESUMO: Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, em conjunto com a Constituição Brasileira de 1988, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão (2013), e as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Básica do Estado do Maranhão de 2012, está legalmente proposto as possibilidades ao direito à educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual. Agregando-se a esses decretos, as exigências contidas nas Lei 10.639/03 atual 11.645/08 ampliam a legalidade de efetivarmos uma educação contra-hegemônica e decolonial. É com base nessas orientações, aprendidas e exercitadas nos Eixos Interdisciplinares do LIESAFRO (Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros) que germinam as nossas práticas pedagógicas na labuta de uma práxis que “Ensine a Transgredir” (bell hooks). O objetivo desse estudo é partilhar reflexões acerca dos atuais desafios da prática pedagógica baseada em intelectuais feministas negras e decoloniais, que visa uma educação crítica para a diversidade, emancipatória, antirracista e de uma práxis libertadora. Partindo dos diálogos com Djamila Ribeiro, Jurema Werneck, Nilma Lino Gomes, Petronilha Beatriz e Sirlene Mota, realizamos um estudo de caso com discentes do ensino básico acerca do debate sobre o que é e quem pode ser feminista. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, durante as aulas da disciplina de História. O instrumento da coleta de dados utilizado foi um questionário virtual, diálogos de sondagem, rodas de conversas e um diálogo aberto entre estudantes do 7º ano do ensino básico na escola da rede privada Dom Orion, instalada na região metropolitana de São Luís. Os resultados apontam para os complexos e atuais desafios das ensinanças sobre raça, gênero, feminismos e direitos das mulheres em meio ao contexto da emergência infectuosa do bolsonarismo e das Fake News. Também ratificamos a necessidade e urgência de efetivação das legislações orientadoras por meio de ações coletivas e intervencionistas do corpo pedagógico para promover a educação que incentive o pensamento crítico, a análise de questões sociais e a reflexão sobre valores e ética, como apresenta a BNCC (2017).

Palavras-chave: Bolsonarismo; Educação Emancipatória; Escola; Feminismo Decolonial.





MATERNIDADE E MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE SOBRE OS DESAFIOS PARA A MULHER-MÃE NO AMBIENTE PROFISSIONAL

Gizelle Costa Azevedo

Bacharel em Serviço Social - Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF)
gizelleazevedo34@gmail.com

Katiana Souza Santos

Mestrado em Cultura e Sociedade – Pgcult/ UFMA
katianasouzasantos@gmail.com
Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF)

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo, analisar os desafios que a mulher encontra no ambiente profissional após tornar-se mãe; refletindo sobre os impactos pessoais, econômicos e sociais que perpassam a trajetória histórica da mulher na sociedade, que além de outros papéis desempenhados no ambiente privado, agora está inserida na seara pública e também é mãe. O percurso metodológico adotado para a coleta de dados é a pesquisa bibliográfica, com abordagens teóricas de autores que se debruçam sobre a temática em questão como: Bárbara Ferrito, Flávia Biroli, Pierre Bourdieu, entre outros, além de contar com buscas em revistas eletrônicas e plataformas de textos acadêmicos através do Google Acadêmico e SciELO somados com as fontes de estatísticas do IBGE e da Fundação Getúlio Vargas que envolvem o mundo do trabalho e da maternidade, o que trarão mais notoriedade para o estudo. Em virtude disso, apresentamos a realidade cotidiana da mulher, trabalhadora e mãe que está “amparada pela lei”, que entre tantas existentes, traz o enfoque para a licença-maternidade, lei que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943 e a percepção que a mulher tem ao retornar para o ambiente profissional após a tirada do direito em questão, acompanhada por estudos referentes ao assédio moral no ambiente profissional que refletem para as evidentes desigualdade de gênero e assim, identificar as políticas públicas e empresariais que contribuem para o avanço e permanência da mulher no mercado de trabalho em razão da maternidade. Conclui-se que, embora esteja sinalizado inúmeros avanços atualmente, seja na esfera nacional ou internacional, ainda são perceptíveis muitos retrocessos advindos, sobretudo, de uma estrutural patriarcal que está arraigada na sociedade, as mulheres ainda são submetidas a cenários de discriminação por sua condição de mulher, mãe e trabalhadora. Torna-se imperioso que os desafios que perpassam o ambiente profissional da mulher-mãe sejam pontos essenciais para provocar diversos debates, a fim de que a situação das mulheres no ambiente laboral seja vista como primordial para o avanço da sociedade. As transformações ocorridas na sociedade tornaram-se propícias para uma maior participação da mulher no mundo do trabalho e isso representa avanços significativos. Bruschini e Lombardi (2003), destacam que a ascensão feminina no mercado de trabalho se deram não somente em decorrência das necessidades econômicas e das oportunidades que o mercado oferecem em si, mas em maior parte por influência das mudanças demográficas, culturais e sociais pelas quais transcorreram o país, atingindo as mulheres e as famílias brasileira. Além disso, as autoras citadas explicam que, isso pode ser justificado pela redução no número de filhos e pelo aumento do número de famílias que são chefiadas por mulheres, o que significa dizer que houve uma quebra nos padrões culturais e papéis sociais atribuídos a mulher historicamente. Evidentemente que, a maternidade se apresenta como a construção de uma nova realidade na história de vida da mulher, contudo, as mudanças que ocorrem estão para além do critério pessoal e familiar. O desenvolvimento no ambiente profissional, econômico e social também serão afetados em detrimento dessa nova fase. A autora Flávia Biroli (2018, pág. 111) confirma tal assertiva, ao enfatizar que “a Maternidade é um fator que reduz a autonomia





relativa, individual e coletiva das Mulheres”. Dessa forma, entende-se que, as novas configurações do sistema capitalista de produção possuem entre outras características marcantes: exigem exclusividade e novas formas de adaptabilidade, os quais são provenientes das grandes transformações sociais e econômicas ocorridas no século XX. À medida em que ocorrem novas mudanças de um mundo industrializado para uma sociedade globalizada, informatizada e tecnológica, os perfis dos trabalhadores também serão perceptíveis nesse percurso. Assim, a cadeia produtiva será impactada e a fragmentação dela envolverá novas características nos postos de trabalho e, adquirir habilidades fará parte dessa dinâmica a qual os trabalhadores estão inseridos e garantir o então emprego (Wünsch Filho, 2004).

Palavras-chave: Maternidade; Mercado de trabalho; Mulher; Desafios.





MOBILIDADE URBANA E DESIGUALDADE DE GÊNERO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: REFLEXÕES ACERCA DA LEI Nº 7.122/2023 DO PLANO DIRETOR DE SÃO LUÍS – MA

Julianne Tavares da Silva de Carvalho

Mestranda da Pós Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult - UFMA

juliannetscarvalho@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Ana Caroline Amorim Oliveira

Professora Doutora de Pós Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult - UFMA

ana.caroline.oliveira@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Rarielle Rodrigues Lima

Professora Doutora de Pós Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult - UFMA

rarielle.rodrigues@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

RESUMO: Em 2023 foi aprovado o novo Plano Diretor da cidade de São Luís - MA e com isso, algumas temáticas como a mobilidade urbana e a desigualdade de gênero são levantadas para a elaboração de projetos, leis e outras diretrizes que tangem o desenvolvimento urbano. A problemática da violência de gênero, resultante de um sistema cisheteropatriarcal, e a ausência de uma mobilidade urbana de qualidade são desafios que atingem diretamente a população e devem ser analisadas cuidadosamente. Com isso, esta pesquisa investigou como a desigualdade de gênero se faz presente dentro do contexto urbano de São Luís – MA, tendo como panorama a mobilidade urbana diante da aprovação da lei nº 7.122/2023 do Plano Diretor. Para isso foi necessário fazer uma pesquisa bibliográfica de autores como Gonzalez (2020), Berth (2023), Lerner (2022), Kern (2021), Butler (2015), Lerner (2019), Akotirene (2019), entre outras, relacionando seus conceitos com a Lei nº 7.122/2023 que tange o Plano Diretor, e também com a Lei nº 6.292/2017 que aborda a mobilidade urbana de São Luís - MA. Além disso, foram analisados pontos como segurança, acessibilidade, transporte coletivo e planejamento urbano, contextualizando-os com a cidade de São Luís. Esse estudo proporcionou reflexões sobre o sistema de opressão patriarcal, mostrando os mecanismos muitas vezes sutis desse sistema que refletem a forma desigual que homens e mulheres vivenciam a cidade através da mobilidade urbana. A pesquisa também mostrou a importância da compreensão de um Plano Diretor para uma cidade, e que, atrelá-lo à estudos interseccionais de gênero é uma possível solução para a construção de uma cidade mais segura e acolhedora para todos.

Palavras-chave: Mobilidade urbana; Gênero; Plano Diretor; São Luís - MA.





NA ROTA DO “CUIDADO DE SI”: MENINOS E SOCIABILIDADES NO SUBÚRBIO LUDOVICENSE NO COMEÇO DO SÉCULO XXI

Sérgio César Corrêa Soares Muniz

Doutor em Ciências Sociais (UFMA) e Professor de Sociologia
munizscs@gmail.com
SEDUC/MA

RESUMO: Este trabalho consiste em um ensaio cuja pretensão é mergulhar nas águas profundas de uma infância que hoje figura nas reminiscências de um corpo que cresceu em um dos muitos subúrbios de São Luís, capital do estado do Maranhão. Nesse *mergulho* que, para contrariar as ortodoxias de parte das Ciências Humanas, chamarei de abordagem metodológica, há um reencontro com atores sociais, contextos e gramáticas expressivas e estruturantes do jogo de certas relações de gênero, da constituição de sexualidades, sobretudo de masculinidades formadas a partir de processos de socialização e subjetivação específicos daquele microcosmo social. Pretendo recuperar uma infância vivida por meninos de classe média baixa, com diferentes configurações familiares e relações interraciais, situada no início dos anos 2000, nas ruas, avenidas e espaços de vizinhança da Cohab-Ani I, bairro criado no final dos anos de 1970 pela extinta Companhia Habitacional do Estado do Maranhão (COHAB-MA), localizado no encontro das avenidas Jerônimo de Albuquerque e São Luís Rei de França. Desse cenário, narro alguns acontecimentos pelos quais é possível acompanhar as desventuras de alguns garotos (em todo seu potencial interseccional) e da constituição de suas masculinidades. Nesse sentido, o objetivo desta reflexão é revisitar algumas experiências significativas vividas entre meninos e jovens cisgênero a partir de suas trocas afetivas e relações de vizinha e colocar em análise as configurações dessas relações. Nesse movimento, o estabelecimento de um diálogo crítico com autores como Benjamin (1986), Foote Whyte (2005), Foucault (1988) e Perlongher (1987) abriu possibilidades para (re)nomear e (re)designar certos acontecimentos. Nesses intelectuais é possível encontrar elementos para amadurecer a discussão proposta, uma vez que neles estão contidas questões referentes à constituição de nossas experiências históricas, às sociabilidades da vida urbana, aos mecanismos envolvidos nos processos de constituição da subjetividade e das intercorrências entre identidade gênero e sexualidade, elementos que compõem muitas infâncias na chamada vida urbana.

Palavras-chave: Cuidado de si; Infância; Masculinidade; Vida Urbana.





OS DILEMAS ÉTICOS DO (A/E) PSICÓLOGO (A/E) FRENTE A MULHER ALVO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Jaine Rafiza Nunes Costa

Graduanda em Psicologia – UNDB
Graduanda em Letras - UNINASSAU
rafizanunes@outlook.com
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco

Lanna Thereza Costa Silva

Graduanda de Psicologia - UNDB
Neveslanna108@gmail.com
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco

Thaís Drielle Louzeiro Privado

Mestre em Psicologia - PPGPSI/UFMA
thaisaprivado@gmail.com
Centro de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

RESUMO: A violência doméstica contra a mulher cisgênero é uma violação dos direitos humanos e frequentemente resulta em um grande número de casos registrados pela Justiça brasileira em um curto período de tempo, afetando não apenas o bem-estar físico e psicológico das vítimas, mas também suas relações sociais e familiares. Caracterizada pelo uso de força ou poder para submeter e controlar, essa forma de violência resulta em danos físicos, emocionais e, em casos extremos, até em morte. Portanto, é um problema que ultrapassa o âmbito privado, exigindo a atenção de várias esferas da sociedade, como saúde pública, segurança e sistema jurídico. Nesse cenário, o papel do psicólogo é fundamental, pois a intervenção psicológica pode ser uma ferramenta essencial para a recuperação emocional e para a quebra do ciclo de violência. Entretanto, a atuação dos psicólogos não está isenta de dilemas éticos. O Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece princípios como o sigilo e o respeito à autonomia da paciente, que podem entrar em conflito em situações de violência. Por exemplo, surge a questão de até quando o sigilo deve ser mantido quando a vida da paciente está em risco, ou quando a mulher resiste a romper com o agressor, mesmo em situação de perigo. Essa complexidade demanda que os psicólogos reflitam sobre como equilibrar o respeito à autonomia da vítima com a necessidade de garantir sua integridade física e emocional. Além disso, a violência doméstica é um fenômeno enraizado em questões culturais e sociais, frequentemente ligadas a estereótipos de gênero e desigualdades. Os psicólogos, portanto, precisam manter uma postura ética e apropriada, superando seus julgamentos pessoais e focando nas necessidades da mulher cisgênero. Essa postura requer um preparo específico, tanto teórico quanto prático, para desenvolver habilidades que permitam uma abordagem empática e resolutiva. A violência doméstica também é uma questão de saúde pública e política social, exigindo uma abordagem coordenada entre diversas áreas, como psicologia, serviço social, direito e saúde. O trabalho do psicólogo deve ir além do atendimento clínico individual; é necessário envolver-se em iniciativas de prevenção e em políticas públicas que visem à erradicação da violência e à proteção integral das vítimas. Nesse sentido, a Lei nº 13.718, de 2018, que estabelece o aumento das penas para crimes de violência contra a mulher, exemplifica a necessidade de uma atuação integrada e rigorosa. Dessa forma, o objetivo central do presente trabalho foi destacar como os psicólogos devem abordar as complexas questões socioculturais relacionadas à violência, explorando os dilemas éticos e as melhores práticas para oferecer suporte eficaz e sensível às vítimas. Por fim, a metodologia deste estudo foi predominantemente qualitativa e exploratória, fundamentada em





uma uma revisão narrativa da literatura sobre a atuação ética do psicólogo em casos de violência doméstica contra mulheres cisgênero, considerando a especificidade das experiências e vulnerabilidades desse grupo. Em suma, o artigo aborda os principais dilemas éticos enfrentados pelos psicólogos ao atender mulheres vítimas de violência, ressaltando os desafios que surgem na prática e como a psicologia pode colaborar de forma construtiva para superar esse grave problema social. Além disso, propõe também uma reflexão sobre a importância de desenvolver competências éticas e técnicas específicas, permitindo que os psicólogos atuem de forma eficaz e comprometida com os direitos humanos e o bem-estar das mulheres em situação de vulnerabilidade. A conclusão reafirma a importância da psicologia no enfrentamento da violência doméstica, ressaltando a necessidade de uma atuação ética e comprometida que promova a segurança e a dignidade das mulheres cisgênero.

Palavras-chave: Mulher; Vulnerabilidade; Dilemas éticos; Psicóloga (o/e);





PATRIARCADO, VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL E A INVISIBILIZAÇÃO DAS MULHERES NO PODER POLÍTICO

Natalia Cristina Da Silva Almeida

Graduanda em Ciências Sociais - UEMA
natykrys@hotmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Filipe Santos Muniz

Graduando em Ciências Sociais - UEMA
fmuniz3001@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Paulina Santos Machado

Graduanda em Ciências Sociais - UEMA
paulinasantosmachado@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Rarielle Rodrigues Lima

Doutora em Ciências Sociais - UFMA
rariellerodrigues@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: A estrutura patriarcal que permeia as instituições políticas e públicas limita o acesso das mulheres ao poder, sustentando uma ordem social que silencia e invisibiliza suas vozes. A partir de uma revisão bibliográfica narrativa e de análise de mídias sociais e séries, pretendemos discutir sobre patriarcado, violência institucional e invisibilidade política. Segundo Pierre Bourdieu em a Dominação Masculina, o patriarcado opera como uma violência simbólica que naturaliza a submissão feminina, internalizando estereótipos de gênero que perpetuam a exclusão das mulheres das esferas de decisão política. Na política, isso se manifesta através da exclusão das mulheres de esferas decisórias, a deslegitimação de suas vozes e a minimização de suas contribuições. A estrutura política e administrativa é predominantemente dominada por homens, que muitas vezes definem as normas e os critérios de liderança. Essa configuração resulta na invisibilidade das mulheres, não apenas em cargos de poder, mas também em processos de elaboração de políticas que impactam diretamente suas vidas. Heleieth Saffioti e Marcella Uceda Betti destacam que a violência contra as mulheres não se limita ao físico, mas é institucionalizada, exercida pela própria estrutura do Estado e da política. Essa violência institucional invisível, muitas vezes legitimada por discursos aparentemente neutros, reforça as desigualdades de gênero. As instituições, sendo construídas sob o viés masculino, reproduzem práticas que relegam as mulheres a papéis secundários, impedindo sua plena participação no poder. No campo da política, essa invisibilização é evidente na dificuldade que as mulheres enfrentam para serem eleitas, ocuparem cargos de liderança ou mesmo terem suas demandas reconhecidas. A obra *The Handmaid's Tale* oferece um espelho distópico dessas dinâmicas, mostrando como a opressão patriarcal pode se consolidar em níveis extremos, transformando as mulheres em objetos de poder e controle. É crucial considerar a interseccionalidade ao abordar a questão da invisibilidade das mulheres no poder político. As experiências de mulheres não são homogêneas; fatores como raça, classe, orientação sexual e deficiência impactam significativamente suas realidades. Mulheres negras, indígenas e de baixa renda, por exemplo, enfrentam barreiras adicionais que dificultam ainda mais seu acesso ao poder. O reconhecimento dessas múltiplas camadas de opressão é essencial para criar políticas inclusivas que





considerem as diversas necessidades e vozes presentes na sociedade. Essa abordagem interseccional ajuda a destacar que a luta pela igualdade de gênero deve ser integrada a outras lutas sociais, promovendo um entendimento mais amplo das desigualdades. A mídia também desempenha um papel fundamental na formação de percepções sobre as mulheres na política. A forma como as mulheres líderes são retratadas pode reforçar estereótipos negativos ou, ao contrário, contribuir para a construção de modelos positivos de liderança. Campanhas publicitárias, cobertura midiática e a representação em filmes e séries influenciam a opinião pública e podem impactar a disposição da sociedade em aceitar mulheres em posições de poder. A promoção de imagens positivas e diversas de mulheres na liderança é um passo importante para desafiar normas patriarcais e incentivar a participação feminina. Além das barreiras institucionais e culturais, a normatização de comportamentos em ambientes políticos pode criar um ciclo vicioso que desestimula a participação das mulheres. Muitas vezes, as normas sociais estabelecem que as mulheres devem ser mais submissas ou menos assertivas, o que é incompatível com o que é esperado de um líder político. Para superar esses obstáculos, a criação de redes de apoio é fundamental. Essas redes podem fornecer mentorias, formação em liderança e espaços para compartilhar experiências e estratégias de enfrentamento, ajudando a construir a confiança e a resiliência necessárias para navegar no ambiente político. O patriarcado não apenas impede a presença das mulheres no poder político, mas também as exclui de debates e decisões fundamentais, perpetuando uma estrutura social que favorece a dominação masculina em todas as esferas públicas e privadas. A luta contra o patriarcado e a violência institucional é, portanto, fundamental para garantir a visibilidade e a participação plena das mulheres no poder político. Ao enfrentar essas questões de forma coletiva, é possível construir um futuro mais igualitário, onde a diversidade de vozes contribua para a criação de políticas que atendam a todas as partes da sociedade. A mudança é possível, mas exige comprometimento e ação conjunta de todos os setores da sociedade, transformando a política em um espaço verdadeiramente inclusivo e representativo.

Palavras-chave: Patriarcado; Invisibilidade; Violência; Gênero.





PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS E GESTORES SOBRE O ATENDIMENTO ÀS MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NA REGIÃO NORTE

Rayane Sobrinho de Sousa

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA

rayane_sobrinho@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Rodrigo Natan do Nascimento Almeida

Graduando em Psicologia - UFMA

rodrigo.nna@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Carla Michelle Rodrigues Abreu

Mestranda em Saúde Coletiva - UFMA

cmichellera@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Iago Araujo de Sousa

Graduando em Enfermagem - UFMA

iago.sousa@discente.ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

Sara Fiterman Lima

Professora Dra. colaboradora do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva - UFMA

Sara.fiterman@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Introdução: Os fenômenos migratórios são considerados determinantes sociais que possuem diferentes impactos na saúde das populações em deslocamento. Nesse processo, mulheres e meninas migrantes estão expostas a diferentes tipos de violências, devido ao acúmulo de vulnerabilidades advindas do conjunto e articulação de diferentes marcadores sociais que as caracterizam. **Objetivo:** Analisar a percepção de profissionais e gestores sobre os dificuldades e estratégias utilizadas no atendimento de mulheres migrantes venezuelanas vítimas de violência. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizado no recorte de um estudo multicêntrico intitulado: Necessidades e desafios relativos à saúde sexual e reprodutiva de mulheres adultas e adolescentes migrantes. A amostra foi do tipo intencional, com profissionais e gestores que atuam na assistência à saúde de mulheres e migrantes venezuelanas em Manaus e Boa Vista. Os dados foram coletados por entrevistas individuais semiestruturadas, no período de fevereiro a setembro de 2021, e analisados através da Análise de Conteúdo. **Resultados:** Foram entrevistados 39 participantes, sendo 8 profissionais e 11 gestores de Boa Vista, e 3 profissionais e 17 gestores de Manaus, sendo no total 31 mulheres e 8 homens, com idade entre 22 a 67 anos, atuantes no setor público, Organizações Não Governamentais e Agências Internacionais, com período de atuação com mulheres migrantes entre 6 meses e 10 anos. Os dados foram organizados em três categorias: (1) Violências sofridas durante o processo migratório, em que os profissionais relataram atender mulheres migrantes venezuelanas que experimentaram diversas formas de violência durante o processo de migração, incluindo abandono por seus cônjuges, estupros, exploração sexual e agressões físicas. Essa violência persiste após a chegada ao Brasil, especialmente em abrigos, onde são frequentemente registrados casos agressões físicas por parte dos parceiros destas mulheres, tráfico de pessoas, além de





violência sexual, que muitas vezes resulta em gestações indesejadas e contaminação de ISTs; (2) Dificultadores de atendimento, em que foi identificado que muitas mulheres não denunciam seus violentadores quando estes são seus parceiros e pais dos seus filhos. A falta de conhecimento sobre onde realizar as denúncias, aliada a falta de divulgação e discussões sobre direitos da mulher e violência de gênero, onde recorrer em casos de violência, além dos casos de revitimização promovidas por profissionais da assistência, difícil acesso ao aborto legalizado, foram identificadas como importantes dificultadores do atendimento; (3) Estratégias para superação, onde foram observadas diferentes ações que são realizadas junto às migrantes como: criação de abrigos específicos para mulheres; promoção Workshops para profissionais de saúde sobre violência de gênero; articulação e parcerias entre a rede de saúde municipal e estadual com Organizações que trabalham com atendimento e direcionamento de vítimas de violência de gênero; e ações educativas para promover o empoderamento de mulheres. **Conclusão:** O atendimento às mulheres migrantes venezuelanas vítimas de violência apresenta múltiplas barreiras, sendo um processo desafiador que exige melhorias em diversos aspectos. As estratégias implementadas, como a criação de abrigos específicos e a articulação entre diferentes serviços assistenciais, mostram-se importantes para mitigar alguns desafios, mas persiste uma demanda por ações mais integradas e eficazes para garantir um suporte adequado e uma resposta mais abrangente às necessidades dessas mulheres em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Violência contra a Mulher; Saúde de Migrantes; Vulnerabilidade Social.





POLÍTICA, EDUCAÇÃO E GÊNERO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Katiana Souza Santos

Mestra em Cultura e Sociedade – PGCult – Universidade Federal do Maranhão, UFMA, Brasil

katianasouzasantos@gmail.com

Instituto de Ensino Superior Franciscano, IESF

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

Doutora em Filosofia - Universidade de São Paulo, USP, Brasil

zilmara.jvc@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão, UFMA

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir a relação entre política, educação e gênero no contexto da construção das políticas educacionais brasileiras, a partir do recorte do debate de gênero e sexualidade. Como proposta metodológica o trabalho aqui apresentado, parte da revisão de literatura, utilizando a pesquisa bibliográfica como fonte para a coleta de dados. A análise aqui proposta baseia-se na proposta metodológica foucaultiana que se apresenta como uma investigação árdua, que tenta identificar indícios nos fatos desconsiderados ou apagados no curso da história tradicional. Tal perspectiva nos auxilia na análise dos enunciados e das formações discursivas como uma construção histórica. (Foucault, 1993, p. 22). Ainda usaremos o conceito de discurso produzido por Foucault (2011), que considera o discurso como um acontecimento num dado momento, composto de elementos diversos que exprimem estruturas e relações de poder. Ainda é importante destacar outra categoria que pauta o estudo aqui apresentado, a citar: gênero. Compreendemos que gênero está direcionado para a desconstrução dos pressupostos binários que pautaram os primeiros estudos de gênero, Butler (2003) afirma ser impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais das quais elas são produzidas e mantidas. Entendemos avanço das investidas conservadoras nos espaços das políticas públicas tem sido ampliado nos últimos anos, especialmente quando evidenciamos temas progressistas como os debates sobre diversidades nas diferentes políticas sociais. No que tange ao processo de organização da educação no país, pudemos observar debates e disputas em diversos campos de poder que culminaram na organização da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Surgem como inquietações que ainda estão em fase de problematização: Quais impactos das mudanças aprovadas no texto da BNCC, considerando o contexto político de organização, nos debates sobre sexualidade e gênero nas estratégias educacionais? Como a distorção na relação público/privado contribuiu para o avanço do conservadorismo sobre a agenda educacional brasileira? Que relações de fomentos das ideias conservadora são percebidas com a crise moderna entre o público e o privado? Que conceitos fundamentais solidificam as pautas do movimento conservador no país? Identificamos neste contexto o surgimento de movimentos sociais como o Projeto Escola Sem Partido, Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua que defendem um pensar mais tecnicista e menos afeito às liberdades e justiça social. No mesmo passo identificamos propostas como *homeschool* e militarização da educação como saídas do projeto conservador para um possível inimigo comum à toda sociedade, a saber: o





comunismo/socialismo⁸ e as ideologias de gênero. A implementação da BNCC⁹ está alinhada com a construção do novo ensino médio¹⁰ com ações políticas que interferem diretamente nos processos de aprendizagem. As construções que perpassam o chão da escola a partir das normativas e silenciamentos dos documentos oficiais sobre gênero e sexualidade têm sido chaves de leitura para a elaboração de estratégias de enfrentamento e de construções de debate na escola. Chama-nos atenção a investida da pauta conservadora nos debates que aconteceram nos órgãos deliberativos e consultivos quando da organização do texto da BNCC, que culminaram na ocultação destes temas, em sua versão definitiva.

Palavras-chave: Política; Educação; Gênero; Sexualidade.

⁸ São colocadas num mesmo patamar dois conceitos distintos como o comunismo e socialismo. Demonstrando o erro de compreensão histórica, política e filosófica de quem o propõe.

⁹ A Base Nacional Comum Curricular foi instituída pela Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017. O Novo Ensino Médio (Brasil, 2017b).

¹⁰ A Lei nº 13.415 de 2017 (Brasil, 2017a) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino médio (Brasil, 1996).





POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ELABORAÇÃO DAS BASES CURRICULARES DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO MARANHÃO

Hayanne Galvão Pereira Alves

Mestranda- UFMA

hayanne.galvao@discente.com.br

Universidade Federal do Maranhão

Fábio Azevedo Palácio

Doutor – USP

Fabio.palacio@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: De acordo com a Lei de Execução Penal (LEP), as internas do Sistema prisional brasileiro possuem direito à educação básica, ao ensino profissionalizante e à formação universitária. No entanto, na prática, o acesso a essas oportunidades é limitado, por conta das condições precárias do Sistema Prisional brasileiro. Com base nas informações divulgadas no Relatório de Informações Penais (RELIPEN) referente ao último semestre de 2023, existem 13.253 internas matriculadas no ensino formal, dentre essas 256 estão no Sistema Prisional maranhense. Com base nessas informações, a presente pesquisa tem como objetivo propor possíveis contribuições da perspectiva de gênero na elaboração das bases curriculares do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade no Maranhão. Considerando os desafios enfrentados pelo sistema prisional e a importância da educação como ferramenta de empoderamento, transformação e reintegração social, o estudo se propõe a explorar como a inclusão de uma abordagem orientada pela perspectiva de gênero pode contribuir de forma significativa para o aprimoramento e a efetividade das políticas educacionais para a população carcerária. Inicialmente, é traçado um breve panorama sobre as diretrizes e bases legais que regem o sistema prisional brasileiro; com o objetivo de conhecer mais as leis do campo em que as internas encontram-se inseridas. Em seguida, o Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Maranhão é analisado e por fim, discute-se como a perspectiva de gênero pode contribuir para a criação de conteúdos e metodologias que promovam o empoderamento, a autonomia e a equidade de gênero, tanto dentro quanto fora do ambiente prisional. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica e na análise de documentos oficiais, permitindo uma compreensão aprofundada a respeito das possíveis intersecções entre gênero e educação no contexto prisional maranhense. A conclusão aponta que a inclusão da perspectiva de gênero nas bases curriculares pode resultar em uma educação mais inclusiva e eficaz, que favorece a reintegração social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Educação; Bases curriculares; Perspectiva de gênero.





PRODUZINDO VIDAS: A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS PRETAS EM UM ESTADO NECROPOLÍTICO E DE EXCEÇÃO

Matheus Diniz Campelo

Bacharelado em Psicologia - UFMA
matheus.campelo@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Segundo Abdias de Nascimento(2016), a colonização deixou marcas profundas nos territórios submetidos a um sistema escravocrata que tem em sua estrutura o racismo como um dispositivo imprescindível para domínio e controle dos corpos dos sujeitos oriundos das comunidades originárias, bem como mulheres e homens das Áfricas. No Brasil, ainda segundo Nascimento(2016) e Clóvis Moura(2019), as consequências desse processo podem ser vistas nas desigualdades socioeconômicas persistentes, nas estruturas de poder e nas dinâmicas raciais, que colocam as pessoas pretas em um espaço de desumanização e de objetificação. Esse cenário persistente pode ser analisado de maneira crítica a partir da perspectiva dos conceitos político-filosóficos como Necropolítica, de Mbembe(2018), e Estado de Exceção, de Agamben (2004), uma vez que estas concepções procuram evidenciar as políticas de Estado que, repetindo o sintoma colonial e racista, produzem condições precárias de vida e, por consequência, a morte a partir da destituição e fragilização dos direitos humanos das pessoas vulnerabilizadas, em sua maioria preta. Sendo assim, conforme Picetti e Oliveira(2020), desenvolver a Orientação Profissional(OP) no contexto social surge no horizonte enquanto um dispositivo disruptivo a este Estado vigente, uma vez que pode ser considerada uma política de vida, onde, por meio da OP, estes sujeitos resgatam de forma crítica novas perspectivas de futuro que lhe foram roubadas, além de construir sentidos à sua existência como forma de resistência às estruturas que produzem mortes. A OP auxilia os sujeitos na construção de projetos de vida, permeada pela garantia de direitos à educação, à saúde, à informação, ao trabalho e, por consequência, à vida. Nesta perspectiva, o presente artigo visa refletir o impacto positivo da orientação profissional para pessoas pretas, confrontado assim um Estado Necropolítico e de Exceção. Para tanto, recorreu-se a um levantamento bibliográfico com a encruzilhada de pensamentos de Abdias de Nascimento, Clóvis, Mbembe, Agamben, Picetti e Oliveira, entre outros. A partir de uma abordagem qualitativa, busca-se analisar as várias camadas que atravessam a problemática complexa apresentada. Sendo assim, em nota conclusiva, podemos reafirmar a importância e a necessidade de evidenciar a Orientação Profissional como dispositivo indispensável para construção de uma sociedade democrática, onde as políticas se voltam para a reafirmação da vida dos sujeitos em contraposição às políticas que produzem morte.

Palavras-chave: Orientação Profissional; Necropolítica; Estado de Exceção; Racismo.





RELAÇÕES DE GÊNERO E UNIVERSIDADE: FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO E GARANTIA DE DIREITOS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Neuzeli Maria de Almeida Pinto

Doutorado em Teoria e Pesquisa do Comportamento – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Neuzelipinto2609@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Giovanna Barbosa Soares

Graduanda em História – Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Giovannasoares1620@gmail.com

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

RESUMO: A presente pesquisa analisou a estruturação e a reprodução das relações de gênero na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), relacionando-as às ações e construção do debate de gênero no contexto acadêmico. Para tanto, verificou-se a adoção de práticas político-pedagógicas pela universidade na prevenção e no combate às violências de gênero, ressaltando aspectos interseccionais à realidade das mulheres. Assim, foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) voltados para a temática de gênero, a fim de efetivar um estudo reflexivo sobre a vivência das mulheres no meio acadêmico, destacando o modo como a universidade vem se posicionando no combate e na prevenção à violência de gênero no espaço universitário. A metodologia do presente estudo consistiu em uma pesquisa quali-quantitativa, sendo realizado um levantamento acerca das condições que envolvem as relações de gênero e identificação de ações no campo de políticas públicas referentes ao combate às desigualdades e violências de gênero. Desse modo, o estudo foi desenvolvido na UEMA e se baseou na pesquisa bibliográfica, referenciando autoras que utilizam a categoria gênero como pressuposto teórico, a exemplo de Joan Scott (1989), Heleieth Saffioti (1987) e Gerda Lerner (2019), perpassando temas como a formação histórica do gênero, patriarcado e opressão, construção de uma consciência feminista, interseccionalidade, estereótipos, violência de gênero e discriminação dentro da universidade, visando compreender as causas, consequências e persistências da opressão feminina no meio acadêmico, além da pesquisa documental e de campo. Nesse sentido, foram analisados os projetos político-pedagógicos de determinados cursos (CCSA e CECEN), projetos de pesquisa, extensão, grupos de estudos e grade curricular que estejam atreladas à discussão de gênero. Por conseguinte, foram analisadas as diretrizes e ações do Comitê de Prevenção e Combate à Violência de Gênero da UEMA, a fim de compreender de que forma a Universidade vem se posicionando no tocante aos problemas intrínsecos às mulheres a partir de ações político-pedagógicas preventivas e combativas, fomentando discussões acerca do tema. Por fim, a presente pesquisa constatou uma quantidade tímida de grupos de estudos que abordam as relações de gênero e uma defasagem em relação ao debate da temática na universidade, tanto na grade curricular quanto nas práticas políticas atreladas à questão de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Universidade; Práticas político-pedagógicas; Desigualdade.





SER MULHER, MÃE E ESPOSA: OS DISCURSOS SOBRE O SER FEMININO NO TRIBUNAL EPISCOPAL DO MARANHÃO COLONIAL TÍTULO DO TRABALHO

Yanka Karinna Viana de Souza

Mestranda em História – Universidade Federal do Maranhão
yankakarinna@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

Mestre e Doutora em História – Universidade Federal Fluminense
pollyannagm@yahoo.com.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A ideia para a elaboração deste projeto de pesquisa surgiu a partir do trabalho realizado junto ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC), sob a orientação da Professora Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz. O projeto intitulado: “OS LEIGOS E A JURISDIÇÃO EPISCOPAL: catolicismo e reforma de costumes no Maranhão colonial” compunha linha de pesquisa versa sobre leigos¹¹ e as questões de gênero no escopo documental do século XVIII. Essa linha de pesquisa subsidiou a elaboração do projeto intitulado “SER MULHER, MÃE E ESPOSA: os discursos sobre o feminino no Tribunal Episcopal do Maranhão Colonial”, como o objetivo de focar nos processos contra mulheres no século XVIII. Não se fez colonização sem a presença da Igreja, ou seja, uma colonização que também foi realizada no âmbito espiritual. Portanto, a presente pesquisa tem o propósito de investigar a repressão aos leigos nos tribunais eclesiásticos na América Portuguesa Pós-Concílio de Trento¹² e, a partir da ótica das mulheres, as questões de gênero e os discursos morais sobre o ser feminino. Logo, as mulheres, assim como os demais segmentos da sociedade maranhense que não fizeram votos sacros, entravam na denominação de leigos, assim, sendo elas objeto de interesse desta pesquisa.

¹¹ “Concílio de Trento (1545-163) foi o 13º Concílio da Igreja católica, ocorrido na Itália, Reforma Católica em reação à Reforma Protestante, convocado pelo Papa Paulo III para afirmar a unidade da fé e disciplina da Igreja: “He do vosso beneplácito que para louvor e glória da santa e individual Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, para aumento da fé e religião Christa, para extirpação das heresias, para paz e união da Igreja, para reformação do clero e povo christão e para abatimento e extinção dos inimigos do povo christão, se determine e declare que o sagrado e geral Concilio tridentino começa e está principiado? Responderão. He do nosso beneplacito.” Cf. O sacrossanto, e ecumênico concílio de Trento em latim, e português. Lisboa: Francisco Luiz Ameno, 1786, tomo I, p. 37. Com essas palavras abriu o Concílio, como mencionado, com o objetivo de combater as heresias (doutrinas contrárias a da Igreja) que na época estavam destruindo a unidade da fé cristã católica. As reformas internas tiveram como centro o papado, o episcopado e o clero. As deliberações feitas no 13º Concílio geraram instituições religiosas e políticas. Em Portugal, antes da realização do Concílio já se tinha o planejamento de uma reforma da Igreja pela necessidade do reforço doutrinário espiritual, comportamental e disciplinar para a sustentação do poder do monarca como afirma Amélia Polónia, dessa forma, com o Concílio em Portugal os sacramentos passam a ser mais rígidos pois o batismo, as confissões, o matrimônio, a eucaristia se fortaleceram como peças essenciais para o disciplinamento dos fiéis. Esse fortalecimento se deu a reforma do clero, dos fiéis e os instrumentos utilizados para essa reforma, só mediante a isso, os Decretos Tridentinos foram sendo aplicados, como explica Rocha Nunes, tendo como as visitas pastorais e posteriormente os julgamos instrumento importante da manutenção dessa Reforma da Católica em Portugal.” S. Polónia, Amélia Maria. Recepção do Concílio de Trento em Portugal: As normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1533. [Revista da Faculdade de Letras. História](#), ISSN 0871-164X, N.º. 7, 1990. Páginas 133-144.

¹² São a maioria da Igreja e não fazem parte do clero, são aqueles que professam fé, porém, não são ordenados. “O povo de Deus”.





Palavras-chave: Costumes; Gênero; Moral; Igreja.

SUBJETIVIDADES NEGRAS NO BRASIL: UM OLHAR INTERSECCIONAL

Thales da Cunha Coêlho

Mestrando em Cultura e Sociedade - UFMA
thales.coelho@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rebeca Mislene Lopes Barros da Silva

Mestranda em Cultura e Sociedade – UFMA
rebeca.mislene@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Flávio Luiz de Castro Freitas

Professor Doutor - UFMA
flavio.luis@ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O Brasil passou por um longo processo de colonização, sendo um dos últimos a abolir constitucionalmente a escravização de pessoas advindas da África, e ainda na contemporaneidade sentimos suas consequências através do fenômeno do racismo, que comparece através de diversas dimensões, dentre elas, na formação subjetiva do povo brasileiro. A própria noção de brasilidade nos remete a autores das ciências sociais do século XX, que propuseram a perspectiva de paraíso racial devido a junção de portugueses brancos e demais povos negros, supondo a inexistência das disparidades sociais por conta da raça no país. A partir dessa noção que pressupõe uma neutralidade, pode-se fazer tensionamentos teóricos com outro campo do saber: a psicologia, que construiu a própria compreensão sobre o fenômeno humano e subjetividade através de contornos colonialistas e universalistas também. Com isso, pensou-se: quais os possíveis tensionamentos teóricos entre as ciências sociais, história e psicologia para se discutir a constituição interseccional das subjetividades negras no Brasil? A fim de responder a problemática, esta pesquisa tem por objetivo geral abordar de maneira interseccional a construção das subjetividades negras no Brasil a partir do tensionamento teórico entre ciências sociais, história e psicologia. Os objetivos específicos delimitados são: discutir a constituição do racismo no Brasil, explorar a concepção identitária do povo brasileiro a partir da noção de brasilidade, discorrer sobre os marcadores sociais como influentes na constituição subjetiva. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza básica. A bibliografia utilizada será buscada em obras de autores renomados das temáticas apresentadas e em livros e artigos dispostos em periódicos digitais, como Scielo e Google Acadêmico. Diante desse contexto, pensar a construção das subjetividades negras no Brasil envolve considerar fatores históricos, mas também atravessamentos na história de vida, recortes de gênero, classe e orientação sexual, ou seja, um olhar interseccional, além do racismo nas subjetividades desses sujeitos negros. A presente investigação não busca esgotar o debate, que se mostra sempre em mutação, visto que a problemática e o próprio fenômeno do racismo se modifica com o tempo.

Palavras-chave: Racismo; Subjetividade; Interseccionalidade; Tensionamento.





UMA DIALÉTICA HISTÓRICA ENTRE ECONOMIA E VIOLÊNCIA

Anna Beatriz Ferreira Lima

Graduanda em Ciências Sociais Bacharelado – Universidade Estadual do Maranhão

annabflima@gmail.com

UEMA

Gabriel Rafi Soares Leão Santos

Graduando em Ciências Sociais Bacharelado - Universidade Estadual do Maranhão

gabrielrafi16@gmail.com

UEMA

Rarielle Rodrigues Lima

Doutora em ciências sociais - Universidade Federal do Maranhão

rariellerodrigues@gmail.com

UEMA

RESUMO: No empenho de construir mecanismos de crítica ao pensamento de Karl Marx, no que diz respeito à sua visão determinista da economia sobre as relações sociais, abrimos caminhos para expor outros modelos de opressão sobre os indivíduos que não acontecem sob a forma da exploração no mundo do trabalho ou são desarticulados dele. Este trabalho objetiva analisar as formas de violência de raça e gênero, bem como entendê-las como fatores extrínsecos, independentes da exploração econômica promovida historicamente pelo capitalismo, mas intensificadas por ele. À luz das teorias de Pierre Clastres, que dissocia política e Estado nas sociedades ameríndias, pretendemos evidenciar como a desigualdade de gênero e fenômenos baseados na racialização que perpassam dentro da lógica econômica-estatal, considerando sua intersecção nas estruturas de poder institucional e relações sociais. Nesse sentido, Clastres (2003) enfatiza a atuação de micropolíticas que operam fora do âmbito estatal, permitindo diferentes formas de organização social desassociadas das configurações de dominação e hierarquia de poder. Paralelo a isso, visamos, por meio de uma perspectiva disruptiva do Estado, compreender a intersecção entre raça e gênero longe das imposições determinantes de um sistema econômico, mas imbricado a manutenção de violência e exploração intrínseca aos marcadores sociais. Ademais, é possível depreender através da leitura da obra *Necropolítica*, de Achille Mbembe, como o Estado Burguês é proprietário e defensor, para além dos meios de produção da vida material e simbólica do capitalismo, de uma identidade que destrói com toda e qualquer forma que não se assimila com ela, racialmente e em gênero. Enquanto dominador de um território constituído por uma diversidade de corpos, este Estado Burguês opera uma política dupla que disciplina a vida daqueles que são semelhantes a sua identidade e decide o destino dos que aparecem como elementos diferenciadores na ordem social. Essa necessidade de compreensão aparece quando se percebe que a classe trabalhadora explorada é formada por uma diversidade de corpos que sentem, cada qual a sua maneira, as sobrecargas da violência econômica, devido ao local identitário em que se encontram. Segundo Claus Offe, a segmentação do trabalho não compreende as especificidades de cada trabalhador, de modo que a categoria-chave da sociologia passa a ser entendida como uma categoria “abstrata” descritiva e não uma analítica para explicar as estruturas sociais. A diferenciação interna do campo laboral ocasiona o desinteresse pela subjetivação dos indivíduos e rompe com a noção de uma identidade coletiva. Simplesmente por isso, pensar, somente, numa política econômica de transferência de renda universal para todos os indivíduos, enquanto tentativa de superação das demandas do capitalismo, não daria conta das desigualdades racial e de gênero. Dessa maneira, em relação aos argumentos apresentados para a construção deste trabalho, o mesmo logra executar uma análise, a partir das ideias de Pierre





Clastres e Achille Mbembe, ao passo que resgata elementos em seus discursos que trazem alguma contribuição relevante para o campo das Ciências Sociais no momento presente.

Palavras-chave: Violência; Exploração; Trabalho; Economia.





VIOLÊNCIA LABORAL NAS UNIVERSIDADES: REFLEXÕES SOBRE BRASIL E ARGENTINA DESDE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Karoline Parrião Rodrigues

Assistente social, mestra e doutoranda em políticas públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Brasil; Doutorado Sanduíche no Exterior - CAPES/ Universidad de Buenos Aires, Argentina

kparriao@yahoo.com.br

Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA

RESUMO: Apresenta-se breves reflexões sobre pesquisa doutoral ainda em curso sobre assédio laboral em instituições de ensino, desde uma perspectiva de gênero, onde estão sendo avaliadas experiências do Brasil e da Argentina. Embora a Organização Internacional do Trabalho – OIT tenha reconhecido oficialmente a violência laboral apenas em 2019, essa não é uma problemática recente e encontra-se inserida nos mecanismos de gestão do trabalho neoliberal capitalista nos dias atuais. Dentre as diversas tensões experimentadas por trabalhadores/as nas universidades brasileiras e argentinas, destaca-se aqui o assédio moral e sexual desde uma perspectiva de gênero. Estudos apontam que o assédio laboral é uma problemática cotidiana, possuindo forte recorte de gênero à medida em que fortalece as desigualdades e relações hierárquicas de poder em favor dos sujeitos masculinos. Nesse sentido, o assédio no trabalho é considerado aqui como mais uma forma de violência de gênero, necessitando forte enfrentamento. A violência de gênero possui caráter estrutural, visto que é parte do sistema de dominação masculina e sujeição feminina que naturaliza as desigualdades, sexismo, o machismo, a homotransfobia, entre outros elementos que dão corpo às mais variadas formas de violência de gênero. Em se tratando da América Latina, compreende-se que essa estrutura advém do seu processo de formação social, política, econômica e cultural, marcadamente caracterizado pelo colonialismo e escravização de diversos povos. Portanto, o modelo de sociedade heterocispatriarcal importado dos países colonizadores deixou marcas profundas e fortemente vivas na atualidade. Nesse sentido, potencializar práticas patriarcais é também objetivo do sistema econômico em curso, haja vista contribuir com a segregação, opressão e exploração de um determinado grupo contra outro. Assim, para pensar a categoria trabalho se faz imprescindível problematizar as questões de gênero. Portanto, o assédio no trabalho pode ser considerado violência de gênero, inserida nas relações de trabalho mundialmente, fomentando um ambiente laboral inseguro e insalubre, com consequências por vezes irreversíveis a nível físico e psicossocial, além de resultar na desmobilização da classe trabalhadora. Sob a atual orientação neoliberal, podem ser identificados sofisticados mecanismos de gestão do trabalho tanto em espaços privados como em espaços públicos como as universidades. Mecanismos esses que produzem disputas, conflitos, individualismo, luta por lugares e consequente fragilização da solidariedade. Sob o viés neoliberal da flexibilização, soma-se a forte herança patriarcal que alimenta as desigualdades de gênero, solo fértil para a prática das violências laborais, sendo o Estado corresponsável por sua reprodução. Como reconhecimento desse contexto de violências no âmbito do trabalho, a OIT, em 2019, adota a primeira legislação internacional para eliminação da violência e assédio no trabalho reconhecendo seus efeitos nocivos e a violência de gênero nela imbrincada. Ademais dos dispositivos internacionais, faz-se necessário frisar que a Argentina e o Brasil, possuem legislações e dispositivos próprios que possibilitam o enfrentamento de tal violência. Em se tratando da Argentina, ganha destaque a Ley Micaela (Nº 27.499/ 2019), que visa a capacitação obrigatória na temática de gênero para todas as pessoas que integram os poderes legislativo, executivo e judiciário do país. Apresenta-se como uma ferramenta de grande relevância, visto que possibilitou a criação ou atualização de espaços de debate e mecanismos de





enfrentamento nas próprias universidades, a exemplo da Universidad de Buenos Aires, que possui um Protocolo de ação institucional para a prevenção e intervenção ante situações de violência o discriminação de gênero ou orientação sexual e Comissões Não a Violência de Género nas faculdades. No Brasil, apesar dos avanços na legislação trabalhista, não há legislação específica para prevenção às violências no trabalho, senão dispositivos legais contra o assédio sexual. Entretanto, diversos órgãos da administração pública dos três poderes possuem programas e ações de prevenção e combate, o que inclui as universidades. Embora os dois países, a exemplo de outros vizinhos da América Latina, estejam dando passos importantes para a eliminação das violências laborais, essa é uma problemática estrutural e requer muito mais empenho de todos os sujeitos envolvidos. Por essa razão, o debate aqui proposto é urgente, tendo em vista a necessidade de desconstrução dessas relações hierárquicas de poder e a construção de relações de solidariedade na perspectiva de um projeto de sociedade emancipatório.

Palavras-chave: Violência; Trabalho; Gênero.





EIXO 7 – Gênero, corporalidades e expressões artísticas





**“ESSA VIDA DE CAIXEIRA, É UMA VIDA CANSADA. SO SE DEITA MEIA NOITE.
LEVANTA DE MADRUGADA”. AS CAIXEIRAS DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DA
QUINTA DA BOA VISTA (PINHEIRO, ESTADO DO MARANHÃO)**

Maryna Eduarda Ferrais Lobato

Estudante do curso Técnico em Meio Ambiente- IFMA Campus Pinheiro
ferraislobato@acad.ifma.br

Bolsista Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Maranhão- FAPEMA

Claudeilson Pinheiro Pessoa

Doutor em Educação, Memória e Sociedade- UFGD
claudefilson.pessoa@ifma.edu.br

Instituto Federal do Maranhão (IFMA Campus Pinheiro) – Orientador

Lucilene de Jesus Nogueira Lopes

Caixeira e rezadeira em diversos terreiros e casas de festas populares
lucilenecaixeira@gmail.com

Salão Cultural da Quinta da Boa Vista- Co-orientadora

RESUMO: Esta investigação faz parte do Grupo de Estudos e Pesquisas denominado "Laboratório de Etnografias em Religiosidades Afro-brasileiras e Culturas Populares da Baixada e Litoral Ocidental Maranhense" (LERECBA/CNPQ/IFMA) e compõe parte da pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (EDITAL PIBIC-EM/2022-2023- financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Maranhão- FAPEMA) intitulada **“Um devir caixeira: performances rituais de mulheres que tocam caixa em terras Baixadeiras do Maranhão”** que pesquisou grupos de caixeiras dos municípios de São Bento, Pinheiro, Peri-Mirim e Turilândia. Assim, o nosso estudo tem como objetivo conhecer o perfil, a memória, os saberes e práticas das caixeiras do Divino Espírito Santo do município de Pinheiro, localizado na Baixada Ocidental do Estado do Maranhão, especificamente da Comunidade da Quinta da Boa Vista, além de destacarmos os seus desafios contemporâneos de existência, perpetuação e continuidade. As caixeiras são conhecedoras dos saberes e rituais da festa do Divino Espírito Santo, geralmente são mulheres trabalhadoras rurais idosas, empobrecidas, pretas, pardas e afroindígenas, extrativistas, pescadoras, aposentadas, em sua maioria, mulheres chefes de família, já cansadas dos anos trabalhados mostrando o seu saber desconhecido pelos mais novos, mas que exibem com alegria sempre sorrindo e contagiando os adeptos e devotos da referida festa. (BARROS, 2016) Os municípios da Baixada possuem grupos de caixeiras organizadas em suas regras e formas distintas de atuação e transmissão de saberes. Neste trabalho daremos ênfase às trajetórias destas *sacerdotisas* da cultura e religiosidade popular, os seus processos de apropriação e construção musical, o lugar que ocupam na dinâmica do universo festivo do Divino Espírito Santo e como os seus pertencimentos e marcadores sociais da diferença atravessam o seu exercício artístico-cultural. Para tanto, nos basearemos nas perspectivas teórico-metodológicas da Etnografia, sobretudo na participação observante, considerando que as (o) pesquisadoras (o) estão inseridas (o) na festa enquanto caixeiras (o). Conclui-se, preliminarmente que esta pesquisa poderá contribuir para elucidarmos a respeito das formas de atuação e de manutenção do saber musical das caixeiras e acerca do lugar ocupado por elas no universo da religiosidade e cultura popular no município de Pinheiro e de como as questões de gênero, classe e raça atravessam suas existências.

Palavras-chave: Caixeiras; Festa do Divino Espírito Santo; Cultura e Religiosidade Popular; Estado do Maranhão





A ATUAÇÃO DE MULHERES COMO LIDERANÇA NAS TURMAS DE SAMBA DO MARANHÃO

Rafaela Moreira Alves da Cunha

Graduanda em Ciências Sociais- Bacharelado

Bolsista iniciação científica

Convênio UFMA e IPHAN

Marilande Martins Abreu

Departamento de Sociologia e Antropologia

UFMA

RESUMO: A pesquisa Inventário das Turmas de Samba do Maranhão é uma pesquisa em andamento, desenvolvida a partir de convênio entre UFMA e IPHAN, com o objetivo de realizar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) das Turmas de Samba do estado do Maranhão. A metodologia do trabalho consiste na busca e sistematização de dados sobre essa brincadeira: onde estão localizados esses grupos? Como é organizado? Quem participa? Quais políticas públicas podem ser acessadas por essa manifestação? Com quais outras brincadeiras da cultura popular se relaciona? Como se dá a participação das mulheres? As Turmas de Samba se apresentam no período do carnaval, tem como característica marcante a sonoridade particular, em decorrência dos tambores utilizados. Por isso, essas turmas são conhecidas também como batucadas. A brincadeira é realizada nas comunidades rurais quilombolas do estado, localizadas em muitas cidades do Maranhão. Já foram levantados dados em 20 cidades, que utilizamos aqui como base para um recorte de gênero, uma vez que pretende-se apresentar dados sobre a participação das mulheres, consideradas aqui agentes culturais importantes dessa manifestação. Nesse sentido, apresenta-se aqui resultados parciais de seis meses de trabalho de campo, para coleta de dados e revisão bibliográfica. Pode-se constatar os seguintes resultados da pesquisa: a) as turmas de samba apresentam características fortemente influenciadas pelas religiões afro-ameríndias, talvez por isso, uma forte relação com brincadeiras como Bumba Boi e Tambor de Crioula. b) Presença constante de mulheres, que atuam como lideranças, compondo sambas, e também costurando roupas, organizando ensaios, fazendo com que a brincadeira se mantenha e aconteça todos os anos. c) As turmas são majoritariamente lideradas e organizadas por homens, mas, com uma efetiva participação e atuação das mulheres. Ademais, até o presente momento do trabalho de campo foram visitadas as cidades de: Axixá, Icatu, Presidente Juscelino, Morros, Rosário, Santa Rita, Bacabeira, Alcântara, Bequimão, Mirinzal, Guimarães, Porto Rico, Cedral, Cururupu, Pinheiro, Santa Helena, Pedro do Rosário, Turilândia e São Luís, totalizando 20 cidades mapeadas pelo estado do Maranhão. Também constata-se por meio de revisão bibliográfica carência de estudos sobre as Turmas de Samba do Maranhão e a existência de pesquisas focalizadas apenas no carnaval de São Luís, sendo analisada apenas a capital, não contemplando, assim, outros municípios do estado. Até o presente momento, os dados sistematizados indicam que as mulheres assumem funções de liderança e organização, são responsáveis por costura, composição, e também atuam como brincantes. Elas têm entre 21 a 84 anos, em sua grande maioria autodeclaradas negras, pretas, pardas e morenas. São aposentadas, trabalhadoras rurais, comerciantes e funcionárias públicas municipais. Geralmente são mães e estão nas turmas de samba com outros membros da família. Assim, a atuação e trabalho das mulheres se faz indispensável para a existência dessa manifestação cultural, resistindo e se mantendo em um universo predominantemente masculino.

Palavras-chave: Mulheres, Turmas de Samba, Maranhão.





CICLANDO O GÊNERO: A MOSTRUIOSIDADE *QUEER* NO FILME O AMOR SANGRA

Maria Emília Miranda Alvares

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação
em Cultura e Sociedade- PGCULT
emiliaalvares@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Angela Bárbara Lima Saldanha Rego

Mestre do Programa de Pós-Graduação
em Cultura e Sociedade- PGCULT
angela.saldanha@ifma.edu.br
Instituto Federal do Maranhão – IFMA.

Dante Saldanha

Graduando em História da Arte
saldanhadante@gmail.com
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

RESUMO: Buscamos, no presente trabalho, identificar, com base na Teoria Queer, comportamentos de insurgências (ou de conformação) evidenciados pelas personagens da obra fílmica *O amor sangra* (*Love lies bleeding*), produção estadunidense de 2024, dirigido por Rose Glass. Sua trama ambientada no fim dos anos 1980 explora o encontro de Lou (Kristen Stewart), solitária gerente de uma academia de ginástica, e Jackie (Katy O'Brian), fisiculturista andarilha em seu percurso a um concurso em Las Vegas. O romance avassalador entre as duas traz à tona cicatrizes de passados violentos e sedentos de vingança, bem como uma ânsia brutal por liberdade, custe o que custar. Partindo-se da ideia de que a Teoria Queer, conforme cunhada por Teresa de Lauretis (2019), aposta no conhecimento a partir das diferenças, sem ignorar que tais diferenças, em relações de poder, informam desigualdades, bem como no fato de que as produções culturais configuram tecnologias de gênero que podem servir à reprodução de discursos normativos ou à contestação das estruturas sociais hegemônicas, articulando as categorias de gênero inteligível, performatividade de gênero de Judith Butler (2003) e farmacopornografia e testomania de Paul Preciado (2018), constatamos as lutas travadas pelas personagens por reconhecimento e por autodeterminação, como sujeitos num ambiente precipuamente cisheteronormativo, ressaltando as estratégias de que se valem, por vezes contraditórias, para afirmarem suas identidades, seus corpos, seus atos, seus desejos e seus sonhos.

Palavras-chave: Teoria Queer; Fisiculturismo; Tecnologia de gênero; Testomania.





DINÂMICAS DE GÊNERO E NARRATIVAS FICCIONAIS: UMA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ATRAVÉS DA IMAGINAÇÃO

Thaís Drielle Louzeiro Privado
Mestre em Psicologia – PPGPSI/UFMA
thaisprivado@gmail.com
UNDB

Tons de Maria Viana Cardoso
Graduande em Artes Visuais – UFMA
tonsdemaria.vc@gmail.com

RESUMO: É possível interpretar a imaginação como experiência criativa compreendida através da relação sujeito-mundo. Considera-se que “a experiência é esse fundo que sustenta a manifestação da própria experiência, sem o qual ela não existiria – como a figura que não existe sem o fundo [...]” (Chauí, 2022, p.165). Nesse sentido, a imaginação ficcional é fruto de um processo ativo, intencional e consciente acerca do que é percebido pelos sentidos (Sartre, 2008 apud Silva, 2009). É criação sobre a realidade e se forma na interação sujeito-mundo (Silva, 2009). Compreender as dinâmicas de gênero através de narrativas ficcionais permite abordar questões sociais complexas de forma simbólica e criativa. Logo, questiona-se como os processos imaginativos, no contato com as narrativas ficcionais, podem ser recursos de construção de conhecimento sobre as dinâmicas psicossociais de gênero. Argumenta-se que as narrativas, relacionadas aos processos imaginativos, são possíveis recursos de produção de conhecimento sobre gênero. Enquanto expressão artística, as narrativas ficcionais demonstram ser impulsionadoras criativas, ao passo que afetam o sujeito receptor. Segundo Merleau-Ponty “é à experiência que nos dirigimos para que nos abra ao que não é nós” (2005, p.156), possibilitando contato com as dinâmicas do outro, possíveis delimitadores do sujeito, alteridade que “exige de nós criação para (...) termos experiência” (2005, p.187). Entende-se que trabalhar no campo da imaginação social é inserir a narrativa no movimento da sociedade (Silva, 2009). O objetivo deste estudo consiste em analisar como os processos imaginativos podem ser recursos de construção de conhecimento sobre as dinâmicas psicossociais de gênero. Para isso, torna-se necessário descrever o que são processos imaginativos; identificar dinâmicas psicossociais de gênero em narrativas ficcionais; demonstrar o contato com as narrativas e o processo de construção de conhecimento. O percurso metodológico iniciou-se por pesquisa de natureza qualitativa com base no levantamento bibliográfico acerca de narrativas ficcionais, processos imaginativos, imaginação, imaginário social e o uso de gênero como uma categoria de análise. Em sequência, utilizou-se da análise fenomenológica de duas narrativas ficcionais, *Torto Arado* e *A vida invisível de Eurídice Gusmão*, considerando as dinâmicas psicossociais de gênero. Concluiu-se que os processos imaginativos e a estrutura narrativa possibilitam múltiplas identificações com diferentes contextos e personagens. A fronteira de contato entre o imaginário e as narrativas apresenta-se como possibilidade de exercício de alteridade e experiência de si e do outro. Logo, o uso de narrativas ficcionais apresenta-se como alternativa de construção de conhecimento. Bem como, o papel da arte e da ficção como ferramentas de reflexão crítica e transformação social em questões de gênero.

Palavras-chave: Narrativa; Conhecimento; Imaginação; Gênero.





IDENTIDADE DE GÊNERO E TERRITORIALIZAÇÃO TRANS NO REVIVER

Yukie Julianna Carvalho da Silva

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
yukiejuliannasilva@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Kelly Kethley Cardoso Diniz

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
kcardoso906@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Lorenzo Meireles dos Santos

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
lomeirelessantos@gmail.com
Universidade Estadual do Maranhão

Rarielle Rodrigues Lima

Doutorado em Ciências Sociais - UFMA
rarielle.rodrigues@ufma.br
Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: Este trabalho é um recorte da pesquisa desenvolvida nos anos 2022/2023, inserida no projeto Identidades coletivas, movimentos sociais e conflitos: desigualdades e demandas por reconhecimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) tendo como objetivo principal a identificação das dinâmicas sociais de construção da identidade de gênero, a partir de trajetórias de pessoas trans, na região do Centro Histórico de São Luís (MA) - Reviver, tendo em vista o interesse em compreender como as identidades de pessoas trans se relacionam e interpretam a si mesmas. Concentramo-nos em estudar a partir de trajetórias de pessoas trans quais os elementos mobilizadores para a reivindicação de políticas de reconhecimento e identidades coletivas, analisando como as pessoas trans interpretam a representação dos papéis de gênero e expressões de gênero. Tendo como apoio teórico estudos que tratam das temáticas de identidade (HALL, 2006), gênero e identidade de gênero (BEAUVOIR, 1949; BUTLER, 1990; LAURETIS, 1987;), transvestigeneridade (SANTANA, 2019; JESUS, 2019;), orientação sexual (BUTLER, 1990; MOTT, 1994), violência (EVREUX, 1929; BOURDIEU, 1989) reconhecimento e redistribuição (FRAZER, 2007) lugar (HALL, 2006), territorialidade (ALMEIDA, 2008). Afim de alcançar os objetivos propostos nesta etapa da pesquisa foram realizados surveys aos quais, segundo Malinowski (1978), consistem numa “visão exploratória” implicando em observações diretas dos espaços de convívio e obtenção de informações que permitem ao pesquisador a estruturação de esboços preliminares, bem como leituras específicas da temática identidade de gênero. A partir da análise de conteúdos pudemos observar as reivindicações por condições de vidas saudáveis e possíveis em virtude da coexistência com a violência transfóbica e a vulnerabilidade a qual a transfobia expõe corpos trans tais como a própria morte, a segregação e a insegurança em saúde, em estudo, no mercado de trabalho, entre outros. E, também, uma solidariedade subentendida que se torna espaço de afeto frente a uma sociedade LGBTfóbica como a sociedade brasileira que, pelo 14º ano consecutivo, permanece sendo o país que mais mata pessoas LGBTQ+, especificamente pessoas trans. Assim como a busca pela construção de amores próprios e coletivos que visam o distanciamento a ambição de uma “passabilidade” que, de forma simbólica, se impõe sob corpos trans.

Palavras-chave: transvestigeneridade; territorialidade; identidade de gênero; dinâmicas sociais.





INSTAGRAM COMO DISPOSITIVO DE ADULTIZAÇÃO E REGULAÇÃO DE CORPOS INFANTIS

Lana Thais Rodrigues Freitas Monteiro
Mestranda – Universidade Federal do Pará
lanathaisrf@gmail.com
UFPA

Vilma Nonato de Brício
Doutora em Educação- Universidade Federal do Pará
briciovn@gmail.com
UFPA

Warley Corrêa Lira
Mestrando- Universidade Federal do Pará
warley.correa19@gmail.com
UFPA

RESUMO: O presente trabalho aborda alguns aspectos históricos da infância e suas modificações na figura do infantil como um adulto em miniatura. Neste sentido, pretendemos refletir sobre como o surgimento da internet e o compartilhamento de conteúdo nas redes sociais em específico a plataforma *instagram* está sendo utilizada na construção da infância na contemporaneidade. Visamos problematizar como a plataforma *instagram* tornou-se um dispositivo de disciplinamento de corpos infantis e a construção desses pequenos corpos adultizados por meio de vários artefatos culturais como adereços, fotos, vídeos, danças, produtos e *influencers* digitais. A metodologia deste trabalho baseou-se na pesquisa bibliográfica, baseadas nas perspectivas de Michael Foucault sobre o dispositivo. Para isto as obras que serviram como fontes de coletas de dados foram dos/as autores/as Foucault (2017), Corazza (2004), Moruzzi (2012), Martins (2019) entre outros/as. O *instagram* que inicialmente era uma rede social que se destinava apenas a publicações e divulgações de fotos, em 2016 passou por mudanças, passando a contar com recursos de conta profissional, o que demonstra o interesse do *instagram* em incentivar a sua utilização de forma profissional (Cardoso, 2023) que pode gerar grandes lucros. Neste sentido, podemos observar que mesmo tendo uma idade mínima de 13 anos para utilizar o aplicativo, o número de perfis infantis é surpreendente, pois as crianças passaram a fazer parte deste universo digital antes mesmo do seu nascimento. As redes sociais não são apenas para troca de mensagens, no entanto, são instrumentos de divulgação de discursos, culturas e identidades. Ao analisar as redes sociais como ferramenta de construção de identidades, nos embasamos em Hall (2002), que concebe a identidade como fluída e plural, pois não é algo pronto e acabado, estando sempre em construção, ou seja, “a identidade surge tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (Hall, 2002, p. 39). Michel Foucault em suas pesquisas analisa o dispositivo, para retratar as inúmeras manobras e mutáveis estratégias de constituir os sujeitos no interior das relações de saber-poder. De acordo com Moruzzi (2012), o dispositivo auxilia a compreender as práticas e verdades implantadas na sociedade como uma forma de estabelecer um padrão a ser seguido na infância, com o objetivo de construir através da sexualidade uma rede de poder sobre a infância. Conforme Agamben (2005), os dispositivos estão inseridos no que ele chama de processo de *hominização* que tornam os *homo sapiens* em *humanos*. O intuito é fazer um modelo de pessoas obedientes e que aceitam os discursos de dominação sem questionar, no entanto, acreditam que são livres. Neste sentido, as mudanças na sociedade em combinação





com o acesso infantil as redes sociais têm transformado as vivências infantis. A imagem da infância que era marcada pelo discurso religioso e científico na modernidade de pureza e inocência está sendo substituída por outras que apelam para a erotização de corpos infantis, é perceptível que cada vez mais a erotização infantil no *instagram* está ganhando destaque no cenário atual. Conforme as autoras Felipe e Guizzo (2003, p. 120) A erotização infantil é o “processo que chamamos de ‘pedofilização’ da sociedade e que merece ser examinado com maior atenção, na medida em que as crianças têm sido alvo de um forte apelo comercial, sendo descobertas como consumidoras e, ao mesmo tempo como objetos a serem consumidos”. A presença de crianças nas redes sociais como *influencers* digitais, *bloggers*, *tiktokers* ou algo semelhante é evidentemente marcada por uma série de fatores para torná-las consumidoras de produtos que vão desde o básico ao mais sofisticado. Por fim, destaca-se o *instagram* como um dispositivo da atualidade que regula, configura e molda o corpo infantil utilizando o consumo de produtos, moda e reprodução do comportamento para a adultização da infância. Como já foi visto o dispositivo é um mecanismo ou aparelho de controle que é a sua eficácia é comprovada, pois causa a sensação de liberdade que podemos fazer nossas próprias escolhas, e conduzir nosso caminho. Entretanto, o *instagram* é um dispositivo que através de seus *influencers* digitais mostram o modelo de como dever ser nossos corpos. Ao refletir sobre como a criança passou a ser foco de interesse do mercado consumidor, o *instagram*, com seu alcance social, produz a adultização infantil, mediante a imposição social de um ritmo de vida acelerado marcado por compromissos e responsabilidades, que mais atendem a uma necessidade capitalista do à qualidade de vida do infantil, além da erotização de seus corpos através do uso de adereços, esses aspectos acabam deixando de lado o respeito ao tempo e estrutura do desenvolvimento físico e cognitivo da criança.

Palavras-chave: Infância; Instagram; Adultização; Dispositivo.





MARIQUINHAS: UMA *GRAFIC NOVEL* SOBRE VIOLENCIA DE GÊNERO NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX

Nila Michele Bastos Santos

Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIST-UEMA.

nila.santos@ifma.edu.br

Instituto Federal do Maranhão – IFMA campus Pedreiras

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo delinear a construção do produto didático intitulado "Mariquinhas: Mulheres, crime e poder na capital maranhense do século XIX", resultado da tese de doutorado da professora Nila Michele Bastos Santos. Trata-se de uma *graphic novel* que, além de divulgar e evidenciar o protagonismo feminino na investigação e resolução do crime do desembargador Pontes Visgueiro, possibilita seu uso na educação básica como um instrumento para problematizar questões de gênero, as violências contra a mulher e os feminicídios no Maranhão, tanto no passado quanto no presente. O crime, ocorrido em 14 de agosto de 1873, envolveu o sexagenário desembargador Pontes Visgueiro, que, premeditadamente, esfaqueou, esquartejou e enterrou no quintal de sua residência a jovem Maria da Conceição, conhecida como Mariquinhas, de aproximadamente 15 anos, tida como sua amante. Esse seria mais um caso de impunidade, dado o prestígio, o gênero, a cor e a posição social do acusado, se não fosse pela ação das mulheres, familiares e amigas da vítima, que, diante da inércia das autoridades, uniram esforços para buscar informações e percorrer os caminhos necessários para revelar a verdade. Elas não se limitaram a esperar por respostas de uma estrutura policial dominada por homens, muitas vezes coniventes com a impunidade de criminosos influentes, como Pontes Visgueiro. Por meio de uma pesquisa orientada pela micro-história e pela descrição densa, foi possível identificar vestígios das ações dessas mulheres. Embora não possamos acessar plenamente suas subjetividades para afirmar com certeza o que pensaram, podemos, no campo do provável e distantes de um etnocentrismo ingênuo, interpretar seus universos valorativos. Assim, ao agir de maneira proativa e articulada, essas mulheres não apenas buscaram justiça para Mariquinhas, mas também desafiaram as normas de gênero e as estruturas de poder vigentes. Suas investigações, muitas vezes mais diligentes que as das autoridades, representam um exemplo de resistência feminina em um ambiente profundamente patriarcal. Essas nuances, centradas nas ações das mulheres e extraídas da pesquisa histórica, serviram de inspiração para a criação do roteiro da *graphic novel*. Este formato foi o escolhido devido à complexidade da história, que nos levou à construção de uma narrativa mais densa e de maior extensão que as histórias em quadrinhos convencionais. No entanto, é importante ressaltar que o produto é uma versão livremente inspirada nos fatos reais. Pessoas, lugares e comportamentos ganharam novas características, adaptadas a partir das interpretações da autora e do quadrinista sobre as fontes históricas. Dessa forma, a narrativa opera com critérios e regimes de "verdade" distintos dos de um trabalho historiográfico, pois, no produto didático, foi possível preencher as lacunas das fontes com criatividade e imaginação. Ao focalizar as lutas por justiça das "Mariquinhas" reais daquela sociedade patriarcal, hierárquica e escravocrata, que foram outrora marginalizadas pela historiografia tradicional, o produto busca evocar debates que possam servir como ferramentas de encorajamento e empoderamento para meninas e mulheres que resistem às violências de gênero herdadas de práticas passadas, além de educar meninos e homens na luta contra o machismo e o patriarcado que sustentam essas violências. Afinal, se os preconceitos são historicamente construídos, eles também podem — e devem — ser historicamente superados.

Palavras-chave: *Graphic Novel*; Gênero; Mariquinhas; Pontes Visgueiro.





O AMBIENTE TEATRAL E OS IMPACTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA EXPRESSÃO DE GÊNERO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Gustavo Vitor Mendes Baldez Lindoso

Bacharel em Psicologia pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), com especialização em Neuropsicologia Clínica Centro Universitário União das Américas Descomplica (UniAmérica Descomplica)
gustavo_lindoso@yahoo.com
UFMA

Aglaia Leslie Martins dos Santos Montenegro

Bacharel em Psicologia pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), com especialização em Neuropsicologia Clínica Centro Universitário União das Américas Descomplica (UniAmérica Descomplica)
montenegro.aglaia@gmail.com
UniAmérica Descomplica

Eliã Siméia Martins dos Santos Amorim

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP)
eliasimeia@yahoo.com.br

RESUMO: A presente pesquisa trata e aborda sobre o ambiente teatral e seus impactos sobre a construção e expressão de gênero dos indivíduos inseridos em seu meio, por meio do olhar e perspectiva da Análise do Comportamento. Simultaneamente, traça-se um paralelo entre as teorias de Gênero, do Teatro e do Behaviorismo Radical, fazendo-se correlação entre estas áreas de conhecimento. Deste modo, objetiva-se compreender como o ambiente teatral influencia na construção e expressão de gênero de seus participantes. Igualmente tem-se os objetivos específicos deste trabalho direcionados em três vertentes: primeiramente conhecer o teatro enquanto espaço de relação entre pessoas; em seguida, refletir sobre a construção do gênero na sociedade de forma geral; e por fim, compreender como se dá a construção de gênero no teatro a partir do referencial analítico-comportamental. Esta pesquisa é descritiva e exploratória por seu objetivo de compreender o tema e o problema pensados sob a ótica dos conhecimentos da Psicologia e do Teatro, possuindo como instrumento metodológico a revisão teórico-bibliográfica. Constatou-se que dentro do ambiente teatral, baseado em audiências não-punitivas, a construção de gênero dos participantes pode se dar sem que haja o acréscimo de punição. Assim, para além da ausência de punição, torna-se possível pensar no ambiente teatral enquanto local reforçador, que permite uma possibilidade de variação comportamental de alta frequência e magnitude. Conclui-se sobre a importância do ambiente teatral enquanto ambiente não-punitivo para a construção de gênero dos sujeitos ali inseridos.

Palavras-chave: Teatro; Análise do Comportamento; Construção de Gênero; Behaviorismo Radical.





PEDAGOGIAS CULTURAIS E A PRODUÇÃO DE GÊNERO NAS MÍDIAS DIGITAIS

Carolina Vasconcelos Pitanga

Professora Adjunta na Universidade Estadual do Maranhão

RESUMO: Este estudo parte de uma análise das mídias digitais como artefatos culturais que (re)produzem o gênero e veiculam uma suposta verdade sobre a diferença de gênero. Os processos educativos até pouco tempo ainda eram entendidos como práticas e saberes limitados aos ao espaço escolar. A partir dos assim chamados Estudos Culturais, os estudos na área da educação começaram a identificar que os processos de socialização são vivenciados em ambientes diversos e por meio de dispositivos variados. Nesse sentido, as mídias digitais atualmente podem ser definidas como espaços de aprendizado e de socialização, nos quais uma série de discursos são veiculados a um número cada vez maior de usuários. Entendendo que as mídias sociais se constituem enquanto um espaço de interações sociais e de uma apresentação de si por meio de imagens e textos que são compartilhados com o intuito de alcançar o maior número de pessoas, este estudo visa (a) selecionar, (b) identificar e (d) analisar práticas discursivas publicadas por meio de postagens, que se dedicam a produzir conteúdo sobre as práticas de ser mulher e ser homem, suas corporalidades, normas de gênero, seus efeitos e significados naquele campo. Destaca-se que a abordagem da Pedagogia Cultural contribui para uma análise sobre a relação entre mídia e educação. Com isso, utilizam-se alguns referenciais teóricos como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Shirley Steinberg e Rosa Maria Bueno Fischer para analisar postagens publicadas no aplicativo Instagram que problematizam as normas de gênero, trazendo conteúdo que subvertem modos de ser e de agir vistos como adequados para mulheres e homens. Observa-se, no que se refere às normas de gênero, algumas postagens veiculadas no aplicativo do Instagram tanto reiteram como também atualizam as condições de aparição e de existência de mulheres que constroem narrativas alternativas à lógica heteronormativa.

Palavras-chave: Discurso, gênero, masculinidade, pedagogia cultural, publicidade.





REPRESENTAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NAS PÁGINAS DO JORNAL PACOTILHA E O PÓS-ABOLIÇÃO MARANHENSE (1888 – 1890)

Carlos André Colins dos Santos

Mestre em História – Universidade Federal do Maranhão
cacollins850@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: O Jornal Pacotilha foi um veículo de comunicação de caráter diário que exerceu forte influência política no cenário da imprensa maranhense durante os períodos das lutas pelo fim da escravização de indivíduos de pele e pós-abolição. Tratava-se de periódico cujo objetivo era abordar variados assuntos como política, religião, artes e ciência, por meio de uma linguagem clara, capaz de atingir os mais diversos locais da sociedade maranhense. Seus articulistas intentavam transformar o Pacotilha na vanguarda dos movimentos em prol da defesa da modernidade em terras maranhenses, no ponto de encontro entre as novidades vindas da Europa e a avidez do público em descobrir as invenções e modas oriundas do centro do capitalismo. O Pacotilha foi criado no ano de 1880 pelo jornalista Victor Lobato. Possuía, geralmente, 4 páginas com ampla utilização de figuras e diferentes modelos de escrita. A produção das páginas e encadernação era realizada em tipografia própria, a tipografia do Pacotilha. O intuito desta pesquisa foi conceber como o Jornal Pacotilha representava as mulheres de pele negra nos textos destinados a tratar de variados temas presentes neste periódico no período do imediato pós-abolição (1888 – 1890), como este jornal compreendia a identidade das mulheres negras no recorte histórico em destaque. As edições do Jornal Pacotilha publicadas entre o recorte temporal de 13 de maio de 1888 a 1890 e que encontram-se nos acervos da Biblioteca Benedito Leite, Arquivo Histórico do Estado do Maranhão e Hemeroteca Digital constituíram a base documental desta pesquisa. Nestas edições, os textos que remetem a expressões que indicam direta ou indiretamente mulheres de pele negra foram separados e classificados segundo a temática a qual se referiam e o tipo de coluna a qual estavam associados. Para tanto, realizamos, também, pesquisa bibliográfica acerca das condições sociais em que encontrava-se o Maranhão no recorte histórico em análise. Os textos que remetem a população feminina de pele negra apresentaram tendência a não indicação direta da cor de pele dos indivíduos tratando-os através de expressões indiretas. O receio da vadiagem, o corpo feminino negro enquanto símbolo de inferioridade moral e o preconceito explicitado na indicação de incapacidade da população negra feminina em adequar-se a condição de cidadão alcançada por intermédio da promulgação da Lei Áurea constituíram as bases para formulação dos textos do Jornal Pacotilha que tratavam do tema em estudo.

Palavras-chave: Imprensa; Pós-emancipação; Mulheres; Negras.





O RAP FEMININO E EPISTEMOLOGIAS DO FEMINISMO NEGRO

Renan Augusto Fernandes Silva

Graduado em Ciências sociais - Universidade Estadual de Maringá
Mestrando no programa Cultura e Sociedade Pgcult - UFMA
renan.augusto@discente.ufma.br
UFMA

Valéria Matos Cutrim

Graduada em Serviço Social - Universidade Federal do Maranhão
Mestranda no programa Cultura e Sociedade Pgcult - UFMA
valeria.cutrim@discente.ufma.br
UFMA

Raul Brunno Pereira Sousa

Graduado em Ciências Sociais - Universidade Federal do Maranhão
Mestrando no programa Cultura e Sociedade Pgcult - UFMA
raul.brunno@discente.ufma.br
UFMA

Márcia Manir Miguel Feitosa

Profa. da Universidade Federal do Maranhão - UFMA
marcia.manir@ufma.br
UFMA

RESUMO: O presente texto busca analisar expressões musicais do rap nacional e sua relação com questões de identidade e política no âmbito do feminismo negro. A respeito da conexão entre identidade, política e rap, busca-se uma abordagem que, ao fundamentar-se na teoria interseccional apresentada por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), a partir do sexto capítulo do livro *Interseccionalidade*, intitulado *Interseccionalidade e identidade*, elucida a correlação entre identidade e política, trazendo o rap como um exemplo possível dessa intersecção. No que tange mais especificamente a respeito a cultura hip hop, serão realizadas revisões bibliográficas a partir do livro de Tricia Rose *Barulho de Preto: rap e cultura negra nos Estados Unidos contemporâneo* (2021), através do terceiro capítulo intitulado *Soul Sonic Forces: tecnologia, oralidade e prática cultural negra no rap*, e, utilizando ainda o mesmo livro, demonstrar a relação entre aspectos políticos e a cultura hip hop através de análise do quarto capítulo, *Profetas da Fúria: Rap e políticas da expressão cultural negra*. Em relação às aproximações teóricas entre feminismo e rap, serão utilizados textos presentes na terceira parte da obra *Do Black Power ao Hip Hop: racismo, nacionalismo e feminismo*, de Patricia Hill Collins (2021), com os capítulos cinco e seis: *Por que políticas de identidade coletiva importam? Feminismo, nacionalismo e o trabalho comunitário das mulheres negras*, e na sequência, *O pessoal ainda é político? Movimento das mulheres, Feminismo, mulheres negras da geração Hip Hop*. A fim de contextualizar o debate dentro do cenário nacional, será abordado o livro *Projeto Rappers: a primeira casa de hip hop brasileira* (2023) de Clodoaldo Arruda, Mc Sharylaine e Jaqueline Lima Santos, que traz a tona a importância do movimento hip hop no Brasil e suas possíveis implicações em questões políticas, de gênero e raça. A partir da revisão bibliográfica, será realizada uma seleção de composições do rap nacional, na qual se espera identificar como a epistemologia feminista negra e as músicas se conectam, enquanto expressão, formação e manifestação cultural, identitária e política. Este estudo pretende contribuir para o debate sobre como o movimento hip hop atua como uma plataforma de formação de identidade e resistência política para mulheres negras. A partir das letras de rap feminino negro produzidas a partir dos anos





1990, serão analisados quatro eixos fundamentais propostos por Collins (2023): a experiência vivida como critério de significação, os processos dialógicos como construtores de conhecimento, a ética do cuidado e a ética da responsabilidade. Estes elementos, centrais na epistemologia do feminismo negro, serão utilizados como eixos para interpretar as letras de rap enquanto reflexo de lutas e reivindicações políticas dessas mulheres. Pode-se identificar uma relação mútua na qual o papel político do rap e sua relevância nas lutas contemporâneas por justiça social e igualdade racial no Brasil estão diretamente associados ao feminismo negro. Tal aproximação entre a epistemologia feminista negra e a cultura hip hop, presente nos textos e nas letras, demonstra uma conjunção de fatores que contribuíram - e ainda podem contribuir- enquanto manifestações e formações políticas tanto de coletividades quanto de individualidades.

Palavras-chave: Epistemologia feminista negra; Rap; Hip Hop.





MINICURSO





EIXO 1 – Feminismos, mulheridades e interseccionalidades





ARTE E RESISTÊNCIAS AFRO-DIASPÓRICAS NA CAPOEIRA

Nando Marley Lima Pacheco

Mestre (PPGEEB/CCSO) e Graduação (LIESAFRO) - UFMA

nandoangola1@gmail.com

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial (GEPE)- UFMA

Rakell Rays dos Anjos Alves

Professora de História (LIESAFRO) - UFMA

prof.rakellrays@hotmail.com

Grupo de Estudos Aquilombamente (PGCULT) – UFMA

RESUMO: Em 2008, a Capoeira foi reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio imaterial brasileiro. Atualmente tem reconhecimento tanto nacional quanto internacional em mais de 160 países. A UNESCO com a 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda, realizada em Paris, em 2014, aprovou a Roda de Capoeira como um dos símbolos do Brasil mais reconhecidos internacionalmente, ganhando o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. A capoeira que foi historicamente perseguida, criminalizada e marginalizada, era inferiorizada a partir de um olhar colonizador, pois suas origens e manifestações são permeadas pelos valores civilizatórios afro-brasileiros. A diáspora africana trouxe consigo os valores, culturais e civilizatórios do povo negro, que se manteve em suas ancestralidades, nas rodas das Capoeiras. Contudo, ao observarmos os representantes entre os mestres, contra-mestres e jogadores da capoeira, qual gênero possui maior visibilidade? Infelizmente, os homens-cis são os mais representados nas fontes visuais coloniais, nos livros didáticos, nas fotografias propagandísticas das rodas de capoeira exploradas enquanto atratividade turística. E, as mulheres? E as meninas? E, as mulheres negras? E as jovens negras? Onde elas estão? Essas reflexões motivaram essa proposta. Durante o minicurso nossos objetivos consistem em conhecer a História das Capoeiras, diferenciando a Capoeira Angola da Capoeira Regional, saber identificar os valores civilizatórios afro-brasileiros na capoeira, e iremos refletir sobre as mulheres na capoeira a partir do audiovisual “Mulheres da Pá Virada: histórias e trajetórias na capoeira” (2022). Nossa metodologia consiste na circularidade das rodas, permeada pela oralidade de diálogos repletos de axé, musicalidade e memórias, análise de fontes históricas visuais (mais comuns nos livros didáticos) e reflexões sobre os avanços, desafios e estratégias desenvolvidas por mulheres e jovens, tanto com base na análise do filme, quanto com a participação de mulheres e jovens quilombolas capoeiristas do Mandingueiros do Amanhã, o Centro Cultural atua em São Luís e nos Quilombos de Santa Joana e Santa Maria dos Pretos. Neste esforço da corporeidade crítica decolonial compreendemos que existem movimentos internos, contra-hegemônico para a superação das desigualdades de gênero. A partir dos estudos, das trocas, das autocriticas há diversas experiências que retomam ao Mulherismo, a práxis mulherista está lá.

Palavras-chave: História da Capoeira; Machismo; Mulheres; Práxis Decolonial.





FEMINISMOS E A INFLEXÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA: EM PAUTA, O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Elisângela Santos de Amorim

Graduação em Pedagogia-UFMA

Mestra em Educação - PPGE-UFMA

Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH/UFSC

E-mail: es.amorim@ufma.br

Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Maria do Socorro Gonçalves da Costa

Graduação em Filosofia - UFMA

Mestra em Cultura e Sociedade - PGCULT/UFMA

Doutorado em Filosofia - UFBA

E-mail: maria.sgc@ufma.br

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Suly Rose Pereira Pinheiro

Graduação em pedagogia-UFMA

Especialista em Metodologia do Ensino Superior-UFMA

Mestre em educação-UFPA

Doutora em educação pela Universidade Federal Fluminense-UFF

Suly.rose@ufma.br

Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão- UFMA

RESUMO: Esta proposta de minicurso traz como objetivo demonstrar como os estudos feministas têm redefinidos o campo de análise das relações de gênero no Brasil e na América Latina, evidenciando a construção de identidades em uma dimensão de gênero, raça e classe, bem como as contribuições da teoria crítica decolonial e das epistemologias feministas decoloniais. Será demonstrado que a produção científica hegemônica sobre os movimentos feministas obscurece outros envolvimento e movimentos de mulheres dos demais estratos sociais: as mulheres negras, camponesas, as indígenas, as prostitutas, cujas demandas têm características marcadamente políticas, no sentido amplo. Abordaremos movimentos “outros” que estão balançando as estruturas do poder da academia e que, aos poucos, estão cedendo espaços para este debate, a exemplo da luta da mulher negra que contempla diversas frentes, em particular o enfrentamento da discriminação racial que intersecciona com questões de gênero e classe. Nesse sentido, as mulheres negras lutam na direção da construção de sua identidade em um país que até hoje sustenta o discurso fantasioso da existência da democracia racial. Então, a luta contra o racismo e igualdade de condições faz a convergência na luta das mulheres negras brasileiras. A questão racial foi uma dimensão por muito tempo negligenciada como bandeira de luta dos movimentos de mulheres. Até a segunda metade do século XX não se identificava o recorte de raça nos movimentos de mulheres no Brasil, nesse sentido, o movimento de mulheres lutava por igualdade de gênero no campo social e econômico, sem considerar que para as mulheres negras a luta pela igualdade ultrapassa as questões de gênero. Então, o movimento de mulheres precisa ser pensado de maneira a trazer as resistências históricas das mulheres negras, desconstruir o paradigma da mulher europeia, branca, em contraposição às estereotípias de mulheres negras. É essa a direção desta proposta de minicurso: debater mecanismos de resistências frente ao racismo estrutural que engloba a figura da mulher negra no Brasil, trazer as contribuições de pesquisadoras do tema como, Lélia Gonzalez, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, entre outras estudiosas e lutadoras contra a negação das opressões que ainda é marcante no cotidiano dessas mulheres. Apresenta-se uma metodologia de estudo pautada em análises e reflexões, debates,





documentários e ações propositivas frente à importância e necessidade de pautar o lugar da resistência e contribuições de estudos sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe. Trazer o debate do fortalecimento e a necessidade da igualdade das lutas das mulheres em todos os lugares, na saúde, na educação, campo de trabalho, lutas contra as opressões, machismo, sexismo; ações afirmativas e legislações que têm contribuído para o avanço das lutas das mulheres negras de forma geral.

Palavras-chave: Feminismo negro decolonial; Mulheres negras; Raça; Gênero; Classe.





GÊNERO, MOBILIDADE HUMANA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A MULHERES MIGRANTES DE MANEIRA INTERSECCIONAL

Catalina Revollo Pardo¹³

Pós-doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - UFRJ
E-mail: carevollo@gmail.com
UFRJ

Amanda de Lima Souza¹⁴

Mestranda- PUC Minas
E-mail: amanda.psi.lima@gmail.com
PUC Minas

RESUMO: Este minicurso visa discutir o trabalho realizado por psicólogas em políticas públicas brasileiras e em contextos clínicos no atendimento a mulheres migrantes em uma perspectiva interseccional e militante. Pretendemos em especial pensar o cuidado das mulheres em mobilidade humana, muitas vezes minorizadas, em uma perspectiva não tutelar e voltada à sua autonomia em seus planos de vida singulares e coletivos e discutir os princípios éticos e políticos na condução do atendimento a este público. Entendendo que estas são plurais e possuem recortes interseccionais distintos que convocam a abordagens e elaborações únicas dos Psicólogos, em suas atuações em Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social. Serão abordados temas como a importância da Psicologia no atendimento a migrantes e refugiados, os processos subjetivos e psicossociais envolvidos na migração e a promoção da saúde mental entre populações migrantes. Além disso, discutiremos os princípios éticos no atendimento a migrantes e refugiados, a conduta profissional e responsabilidade social, bem como os aspectos políticos e direitos humanos no contexto migratório, explorando o papel da Psicologia nas políticas públicas de Saúde e Assistência Social acompanhamento, o trabalho em equipe multidisciplinar e diretrizes para as primeiras experiências de acolhimento no Brasil, país de chegada. Além das exposições teóricas, o minicurso incluirá a discussão de caso e compartilhamento de experiências, reflexões, elaboração de estratégias de intervenção, assim como as recentes sugestões da c. Esta proposta de mini-curso fora elaborada num momento em que aguarda-se a promulgação da Política Nacional Migratória e a ocorrência da II Comigrar – Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apátridia, em novembro de 2024. Há a expectativa de que a ocorrência de tais eventos traga mudanças e novos direcionamentos no que tange as diretrizes de acolhimento e trabalho com tal público nas políticas de Saúde e de Assistência, campos de ampla inserção profissional de Psicólogas no Brasil. Compreendemos que trazer esse contexto é necessário para convocar a mobilização da categoria a lutar por tais direitos, ilustrando o que a ausência de tais diretrizes tem provocado em efeitos a partir da discussão de um caso clínico

¹³ Mulher imigrante, mãe solo. Professora visitante do Programa em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) e da Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Delegada do estado do Rio de Janeiro na 2ª Conferência Nacional de Migrações. Desde 2012 integra coletivos dedicados à população imigrante latinoamericana no Rio de Janeiro, tendo fundado a Coletiva Mulheres em Migração pela Paz (2020). Mestra, doutora e pós-doutora em estudos sobre migrações e mobilidade humana para fortalecer a luta e os direitos das pessoas imigrantes, refugiadas e apátridas. Membro do Comitê Estadual (CEIPARM-RJ), do Comitê Estadual de Saúde para a população imigrante refugiada e apátrida e do Comitê Municipal (COMPARM-RJ).

¹⁴ Psicóloga e Mestranda (PUC Minas). Compõe a Comissão de Orientação em Psicologia e Migração do CRP-MG. É membro da Rede Latino-Europeia de Pesquisa Psicológica focada em Migração, Deslocamento e Inclusão (La-EU-MiDI.) Atua como psicóloga clínica e social pela lente teórica da Esquizoanálise.





acompanhado por uma das proponentes. Caso Clínico a ser discutido: Trata-se do relato de um acompanhamento psicossocial realizado durante o período gestacional e o parto de Daniela, 25 anos, uma mulher indígena Warao, utilizando teorias decoloniais e a metodologia da etnocartografia. Esta abordagem combina a cartografia de Deleuze e Guattari com a etnografia para mapear as interações e experiências de Daniela dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Natal, RN. O objetivo é evidenciar as barreiras enfrentadas por mulheres migrantes no acesso às políticas públicas no Brasil, destacando a importância de um atendimento culturalmente sensível, a inclusão dos saberes tradicionais e o vínculo entre profissionais e usuários. A narrativa começa com a tentativa de agendar uma consulta de pré-natal para Daniela, que enfrenta sucessivos adiamentos devido a problemas administrativos e logísticos, e segue até o acompanhamento do seu parto. O capítulo detalha as interações da psicóloga com Daniela e seu marido, Ramón, e suas peregrinações entre serviços intersetoriais nos âmbitos das políticas de Assistência e Saúde. A metodologia empregada integra observações detalhadas e interações contínuas com a comunidade Warao, ressaltando a necessidade de um tradutor e a dificuldade de comunicação entre os profissionais de saúde e os pacientes indígenas. No contexto da interestetorialidade entre SUAS e SUS, as ações são vistas em uma perspectiva rizomática. Territórios bem delimitados, operando por hierarquias, transformam-se em espaços de articulação com diferentes setores e práticas. A prática interestetorial promove intervenções criativas e inovadoras, facilitando novas relações entre sujeitos e objetos e criando zonas de indagação coletiva. O caso revela falhas sistêmicas e a falta de preparação das unidades de saúde e de assistência para atender populações migrantes indígenas. Com sua apresentação, convoca-se a reflexão dos participantes acerca da importância da produção de conhecimento e ferramentas de atuação nos âmbitos do SUS e SUAS que considere as mobilidades e territórios na construção das subjetividades, adotando uma abordagem não patologizante, anticolonialista e antirracista, que reconheça a complexidade das vivências migratórias.

Palavras-chave: Migração internacional; Gênero; Políticas Públicas; Psicologia.





INTERSECCIONALIDADE: TEORIA SOCIAL CRÍTICA E MÉTODO

Thiago Pereira Lima

Doutor em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

tp.lima@ufma.br

Centro de Ciências de São Bernardo (CCSB)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Fernanda de Cássia Rodrigues Gomes

Doutora em Política Social – Universidade de Brasília (UNB)

fernandacrgomes.as@gmail.com

Silvane Magali Vale Nascimento

Doutora em Políticas Públicas – Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

magali.silvane@ufma.br

Departamento de Serviço Social (DESES)

Centro de Ciências Sociais (CCSO)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

RESUMO: O minicurso pretende problematizar a *interseccionalidade* como perspectiva teórico-metodológica. A *interseccionalidade* tem se constituído, no âmbito dos estudos feministas e de gênero, como uma teoria social crítica que pensa transversalmente as desigualdades estruturais, utilizando categorias críticas que dialogam com as concepções e lutas feminista, antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. Compreende que as dimensões de gênero, raça e classe estão imbricadas nas histórias, nas experiências e nas vivências das mulheres e de outros sujeitos subalternizados. Propõe a problematizar as hierarquias de poder, expressos nos arranjos de sistemas interseccionais de opressão, constituídos pela raça, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade. Podemos constatar que as opressões estão imbricadas, reproduzindo-se e/ou desenvolvendo-se, nas relações da vida em sociedade e em suas instituições de forma estrutural, refletindo desigualdades que afetam, principalmente, as mulheres. Classe, raça/etnia e gênero representam pilares da opressão e das desigualdades e, na dinâmica do movimento da sociedade, esses eixos se entrelaçam sustentando-se uns aos outros. Temos assim o que Saffioti (1987) denomina de simbiose e se expressa no patriarcado/capitalismo/racismo como determinantes das opressões, sem hierarquizações. Nesse sentido, pretendemos situar sociologicamente a construção do debate sobre a *interseccionalidade*, historicizando-o, trazendo um balanço crítico das leituras e autoras, assim como as possibilidades de suas práxis críticas (COLLINS E BIRGES, 2021, p.51), como, por exemplo, nas lutas feministas e nas políticas públicas. O minicurso possibilitará reflexões acerca da *interseccionalidade* no Brasil e no Maranhão, e espera contribuir com o desenvolvimento de pesquisas e trabalhos científicos. É proposto pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-raciais, Mulheres e Feminismos (GERAMUS), vinculado ao Departamento de Serviço Sociais (DESES) e ao Núcleo de Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Teoria Social; Método; Feminismos.





INTRODUÇÃO AO JORNALISMO FEMINISTA

Maria Gislene Carvalho Fonseca

Doutora em Comunicação Social (UFMG)

Professora do Departamento de Comunicação Social (UFMA)

maria.gcf@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: Foi-se o tempo em que a ideia de objetividade no jornalismo era sinônimo de qualidade. Discussões recentes, como as de Fabiana Moraes, sobre a subjetividade trazem a importante reflexão que ultrapassa dualidades entre objetivo e subjetivo para indicar a importância de coberturas engajadas e eticamente posicionadas no Jornalismo. É assim que percebemos as coberturas feministas, como aquelas realizadas pelos portais Gênero e Número, AzMina, ThinkOlga e, eventualmente, em jornais e revistas de referência, como a Piauí – editora Abril. A ideia deste minicurso é convocar uma reflexão inicial sobre avanços e limitações dessas coberturas, no que se refere aos elementos fundamentais definidores do Jornalismo. Abrimos o trabalho com a apresentação de casos de coberturas feministas, em contraponto àquelas que se dizem “objetivas”, observando os pontos de convergência e de distanciamento entre elas, apontando para as possíveis consequências de cada abordagem, quando pensamos no papel de produção de conhecimento do jornalismo quando nos referimos à construção da opinião pública. Para tanto, traremos reportagens que tratam de temas caros ao debate feminista, como assédio, aborto e violência de gênero. Por fim, propomos que a turma indique outras possibilidades de produção escrita, com enfoques na interseccionalidade de raça e de classe como fatores que operam na construção desse texto de posicionamento epistemológico marcado. Observamos, assim, outros modos possíveis de construir um jornalismo que se proponha menos universal e mais plural em sua constituição. Nosso minicurso tem um caráter de leitura da mídia, mesclando técnicas de análise crítica do discurso, tendo como fundamento epistemológico as teorias feministas decoloniais. Serão trabalhados empiricamente os materiais disponíveis no portal Gênero e Número. Nosso público, além de estudantes e profissionais de jornalismo, que conhecem suas técnicas e os modos de operacionalizá-las, são pessoas interessadas no consumo de mídia em uma perspectiva mais diversa, com interesse em construir uma leitura crítica a partir do conhecimento sobre gêneros e formatos distintos. Esse letramento midiático é fundamental para a desconstrução de um cenário de desinformação, com tantos dados deturpados em prol de um engajamento a partir do ódio, e que se utiliza justamente de uma estética jornalística para se afirmar e difundir. Algo que conseguimos combater ao construirmos uma reflexão crítica sobre o jornalismo, mesmo quando ele declara seu lado da narrativa.

Palavras-chave: Jornalismo; Subjetividade; Feminismo; Portal Gênero e Número.





EIXO 4 – Feminismos negros





A FILOSOFIA DE EXU E A PSICOLOGIA CLÍNICA: CAMINHOS E REFLEXÕES A PARTIR DA PEDAGOGIA DAS ENCRUZILHADAS DE LUIZ RUFINO

Jaime Sousa da Silva Junior

Psicólogo, mestre em Cultura e Sociedade pela UFMA
jaimesilvajunior@hotmail.com
Psicólogo clínico em consultório particular.

RESUMO: A obra de Luiz Rufino já inicia falando do conhecimento em uma descrição que versa entre o espiritual e o intelectual. Vivemos em um mundo inegavelmente desigual, no qual a tônica civilizatória é racial e racista. Como diz Foucault, a argamassa de todo estado moderno é o racismo. Temos então problema: uma psicologia que é fundamentada em uma visão universalista de homem. Audre Lorde vai chamar isso de homem mítico, que está inconsciente a todos nós. É uma noção nuclear de homem heterossexual, branco, católico, cis gênero, sem deficiência e neurotípico. Sendo assim temos um desafio diante de nós: como essa psicologia colonial pode dar vez e voz a uma prática plural? Como podemos trabalhar para que a clínica seja não a clínica do ser humano, mas a clínica das pessoas humanas em suas diversidades e particularidades? Se não mantermos esse questionamento vivo estaremos contrariando o nosso código de ética quando este diz que o psicólogo é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracteriza negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão. A prática clínica deve então visar libertação e descolonização. Essa transformação visada pelo processo de descolonização tem sido objetivo também da psicologia clínica? Esse ato de responsabilidade com a vida tem sido parte da prática clínica de nós psicólogos? Acredito que aqui possamos discutir a prática clínica enquanto um processo revolucionário e sobretudo enquanto o processo de descolonização. A clínica pode se encontrar nesses lugares, pois na condução do tratamento de cada paciente é preciso empreender a sua libertação das opressões causadas pelo capitalismo, pelo racismo, pelo machismo, pela LGBTfobia, pelo capacitismo e suas consequências em nível singular. Então a clínica deve ser uma prática que auxilia na criação desses novos seres através da abertura de horizontes e de novos modos de vida para além da neurose descoberta na clínica de cada um. O autor propõe a encruzilhada como forma de combater o colonialismo a partir de um novo ponto de vista e isso é o que propomos fazer sobre a psicologia a partir da leitura da obra. Em síntese, a obra de Luiz Rufino nos desafia a repensar a psicologia como uma prática profundamente enraizada na realidade das diversidades humanas. Ao confrontar a visão colonial e universalista que permeia a psicologia tradicional, emergimos com a responsabilidade de criar uma clínica que não apenas trate, mas também liberte. A descolonização da prática clínica não é apenas um objetivo ético, mas um imperativo revolucionário que visa romper com as opressões sistêmicas. Ao abraçar a pluralidade das experiências e identidades, podemos, assim, contribuir para a construção de um futuro onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, promovendo a verdadeira emancipação e transformação social. Que este diálogo continue a inspirar práticas psicológicas mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Exu; Psicologia; clínica; encruzilhada





DO FEMINISMO AS MASCULINIDADES NEGRAS: COMO CONSTRUIR PRÁTICAS EDUCATIVAS

Hélder Douglas Ferreira Freitas
Mestre em Educação - UFRPE
helder.1689.doug@gmail.com

RESUMO: Esse minicurso tem o objetivo de refletir e construir em conjuntos práticas educativas voltadas para promoção da equidade racial, desconstrução de imagens ligadas ao patriarcado branco, valorização dos saberes e identidades dos estudantes. Com base na legislação 10.639/03, 12288/10 que falam sobre a obrigatoriedade da promoção e a construção de práticas socioculturais e educativas voltadas para população negra nesse país, nesse sentido ao trabalhar na perspectiva da interseccionalidade, Gênero e Raça, o minicurso pretende apresentar aos cursistas os principais problemáticas relativas a população negra em espaço escolar, o racismo e outras formas de perseguição e violências sistêmicas (bullying), desinteresse nos estudos, evasão escolar, visões sobre corpos pretos dentro da escola, partindo da perspectiva das masculinidades negras. Precisamos compreender que através do Feminismo Negro e suas críticas ao modelo de interpretação do feminismo branco, colonialista e capitalismo do norte global, foram importantes para repensarmos as categorias homens e mulheres não-brancos na sociedade capitalista. Por isso, refletir sobre masculinidades negras a partir do feminismo negro apresenta uma potência de transformação para as raízes do problema do patriarcado, do racismo e do colonialismo. Os diálogos formativos serão com autoras e autores do campo do feminismo negros, tais como bell hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento quanto do campo das masculinidades negras no Brasil, Henrique Restier, Rolf Malungo e Osmundo Pinho, irão ajudar a trilhar esse caminho de conhecimentos e reconhecimentos sobre aquilo que é imposto e reproduzido para os meninos e adolescentes negros, bem como apresentar possibilidades outras dentro do desenho da existência. Para que isso aconteça, foi pensado em dois momentos desse minicurso: primeiro dia apresentação dos conceitos, construção de diálogo com as autoras e autores, levantar a problematização de corpos negros na escola e por fim, um rascunho de uma proposta de intervenção educativa afirmativa; o segundo momento, será de construção da prática de intervenção com foco na promoção da equidade racial, valorização dos conhecimentos e saberes dos estudantes. Acredito que o curso será de fundamental importância para construção de novos valores e olhares sobre estudantes negros e seus processos dentro do espaço escolar numa perspectiva de não violência, mas de possibilidades e oportunidades.

Palavras-chave: Educação pública, Masculinidades, Feminismo Negro.





MULHERISMO AFRIKANA: A IMPORTÂNCIA DE RECONFIGURAR OS DISCURSOS OCIDENTAIS SOBRE GÊNERO

Loyane Ellen Silva Gomes

Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará, Ceará.

E-mail: psiloyanegomes@gmail.com

Defensoria Pública Estadual do Maranhão

Juliana Guimarães e Silva

Pós- Doutora em Saúde Pública pela Universidade do Porto, Portugal.

E-mail: julianaguimaraes@ufc.br

Escola de Saúde Pública do Ceará

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: marcotuliomfc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

RESUMO: Tem-se como objetivo e pretende-se neste minicurso estabelecer uma discussão necessária que possibilite visualizar o movimento Mulherismo Afrikana em vias teórico-práticas. Julga-se de expressiva necessidade que tal construto seja trazido à tona devido a distorção da oratória histórica de pensadores negros, que passaram de defensores da raça para defensores do Feminismo Negro no território brasileiro. Seguindo por esse caminho, entende-se que antes de traçar metas para alcançar a Igualdade de Gênero é de suma importância compreender de qual ângulo cultural elabora-se a compreensão sobre gênero. Além disso, ofertar tal discussão configura-se em um compromisso de desmistificar as diferenças entre Mulherismo Afrikana e Feminismo Negro, uma vez que o último surge como um desdobramento do Feminismo Branco. Portanto, torna-se importante pontuar sempre que é possível, que o surgimento do Mulherismo Afrikana sustenta-se e desenvolve-se de um outro lugar e por demandas mais coletivas que pessoais. O presente minicurso tem carga horária prevista de 4h, a metodologia a ser usada configura-se em um processo de ensino-aprendizagem ativo, facilitando assim a discussão fidedigna sobre a temática a ser visitada. Pretende-se realizar a princípio um procedimento de libação, como forma de conexão ancestral. Tal ato funcionará como uma pavimentação do percurso que será percorrido via a leitura de materiais que discutam sobre o Mulherismo Afrikana e também sobre Feminismo. Feito isto, espera-se promover Letramento Racial como um aliado importante para a coibição de violência de gênero, que trata-se de uma questão de saúde pública que solicita urgentemente do desenvolvimento de ações capazes de lidar com a mesma.

Palavras-chave: Raça; Gênero; Mulherismo Afrikana.





EIXO 6 – Estado, patriarcado e violências de gênero





COMPREENDENDO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO SOB A LENTE DE QUEM A PERPETRA: PARTILHAS DE UMA PESQUISA PARTICIPANTE NO SISTEMA PRISIONAL MARANHENSE

Loyane Ellen Silva Gomes

Doutoranda em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará, Ceará.

E-mail: psiloyanegomes@gmail.com

Defensoria Pública Estadual do Maranhão

Juliana Guimarães e Silva

Pós- Doutora em Saúde Pública pela Universidade do Porto, Portugal.

E-mail: julianaguimaraes@ufc.br

Escola de Saúde Pública do Ceará

Marco Túlio Aguiar Mourão Ribeiro

Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: marcotuliomfc@gmail.com

Universidade Federal do Ceará

RESUMO: As vicissitudes da Violência de Gênero encaminham o pensamento de articular novas formas de coibição e combate a mesma, sendo assim oportuniza a movimentação que visa compreender também como perpetradores, custodiados no sistema prisional, entendem a violência que perpetram e perpetuam socialmente. O objetivo deste minicurso é formado pela necessidade de entender como a violência é compreendida pelo gênero que ativamente a perpetra, bem como caminha também com a finalidade de desmistificar os papéis sociais que definem erroneamente o gênero feminino como corresponsável por coibir a violência que é submetido. Portanto, ao considerar os dados e especificidades da violência de gênero, por equidade, não caberia ao gênero masculino também a função de coibir o que ele mesmo tem perpetrado ao decorrer dos anos? Desse modo, resultando em ações preventivas combinadas de um fenômeno tão polissêmico como a violência de gênero apresenta ser. A proposta do presente minicurso se estrutura na exposição de quais dimensões legais o perpetrador alcança quando é inserido no sistema prisional e se isso de fato caminha para que tenha entendimento de suas ações para além da aplicação de uma lei, isto é, se o mesmo, custodiado no sistema prisional, consegue vivenciar suficientemente a ressocialização frente ao ato cometido. O minicurso contará com três momentos: 1) Conceitualização da Violência de Gênero; 2) Interseccionalidades da Violência de Gênero e 3) Sistema Prisional e suas repercussões socioemocionais

Palavras-chave: Gênero; Violência de Gênero; Perpetradores.





DOIS ASPECTOS DO FEMININO NA GRÉCIA ANTIGA

Dr. José Assunção Fernandes Leite

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (1990), mestrado e doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP. 2001 e 2009). Bacharel em Psicologia pela UNDB – São Luís – MA. Atualmente é professor associado II da UFMA. Tem experiência em filosofia grega, medieval, Psicologia fenomenológica e existencial.

Tailson Sousa Marques

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (2024)

RESUMO: Introdução: O minicurso visa fazer uma reflexão sobre o feminino em dois momentos da cultura dos gregos antigos: o considerado mítico poético que abarca o momento dos poetas arcaicos e a tragédia (Hesíodo, Medéia de Eurípedes – 431 a. C, Antígona de Sófocles - 442 a. C) e o momento da filosofia helenística, mais precisamente as mulheres conhecidas como Hetairas, prostitutas ou cortesãs entre os primeiros epicuristas. São dois momentos antagônicos, no primeiro momento é registrado a fala das mulheres, no segundo é registrado a presença, mas não a fala e o pensamento. **Objetivo:** refletir sobre a condição das mulheres em dois momentos do pensamento grego antigo: o mítico poético e o helênico, os primeiros epicuristas. **Metodologia:** Expositiva com acompanhamento dos textos clássicos. **Conclusão:** levar os participantes a reflexão sobre a construção cultural do feminino em contextos diferentes, entendendo que o que somos é uma construção da cultura.

Palavras-chaves: Feminino, Gregos, Tragédia, Filosofia.





GRUPOS REFLEXIVOS COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Raimundo Ferreira Pereira Filho

Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Americana. Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Saúde Mental e em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Analista Judiciário – Psicólogo, atuando na 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de São Luís.
raimundofilho77@gmail.com
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão-TJMA

Edla Maria Batista Ferreira

Mestra em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Especialista em Violência contra crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo – USP e em Saúde Mental e Atenção Psicossocial-Laboro/Estácio de Sá. Analista Judiciária-Psicóloga, atuando na Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar - CEMULHER.
embferreira@tjma.jus.br
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão-TJMA

RESUMO: As intervenções com homens que exercem violência contra as mulheres surgem na década de 80 nos Estados Unidos e no Canadá, e, nos anos 90, expandem-se para a Europa e América Latina, incluindo o Brasil, com iniciativas anteriores à Lei Maria da Penha (lei 11.340/2006), em algumas organizações não governamentais. O trabalho com autores de violência doméstica e familiar é uma proposta inovadora e desafiadora, ainda pouco conhecida e difundida no Brasil, porém, em expansão (Margens-UFSC/COCEVID, 2024). A metodologia reflexiva é uma ferramenta de intervenção alternativa à ação punitiva estabelecida no sistema criminal, o qual, na maioria das vezes, não se mostra efetivo para combater as desigualdades e violências nas relações de gênero. Contrariamente à via punitiva, o instrumental reflexivo traz importantes contribuições na produção de novos sentidos e significados nas relações de gênero e masculinidades, e no enfrentamento à violência de gênero, sendo recomendado pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ (Recomendação CNJ nº 124/2022), considerado ainda um dos instrumentos mais eficazes para prevenir e combater a violência doméstica, assim como reduzir a reincidência, com registro no Brasil, em níveis abaixo de 5%. O trabalho com grupos reflexivos é realizado pelo TJMA há 16 anos, desde 2008, pela 1ª Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher com resultados exitosos, incluindo o registro de reincidência próxima a zero (Pereira Filho, 2020; Maranhão, 2021; 2023) e mudanças qualitativas nas vidas dos participantes, em diversas áreas (Ferreira, 2024). No Maranhão, esse trabalho vem se ampliando no sistema de justiça em parceria com o executivo e universidades, havendo grupos em diversos municípios maranhenses. A metodologia também pode ser aplicada em outros contextos e demandas, como na Assistência Social, Educação, dentre outras. Essa proposta de intervenção norteia-se em aportes teóricos sobre gênero e masculinidades (Lauretis, 1987; Scott, 1990; Saffiotti, 2004; Butler, 2019; Lerner, 2019; Hooks, 2021; Connel, 2013; Kimmel, 2016; Welzlerlang, 2001); no pensamento sistêmico (Beiras e Bronz, 2016); na abordagem construcionista, na proposta reflexiva de Tom Andersen; e nas bases da pedagogia da Pergunta de Paulo Freire que compreende a pergunta como instrumento gerador de movimento, diálogo, reflexão e aprendizado. Ampliando o arcabouço teórico acrescentou-se a abordagem existencial da Logoterapia, na qual o homem é concebido como tendo responsabilidade e liberdade frente a sua existência. (Pereira Filho, 2020). Vale ressaltar que, mesmo após 18 anos da Lei Maria da Penha, essa prática tem recebido uma tímida atenção e investimento de órgãos governamentais,





não governamentais e até mesmo por parte da academia. Uma das principais dificuldades para o trabalho com autores de violência é a falta conhecimento técnico específico. A presente proposta de minicurso justifica-se pela necessidade de fomentar o conhecimento e a discussão junto à comunidade acadêmica, expandindo também para novos espaços e setores da sociedade. Portanto, podem participar pessoas de qualquer área de conhecimento, que tenham interesse na temática. Busca-se trazer com este curso a compreensão da importância da intervenção com homens autores de violência contra as mulheres e dar acesso aos cursistas a um conhecimento técnico básico da metodologia de grupos reflexivos na abordagem reflexiva responsabilizante, com foco na interrupção de ciclos de violência, não-reincidência, transformações das relações de gênero e masculinidades. A proposta metodológica para 4hs/aula contempla exposições teóricas dialogadas e questões problematizadoras, inspiradas em situações da realidade e que objetivam estimular a/o participante ao processo reflexivo.

Palavras-chave: Masculinidades; Violência Doméstica E Familiar; Grupos Reflexivos; Homens Autores De Violência.





MUSEUS COMO ESPAÇOS DE PODER: DESCONSTRUINDO A HEGEMONIA MASCULINA E A INVISIBILIDADE DE OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS

Lucas Mateus da Silva Nogueira

Mestrando em Cultura e Sociedade – PGCULT - UFMA

Lucas.mateus@discente.ufma.br

Ramisson Corrêa Ramos

Mestre em Cultura e Sociedade PGCULT – UFM. Punk, Professor e Pesquisador

ramisson.correa@discente.ufma.br

Professor da Rede Municipal

Ana Alice Torres Sampaio

Doutoranda em Políticas Públicas - UFMA

Mestra em Cultura e Sociedade

ana.sampaio@undb.edu.br

Centro Universitário UNDB

Ana Raquel Farias

Doutoranda em Políticas Públicas - UFMA

Arte educadora, pós-graduanda em Gestão cultural

farias.ana@discente.ufma.br

RESUMO: "Museus como Espaços de Poder: Desconstruindo a Hegemonia Masculina e a Invisibilidade de Outras Narrativas Possíveis" é composta por: Lucas Nogueira, Pedagogo, Bibliotecário e mestrando em Cultura e Sociedade – PGCULT – UFMA; Ramisson Corrêa, Cientista Social, Mestre em Cultura e Sociedade -PGCULT – UFMA, Professor da rede pública e privado de São Luís - Maranhão; Ana Raquel, Artista Visual, Arte educadora, pós-graduanda em Gestão cultural. Ana Alice Torres Sampaio. Doutoranda em Políticas Públicas. A mesa tem como objetivos: analisar o papel dos museus como espaços de poder que perpetuam narrativas históricas predominantemente construídas por imagens e representações masculinas, negligenciando as contribuições de mulheres e outros grupos marginalizados. Ou seja, a história dos excluídos. Refletindo sobre o papel atribuído aos anônimos, aos marginalizados e aos excluídos pela historiografia e museologia tradicional na construção da narrativa histórica (PERROT, 2017). Pretende-se criticar a forma como os museus selecionam, exibem e interpretam artefatos, enfatizando a necessidade de desconstruir essas narrativas para promover uma representação mais inclusiva e diversa da História. A escolha deste tema decorre da urgência em revisitar e reformular a forma como a história é contada e preservada nas instituições culturais. Historicamente, a narrativa dominante tem sido construída e mantida por homens, onde as masculinidades são produzidas e reproduzidas, considerando que elas são resultadas de diversos encontros e interações, assim, refletindo uma perspectiva parcial e excludente. (ALBUQUERQUE Jr, 2003) Isso não apenas marginaliza outras vozes, como também perpetua desigualdades e estereótipos. Os museus, ao funcionarem como guardiões dessas histórias, acabam por reforçar essa hegemonia, tornando-se, assim, alvos necessários de crítica e transformação. levando em conta que o lugar social de um museu é amplamente determinado por ele mesmo, através de seu acervo, políticas, gestão, orçamento, localização e edifício. (CURY, 2009) Da mesma forma, a escolha de discutir os museus como espaços de poder é fundamental em um momento em que movimentos sociais e acadêmicos questionam as bases da narrativa histórica oficial. Este tema é relevante para explorar como as decisões curatoriais refletem as estruturas de poder existentes, e como essas instituições podem ser repensadas para incluir perspectivas até então silenciadas.





A análise crítica dos museus oferece a oportunidade de repensar suas funções, indo além de serem meros repositórios de artefatos, para se tornarem agentes ativos na construção de uma memória coletiva mais justa e representativa. A história contada nos museus é frequentemente marcada por uma visão masculina, branca e heterossexual, mas também perpassada por um viés colonialista, que ofusca a contribuição de mulheres e de outros grupos subalternizados. (SPIVAK, 2010) Esse viés não é acidental; é o resultado de uma estrutura de poder e saber que sempre privilegiou certas narrativas em detrimento de outras. (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017) Ao perpetuar esse modelo, os museus não apenas distorcem a realidade histórica, mas também contribuem para a continuidade das desigualdades de gênero e de poder na sociedade contemporânea. Portanto, este trabalho defende a necessidade urgente de reavaliar as práticas museológicas para que se tornem verdadeiramente inclusivas e representem a pluralidade de vozes que compõem nossa história.

Palavras-chave: Museologia crítica¹; Hegemonia masculina²; Narrativas subalternas³ e Des-colonização cultural⁴.





UMA IDENTIDADE FORJADA NA AUSÊNCIA: HOMENS PRETOS E O PACTO DO SILÊNCIO

Cláudia Letícia Goncalves Moraes

Doutora em Literatura – Universidade de Brasília
claudiamoraes27@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Sunshine Cristina de Castro Reis

Turismóloga – UFMA
Mestranda em Cultura e Sociedade
Sunshine.santos@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Rayanne Caroline Viana Mendes

Assistente Social - UFMA
Mestranda em Cultura e Sociedade
rcv.mendes@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A associação da imagem de homens pretos ao sucesso é uma utopia no imaginário coletivo. A colonialidade condiciona uma existência vinculada a estereótipos, uma performance muito bem orquestrada pelas estruturas de subjugação. Um menino preto, já nasce com 400 anos, com uma narrativa de marginalização muito bem delineada. A rota de fuga muita das vezes é assimilação, a busca da humanização através da acessão social, aquisições materiais, prestígio profissional, intelectual e relações interraciais. O que no primeiro momento pode parecer aspirações orgânicas, mas muita das vezes são coordenadas pelo desejo inconsciente de embranquecimento. O desejo pela dissociação da marginalização representada por sua negrura. Embarcando em um processo de adequação, no andar, no vestir, no falar, no existir, criando uma resistência ao exercício de pensar sobre si, evitando olhar para sua história e nomear suas dores. Tornado o não dito, uma assombração que perturba sua subjetividade, que direciona a uma vivência que transita entre silêncios. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre o impacto das ausências na construção identitária de homens pretos, seja ela financeira, imagética ou afetiva, assim como seus desdobramentos psicossociais. Para tanto, recorreu-se a um levantamento bibliográfico com cruzamento do pensamento de Frantz Fanon e das intelectuais negras bell hooks, Patrícia Hill Collins e Audre Lorde. Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, visando analisar as várias camadas que atravessam a problemática apresentada. Portanto, concluímos que existe uma discrepância nas reflexões raciais realizadas entre mulheres e homens pretos, um marco que evidencia a ausência de referência para constituição de um masculinidade sadia, que consiga destruir as máscaras de silenciamento e romper com pacto de silêncio.

Palavras-chave: Identidade; Ausências; Homens Pretos; Silêncio.





VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL CONTRA A MULHER PELO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

Werdeson Mário Cavalcante Olimpio

Mestre em Direito e Instituições do Sistema de Justiça – UFMA

E-mail: werdesonolimpio@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e

Centro Universitário de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB)

RESUMO: A violência de gênero é uma das grandes mazelas que assolam a humanidade, na medida em que atinge não só as mulheres, mas o desenvolvimento econômico, político e social de todos os países - razão pela qual a igualdade de gênero é um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). No âmbito nacional, diversas são as normativas, campanhas e políticas públicas que vão ao encontro do citado objetivo, muito embora os índices de violência contra a mulher não tenham regredido. Certamente que o fato de o Brasil ser um país de grande extensão territorial, englobando os mais variados grupos de mulheres em diferentes realidades, contribui ao aumento desses dados, sendo evidente a necessidade de intersecção entre raça, classe e gênero (Saffioti; Almeida, 1995). Dentro desse contexto, um dos protagonistas no enfrentamento de tal violência é o sistema de justiça, o qual tem como função, dentre outras, a garantia dos direitos que foram lesados ou ameaçados. Não obstante essa incumbência, esse sistema pode operar ou viabilizar a prática de violências contra as mulheres que buscam a sua tutela, refletindo um ambiente institucional de *dominação masculina* (Bourdieu, 2012). Nesse cenário, este minicurso objetiva suscitar reflexões ante a violação de direitos humanos a partir das principais violências institucionais praticadas pelo sistema de justiça brasileiro contra as mulheres que buscam os seus serviços. Para tanto, será delimitada a ideia de violência institucional como espécie de violência de gênero à luz de normas nacionais e tratados internacionais de direitos humanos, bem como da ideia de *dominação masculina* (Bourdieu, 2012). Ademais, será traçada a formação e importância do sistema de justiça para a garantia dos direitos humanos. Por fim, a partir de estudos de casos e dados empíricos (Olimpio, 2021), discutir-se-ão as principais formas de violência institucional praticadas pelo sistema de justiça a esse grupo vulnerabilizado e possíveis formas de intervenção. Dessa maneira, as violências institucionais podem ser praticadas pelos mais diversos operadores do sistema de justiça e nas mais diversas áreas do Poder Judiciário, razão pela qual algumas formas de intervenção, como a formação continuada desses atores institucionais em questões de gênero e a aplicação do Protocolo para Julgamento em Perspectiva de Gênero 2021 do Conselho Nacional de Justiça, são necessárias ao enfrentamento desse tipo de violência e a consequente garantia dos direitos das mulheres que acessam o sistema de justiça.

Palavras-chave: Violência de gênero; Violência institucional; Sistema de justiça; Direitos humanos.





OFICINA





Eixo 1 – Feminismos, mulheridades e interseccionalidades





APRESENTANDO FIGURAS DE RESISTÊNCIA EM SALA DE AULA

Leandro Carneiro Oliveira

Mestrando -UNEMAT

Leandro.carneiro@unemat.br

UNEMAT

RESUMO: A discussão de temas atuais que permitem as crianças questionarem sobre seus deveres morais e cívicos é interpretada como uma forma de imposição de uma ideologia aos alunos por conservadores. Tendo em vista este ponto argumentativo, o objetivo geral da oficina é apresentar três formas de discussão sobre a vida e trajetória de Malala Yousafzai em sala de aula trabalhando com as obras biográficas da ativista para cada faixa etária a luz da teoria de Letramento Literário de Rildo Cosson (2014), como uma ferramenta de educar pelo texto socioliterário. Cada proposta contempla a sequência básica e desenvolve uma atividade para a inserção do aluno a compreender a inferências da vida da ativista como uma figura a ser contemplada e compartilhada com seus amigos e familiares. Ao fim da parte teórica o participante poderá readaptar as ideias e implementar em um novo contexto substituindo a figura principal de forma prática e discuti-la com os demais.

Palavras-chave: Malala Yousafzai. Letramento Literário. Plano de ensino.





Eixo 7 – Gênero, corporalidades e expressões artísticas





OFICINA DE EBO: A ESCRITA TERAPÊUTICA COMO RITUAL DE REENCANTAMENTO

Cláudia Letícia Goncalves Moraes

Doutora em Literatura – Universidade de Brasília
claudiamoraes27@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

Thales da Cunha Coêlho

Mestrando em Cultura e Sociedade
Bacharel em Psicologia – Faculdade Pitágoras
thales.coelho@discente.ufma.br
Universidade Federal do Maranhão

Ana Gabrielle Sousa Costa

Bacharel em Psicologia – Universidade Federal do Maranhão
anagabriellepsi23@gmail.com
Universidade Federal do Maranhão

RESUMO: A oficina “Oficina de Ebo: A escrita terapêutica como ritual de reencantamento”, busca trabalhar de maneira sensível o processo de escrita no meio acadêmico, resgatando processos criativos que por vezes são silenciados em meio ao academicismo do mundo científico baseado em critérios de neutralidade inalcançáveis. Para tal, temos como objetivo específico: Trabalhar através da escrevicência de Conceição Evaristo, a escrita afetiva, e como objetivos específicos: Sensibilizar os participantes através de um contato inicial consigo e com sua dimensão corporal; Escrever sobre si através de diferentes gêneros literários, e por fim, elaborar de forma crítica os processos criativos e os modos como a academia produz violências epistêmicas. Partindo da perspectiva da escrevicência em Conceição Evaristo, inicialmente será feita uma sensibilização através de músicas, e um ambiente propício para a reflexão. Após isso, os(as) participantes falarão um pouco de si, se apresentando de forma pessoal, para além dos aspectos acadêmicos. Será feita também uma breve dinâmica corporal, trabalhando a consciência corporal, e juntamente, uma conversa breve sobre o que é ser quem se é, refletindo acerca da colonialidade nos processos de criação epistêmica, além do epistemicídio de acordo com Sueli Carneiro. A partir disso, os participantes produzirão cartas, poemas, ou quaisquer outras modalidades de gênero textual, falando sobre suas histórias, algum aspecto familiar que lhes chamam atenção. Por fim, eles deverão ler o que escreveram, onde será feita uma troca de papéis entre os participantes onde cada pessoa ler o que o outro escreveu, com a culminância de uma elaboração pessoal acerca da escrita acadêmica, e a importância de superar as violências silenciosas através do contato consigo. Os recursos materiais utilizados serão papel, lápis, som (celular, jbj), tendo o tempo de duração de duas horas no total, e como público-alvo, estudantes de graduação e pós-graduação.

Palavras-chave: Escrita Científica; Colonialidade Epistêmica; Epistemicídio; Escrevicência.





Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TÍTULO CADERNO DE RESUMOS GÊNERO PARA ALÉM DAS FRONTEIROS: Tendências contemporâneas na América Latina e no Sul Global

ORGANIZAÇÃO Amanda Gomes Pereira, Ana Caroline Amorim Oliveira, Ângela Bárbara Lima Saldanha Rêgo, Carlos Wellington Soares Martins, Daisy Damasceno Araújo e Maria Emília Miranda Alvares

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO Sansão Hortegal

CAPA E ILUSTRAÇÃO A ilustração de capa foi criada, produzida e desenhada por Dante Saldanha Rego, sem nenhuma utilização da IA para elaboração da arte.

SUPORTE Digital

PÁGINAS 226

TIPOGRAFIA Times New Roman



gaepgenero.shcomunicacao.com.br

REALIZAÇÃO



FINANCIAMENTO



APOIO



cch

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS



INSTITUTO FEDERAL
Maranhão



Evento gerenciado por



SHCOMUNICAÇÃO
produção • marketing
eventos acadêmicos

shcomunicacao.com.br
(98) 99210-0405



EDUFMA

ISBN 978-65-5363-435-0



9 786553 634350